

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

De aprendiz a cidadão



A Escola de Aprendizes da C. P. no Entroncamento

1943 - 1976

Henrique dos Reis Leal

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação

História da Educação

Orientada pelo Professor Doutor António Nóvoa

Lisboa - 2001

Agradecimentos

Agradeço aos responsáveis da Fernave, aos senhores Isidoro Martins e Lucílio Lopes, por me terem tornado acessível o “corpus” documental e disponibilizado a sala do arquivo para poder organizar e consultar a documentação e ainda pela franqueza de me terem aberto as portas da instituição.

Deixo também o meu obrigado à Celeste Rafael e ao engenheiro Carlos Simões por me terem permitido a consulta de um maço de documentos relativos à Escola de Aprendizes que está à guarda da secção de Pessoal da EMEF.

Ao Arnaldo Marques, ao Carlos Ferreira e à Manuela Poitout agradeço a paciência pela leitura e revisão do texto da tese.

Ao João Caldeira, presidente da Junta de Freguesia e antigo aprendiz, fico grato por se ter constituído um elo de ligação entre diversos testemunhos ligados à Escola de Aprendizes.

Também estou grato ao doutor Gilberto Gomes, da secção de Património da Refer. O interesse que desde a nossa primeira conversa manifestou em relação ao meu trabalho e as opiniões sábias com que foi iluminando o percurso da minha investigação na escola e na empresa foram decisivos para uma melhor compreensão do processo e as suas palavras foram para mim um precioso incentivo.

Quanto aos aprendizes, quero dizer-lhes que foi um privilégio poder realizar este trabalho. A residir na cidade ferroviária há mais de vinte anos, tenho podido desfrutar a amizade e camaradagem de dezenas de homens da minha geração ou afins que, em anos diversos, frequentaram e se formaram na Escola de Aprendizes. Todos me disponibilizaram uma palavra nova, uma lembrança necessária, uma memória afectiva ou pitoresca, muitos deles me facultaram informação objectiva. Não podendo correr o risco de individualizar e esquecer alguém, daqui envio a todos esses ex-aprendizes, hoje cidadãos da minha terra e do meu país, o meu abraço fraterno e grato.

Aos professores e colegas do mestrado estou grato pela dedicação e camaradagem que tornaram este percurso menos solitário. Um obrigado muito especial ao Manuel Henrique pelo sentido de entreajuda e pelas “dicas” que foram sempre úteis e estimulantes.

Ao professor Nóvoa, para além do acompanhamento exemplar do trabalho, quero agradecer a cordialidade cúmplice e o incentivo gratificante que sempre senti nas suas palavras ditas e escritas.

À Luz, ao Gonçalo e à Joana, agradeço a solidariedade resistente e a consciência crítica da partilha de uma tarefa que, por isso, também lhes pertence.

“En lugar de formar ciudadanos, preparamos técnicos cualificados. La escuela desautoriza, así, la antigua paideia grega, la moderna bildung alemana, conceptos globalizadores que se negaban a separar cultura, educación y civilidad.”

Angel Castiñeira, *El marco ético da la sociedad contemporánea*, 1992

Índice geral

Faculdade de Psicologia
Instituto de Educação
Universidade de Lisboa
BIBLIOTECA

1. Introdução	6
1.1. Objecto de estudo	9
1.2. Perspectivas de trabalho	12
1.3. Metodologia de trabalho	14
1.4. Plano do trabalho	20
1.5. O acervo documental da Escola de Aprendizizes do Entroncamento	23
1.6. Ficheiro geral dos aprendizes	27
1.7. A emergência de uma história local de educação?	29
2. O ensino técnico em Portugal nos anos 40	
2.1. A política educativa do Estado Novo e os antecedentes da Reforma de 1947/48	31
2.2. O ensino técnico em Portugal nos anos 40	34
2.3. A legitimação da formação técnica: escola ou mundo do trabalho?	39
2.4. A escola técnica e as empresas	43
3. A Reforma de 1947/48 e o novo estatuto do ensino técnico	
3.1. O novo ensino técnico	48
3.2. O parecer da Câmara Corporativa	50
3.3. O debate na Assembleia Nacional	53
3.4. O testemunho do director geral do ensino técnico	55
4. A Escola de Aprendizizes da CP	65
4.1. A Escola do Barreiro	65
4.2. A Escola de Aprendizizes do Entroncamento	67
4.3. A Escola de Aprendizizes do Entroncamento e a Reforma de 1947/48	86
4.4. A Escola e o Bairro Camões	94
4.4.1 O Entroncamento e o Estado Novo	94
4.4.2 A Escola Camões	97
4.4.3 A Escola Camões, Escola de Aprendizizes	101

5	O modelo de aprendizagem da Escola de Aprendizes da CP	
5.1	A admissão dos aprendizes, uma procura optimista de ensino	104
5.1.1	Aprendizes para a CP, operários para o país	108
5.1.2	As condições de admissão	112
5.1.3	O exame de admissão	115
5.1.4	Admissões, habilitações e residência	119
5.2	A (des) construção do currículo	125
5.2.1	O currículo explícito	131
5.2.2	A reestruturação dos cursos	136
5.2.3	Electricistas e serralheiros de motores	137
5.2.4	Classificação, aproveitamento e integração na empresa	141
5.2.5	Assiduidade, controle e disciplina	146
5.3	O currículo oculto	151
5.3.1	As frases da semana	151
5.3.2	As frases da semana e o ideário do Estado Novo	167
5.4	Os espaços e tempos da escola	169
5.5	Os actores	173
5.5.1	A direcção da Escola de Aprendizes	173
5.5.2	O corpo docente	174
5.5.3	Os aprendizes	179
6	A aprendizagem nas empresas	186
7	Conclusão	200
8	Bibliografia	212
9	Anexos	218

Tabela de siglas e abreviaturas

CP – Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

CRGE.s – Companhias Reunidas de Gás e Electricidade

DE – Desenho esquemático

DLG – Desenho linear e geométrico

DM – Desenho de máquinas

DP – Desenho de projecções

EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários

EUROFIMA – Sociedade de Financiamento de Material Ferroviário

FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em
Transportes e Portos, S.A.

INEF – Instituto Nacional de Educação Física

LISNAVE – Estaleiros Navais de Lisboa

OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico

ORE – Organização de Pesquisas e Ensaios (íntegra a UIC)

PIDE – Polícia Internacional de defesa do Estado

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

REFER – Rede Ferroviária Nacional

RUP – Rede ferroviária unificada portuguesa

SOFRERAIL – Sociedade Francesa de Estudos e Realizações Ferroviárias

SOREFAME – Sociedades Reunidas de Fabricações Metálicas

UIC – União Internacional dos Caminhos de Ferro

UTE – Unidade Tripla Eléctrica

1. Introdução

Nos dias que correm, estigmatiza-se o sistema educativo porque, após a escolaridade obrigatória ou mesmo após a conclusão do ensino secundário, os nossos jovens deixam a escola numa situação de "desqualificação", sendo frequente ouvir-se que "não sabem fazer nada". Há cinquenta ou sessenta anos, a situação era bem mais grave: uma parte dos nossos jovens não frequentava a escola; outros cumpriam apenas os três/quatro anos de escolaridade obrigatória, sendo de imediato arredados da escola e iniciados no mundo do trabalho.¹ Chegados à idade dos que hoje terminam o ensino secundário eram completamente analfabetos porque o corte radical com qualquer forma de escolarização lhes fizera perder o pouco que antes haviam aprendido. Apenas uma minoria prosseguia estudos pós primários nos liceus ou nas escolas técnicas.

Que brechas haveria na rede escolar nos anos quarenta que justificassem que algumas empresas optassem por criar escolas de aprendizes a fim de formarem a mão de obra qualificada necessária? E que necessidades económicas e empresariais específicas levaram a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses a criar a(s) sua(s) Escola(s) de Aprendizes?

Qual a importância que a formação de aprendizes teve no sistema educativo português entre os anos quarenta e setenta do século XX? Que mais valias resultaram dessa formação, quer para a CP, quer para a economia e para o país, quer ainda para os jovens que frequentaram a Escola de Aprendizes?

Qual o percurso escolar do aprendiz da CP?

No meu trabalho pretendo estudar a Escola de Aprendizes que a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses criou no Entroncamento no início dos anos 40, procurando compreender o seu significado e a pertinência da sua criação no contexto

¹ António Nóvoa lembra que, cerca de 1960, Portugal possuía ainda uma taxa de analfabetismo superior a 30% e uma taxa de escolarização inferior a 50%. "A Educação Nacional, 1930-1974 : Análise Histórica e Historiográfica", in *Actas del II Encuentro Ibérico de Historia de la Educación*, Zamora, 7- 10 de Junho de 1995, p. 181

das políticas educativas da época em que se insere, procurando não esquecer, como bem escreveu Daniel Hameline, "quanto a história da educação escolar atravessa a história económica, a história religiosa, a história política e se encontra constantemente atravessada por elas".²

É também objectivo do trabalho procurar perceber a importância deste tipo de formação, como um ramo específico do ensino técnico, quer para a CP e para a economia portuguesa em geral, quer para os jovens que o frequentaram. Como na época escreveu Carlos Proença, citando Manoilesku, um conhecido panfletário romeno, "a preparação dos jovens nas escolas profissionais de qualquer especialidade há-de deixar a cada um deles a possibilidade de se evadir dela e de - obtidas garantias de real capacidade - mudar de carreira."³ De facto, como procurarei analisar, recorrendo a entrevistas e inquéritos e aos documentos da própria Escola de Aprendizizes, uma boa parte dos antigos aprendizes não vieram a exercer a profissão operária para a qual obtiveram formação enquanto aprendizes. Tal circunstância parece constituir um paradoxo na formação e por essa razão decidi ancorar nela o título que dei à minha tese, "De aprendiz a cidadão".

O paradoxo reside na aparente contradição entre o objectivo central da formação - preparar mão de obra qualificada para suprir as necessidades da empresa dos caminhos de ferro - e os resultados a médio e a longo prazo – os formandos / formados vieram a desempenhar funções profissionais que teoricamente não iam ao encontro das necessidades que tinham fundamentado a sua formação. Por esta razão, entendi utilizar aqui um conceito mais lato de formação, "este fim simples e sublime: formar homens"⁴, e erigir como tese que a Escola de Aprendizizes realmente não transformou aprendizes em operários, mas antes formou cidadãos. No fim de contas, trata-se de retomar um debate actual mas já antigo, e que também fez escola na época⁵, entre os que defendem

²Daniel Hameline, "Prefácio" in António Nóvoa, *Le temps des professeurs*, INIC, Lisboa, 1987, p.XXIII

³ Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, p.17

⁴ Deputado Cerveira Pinto no debate da proposta do governo para a reforma do ensino técnico, Sessão da Assembleia Nacional de 29 de Janeiro de 1947, *Escolas Técnicas*, nº 6-7, Separata, vol.II, 1949, p.187

⁵ Cf. Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 1, 1946, pp.14-15

formações específicas e os que propugnam pela formação integral ou, simplesmente, entre instrução e educação.⁶ Como escreveu Maria Cândida Proença, “ao longo dos dois últimos séculos têm sido violentas as discussões entre os defensores das chamadas educação humanista e educação utilitária, ou seja se o ensino, aos níveis primário e secundário, deve apenas fornecer uma base mais ou menos alargada de conhecimentos gerais, ou se deve preparar para a vida activa e o desempenho de uma profissão”.⁷ No caso da Escola de Aprendizizes, era explícito o objectivo de formar para o desempenho de uma profissão. Contudo, o resultado não ficou circunscrito à formação de operários dóceis, obedientes e disciplinados, embora evidentemente competentes no labor dos seus ofícios.

O paradoxo em que assenta a minha tese foi já levantado noutras ocasiões e pode mesmo dizer-se que constituiu uma das questões estruturantes da educação no Estado Novo. Glosando uma metáfora que ficou famosa, trata-se da “incompatibilidade entre a arte de bem limar e o conhecimento da raiz quadrada”.⁸ Ainda antes da reforma do ensino técnico de 1948, já se afirmava que os alunos das escolas industriais não aceitavam de boa vontade a situação de operários e “buscam ser desenhadores, traçadores, empregados de escritório, de preferência a ser ferreiros ou torneiros.”⁹ É que a escola “confere sempre ao aluno... certo alargamento das exigências intelectuais, certo alteamento de critério na selecção de valores...”¹⁰ A escola, diria Sérgio Grácio, aumenta as expectativas sociais naqueles que a frequentam e esse foi o grande problema e o grande temor dos dirigentes do Estado Novo.

⁶ António Nóvoa distingue objectivamente a educação salazarista da instrução republicana, considerando que o Estado Novo, ao reeditar a dicotomia, procura legitimar uma estratégia de redução e simplificação das aprendizagens escolares e de reforço das componentes morais e religiosas. “A Educação Nacional...”, p.177

⁷ Maria Cândida Proença, *O Sistema de Ensino em Portugal, séculos XIX-XX*, coord. de, Colibri, Lisboa, 1998, p.7-8

⁸ “Parecer da Câmara Corporativa acerca da proposta de lei nº 99 sobre a Reforma do Ensino Técnico”, *Escolas Técnicas*, nº 6-7, Separata, vol. II, 1949, p. 35

⁹ “Parecer da Câmara Corporativa...”, *Escolas Técnicas*, nº 6-7, Separata, vol. II, 1949, p. 35

¹⁰ “Parecer da Câmara Corporativa...”, *Escolas Técnicas*, nº 6-7, Separata, vol. II, 1949, p. 35

1.1. O objecto de estudo

Em Portugal, existem já algumas obras de referência sobre a história dos caminhos de ferro, nomeadamente editadas pela CP, e pode também considerar-se relativamente abundante a série de estudos e publicações sobre temas de educação e história da educação. Conhecem-se também obras que abordam a política educativa do Estado Novo, nomeadamente textos assinados por António Nóvoa, Maria Filomena Mónica e Sérgio Grácio.¹¹ Todavia, não se conhecem trabalhos sobre essa outra forma de ensinar e aprender instituída pelas empresas para formarem a mão de obra qualificada de que necessitavam, como é exemplo a formação realizada pela CP nas suas Escolas de Aprendizizes. Daí o ponto de partida deste trabalho.

O presente estudo tem, pois, por objecto o ensino técnico de empresa em Portugal nos meados do século XX, na área dos caminhos de ferro. Residente há mais de duas décadas na cidade ferroviária do Entroncamento e profissional do ensino, a minha escolha assume-se, a partir do contexto sócio-profissional e da observação do tecido social envolvente, como uma tentativa de contextualizar e interpretar a formação de aprendizes na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, integrando-a no quadro global do Sistema Educativo Português nos anos 40 a 70 do século XX.

O estudo e da investigação centram-se na Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento na época em análise. Também farei uma breve referência à formação de aprendizes nas escolas do Barreiro e de Campanhã durante o mesmo período, embora me tivesse ali confrontado com um processo irreversível de delapidação do acervo documental. Cheguei ainda a intentar realizar um esboço de sistematização do ensino de

¹¹ Entre outras obras, foram essencialmente consideradas: de António Nóvoa, "A «Educação Nacional»", in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas, Presença, Lisboa, 1992, pp. 455 a 519 e "A «Educação Nacional» (1930-1974): Análise Histórica e Historiográfica" in "Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)", *Actas del II Encuentro Ibérico de Historia de la Educación*, Zamora, 7-10 de Junio de 1995, pp.175 a 202; de Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social, As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Horizonte, Lisboa, 1986, pp. 223 ; de Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Presença, Lisboa, 1978, pp.427.

empresa em Portugal, mas rapidamente me dei conta das dificuldades na localização das fontes e da necessidade de um outro fôlego para ancorar tal projecto.

Proponho-me abordar o funcionamento da Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento, bem como descrever o seu quadro curricular articulado com a empresa dos caminhos de ferro. Procurarei iluminar esta valência da formação profissional, a formação de empresa, não apenas para questionar a formação actual, mas essencialmente para partilhar reflexões sobre estratégias de inserção dos jovens no mercado de trabalho, conhecer e discutir práticas inovadoras de formação profissional e perspectivar modalidades de formação em contexto de trabalho.

Numa altura crucial para a consolidação da Reforma Educativa na Escola, nomeadamente através dos contextos axiológicos decorrentes do novo quadro da autonomia, como sejam, por exemplo, a entrada em funções dos novos órgãos de gestão, da Assembleia de Escola e do novo Conselho Pedagógico, da aprovação e entrada em vigor do Regulamento Interno, enquanto instrumento inovador e normalizador da vida escolar, da elaboração e implementação do Projecto Educativo, a configurar uma identidade própria para cada escola e a determinar a sua cultura e os seus projectos, a investigação que realizei parece-me pertinente.

A flexibilidade curricular que se procura erguer como emblema pedagógico da autonomia acaba sempre por ser esvaziada de sentido e reduzida no seu peso real, já que os currículos não mostram outro caminho que não seja o prosseguimento de estudos e, portanto, os exames e o acesso à universidade. É que “o ensino secundário, no contexto do sistema educativo português, tem assumido o papel de «corredor de passagem» entre o ensino básico e o ensino superior. Esta concepção, muito enraizada em muitos sectores da sociedade portuguesa, descaracteriza claramente este ciclo de estudos e, ainda mais preocupante, não facilita a inclusão de muitos jovens no sistema de ensino nem a sua transição para o mundo profissional.”¹² É necessário encontrar respostas para esses milhares de jovens que todos os anos são arredados do sistema de ensino, quer

¹² Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, *Revisão Curricular no Ensino Secundário*, Lisboa, 2000, p. 17

tenham ou não concluído o ensino secundário. Por isso se torna indispensável equacionar alternativas credíveis e viáveis para os currículos generalistas e massificadores que, em regra, bordejam o ensino secundário. Por outro lado, unificar o ensino no terceiro ciclo pode também não significar, necessariamente, que todos os alunos tenham de fazer, como agora fazem, as mesmas aprendizagens.

A revisão curricular que se avizinha evidencia alguns sinais de mudança ao acentuar a natureza terminal do ensino secundário e ao assumir a diversificação dos percursos de educação e formação secundárias. No entanto, mantém-se a dicotomia cursos gerais/cursos tecnológicos, não se vislumbrando muito bem a inovação em relação à diferenciação anterior entre os cursos orientados para o prosseguimento de estudos e os cursos orientados para a vida activa.

A formação secundária tem de ser orientada para a vida, no sentido de apetrechar os jovens com saberes e competências que no final do secundário lhes permitam, quer o prosseguimento de estudos, quer o enveredar por uma profissão. Poderá parecer irrealista admitir que todos os alunos que optarem pelos cursos tecnológicos concluam o secundário e obtenham efectiva preparação para o desempenho de uma profissão. Todavia, é muito mais absurdo pensar que todos os alunos que optam pelos cursos gerais venham a concluí-los e a prosseguir estudos superiores e, mesmo aí, a concluí-los. E estes últimos são a maioria. Por isso se afirma a necessidade de um modelo de formação que tenha como objectivo central a preparação para a vida. Que é sempre activa e inclui naturalmente o eventual prosseguimento de estudos superiores ou outros.

Urge desmistificar uns tantos mal-entendidos que continuam a ensombrar a imagem que os alunos e a comunidade em geral ainda vão desenhando da escola. As perspectivas abertas, quer pelas Escolas Profissionais, quer pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional em colaboração com muitas instituições e empresas, se, por um lado, vão apresentando serviço e iluminando caminhos, por outro, encontram-se contornadas por limitações específicas que as inviabilizam enquanto resposta e alternativa para o todo que é a comunidade educativa. Conhecer os antecedentes da

articulação entre a formação e o mundo do trabalho e perspectivar possibilidades de generalização dessa relação como pistas para novas formas de escolarização pode constituir um ponto de partida para um debate que julgo actual e necessário.

1.2. Perspectivas de trabalho

A análise de uma realidade histórica que está aqui ao lado, que condiciona ainda de forma viva e actuante as balizas do nosso quotidiano, impôs-me, desde o início, um certo desconforto e a pressão da necessidade de me distanciar. Em boa medida, estou a perscrutar a minha própria existência e a de outros actores sociais que comigo interagem. Mais do que trabalhar no "silêncio dos mortos", é do "ruído dos vivos"¹³ que se trata. É óbvio que não podemos fazer de conta. "Conhecer, desconhecer e reconhecer"¹⁴constituir-se-ão num percurso dialéctico na tentativa de superar o problema do distanciamento.

Todavia, assumo formalmente o risco de "utilizar o passado como fonte de legitimação do presente".¹⁵ Mas poder-se-á conceber o presente na ausência dessa necessidade de legitimação? Não é a necessidade de identidade e legitimação que leva os homens a perscrutar o passado, mesmo o passado recente, "para compreender mais do que lembrar, para pôr ao alcance de todos o que pode enriquecer a cultura, para melhorar a real dimensão dos acontecimentos, enfim, para definir o papel dos homens na sociedade e para afinar o sentido do humano"?¹⁶

Que esta não seja apenas mais uma "história de introdução ao presente", mas antes uma contribuição para "o conhecimento científico das sociedades contemporâneas, na medida em que estas estão em crise e comprometidas duma maneira cada vez mais consciente na transformação prática das suas condições de existência".¹⁷ Procurarei aproveitar a vizinhança temporal e epistemológica para intentar

¹³ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", p.186

¹⁴ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", p.186

¹⁵ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", p.182

¹⁶ Pierre Salmon, *História e Crítica*, Liv. Almedina, Coimbra, 1979, p.233

¹⁷ Pierre Salmon, *História e Crítica...*, p.232

algum diálogo com a sociologia, nomeadamente para tentar perceber as motivações dos actores sociais envolvidos na transformação das suas condições de existência.

Quanto ao debate ideológico, continuamos a não poder fazer de conta: a prática da cidadania activa implica o comprometimento das ideias e o envolvimento nas práticas sociais que nos parecem mais justas. "Pode um militante que procura compreender ser um bom historiador do que lhe acontece?"¹⁸ Lembrando Dewey, "não há outros materiais acessíveis para a elaboração dos princípios directores e das hipóteses além daqueles que nos fornece a contemporaneidade histórica. Quando a cultura muda, as concepções dominantes na cultura dada mudam igualmente. Surgem necessariamente novos pontos de vista...".¹⁹ Somos produto de um tempo e da cultura que nele se inscreve. Quando avaliamos os acontecimentos e as condutas humanas, fazemo-lo a partir do sistema de valores que espontânea ou conscientemente adoptámos e que nos proporciona os modelos e as medidas para essa avaliação.²⁰ Para usar as palavras de Adam Schaff, "o historiador, sujeito que conhece, é um homem como qualquer outro e não pode libertar-se das suas características humanas: não é capaz de pensar sem as categorias de uma língua dada, possui uma personalidade socialmente condicionada no quadro de uma realidade histórica concreta, pertence a uma nação, a uma classe, a um meio, a um grupo profissional..., com todas as consequências que tudo isto implica no plano dos estereótipos que aceita, da cultura de que é ao mesmo tempo uma criação e um criador".²¹

Proponho-me não incorrer nem na "pura denúncia" nem na "simples hagiografia"²² e, afastado o preconceito da objectividade, tentarei elaborar uma "síntese hipotética", isto é, síntese na medida em que se tende a reconstituir uma totalidade a partir do conhecimento dos factos particulares, e hipótese na medida em que as relações

¹⁸ Daniel Hameline, "Prefácio", in António Nóvoa, *Le temps des professeurs*, INIC, Lisboa, 1987, p. XXII

¹⁹ John Dewey, *Logic: The Theory of Inquiry*, Nova Iorque, 1949, p. 98

²⁰ Adam Schaff, *História e Verdade*, Estampa, Lisboa, 1974, p.250

²¹ Adam Schaff, *História e Verdade...*, p.273

²² António Nóvoa, "A Educação Nacional...", p. 182

estabelecidas entre esses factos nunca serão absolutamente evidentes nem verificáveis.²³

A natureza monográfica do trabalho, pelo objecto que trata e pelos actores cuja interacção procura captar, impôs-me alguma contenção teórica. Tratando-se do estudo de uma instituição particular, marginal em relação ao sistema educativo da época, pareceu-me arriscado submetê-la a quaisquer modelos de interpretação de vocação universal. Procurei, por isso, cingir-me a um discurso mais narrativo, preocupando-me mais em descrever do que interpretar, embora tenha registado, frequentemente, as minhas reflexões. Neste sentido, assumo alguma identificação com linhas historiográficas da História Nova, segundo as quais a história deve encontrar caminhos para chegar junto do público, não apenas do público específico das academias e das universidades, mas do público cidadão, afinal de contas, daqueles leitores que, na resposta às suas necessidades de identificação, constituem a própria razão de ser da história. Como escreveu Paul Veyne, a história confere aos homens a possibilidade “de jogar com o que são uma vez que tiverem tomado consciência disso” ou, como disse Michel de Certeau, ela “permite explicitar a identidade social, situando a sociedade presente face às outras. Confere à nossa sociedade a espessura de um passado legitimante.”²⁴ Valorizar a disciplina científica que estuda o passado é também enunciar as suas virtualidades formativas no desenvolvimento da pessoa e na formação do cidadão. É que, como escreveu Mattoso, “só me atrai, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente”.²⁵

1.3. Metodologia de trabalho

Estabelecidos, na introdução, alguns limites estruturantes da forma como o trabalho se irá desenvolver, passo a descrever o plano da dissertação e a metodologia que foi utilizada. Não se conhece na história da educação outra metodologia que não a utilizada pela história. Após ter esboçado um quadro teórico embrionário que me permitisse ver algumas setas a indicar o caminho, encetei uma fase de investigação e

²³ Adam Schaff, *História e Verdade...*, p.274

²⁴ Guy Bourd é Hervé Martin, *As Escolas Históricas*, Europa América, Lisboa, 1990, p.210

²⁵ José Mattoso, *A escrita da história*, Estampa, Lisboa, 1998, p.21

recolha de documentos, primordialmente no arquivo morto do Centro de Formação da Fernave, hoje herdeiro da antiga Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento.

Centenas de pastas com documentos e milhares de papéis avulsos estavam guardados em arrecadações do Centro de Formação.²⁶ Fui autorizado a transferir todo o acervo para uma sala do arquivo da escola, em lugar acessível e onde houvesse condições para poder trabalhar. Iniciei as minhas buscas começando por organizar as pastas de acordo com uma ordem cronológica e, posteriormente, seguindo a natural ordem numérica da escola que tornava aquela mais precisa. Encontrei essencialmente pastas com exercícios de desenho, relatórios dos aprendizes relativos ao seu estágio nas várias secções da oficina, exercícios oficinais e pastas com pautas de classificação e de exame.

Depois de ordenar numericamente as pastas de desenho e os relatórios dos aprendizes, iniciei o longo trabalho de organização dos documentos dispersos e avulsos e cedo me apercebi de que se não tratava apenas de documentos autónomos, mas também de folhas que se haviam soltado das pastas que já tinha ordenado. Colocava-se uma questão: introduzir simplesmente as folhas dentro do caderno respectivo, pasta de desenho ou relatório, ou tentar situá-las dentro de uma ordem cronológica dado que uma boa parte dos documentos se encontram datados. Contudo, dei-me conta que os documentos nas pastas nem sempre respeitavam a ordem cronológica, quer na origem, a partir da própria mão do formando, quer por força das vicissitudes posteriores dado que os documentos se encontram soltos e portanto susceptíveis de caírem e serem repostos a granel dentro das pastas. Analisando pasta a pasta, dei-me até conta de que havia documentos de aprendizes arrumados em pastas pertencentes a outros aprendizes. Tais foram portanto as minhas preocupações iniciais: repor uma ordem mínima nos documentos, mantendo-os tão intactos quanto possível, arquivando dentro das pastas de cada aprendiz todos os documentos que lhe diziam respeito.

²⁶ Infelizmente não se poderá afirmar o mesmo em relação às Escolas do Barreiro e de Campanhã onde me dirigi em busca da documentação relativa aos aprendizes: no primeiro caso foi queimada e no segundo foi vendida a peso como papel velho.

Não realizei qualquer tipo de classificação dado que se tratava apenas de quatro categorias de documentos perfeitamente identificadas: exercícios de desenho, relatórios das secções, exercícios oficinais e pautas de exame e de aproveitamento. Por outro lado, a numeração em série única, aliada a informações como o nome do aprendiz, o ano lectivo e a turma, permitem uma cabal identificação do documento. À medida que ia avançando na ordenação da documentação, ia organizando um ficheiro geral dos aprendizes e registando toda a ocorrência pertinente.

Após ter todo o acervo respeitante aos aprendizes devidamente organizado e consultável, colocava-se a questão acerca do que fazer com ele. Era óbvio que se não podia voltar a amontoá-lo nas arrecadações. Não só eram evidentes os riscos de delapidação, pela manifesta inadequação das condições existentes, como se estaria a esbanjar todo um trabalho de organização que me levou meses a pôr de pé. Colocado o problema aos actuais responsáveis da instituição, aos senhores engenheiro Fonseca e Mário Rodrigues, foi pensada uma solução logística que permitiu albergar a documentação no próprio arquivo da Fernave.

Presumindo que, pelas contingências do quotidiano, tal solução possa não ser viável como solução definitiva, contactei o presidente da Comissão Instaladora do Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento no sentido de que o arquivo da Escola de Aprendizes se venha um dia a juntar a outros documentos respeitantes ao caminho de ferro, na constituição de um centro de documentação ferroviária que certamente em muito enriquecerá o espólio e as valências do museu.

Todavia, aos investigadores que vierem na minha peugada ou aos arquivistas que pretendam colocar em forma própria todo aquele acervo documental, julgo deixar um caminho com menos escolhos do que aquele que me foi dado trilhar, apesar dos apoios e vontades registadas.

Em paralelo, iniciei também as minhas pesquisas nos serviços de Pessoal da EMEF no Entroncamento, na biblioteca do Centro de Formação da Fernave e na Escola Camões, que albergou a Escola de Aprendizes entre 1959 e 1969. Em Lisboa, nos serviços centrais da antiga CP, consultei os arquivos da Divisão de Infra-estruturas, da

Divisão de Material, da Direcção de Recursos Humanos/Departamento de Pessoal e, sobretudo, a biblioteca do grupo de trabalho do Património Histórico da Refer.

Sem menosprezar qualquer das colaborações que me foram prestadas, devo realçar a importância do contributo dos serviços de Pessoal da EMEF no Entroncamento e do grupo de trabalho do Património da Refer em Lisboa. No Entroncamento, foi-me disponibilizado um importante maço de documentos relativos à Escola de Aprendizizes que me permitiram visualizar a instituição como um todo, nomeadamente no seu relacionamento com a empresa dos caminhos de ferro ao longo dos trinta e três anos da sua existência. De toda essa documentação elaborei registos, utilizando as facilidades concedidas, nomeadamente a faculdade de poder fotocopiar documentos. Foram assim constituídos dois volumosos dossiers, ordenados cronologicamente e que, na sombra, constituem um suporte fundamental do meu trabalho. Ainda no Entroncamento, na biblioteca da Fernave, pude consultar obras de temática ferroviária, nomeadamente a *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Mãos amigas foram depositar na minha casa duas colecções do *Boletim da CP*. A importância de tal documento no alicerçar da investigação e a comodidade de o ter sempre à mão avolumam a generosidade do empréstimo.

Em Lisboa, na biblioteca do grupo de trabalho do Património da Refer, pude consultar documentação e obter referências bibliográficas pertinentes para esclarecer a articulação entre a evolução tecnológica e económica da CP e os diferentes ritmos da Escola de Aprendizizes.

Num âmbito mais geral, realizei pesquisa bibliográfica na pista do antigo Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra, nomeadamente para procurar os questionários de um inquérito realizado nos meados da década de sessenta a uma amostra nacional de duas mil empresas e que respeitava à problemática da aprendizagem nas empresas. Apesar do insucesso do empreendimento, a pesquisa realizada permitiu-me visualizar melhor a evolução do funcionamento das instituições que coordenam esta área de formação. Encontrei também, na biblioteca da Direcção Geral do Ensino Básico, um

importante acervo de publicações respeitantes ao ensino técnico. Entre outras pesquisas pertinentes, foi lá que me familiarizei e consultei o boletim *Escolas Técnicas*.

Na Biblioteca Nacional e nas duas bibliotecas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação recolhi informação bibliográfica que me permitiu ter uma ideia do estado da arte e estabelecer alguns grandes planos necessários para irmos sempre afinando o ritmo da investigação. Na primeira das instituições referidas, destaco a consulta da revista *Indústria Portuguesa*, órgão oficioso da Associação Industrial Portuguesa e um referencial importante para a temática geral do meu trabalho.

A pesquisa documental e bibliográfica seria estreita para nela caber uma história do passado recente. Aliás, a reflexão sobre o conceito de documento histórico obriga hoje o historiador a ir além da materialidade explícita dos factos. Como escreveu Marrou, "tudo o que, na herança subsistente do passado, pode ser interpretado como um índice revelador de qualquer coisa sobre a presença, a actividade, os sentimentos, a mentalidade do homem de outrora - entrará na nossa documentação".²⁷

A análise da documentação despertou-me a necessidade de recolher testemunhos orais e por isso recorri a entrevistas e inquéritos. Tratou-se de reforçar e melhorar a informação existente, de procurar outros "índices reveladores" e, sobretudo, de explorar a proximidade no tempo para registar depoimentos de agentes directamente envolvidos nas práticas da instituição que é objecto de estudo.

Os objectivos das entrevistas visavam contribuir para uma melhor identificação e caracterização do corpo docente da Escola de Aprendizes, compreender a articulação entre a escola e a empresa, avaliar a formação realizada e situá-la face ao sistema educativo da época. Foram realizadas entrevistas a dois antigos directores da Escola de Aprendizes, um ao nível do 2º Grupo Oficinal da CP e outro da Escola de Aprendizes propriamente dita, a um professor de Aritmética, Geometria e Álgebra e a dois antigos aprendizes.

Quanto aos questionários, foram dirigidos a uma amostra de uma centena de antigos aprendizes, com uma taxa de retorno de setenta e seis por cento. Os seus

²⁷ Henri Irené Marrou, *De la connaissance historique*, Éditions du Seuil, Paris, 1975, p.74

objectivos visavam estabelecer um perfil do aprendiz da escola, a partir da sua origem social e geográfica, das motivações que justificaram a entrada na escola, esclarecer aspectos específicos da vivência e do dia a dia escolar e, enfim, conhecer o percurso sócio-profissional dos ex-aprendizes. Pretendia-se, também, proceder à avaliação da formação a partir da opinião dos aprendizes.

A determinação da amostra teve em conta, no essencial, os ex-aprendizes que se mantêm em funções na área da EMEF-Entroncamento, que corresponde ao antigo 2ºGrupo Oficinal. O conjunto mais homogéneo, contudo, é constituído pelas turmas de serralheiros e electricistas, que entraram para a escola em 1966, e que em 2001 se juntaram num almoço de confraternização.²⁸

Não me parece necessário aduzir mais razões para fundamentar o recurso aos testemunhos orais e à aplicação de um questionário aos antigos aprendizes, como suportes para esclarecer aspectos pertinentes da investigação. Haverá quem critique a subjectividade destas orientações. A subjectividade, a falta de distância e a visão parcelar e parcial assumem-se como riscos que vale a pena correr se tivermos em conta que se trata de testemunhos privilegiados de actores que, pela sua posição, acção e responsabilidade têm um bom conhecimento dos problemas a que o estudo respeita.

Haverá, sobretudo, no caso dos inquéritos, a suspeição do jogo viciado, uma vez que o inquirido é encaminhado para respostas previamente elaboradas pelo inquiridor. A proximidade no tempo abona a opção, uma vez que permite apreender melhor o significado dos factos; quanto à preparação prévia de um lote de respostas possíveis, se, por um lado, não se pode realizar de outra forma, por outro, convém sublinhar que tal preparação foi precedida de uma investigação aturada e reflectida que procurou ir ao encontro das realidades sociais que se pretendiam auscultar.

O trabalho do historiador não se pode compartimentar em gavetas estanques, nem do ponto de vista dos conteúdos, nem no dos métodos. As tarefas empreendidas na pesquisa das fontes contêm “de per si” o essencial do trabalho hermenêutico: ao

²⁸ Circunstância que procurei não desperdiçar, associando-me ao encontro, passando os questionários e trocando impressões pertinentes com aqueles antigos aprendizes. Aliás, segundo me foi afirmado, realizam-se periodicamente encontros de antigos aprendizes.

pesquisar, selecciona-se, ao seleccionar, critica-se. A selecção e a crítica, por sua vez, contêm já também uma boa dose de elaboração e reelaboração, isto é, de construção do conhecimento histórico.

1.4. Plano do trabalho

Nos capítulos 2 e 3 - *O ensino técnico em Portugal nos anos 40 e a Reforma de 1947/48 e o novo estatuto do ensino técnico* -, pretendo esclarecer o contexto sócio económico e as políticas educativas que marcaram as décadas de 40 e de 50, uma época de viragem na vida e na sociedade portuguesa na qual se inscreve o arranque da Escola de Aprendizes do Entroncamento. Essencialmente, trata-se de descrever um quadro que permita compreender a insuficiência da rede de escolas técnicas e o modo como este grau de ensino se vinha processando, orientando a sua leitura no sentido de uma dupla resposta: por um lado, os antecedentes e a justificação da reforma de 1948, no contexto das alterações sociais e económicas no período da guerra e do pós-guerra e, por outro, o arranque da Escola de Aprendizes do Entroncamento numa fase de mudanças estruturais importantes na empresa dos caminhos de ferro. O capítulo 4, *A Escola de Aprendizes da CP*, descreve o contexto institucional e sectorial, procurando relacionar a criação e o percurso da Escola de Aprendizes, quer com a evolução económica e tecnológica da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, quer com a própria evolução da rede pública do ensino técnico. Pretende-se também, em *A Escola e o Bairro Camões*, auscultar a ligação entre o Entroncamento e o Estado Novo e analisar um edifício construído de raiz para ser uma escola. No fim de contas, trata-se de equacionar uma estratégia local de formação e questionar o imaginário de algumas gerações de aprendizes que na Escola Camões fizeram o seu aprendizado, no período em que ali esteve instalada a Escola de Aprendizes. O capítulo 6, *O modelo de aprendizagem da*

Escola de Aprendizizes, constitui-se como a referência nuclear do trabalho porque descreve o contexto escolar da instituição que é o objecto central do estudo: as problemáticas relacionadas com a admissão dos aprendizes, os cursos ministrados na escola, o currículo explícito e implícito, a classificação e o aproveitamento, a assiduidade, o controle e a disciplina, os espaços e os tempos e, finalmente, os actores, a direcção, o corpo docente e os alunos.

O currículo explícito é descrito a partir de um conjunto de horários semanais respeitantes a diversos anos e dos normativos da empresa que os fundamentam, sendo também feita referência aos manuais adoptados para acompanhamento de algumas disciplinas.

O currículo implícito ou oculto é tratado através da análise de conteúdo de um conjunto de noventa e duas frases da semana que foram recenseadas a partir do “corpus” documental.

A identificação formal dos actores, nomeadamente dos professores e monitores e dos aprendizes, processou-se a partir da documentação em arquivo. Para melhor intentar a sua caracterização, nomeadamente as motivações e as lógicas de actuação, foram realizados questionários e entrevistas cujos resultados se anexam ao trabalho.

Antes de se apresentarem as conclusões do estudo, propõe-se um último capítulo, *A aprendizagem nas empresas*, em que são analisados os resultados de um inquérito relativo à aprendizagem nas empresas realizado nos anos sessenta. Esses dados são enquadrados numa grelha comparativa que integra também a Escola de Aprendizizes e um conjunto de informações sobre a aprendizagem no Reino Unido, na Holanda, na Suíça, na França, no Canadá e nos Estados Unidos, publicadas pelo “Bureau International du Travail” também na década de sessenta.

Utilizei fundamentalmente documentos da época para ancorar a redacção destes textos: a reforma do ensino técnico e os seus antecedentes emergiram a partir da leitura do próprio texto da lei, do parecer da Câmara Corporativa, das actas do debate na Assembleia Nacional e do boletim *Escolas Técnicas*, que surgiu em 1946, justamente no momento em que se ultimava o projecto de reforma e da qual se pode considerar um eco importante.

No que respeita à Escola de Aprendizes e à sua contextualização no quadro da empresa dos caminhos de ferro, foi essencial o recurso aos documentos em arquivo e às páginas do *Boletim da CP*, igualmente um eco fundamental da vida e das políticas ferroviárias.

Num caso e no outro, procurei esclarecer os percursos respectivos com recurso a bibliografia pertinente que me permitisse dispor da utensilagem teórica indispensável. De Sérgio Grácio, anotei o acompanhamento, passo a passo, da reforma do ensino técnico de 1948, no quadro da política educativa do Estado Novo e de outros factos que a contornam e ajudam a compreender, assim como registos teóricos e interpretativos que, de forma salutar, cada vez mais a história toma de empréstimo à sociologia. Refiro-me, concretamente, ao discurso sociológico que sustenta as teorias do capital humano e do investimento escolar, necessário para perceber e interpretar as motivações dos actores e, assim, tornar mais sólida a compreensão dos factos. Outros autores, como António Nóvoa, Maria Filomena Mónica, Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, ajudaram-me a perceber melhor os contextos da vida económica, das políticas educativas e das balizas ideológicas cuja compreensão se tornou indispensável para uma melhor identificação e precisão do objecto de estudo e para o integrar no tecido da vida social de que faz parte.

1.5. O acervo documental da Escola de Aprendizizes

O levantamento da documentação existente no arquivo morto do Centro de Formação da Fernave e na secção de pessoal da EMEF permitiu recensear os seguintes tipos de documentos:

- a) relatórios de estágio nas secções - do estágio que o aprendiz realizava durante o segundo ano do curso, percorrendo as várias secções da oficina;
- b) pastas com os exercícios de desenho realizados ao longo de todo o curso e que em regra contemplam exercícios de desenho linear e geométrico, desenho de projecções, desenho de máquinas e desenho esquemático;
- c) pastas contendo as provas de desenho realizadas por quatro vezes ao longo de cada ano lectivo;
- d) séries de exercícios realizados na prática oficial;
- e) relações de candidatos à admissão e dos candidatos aprovados e admitidos na escola;
- f) relações de turma, pautas de classificação periódica global e por disciplina e pautas de classificação anual por turma e por ano lectivo;
- g) mapas horários anuais com o horário de funcionamento da escola, indicação dos anos e das turmas e a relação dos professores por disciplina;
- h) correspondência entre o 2º Grupo Oficinal/Escola de Aprendizizes e a sede da Companhia em Lisboa - Serviços Gerais de Secretaria e Pessoal e, sobretudo, Direcção de Material, Tracção e Oficinas ou, mais recentemente, apenas Direcção de Material e Tracção. Essa documentação reporta-se fundamentalmente às admissões - nomeação de júris de exame, descrição das provas a realizar e o respectivo calendário, com indicação do dia, hora e local - , ao aproveitamento e aumento de salários no final de cada ano lectivo, à atribuição de números de matrícula, à colocação dos aprendizes após a conclusão da aprendizagem, ao levantamento das necessidades com vista ao

recrutamento em cada ano lectivo, aos normativos relativos ao funcionamento da escola e ao seu pontual ajustamento, à transferência dos aprendizes do terceiro ano para o 3º Grupo Oficial no Barreiro, a fim de aí realizarem os cursos de electricistas e serralheiros de motores;

i) finalmente, ainda ao nível das fontes primárias, encontrei dentro das pastas de desenho de alguns aprendizes um registo cronológico onde o aprendiz anotava o que ia realizando em cada dia da semana e, por cada semana, uma frase emblemática citada nas normas de conduta oficial como devendo ser registada e meditada.

Os documentos mais abundantes são as pastas de desenho. Apesar de me ter sido inicialmente noticiado o desaparecimento da documentação relativa à escola, tal óbice não diz respeito aos exercícios de desenho. Aliás, o desenho ocupava uma posição axial na formação global dos aprendizes. O conteúdo global destas pastas era constituído por vinte e cinco exercícios de desenho linear e geométrico (até 1966), trinta exercícios de desenho de projecções, vinte e três exercícios de desenho de máquinas e por uma dezena de tabelas de equivalências, no caso de o aprendiz no terceiro ano ter sido encaminhado para a especialidade de serralheiro ou afim (torneiro, traçador, soldador, caldeireiro...). Se foi julgado mais apto para prosseguir a formação de electricista, era-lhe ministrado desenho esquemático num total de cinco dezenas de exercícios.²⁹

Todavia, não emergem das pastas apenas os desenhos; para além daquela espécie de diário já referido, com a matriz de ocupação do tempo escolar e com as frases da semana, um dos documentos mais interessantes que frequentemente aparecem, e que seria sempre o primeiro documento da pasta se ela estivesse ordenada cronologicamente de trás para a frente (quase nunca está), não é propriamente o desenho

²⁹ O anexo 2 apresenta grelhas que recenseiam todos os exercícios de desenho.

número um, dado que esse existe enquanto tal, é uma antecipação, um adestramento da mão no manuseamento do lápis e na configuração das letras.

Trata-se de um escrito avulso (nem sempre se lhe pode chamar texto porque não há uma preocupação de o estruturar enquanto tal), livre e arbitrário, onde o aprendiz desenha letras e as integra em palavras e, às vezes, em frases soltas, deixando assim escapar informação diversa.³⁰ Antes de mais, repete o seu nome, a sua naturalidade e o nome dos seus progenitores, nomes de colegas da turma, referências à Escola de Aprendizizes e eventualmente a outras escolas antes ou ainda frequentadas, o seu estar na escola, o horário e as disciplinas frequentadas, o gosto pela escola e, quase sempre, referências à sociedade civil em que se sente integrado, quais balizas no seu horizonte, quer se trate de notícias de futebol (nomes de clubes, competições em que estão envolvidos, nomes de jogadores...), quer de parangonas do nacionalismo oficial adoptadas como emblema, nomeadamente, quanto aos valores do colonialismo.

Num desses escritos, datado de Março de 1966, pode ler-se uma singela quadra (supostamente um texto para uma marcha popular), onde se diz "viva o nosso Portugal, repetimos outra vez, viva o nosso Portugal, e o povo português". E, mais adiante, "rapazes e raparigas, manifestai o lugar, nesta marcha dedicada, aos que estão no ultramar". Há também o país real, rural e pobre, a emergir por baixo da capa translúcida dos valores oficiais: "o inverno é uma das estações do ano mais frias. É nesta estação que as pessoas velhas passam os dias ao lume ou nas suas camas e é nestes três meses que a neve e a chuva caem com mais intensidade... é ainda neste tempo que as mulheres mais pobres até choram porque não são capazes de atear o lume, umas devido a não terem lenha e outras têm-na mas está molhada".

³⁰ Anexo 3

Quanto aos relatórios, para além de constituírem uma indicação segura do ano frequentado pelo aprendiz e da formação prática que lhe era ministrada, permitem também desvendar as lógicas de actuação dos aprendizes, quer quanto à obrigatoriedade da elaboração do relatório e a eventuais dificuldades de redacção, quer quanto à forma de ultrapassarem o obstáculo, quer ainda quanto à aparente contemporização dos monitores em relação a tais práticas.

Trata-se de textos, por regra, vestidos de igual. Apesar de os aprendizes do segundo ano serem distribuídos pelas várias secções da oficina e supostamente os relatórios serem por isso diferentes, percebem-se jogos de troca onde um aprendiz mais lesto a escrever e às vezes a desenhar - os relatórios deviam integrar, obrigatoriamente, desenhos de peças ou máquinas sobre as quais recaiu a intervenção do aprendiz durante o seu estágio - elabora o seu relatório e, os restantes, à medida que vão rodando pelas secções, vão-no reproduzindo. Como se tem conhecimento dos relatórios elaborados nos anos anteriores, por vezes são esses que são transcritos.

Quer as limitações no manuseamento da língua pátria - que ainda hoje aflige docentes e discentes -, nomeadamente para aqueles moços portadores da escolaridade básica com três ou quatro anos de interregno na sua escolarização, quer a legítima ambição de apresentar um bom relatório, porque era sobretudo nele que assentava a classificação do monitor, levavam os aprendizes a reproduzir até ao limite os bons relatórios dos anos anteriores ou os relatórios dos colegas mais expeditos.

1.6. Ficheiro geral dos aprendizes

Numa tentativa de sistematizar a documentação recolhida e de otimizar a partir daí a informação, elaborei grelhas de análise. A mais importante deu origem a um ficheiro global, ordenado numérica e cronologicamente, dado que a numeração dos aprendizes se vai sucedendo, numa série única, ao longo dos diversos anos. Relativo ao ano de 1943, o primeiro ano da escola, surgiu-me um documento que me permitiu datar de forma taxativa o início da Escola de Aprendizizes no Entroncamento: uma pasta contendo várias pautas de exercícios de desenho e, portanto, a primeira lista onde constam os primeiros treze aprendizes. Daí em diante, quer recorrendo às pautas de avaliação anual e aos maços de exercícios classificados, quer, sobretudo, à inventariação e ordenamento das pastas de desenho, cruzando a informação daí resultante e juntando-lhe o registo dos relatórios do 2º ano e informações colhidas nos registos de aprovação no exame de admissão e nas listas de candidatos admitidos, foi relativamente fácil reconstituir toda a listagem dos aprendizes entre 1943 e 1974 (último ano em que houve admissões).

O ficheiro não é apenas uma lista de aprendizes: é sobretudo o registo ordenado da documentação e informação que existe a seu respeito. Elaborei a grelha a partir das seguintes entradas: número de escola do aprendiz, data de admissão na empresa e na escola (ao ser admitido na escola estava a ser admitido ao mesmo tempo na empresa), profissão (utilizei a nomenclatura da formação que apenas refere electricistas e serralheiros, embora estes últimos, ao serem promovidos a operários, pudessem ser providos noutras profissões afins, como torneiros, traçadores, caldeireiros, soldadores, para além dos serralheiros propriamente ditos), nome do aprendiz, registo de documentação (pastas de desenho e/ou relatório das secções e/ou exercícios oficiais quando existam), ano ou anos de frequência do 1º ano, do 2º ano e do 3º ano, registo das frases da semana (se houver), a data de conclusão da aprendizagem e promoção a operário, indicação se é familiar de ferroviário, a naturalidade do aprendiz e, finalmente, as habilitações literárias do aprendiz aquando do seu ingresso na Escola. Numa coluna final de observações registei ainda os aprendizes que, durante uma década (de 1958 a

1968), foram destacados para o 3º Grupo Oficial no Barreiro a fim de aí concluírem o 3º ano do curso nas especialidades de electricistas e serralheiros de motores.

Na entrada relativa à documentação existente, e apesar de na coluna constar apenas Pasta de desenho/Relatório das secções, registei sumariamente o tipo de informação de uma forma mais precisa. Assim, utilizei a abreviatura Des., seguida da data do primeiro desenho datado. A primeira categoria de desenho ensinada aos aprendizes era o Desenho linear e geométrico. O exercício número um era "ângulos".³¹ Todavia, e para além do exercitar da mão a desenhar as letras, como já referi, o aprendiz era iniciado com vários exercícios a tinta da China, primeiro à régua (banda larga e banda estreita, horizontal, vertical e diagonal, tracejado grosso e tracejado fino e linhas entrecortadas por pontos) e depois a compasso (seguindo tracejados semelhantes), a fim de exercitar o traço.³² Utilizei, portanto, como critério de datação o primeiro trabalho realizado, ou seja, o exercício à régua. Na sua ausência, o exercício a compasso ou, caso este não exista, o exercício número um (DLG 1), que são os ângulos. Por vezes, não surge nenhum dos referidos e, nesses casos, utilizo abreviaturas do tipo de exercício e da respectiva numeração, recorrendo sempre à data mais antiga. Por isso surgem siglas como DP 1 (desenho de projecções número um), DM 1 (desenho de máquinas número um) e DE 1 (desenho esquemático número um). Em anexo são reproduzidos exemplares destes documentos, a fim de tornar mais clara a descrição.³³ Foram assim datadas todas as pastas de desenho até 1965.

A partir de 1966, o curso foi reduzido para dois anos e tal facto veio a repercutir-se em todo o currículo dos aprendizes. A disciplina de desenho foi, por regra, amputada do desenho linear e geométrico e os aprendizes eram iniciados, a partir de então, no primeiro exercício de desenho de projecções (DP 1), que constava de novo de um exercício de letras (exercício número um, que antes estava numerado com o número vinte e seis), embora, para além do desenho das letras, sirva também para o registo de uma série de conceitos úteis para a geometria descritiva e daí que o exercício se designe

³¹ Anexo 4

³² Anexo 5

³³ Anexo 6

por definições. A partir desta altura, utilizo como critério de registo a data deste exercício número um ou, na sua ausência, o que numérica e cronologicamente lhe estiver mais próximo.

Quanto aos relatórios, procurei registá-los a partir da data mais antiga encontrada em cada pasta. Teoricamente, deveria ser a data do primeiro relatório, isto é, da secção onde o aprendiz estagiou em primeiro lugar. Contudo, os aprendizes omitem frequentemente a data, esquecem-se de datar e, por outro lado, bastava uma folha ter-se transviado para essa lógica ser desestruturada.³⁴ De qualquer forma, foi a primeira data assinalada que serviu de critério para o registo dos relatórios.

1.7. A emergência de uma história local da educação ?

A história, durante muito tempo história dos grandes, dos que detinham o poder de a fazer escrever, acomodou-se depois, durante décadas, a um estatuto que a identificava com os grandes acontecimentos, nomeadamente, políticos, o que, provavelmente, pouco a tornaria diferente da primeira.

A procura de novos caminhos e de novos objectos, de novos protagonistas e de novos heróis, iniciada pela equipa dos Annales, tem levado à descoberta, não só de uma História Nova, mas, sobretudo, de outras histórias. Talvez seja a pluralidade dos discursos e das perspectivas que os impulsionam a novidade mais fresca da história com que hoje lidamos. Como disse François Furet, é “a vagabundagem em todos os campos”. Apesar disso, o discurso que continua a predominar é o da centralidade.

A emergência dos poderes locais tem viabilizado o enfoque dos saberes locais, por norma, como estratégias de legitimação dos primeiros. As várias produções de cada comunidade saltam para o escaparate, nem que seja apenas pelo prazer frívolo e efémero de uma comemoração ou de uma festa. A história também. Em Portugal, na década de oitenta, foram os anos da história local: comemoração de efemérides, centenários disto e daquilo, e, sobretudo, congressos, jornadas e encontros. A emergência do local na história tem contribuído para reforçar a importância do

³⁴ No anexo 7 é apresentada uma relação das secções da oficina onde estagiavam os aprendizes do 2º ano.

conhecimento histórico enquanto prática legitimadora das ideias e dos projectos e, portanto, para revitalizar a própria vida interna das comunidades locais.

A história da educação não se tem mostrado sensível aos apelos ou às tentações que poderiam trazer para a ribalta a dimensão local dos fenómenos educativos. Compreende-se porquê. Em Portugal, a atenção exclusiva que se tem concedido à acção educativa do estado tem gerado determinismos de natureza centralista que levaram a negligenciar as realidades que transcendem aquele contexto. Mesmo quando se almejam outros objectivos, como, por exemplo, quando se estudam instituições ou fenómenos educativos particulares, não estatais, fazemo-lo geralmente em negativo, isto é, tendo por referência os indicadores oficiais para o mesmo fenómeno.

Todavia, parece estar a emergir um discurso aberto a novas perspectivas, numa linha que se poderia designar por micro-história, que tem permitido reconstituir estratégias e projectos de realização educacional das populações, tendo em conta as dinâmicas próprias das comunidades e das instituições locais e não apenas as leis e as decisões decretadas pelo poder central. Não se trata de retomar ou eternizar qualquer debate entre o centralismo e o localismo, até porque a dimensão local dos fenómenos educativos não nos dispensa de ter em conta escalas mais amplas, quer se trate da comparação com outros locais, quer com a própria acção do estado na área em que se situa o nosso objecto de estudo.

É nesta dupla consciência, da necessidade de conferir um estatuto próprio às dinâmicas locais que fizeram nascer a Escola de Aprendizes e de procurar contextualizar a sua existência face ao quadro necessariamente mais amplo do sistema educativo da época, que se vai abordar a política educativa do Estado Novo e tentar esboçar um diagnóstico do ensino técnico em Portugal nos meados do século XX.

2. O ensino técnico em Portugal nos anos 40

2.1. A política educativa do Estado Novo e os antecedentes da reforma de 1947/48

A necessidade de escolarizar a juventude portuguesa, imposta pelas novas condições sociais e económicas emergentes após segunda guerra mundial, nomeadamente a necessidade de formar recursos humanos qualificados indispensáveis às novas lógicas de desenvolvimento económico, deu origem a alterações estruturais importantes na política educativa do Estado Novo. A impulsão da escolaridade elementar a partir da década de cinquenta e a reforma do ensino técnico de 1947/48 foram das mais relevantes. Contudo, as medidas de política educativa foram sempre temperadas com estratégias de controlo das aspirações sociais anómicas que a frequência da escola necessariamente haveria de suscitar.

António Nóvoa distingue quatro fases na organização das políticas educativas do Estado Novo: uma primeira que consistiu no desmantelamento da herança educativa republicana, sobretudo ao nível do ensino primário; uma segunda marcada pela tentativa de edificação da escola nacionalista, através de um esforço de inculcação ideológica e de doutrinação moral; uma terceira de acomodação do sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes no pós-guerra, marcada pelas reformas no ensino liceal e no ensino técnico e uma quarta caracterizada por uma maior abertura do sistema educativo e por uma maior democratização do ensino no quadro da articulação entre a planificação económica e a planificação educativa.³⁵

Também Sérgio Grácio caracteriza a política educativa do Estado Novo, logo a partir de 1926, "por um conjunto de medidas declarada ou tacitamente erigidas contra as concepções e a prática educativa da República".³⁶ A redução do ensino primário obrigatório com a extinção das escolas primárias superiores, a simplificação dos programas, a divisão do ensino primário em dois graus com a obrigatoriedade escolar circunscrita à 3ª classe, a extinção das escolas móveis e a criação dos postos de ensino

³⁵ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", in *Actas del II Encuentro Ibérico de Historia de la Educación*, Zamora, 7-10 de Junho de 1995, pp.178-179

³⁶ Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Horizonte, Lisboa, 1986, p. 21

e a expansão da rede à custa dos postos escolares e da contratação de regentes, a suspensão das matrículas nas Escolas do Magistério Primário, são medidas que aquele autor configura como enunciadoras da contenção da despesa pública com a educação e desde logo reveladoras de uma clara intenção dirigente de nivelamento por baixo. Por outro lado, o saneamento ideológico e a diminuição do estatuto social dos professores, com a criação de uma nova categoria, os regentes escolares, com a redução dos salários reais e os condicionalismos impostos ao casamento das professoras primárias, estabeleciam objectivos de conformação dos agentes de ensino à nova ordem social e política.³⁷

Comparando a evolução do número de matriculados no ensino primário e a evolução da rede escolar, Grácio distingue três fases no percurso da escola primária nacionalista:³⁸ uma primeira fase situada nos anos trinta, caracterizada pelo crescimento moderado da rede escolar - que se acelera a partir de meados da década devido à abertura dos postos escolares - e pela depressão do número de matriculados a partir de 1935. Uma segunda fase, depressiva, na década de quarenta, caracterizada pela inflexão da rede e pela quebra do número de matriculados. A travagem no crescimento da produção industrial determinou a falta de recursos - que a guerra agravou -, vindo a ter incidências, quer na oferta estatal, quer na procura de ensino. O regime estaria também, segundo Sérgio Grácio, a pagar agora a factura das decisões anteriores, nomeadamente a manipulação do estatuto dos professores, podendo relacionar-se o encerramento das Escolas do Magistério com a falta de professores.

Uma terceira fase teve início nos anos 50 e foi marcada, quer pela expansão da rede, quer pelo crescimento rápido do número de matriculados. O traço mais característico deste período foi, para Grácio, a oferta antecipar-se à procura, residindo aí a manifestação de um "voluntarismo governamental" na promoção da escolaridade de 1949 em diante. O crescimento económico do pós-guerra aumentou os recursos estatais, permitindo a expansão da rede escolar que se traduziu na criação de Escolas de

³⁷ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 23

³⁸ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 27

Magistério Primário e na implementação das construções escolares. Ao mesmo tempo, a subida do nível de vida das famílias ter-lhes-á disponibilizado os meios necessários para poderem enviar os filhos à escola. O corolário desta fase expansionista foi o alargamento da escolaridade obrigatória para quatro anos (em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas) e a escolarização plena até à 4ª classe atingida na década de sessenta.

Referindo-se aos ritmos de crescimento do ensino primário, Sérgio Grácio observou que a política do Estado Novo para a educação se pautou, por um lado, pelo nivelamento por baixo e, por outro, pela tentativa de ajustar a definição institucional à realidade da procura popular de ensino. Dito de outra forma, para Grácio, tratou-se de refrear as despesas alargando ao mesmo tempo a oferta estatal de ensino e, por outro lado, de se ajustar à procura numa tentativa de adequar a educação escolar à estrutura social.³⁹ Contudo, para Grácio, não é lícito afirmar que tenha existido por parte do “ethos” dirigente “um plano de longo prazo plenamente arquitectado tanto na consciência dos fins como na adequação dos meios”.⁴⁰ Para este autor, são a natureza estável do regime e a continuidade da acção governamental que permitem, em análise retrospectiva, uma interpretação objectiva que mostra a coerência do conjunto sem ser o produto desse plano. E, para Sérgio Grácio, essa interpretação retrospectiva permite gizar um modelo de desenvolvimento da escolarização básica prosseguido pelos governos do Estado Novo caracterizado pela ausência de produção anómica de aspirações, pela parcimónia das despesas públicas, pela possibilidade de colocar tão cedo quanto possível no activo das suas realizações a escolarização elementar de todas as crianças portuguesas e pelo ajustamento tendencial à estrutura da procura popular da educação.⁴¹ Como escreveu Grácio, “não se tratou apenas de pôr ordem nas finanças porque a forma de o fazer estava também objectivamente orientada para criar ordem nos espíritos”.⁴² Ordem nas finanças, nivelando por baixo, contendo as despesas,

³⁹Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.32

⁴⁰Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.33

⁴¹Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.38

⁴² Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 38

embaratecendo e alargando a oferta estatal, e ordem nos espíritos, adequando a educação escolar à estrutura social. Por isso, no quadro do debate suscitado pela problemática da correspondência entre a escolarização e as aspirações sociais, a política do Estado Novo para a educação consistiu, no dizer de Grácio, numa tecnologia social, isto é, "num conjunto de medidas objectivamente orientadas, no caso dos utilizadores da escola, não para influir na sua trajectória social (...) mas na representação que os sujeitos tinham do seu destino; e, portanto, também orientadas para influir no ajustamento da expectativa subjectiva ao destino objectivo".⁴³

2.2. O ensino técnico em Portugal nos anos 40

O recurso às caracterizações estabelecidas por António Nóvoa e por Sérgio Grácio permite situar o ensino técnico, por um lado, no quadro geral da política educativa nacionalista e, por outro, na lógica das práticas salazaristas respeitantes à educação. Embora a abordagem recorrente de Sérgio Grácio respeite ao ensino primário, ela permite balizar um contexto ideológico a partir do qual se irá abordar o ensino técnico. Aliás, qualquer análise dos níveis de ensino pós primários estará sempre dependente da compreensão do que se passou no primário. Seria certamente difícil compreender o crescendo dos ensinos liceal e técnico nas décadas de cinquenta e de sessenta sem ter em conta as alterações no nível escolar anterior.

O debate em Portugal sobre a necessidade de uma reforma do ensino técnico profissional arrastava-se desde há décadas.⁴⁴ Num horizonte temporal mais próximo, desde o início dos anos 30 que se esperava por ela.⁴⁵ Contudo, como concluiu António

⁴³Sérgio Grácio, *Política Educativa* ..., p.p.39-40

⁴⁴ O Parecer da Câmara Corporativa recua até 1864, à criação das três primeiras escolas industriais, o bosquejo em que justifica a necessidade de uma reforma do ensino técnico e sustenta que "com ressalva de poucas escolas, têm sido desde sempre deficientíssimas as condições de funcionamento do ensino técnico entre nós, fruto do erário pobre de um país de economia débil... Edifícios acanhados, onde é preciso improvisar aulas em escadas ou corredores, onde não há recreios ou instalações sanitárias; material de ensino nulo, insuficiente ou desactualizado; oficinas mal equipadas ou mal dotadas de material de consumo...". Tal era o panorama do ensino técnico na década de quarenta, antes da reforma.

⁴⁵ Diz-nos António Carlos Proença que "desde a constituição da Junta de Construções, em 1934, era aguardada a publicação da reforma do ensino técnico pois se alegava que, sem ela, este ensino não poderia beneficiar da acção da Junta" (*Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.46)

Nóvoa, "só no pós-guerra, culminando longos anos de debates e de estudos, foram criadas as condições para o lançamento de um movimento reformador estruturante deste sector de ensino."⁴⁶

O contexto em que se desenhou e instituiu o novo quadro do ensino técnico pode ser balizado, por um lado, pela natureza inadiável do seu desenvolvimento, sucessivamente prorrogado em várias reformas anteriores e, por outro, pelas expectativas geradas pela aprovação da lei nº 2002 (que tratava do plano geral de electrificação do país) e da lei 2005, a lei do fomento industrial, à época considerada como panaceia para nos tirar "o pé da lama".⁴⁷ A reforma do ensino técnico foi mesmo considerada pelo deputado Marques de Carvalho, relator da Comissão de Educação na Assembleia Nacional, como um complemento da lei do fomento industrial.⁴⁸ Outra justificação frequentemente invocada foi o crescendo da procura de ensino técnico no quadro de uma rede que era manifestamente insuficiente, quer em quantidade, quer em qualidade.

O Relatório da Comissão de Reforma denuncia as condições deploráveis em que o ensino é ministrado em muitas escolas técnicas, a Câmara Corporativa deu ênfase a essa denúncia e, na Assembleia Nacional, vários deputados alardearam a descrição de situações catastróficas em escolas que propositadamente visitaram para se documentarem para o debate. Na sessão de 22 de Janeiro de 1947, na discussão da proposta do governo, o deputado Sousa Pinto, por exemplo, evocava o estado caótico de muitas escolas desta maneira: "Quem quer que tenha visitado as instalações actuais das escolas técnicas, de norte a sul do País, terá feito a desoladora verificação das insustentáveis condições em que o ensino está a ser feito nelas".⁴⁹ E alicerçava a sua intervenção em extractos do relatório da Comissão de reforma, onde a situação descrita

⁴⁶ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. Fernando Rosas, Presença, Lisboa, 1992, p.490

⁴⁷ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.103

⁴⁸ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.105

⁴⁹ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.112

era catastrófica. Chega mesmo a questionar a Assembleia em termos particularmente duros em relação ao governo: "Havendo no Ministério das Obras Públicas uma Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, como se explica que ela tenha trabalhado quase exclusivamente em liceus, deixando abandonadas as escolas técnicas?"⁵⁰

Parecia inadiável a necessidade de reforma do ensino técnico, sobretudo, porque dela dependiam eventuais obras de beneficiação ou ampliação da rede escolar existente, comprometidas com a afirmação de Salazar de que "se se não adoptam soluções precipitadas é para não comprometer soluções definitivas".⁵¹

Se, por um lado, era necessário melhorar as condições das escolas existentes, era também imperioso aumentar a oferta face ao aumento da procura constatada por vários parlamentares aquando do debate na Assembleia Nacional. Citando números concretos, o deputado Teófilo Duarte considerou que o número de matriculados nos últimos anos no primeiro ano das escolas técnicas "foi incomparavelmente superior ao dos liceus ...e ainda serem rejeitados muitos pedidos de admissão em virtude da falta de capacidade das mesmas..".⁵² O mesmo deputado enumera outras razões que em seu entender justificam a inadiabilidade da reforma: as deficiências de ordem orgânica e funcional, ligadas quer à orientação doutrinária, quer ao recrutamento de pessoal, às instalações e ao apetrechamento, o fraco aproveitamento das escolas (provocado pelo rendimento modesto das famílias que as leva a retirar os filhos da escola quando chegam à idade de poderem trabalhar, pelo carácter teórico do ensino e pela grande percentagem de

⁵⁰ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.113

⁵¹ Citada pelo deputado Sousa Pinto durante o debate na Assembleia Nacional. (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.113)

⁵² Os números apresentados por Teófilo Duarte indicam que em 1943 se matricularam 43.000 alunos no ensino técnico, sendo 18214 no industrial, 23657 no comercial e 742 no agrícola. (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.128).

reprovações que desmotivam facilmente os alunos) e o desinteresse dos diplomados pelos cursos que escolheram.⁵³

Sem pretensões a ser exaustivo, evoco ainda o discurso do deputado ribatejano Proença Duarte que, depois de se referir à exiguidade da oferta na província onde vive, refere que "de ano para ano, todas essas escolas são procuradas por um número cada vez maior de alunos, muitos dos quais não podem ser admitidos por as instalações não comportarem esse número de alunos" e daí conclui que "há uma multidão grande de rapazes e raparigas saídos das camadas populares que precisam de ter ao seu alcance outros graus de ensino além do ensino primário, do ensino liceal e do ensino superior. E esse grau de ensino, tudo aconselha que seja, na verdade, o ensino técnico".⁵⁴

O pano de fundo, todavia, era sempre a relação com o fenómeno da produção. Di-lo claramente o deputado capitão Teófilo Duarte: "... em Portugal, dando-se a mais a previsão da intensificação industrial que se iniciará dentro de anos, em virtude dos trabalhos de electrificação, há uma necessidade urgente de irmos preparando mão de obra qualificada...".⁵⁵ Tratava-se, como interpretou António Nóvoa, de iniciar "o processo de acomodação do sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes no pós-guerra ... e enquadrar a política educativa em objectivos de crescimento económico e de industrialização do país." ⁵⁶

Por outro lado, era necessário "aliviar a pressão da procura sobre os liceus e reafirmar a sua vocação tradicional através da canalização para as escolas técnicas das vias profissionalizantes."⁵⁷ Sintomaticamente ou não, durante o debate, apenas um

⁵³ Demonstrou estar bem documentado este deputado ao descrever a distribuição das horas lectivas semanais em todos os anos dos cursos industriais, bem como os números relativos ao aproveitamento na escola industrial Machado de Castro em Lisboa que utilizou como exemplo. (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, pp. 128-130)

⁵⁴ Informa que existiam apenas as escolas comerciais de iniciativa particular e/ou camarária de Abrantes, Rio Maior e Santarém e a escola industrial pública Jácome Ratton em Tomar. (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, pp. 171-173)

⁵⁵ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 127

⁵⁶ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", in *Portugal e o Estado Novo...*, p. 460

⁵⁷ António Nóvoa, "A Educação Nacional...", in *Portugal e o Estado Novo...*, p. 484

membro da Assembleia Nacional, o deputado Couceiro da Costa, se refere expressamente a esta questão ao considerar que a instituição do ciclo preparatório do ensino técnico reformado poderá constituir "um processo de descongestionamento dos liceus".⁵⁸

A questão está provavelmente muito mais relacionada com o "reafirmar a vocação tradicional" dos liceus, designio que, esse sim, é reafirmado por vários parlamentares. O próprio parecer da Câmara Corporativa, a propósito da introdução ou não do Francês no ciclo preparatório, acaba por deixar cair a possibilidade dessa presença curricular, embora a julgue justificada, considerando o risco de que tal presença possa "contribuir para o desvirtuamento da finalidade das escolas, de atenuar em quem as frequenta o verdadeiro sentido da formação que receberam ", para que tal presença não possa ser vista "como primeira presença do grau de bacharel".⁵⁹ Por isso, essa vincada intenção de controlo social, de limitação das aspirações sociais que a escola eventualmente poderia despertar, só podia ser conseguida pelo incremento das vias profissionalizantes.

Na mesma linha de pensamento se situa também Carlos Proença, para quem as escolas técnicas eram a melhor solução para preparar convenientemente a mão-de-obra qualificada de que o país precisava para se poder desenvolver: "Considerado nas condições de tempo e lugar em que nos encontramos, muito difícil nos parece pretender resolver o problema da preparação profissional dos trabalhadores portugueses fora da base que lhe oferecem as escolas técnicas."⁶⁰

⁵⁸ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.149

⁵⁹ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.52

⁶⁰ *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, p.14

2.3. A legitimação da formação técnica: escola ou mundo do trabalho?

A reforma do ensino técnico tardou. No preâmbulo da proposta apresentada na Assembleia Nacional foram invocadas causas de vária ordem, entre as quais a guerra mundial, para justificar a lentidão do processo. Além disso, a formação ministrada pelas escolas industriais era insuficiente e carecia de especificidade.⁶¹ O mesmo preâmbulo, aliás, reconhece tal facto e adianta que não poderia ser de outra maneira: "...a escola técnica diurna virá a ser aquilo que o desenvolvimento da vida económica portuguesa exige. Não se lhe peça, porém, como alguns inadvertidamente reclamam, o operário, o agente de trabalho altamente especializado, senhor de todos os segredos e particularidades da profissão".⁶²

Contudo, o problema maior era a insuficiência da rede de escolas técnicas que estava longe de abranger como possibilidade todo o território nacional. O Relatório que acompanhava o Dec.Lei nº 36409 (de 11 de Julho de 1947) reconhecia explicitamente tal facto ao afirmar que "Longe estamos ainda do momento em que a escola profissional fique ao imediato alcance de todos os que concluem o ensino primário e não se considerem suficientemente aparelhados para o trabalho com as ferramentas que o mesmo lhes forneceu".⁶³ Por outro lado, não era consensual o modelo de formação profissional a adoptar.

O parecer da Câmara Corporativa, acerca da proposta de lei de reforma do ensino técnico profissional, assume claramente a divergência: "Defendem uns que o ensino técnico deve limitar-se aos temas profissionais que o técnico precisa conhecer a fundo sem outras preocupações de preparação cultural; defendem outros que a especialização profissional é um erro, não devendo os cursos técnicos passar de meras generalidades assentes em sólida cultura humanista".⁶⁴

⁶¹ Engº Garcia, *Boletim da CP*, nº 183, 1944, p.164

⁶² *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 9

⁶³ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 13

⁶⁴ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 49

Entre os primeiros, avulta o parecer da Associação Industrial Portuguesa para quem "o objectivo da escola industrial não é mais do que formar operários hábeis, qualificados, conhecendo conscienciosamente e manejando habilmente o material moderno da sua profissão...Em resumo, parece-nos que a escola é essencialmente a oficina".⁶⁵

Como porta voz dos segundos, pode citar-se um texto de António Carlos Proença, publicado em 1946 na revista das Escolas Técnicas, onde se equaciona o confronto entre as duas correntes: por um lado, os que defendem uma instrução tecnocrata e imediatista, virada exclusivamente para as necessidades do mercado de trabalho; por outro lado, os que, como Carlos Proença, defendem uma educação humanista, assumindo que a formação deve aliar à instrução técnica uma componente de cultura geral.

Carlos Proença denuncia mesmo uma concepção estritamente económica do ensino técnico, que consistia em preparar o produtor de riqueza, o instrumento humano de trabalho qualificado "a pôr oportunamente à disposição das empresas para que o utilizem nas condições do mais alto rendimento".⁶⁶ Para o então director geral do Ensino Técnico, o ensino técnico profissional assim considerado "não caberia evidentemente nos quadros da educação, nem constituiria propriamente uma forma de vida escolar, relegando-se à esfera das actividades privadas, como problema a resolver pelas entidades que carecem de renovar a mão-de-obra que utilizam".⁶⁷

A uma preparação do aprendiz como "um capital posto a render" e em que a "intervenção do Estado, a verificar-se, poderia ter ainda uma justificação de natureza primordialmente económica, qual a de zelar e defender o capital colectivo constituído pela multidão dos aprendizes",⁶⁸ opunham-se vozes como a de António Carlos Proença,

⁶⁵ Parecer da A.I.P. em resposta a uma circular do Presidente da Comissão de Reforma do Ensino Técnico, datado de 20 de Janeiro de 1942 e publicado em editorial na revista da Associação, *Indústria Portuguesa*, nº 168, Fevereiro de 1942

⁶⁶ Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, p. 10

⁶⁷ Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, pp 10-11

⁶⁸ Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, p.11

que denuncia o que ele designa por transpersonalismo económico, onde os fins pessoais da educação perdem todo o significado porque ficam sujeitos aos valores meramente económicos.

Em alternativa, Proença propõe "uma aprendizagem cuja marcha há-de desenrolar-se por tal modo que nela possam inserir-se organicamente, em correlação íntima, aqueles conhecimentos técnico-científicos e aqueles elementos culturais que, por uma banda, tornem o aluno apto a ultrapassar vitoriosamente as dificuldades com que deparará necessariamente no exercício da profissão, incluindo os imprevistos resultantes da mobilidade frequente das formas de trabalho moderno e, por outra banda, lhe permitam tomar consciência da sua posição no quadro das actividades sociais e nacionais e apreender os valores morais que têm como único suporte a consciência humana.."69

É ainda hoje pertinente atermo-nos mais um pouco no discurso do célebre Director Geral do Ensino Técnico. Para além da actualidade de um debate que percorreu as décadas posteriores e que ainda hoje faz levantar vozes exaltadas, nomeadamente após a unificação do 3º ciclo do ensino básico ocorrida nos começos da década de setenta, estava em causa também a questão de uma educação nacional enquadrada nos grandes objectivos do Estado Novo para a educação, nomeadamente no "discurso de matriz moralizante para limitar os efeitos sociais da escolarização." 70 Durante o debate na Assembleia Nacional foi esta questão levantada por diversas vezes. Realçava-se, nas palavras do deputado Pedro Cymbro, "o medo, que se encontra espalhado, de que a orientação a dar aos cursos na sua futura organização se espraie em disciplinas de cultura geral e leve os rapazes à convicção de que são doutores".71

O deputado Moura Relvas é mais explícito ao referir que "o verdadeiro espírito e objectivo das escolas técnicas está no papel de operários que os seus alunos devem, na

69 Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, p. 14

70 António Nóvoa, "A Educação Nacional...", 1992, p.480

71 *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.197

sua enorme maioria, desempenhar na vida" e que "não deve pretender-se fazer do operário um estudantinho sem o real conceito da sua profissão".⁷² Antes desta tirada, já o citado parlamentar tinha considerado que a escola mais não deveria do que assegurar um modelo linear de reprodução social ao afirmar que "aqueles que provêm de meios comerciais e industriais, filhos de operários, convirá que sigam, sem perda de tempo, carreiras industriais ou comerciais".⁷³

Provavelmente, a questão era mais complexa. Maria Filomena Mónica, referindo-se embora ao ensino primário, equacionou-a ao nível do debate entre educação "versus" instrução. Para esta autora, era sobretudo preocupação dos salazaristas uma escola "com o objectivo de incutir a virtude e não o de dar um treino profissional ou transmitir conhecimentos úteis".⁷⁴ Assim, à escola estava reservada uma função de "agência de controle social de classe, não apenas uma instituição através da qual se transmitem conhecimentos e técnicas, mas também uma instituição através da qual se impõem valores e se formam atitudes e orientações, de forma a que as relações sociais de produção possam ser preservadas e reproduzidas".⁷⁵

Os anos 50 marcaram uma época de viragem, quer no panorama económico, quer na vida e na sociedade portuguesa. O arranque da industrialização, sustentada no quadro da electrificação do país e amparada nos planos de fomento e na lei do condicionamento industrial, trouxe uma realidade nova que se não compadecia com um país de analfabetos. Era urgente, portanto, investir na alfabetização e na formação de mão de obra qualificada.

No que ao ensino técnico diz respeito, tal esforço traduzia-se, no plano social, na deslocação das pessoas, sobretudo dos jovens, para as vilas e cidades onde já não estariam "sob a tutela segura do fidalgo e do padre".⁷⁶ Tornava-se imprescindível aos

⁷² *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.121

⁷³ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.119

⁷⁴ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Presença, Lisboa, 1978, p.145

⁷⁵ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade...*, 1978, p.31

⁷⁶ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade...*, p.51

desígnios do regime "transformar uma massa de trabalhadores rurais e artesanais na força de trabalho diligente e disciplinada exigida pela fábrica".⁷⁷ Para os ideólogos do Estado Novo, a escola deveria ser utilizada para disciplinar essa força laboral proveniente dos meios rurais, aculturando-a aos novos valores do mundo fabril, à disciplina, à uniformidade, à pontualidade e a ritmos de trabalho diferentes.⁷⁸

Ao invés do liberalismo, que concebia a educação como uma necessidade do indivíduo, o Estado Novo encarava-a como uma necessidade do estado, enquanto agente de doutrinação moral e política. Para os salazaristas, a escola podia constituir um excelente instrumento de controle social.⁷⁹ Neste sentido, ao bater-se por uma educação "humanista", Proença mostrou compreender melhor do que muitos dos seus correlegionários as virtudes do modelo que preconizava.

2.4. A escola técnica e as empresas

Uma outra questão, das mais sensíveis da reforma aprovada em 1947, prendia-se com a colaboração da indústria no ensino técnico, isto é, da participação activa das entidades patronais na organização do ensino dos aprendizes. Para além dos problemas de articulação entre as escolas e as empresas, questiona-se também o modelo de ensino de tipo empresarial que não daria à partida garantias de controlo político e ideológico. É um receio que parece depreender-se da leitura do já citado parecer da Câmara Corporativa: "Vêm as divergências dos que julgam ver no ensino feito na fábrica uma diminuição do Estado, uma cedência da sua posição de educador, em cooperação com a família, como preceituam os artigos 42º e 44º da Constituição...".⁸⁰

De facto, o ensino na fábrica não passaria de mera aprendizagem empírica: por um lado, perspectivava-se como incompatível com as novas exigências do progresso técnico e, por outro, ficaria comprometido o necessário enquadramento doutrinário. Por

⁷⁷Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade...*, p. 35

⁷⁸Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade...*, p. 42

⁷⁹Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade...*, p. 116

⁸⁰ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.62

isso, o discurso de Carlos Proença deixa transparecer alguma animosidade em relação à aprendizagem ministrada pelas empresas: "não é através da simples iniciação empírica, ainda que perfeitamente sistematizada e esclarecida por sumárias noções de tecnologia, que semelhantes finalidades (conhecimentos técnico-científicos, elementos culturais e valores morais) podem atingir-se, especialmente quando, como no nosso país..., o nível de preparação escolar prévia com que os alunos ingressam no ensino profissional e o que serve de base à admissão dos aprendizes nas organizações comerciais e industriais é absolutamente insuficiente como ponto de partida para uma formação mais especializada".⁸¹

O Director Geral do Ensino Técnico era também o presidente da Comissão de Reforma do ensino técnico criada pelo ministro Mário de Figueiredo em 1941. Como já se demonstrou, Carlos Proença enquadra-se perfeitamente na "tentativa de edificação da escola nacionalista, baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral",⁸² cuidando um discurso que, obviamente noutro contexto, ainda hoje nos parece pertinente; contudo, tal circunstância não o inibe de reconhecer o estado de insuficiência em que se encontrava a escolarização no nosso país, nomeadamente a impreparação com que os alunos ingressavam no ensino profissional e os aprendizes nas empresas. Para além disso, como demonstrou Sérgio Grácio, o patronato parece ter-se mostrado pouco receptivo a reformas e pouco preocupado com a formação de operários e empregados qualificados.⁸³

Será caso para questionarmos se o problema era do estado, se das empresas. Um artigo de opinião publicado em Junho de 1946 na revista da A.I.P., por excelência a voz do patronato, depois de realçar o aumento da procura do ensino técnico em cerca de 100% entre 1933 e 1943, e após ter diagnosticado a precariedade do funcionamento das escolas técnicas, considera que as "nossas escolas nasceram sob o signo da separação e não se pensou sequer na colaboração". Por isso, em tempo de debate da proposta de

⁸¹ *Escolas Técnicas*, nº 1, vol. I, 1946, p.14

⁸² António Nóvoa, "A Educação Nacional...", p. 458

⁸³ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 48

reforma do Ensino Técnico, interroga-se o articulista se não seria um bom programa de reforma associar a indústria e o comércio à vida das escolas técnicas.

Do outro lado, Carlos Proença deixa transparecer algum desencanto a respeito do presumível alheamento das entidades empresariais. Concretamente, face ao desinteresse geral manifestado pelas empresas em relação ao ensino complementar de aprendizagem, afirmou num relatório publicado em 1971: "Assim se convocavam para uma obra do mais largo alcance educativo as entidades patronais portuguesas. Se a iniciativa do Ministério da Educação Nacional tivesse encontrado naquelas entidades e nos serviços públicos o acolhimento que, por certo, merecia, os seus efeitos no campo da qualificação profissional seriam já agora uma poderosa realidade e talvez as tentações para a debandada geral em que se converteu o movimento emigratório dos últimos anos não tivesse produzido os estragos que estão bem patentes diante dos nossos olhos."⁸⁴

As palavras de Carlos Proença testemunham o desinteresse geral do patronato em relação à promoção do ensino técnico. A questão foi já analisada por Sérgio Grácio, quer a partir do fraco e decrescente empenho no ensino complementar de aprendizagem, quer do desinteresse na implementação e funcionamento das comissões de patronato previstas no Estatuto do Ensino Técnico.

Num país sem grandes tradições de afirmação da iniciativa burguesa, sempre nos habituámos à onnipresença do estado. Nesta matéria também. O preâmbulo da proposta de lei nº 99 reconhece-o claramente: "Se atentarmos no processo de desenvolvimento do ensino profissional nos países de civilização atlântica, somos levados a concluir que em Portugal muito pouco se deve nesta matéria à iniciativa particular; por tendência ou por hábito, tudo esperamos do estado."⁸⁵ Por isso, na resposta ao inquérito lançado pela Comissão da Reforma, as poucas empresas que se dignaram responder consideraram que "a formação dos trabalhadores deve ser obra do Estado e as empresas não devem

⁸⁴ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.18

⁸⁵ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol.II, Separata, 1949, p.16

fornecer subsídios mas sim o Fundo de Desemprego”.⁸⁶ Aliás, seria impensável que, pelo menos, o pequeno patronato português, tradicionalista e analfabeto, se manifestasse aberto, quer à formação dos seus empregados, quer à contratação de mão de obra qualificada com os cursos técnicos, a quem teria de pagar salários mais elevados. Quanto às grandes empresas, estariam porventura interessadas em usufruir da formação, mas não em partilhar os encargos que ela implicava.

A falta de colaboração da indústria no arranque e na promoção do ensino técnico permite inferir que, na relação entre educação e desenvolvimento económico, o país real estava longe de se identificar com a elite dirigente para quem os benefícios daquela relação pareciam ser evidentes. Por outro lado, parece também óbvio que a falta de colaboração e o desinteresse dos industriais, para além da ambição tacaña que impõe a maximização dos lucros pela redução dos custos, traduz também a desconfiança do patronato, não apenas em relação aos benefícios a esperar da escola técnica, mas, sobretudo, em relação aos perigos que a escolarização dos jovens poderia acarretar na estrutura social. Por esta dupla razão, quando os empresários admitem a necessidade da formação técnica, logo arrogam às empresas a legitimidade para a ministrar.

Contudo, algumas grandes empresas promoviam a formação da sua própria mão de obra, como era já o caso da CP na altura da reforma - com a Escola de Aprendizes no Barreiro e no Entroncamento e com as Escolas de Contramestres e Chefes de Brigada - e as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, com uma escola privativa para formação do seu próprio pessoal.⁸⁷ Outras empresas, grémios e associações patronais, pelo menos a partir do lançamento e expansão da reforma do ensino técnico, vieram a colaborar de diversas formas, quer instituindo prémios para os alunos e subsidiando cantinas escolares, quer promovendo a matrícula dos seus aprendizes nos cursos nocturnos, quer ainda fornecendo serviços e equipamentos.⁸⁸

⁸⁶ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 48

⁸⁷ Inaugurada em 1938, em 1941 tinha nove cursos técnicos a funcionar, destinados exclusivamente aos operários da empresa. (*Indústria Portuguesa*, nº 171, Maio de 1942, p. 31)

⁸⁸ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 51

Todavia, como se depreende das palavras de Carlos Proença, a generalidade do patronato manteve-se desinteressada, quer da formação promovida pela escola técnica, quer da própria formação a realizar pelas empresas.

3. A Reforma de 1947/48 e o novo estatuto do ensino técnico

3.1. O novo ensino técnico

Como escreveu Antoine Léon, "as leis e os projectos esclarecem-nos tanto como as instituições sobre as preocupações dos diferentes regimes ou correntes políticas no que respeita aos fins e aos meios da educação técnica".⁸⁹ Por outro lado, a legislação, "útil como indicador da ideologia oficial, não se deve confundir com uma descrição do que na realidade acontece".⁹⁰ Será, portanto, no território delimitado por estas duas balizas que se vai procurar analisar a reforma de 1948. O projecto, elaborado por uma Comissão de Reforma presidida por António Carlos Proença e apresentado pelo ministro Caeiro da Mata, foi detalhadamente analisado na Câmara Corporativa e acaloradamente discutido na Assembleia Nacional.

O processo de reforma iniciou-se em 1941 com a criação de uma Comissão de Reforma do Ensino Técnico (Dec.Lei nº 31431 de 29 de Julho), que elaborou um relatório a partir do qual foi redigida a Proposta de lei nº 99. Esta, por sua vez, acompanhada do Parecer da Câmara Corporativa, foi apresentada pelo governo à Assembleia Nacional e ali debatida entre Janeiro e Fevereiro de 1947. Contudo, logo em 1943, foram estabelecidas secções em algumas escolas, foram criados conselhos de curso e foi atribuída ao ministro da Educação Nacional competência para criar cursos novos "que as condições económicas das regiões servidas pelas escolas tornem necessários".⁹¹ Em 1945 e em 1946, foram criadas duas novas escolas, respectivamente, a Escola Alfredo da Silva, no Barreiro (Dec.Lei nº 35402 de 27 de Dezembro) e a Escola Pedro de Santarém, em Lisboa (Dec.Lei nº 35804 de 13 de Agosto), em cujo plano de estudos foi incluído o Ciclo preparatório proposto no relatório da Comissão de Reforma. Tratou-se de uma experiência piloto, "cujas observações viriam a influir valiosamente na elaboração do Estatuto, dois anos depois".⁹² O processo concluiu-se

⁸⁹Antoine Léon, *Histoire de l'Éducation Technique*, PUF, Paris, 1961, p.6

⁹⁰Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Presença, Lisboa, 1980, p.169

⁹¹Dec.Lei nº33280 de 24 de Novembro de 1943

⁹² Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.10

em 1947 com a aprovação da Lei 2025 (de 19 de Junho) que estabeleceu as bases do ensino técnico industrial e comercial, do Dec.Lei nº 36409 (de 11 de Julho) que fixou os objectivos da nova lei e estabeleceu um primeiro plano de construções e em 1948 com a aprovação do Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial (D.L. 37029 de 25 de Agosto).⁹³ Tinham decorrido catorze anos sobre o último programa de construções para o ensino técnico (Dec.Lei nº 24337 de 10 de Agosto de 1934), catorze anos de promessas não concretizadas. ⁹⁴

Em relação à organização do ensino técnico regida pelo decreto de 1931, a nova organização aumentava o número de cursos e profissões abrangidas e desdobrava-se em regime nocturno com cursos distribuídos por três tipos: de aperfeiçoamento, de mestrança e cursos preparatórios para os institutos. No regime diurno, estabelecia os cursos de formação, os cursos complementares de aprendizagem e os cursos de especialização. Contudo, a novidade maior da reforma de 1948 consistiu na criação do ciclo preparatório do ensino técnico, com dois anos de duração, com carácter de pré aprendizagem e de orientação profissionalizante. O aspecto mais inovador da criação deste novo ciclo de estudos foi a natureza da sua formação geral que se distribuía por quatro quintos da carga horária total.

Em síntese, o novo estatuto do ensino técnico alargava o número de anos de formação, aumentava a carga horária dos cursos e reservava uma parte substancial da carga horária à formação geral em detrimento da formação prática. Por outro lado, o esforço de implementação da reforma levou à realização de avultados investimentos em matéria de equipamento e instalações, nomeadamente nas áreas da metalomecânica e da electricidade.

⁹³ Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, pp. 9-15

⁹⁴ O Parecer da Câmara Corporativa afirma taxativamente que "não se compreende facilmente como esta promessa e este programa, feitos três anos depois da publicação de uma reforma do ensino técnico, não tiveram seguimento imediato, ao menos parcial". E, mais à frente, "Tudo ficou por fazer neste domínio". (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.43-44)

3.2. O Parecer da Câmara Corporativa

Pareciam pouco entusiasmados com o projecto de reforma do ensino técnico os doze deputados da Câmara Corporativa que sobre ele elaboraram um parecer. Uma leitura atenta do documento permite perceber o empenho assestado na análise da proposta do governo, circunstância que aliás foi realçada pelo deputado Sousa Pinto aquando do debate na Assembleia Nacional.⁹⁵ Quando começamos a ler o relatório ficamos com a sensação de que o parecer final irá ser negativo, dada a contundência dos reparos que desde logo se dirigem à proposta do governo.

Abre-se o texto com uma crítica inequívoca ao articulado da proposta de lei, considerando que "a origem deste diploma é menos de inspiração pedagógica do que de natureza administrativa"⁹⁶, dado que vai procurar a sua filiação num decreto de 1935, relativo a reforma de vencimentos só possível depois de publicada a reforma dos respectivos serviços, duvidando os deputados que nessa altura, em 1935, apenas quatro anos após a reforma de 1931, pudesse haver já razões pedagógicas a invocar para fazer uma nova reforma. Por outro lado, passando em revista os objectivos da reforma proposta, nomeadamente o desenvolvimento da vida económica portuguesa, os deputados consideram que, quer a agricultura, quer a indústria, se mostram "em nível técnico pouco satisfatório". Daí "a discordância de se abordar a revisão do ensino técnico, cuja organização actual não se reputa calamitosa,"⁹⁷ quando o fomento da indústria ... não tem avançado satisfatoriamente."⁹⁸ Dito de outra forma, a Câmara Corporativa considera que, sem uma reforma da produção, parece não poder tirar-se inteiro rendimento e por isso não se justificar uma reforma do ensino profissional. E continuam particularmente contundentes os termos em que os relatores verberam as intenções reformistas da proposta de lei: "não parece norma aconselhável, antes se tem

⁹⁵ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, Lisboa, 1949, p.113

⁹⁶ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, Lisboa, 1949, p.33

⁹⁷ Julga-se ver aqui alguma contradição na apreciação dos membros da Câmara Corporativa ao estado do ensino técnico em Portugal, cuja organização aqui não reputam calamitosa, mas mais à frente consideram que, "com ressalva de poucas escolas, têm sido desde sempre deficientíssimas as condições de funcionamento do ensino técnico entre nós, fruto do erário pobre de um país de economia débil..." *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, Lisboa, 1949, p.43

⁹⁸ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, Lisboa, 1949, p.p. 36-37

por descabelado contra-senso, certa opinião, que às vezes corre, de forçar a criação de técnicos como maneira de activar a vida industrial, porque ao problema inicial que subsiste se vem juntar a inquietação de um excesso de gente sem saída....É igualmente destempero supor que a escola, e não a vida profissional, forma o técnico perfeito, capaz de tomar sobre si o encargo de dirigir; e apontar que não há técnicos como o mal supremo de um país onde faltam as actividades que os hão-de treinar é tão ilegítimo como estranhar que não haja lagares de azeite na Noruega...".⁹⁹

A inquietação de um excesso de gente sem saída: é nítida a preocupação em relação às expectativas e às aspirações sociais que a escola potencialmente sempre pode conferir. O receio, sempre afirmado, em relação à possibilidade de convulsões sociais resultantes de uma escolarização excessiva ou da qual se possa perder o controlo.

A metáfora é também significativa de um debate que tem atravessado décadas. A quem deve ser conferida legitimidade para formar técnicos, à escola ou à empresa ? E como "nuance" dessa dicotomia, qual a formação a empreender pela escola técnica, uma formação de carácter generalista ou uma formação especializada ?

Para os deputados da Câmara Corporativa só a prática no mundo do trabalho confere legitimidade à formação técnica, esperando-se da escola que contribua para isso, não exagerando na preparação geral mais cuidada "que pode, se for excessiva, desvirtuar a natureza do curso, dando aos diplomados a ilusão de que lhes falta muito pouco para chegarem a doutores".¹⁰⁰

Para além dessa questão central, o Parecer questiona também a nova organização do ensino técnico desacompanhada de uma intervenção directa sobre o tecido industrial, dado que, como referem os deputados, dos dois diplomas recentes sobre a indústria (o dec.lei 31.177 de 17/3/41 e a lei 2005 de 14/3/45), "do primeiro diploma se fez pouco uso e do segundo... não se fez nenhum".¹⁰¹

Discute-se também, no Parecer, a legitimidade de uma reforma parcelar à revelia de uma reforma da educação "na sua significação mais lata", crítica que, aliás, vai ter

⁹⁹ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.38

¹⁰⁰ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 49

¹⁰¹ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 37

ampla ressonância no debate na Assembleia Nacional onde vários oradores consideraram descabida uma reforma do ensino técnico por não estar integrada num plano geral que abranja todo o problema da educação nacional. O deputado Ribeiro Casais chega mesmo a propor uma moção em que defende a suspensão da proposta de reforma do ensino técnico, sugerindo ao governo que a integre num plano geral de reforma da educação nacional.¹⁰²

Também no Parecer foi largamente discutida a orgânica das escolas técnicas, não apenas em termos formais, de currículos e de conteúdos, mas sobretudo quanto às condições materiais, para que no futuro se não avaliasse esta reforma como então se avaliavam as anteriores. Por isso, foi realçada a necessidade de que o governo estabelecesse uma carta escolar, de que desse "uma ideia da ordem de grandeza do que se tem em mente",¹⁰³ como suporte do que a proposta de reforma se propunha realizar no país.

Inesperadamente, o Parecer regista um claro aplauso à criação do ciclo preparatório, por resolver "o velho problema do encadeamento da escola primária com a escola técnica"¹⁰⁴, e deixa bastante clara a sua concordância com a eventual generalização do ciclo preparatório a todas as escolas secundárias por forma a que "até aí todo o ensino seria um sistema de vasos comunicantes onde todos os movimentos seriam possíveis".¹⁰⁵ Contudo, como já notou Sérgio Grácio,¹⁰⁶ deixa uma reserva: "que seja a escola técnica a levar aos primeiros anos do liceu a sua feição concreta e não o liceu a levar à escola técnica os primeiros rumores de abstracção".¹⁰⁷ Aliás, posição semelhante foi assumida nos debates do II Congresso do Ribatejo, realizado na Casa do Ribatejo em 1948, onde se afirmou, a propósito da necessidade inadiável de difundir o ensino técnico-industrial na área territorial daquela província, que não deviam ser criadas "escolas industriais a arremedar liceus e com programas de nulo valor

¹⁰² *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, pp.118-119

¹⁰³ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 44

¹⁰⁴ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.47

¹⁰⁵ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 52

¹⁰⁶ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.75

¹⁰⁷ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 51

educacional e profissional, mas escolas adaptadas ao clima industrial das regiões onde se estabeleçam, com o fito de criarem profissionais com valor prático efectivo para as indústrias locais".¹⁰⁸

Analisando ponto por ponto a proposta do governo, o Parecer enriquece-a com sugestões várias, desde o reforço do tempo curricular destinado ao desenho até à necessidade de "insinuar nos alunos a noção do belo",¹⁰⁹ realça os maiores obstáculos à execução - o problema orçamental e o recrutamento do pessoal docente, problemas para cuja resolução os deputados na Assembleia Nacional entendem dever-se começar já a trabalhar - e acaba por manifestar o seu acordo ao projecto apresentado, "tidas em conta as observações feitas".¹¹⁰

3.3. O debate na Assembleia Nacional

A proposta do governo foi apresentada pelo deputado Marques de Carvalho, relator da Comissão de Educação Nacional que, após sublinhar o carácter eminentemente popular do ensino técnico, relacionou a sua reforma com a lei de fomento industrial considerando aquela um natural complemento desta.

Antecipando as críticas ao carácter sectorial da reforma, exortou o governo a avançar com outras reformas parcelares "em ordem à construção de um conjunto harmónico".¹¹¹ Após ter destacado a criação do ciclo preparatório, dos cursos complementares de aprendizagem e dos cursos de aperfeiçoamento como os aspectos mais inovadores da proposta, Marques de Carvalho venceu a maior projecção do novel ciclo preparatório, não tanto por ser o "primeiro grau de qualquer ensino técnico ulterior", mas por constituir o "mínimo de cultura a ministrar obrigatoriamente a todos os portugueses".¹¹² Ao concluir a sua intervenção, o relator da Comissão de Educação

¹⁰⁸ *Actas do II Congresso do Ribatejo*, Casa do Ribatejo, Lisboa, 1948, p.353

¹⁰⁹ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.53

¹¹⁰ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.55

¹¹¹ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 103

¹¹² *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 105

Tomadas à letra, estas palavras podiam ter significado, desde logo, o alargamento da escolaridade obrigatória. Mas não significaram. Pelo contrário. Reflectindo sobre esta questão, Sérgio Grácio conclui que do confronto entre a reforma de 1948 e o retardar do prolongamento da escolaridade obrigatória para

na Assembleia Nacional exortou o governo a dotar largamente a instrução pública e a educação nacional sob pena de o novo diploma ficar, como tantos outros, "na história da nossa legislação de ensino técnico como simples colectânea de intenções e de propósitos... Houve a hora dos barcos..., dos portos..., das estradas, do rearmamento..., da hidráulica agrícola..., da electrificação... Que esta proposta ... marque decisivamente a hora da educação nacional!"¹¹³

A intervenção exacerbada do relator da Comissão de Educação na Assembleia Nacional não impediu que vários deputados se manifestassem abertamente contra a proposta de lei do governo e particularmente contra a criação do ciclo preparatório, "ensino de rasoira",¹¹⁴ questionando, sobretudo, a sua natureza de formação geral e não profissional. Pode mesmo dizer-se que foi esta a questão fracturante do debate.

A partir do debate na Assembleia e dos documentos ali discutidos, Sérgio Grácio distingue duas linhas de pensamento, duas correntes de opinião que vincaram a vivacidade das intervenções e que representavam uma certa forma de bipolarização ideológica do regime. Por um lado, o "ethos" dirigente, a ortodoxia corporativa, pragmática e ligada ao mundo económico, sempre desconfiada perante o excesso de educação, potencialmente gerador de inconformismos e tensões e, por isso, uma ameaça à estabilidade e à ordem. Por outro lado, a heterodoxia educativa, humanista e inovadora, instalada no ministério da educação e na Comissão de Reforma. Apesar dessa heterogeneidade, Grácio considera que as diferenças entre as duas correntes não deviam ser incontornáveis e que a aprovação da proposta já tinha sido acordada de antemão. O debate apenas terá servido para aferir o que consensualmente já estaria aprovado.¹¹⁵

seis anos, "é sem dúvida este último que melhor se situa na lógica política do regime, adversa à expansão vertical do sistema escolar". (*Política Educativa...*, p. 71)

¹¹³ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 111

¹¹⁴ *Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 208

¹¹⁵ Sérgio Grácio, *Política Educativa ...*, p. 77

3.4. O testemunho do Director Geral do Ensino Técnico

A análise ao estado do ensino técnico profissional nos meados do século XX em Portugal é naturalmente passível de vários discursos. Actor privilegiado, protagonista de inúmeras intervenções na sua qualidade de governante¹¹⁶, António Carlos Proença é uma testemunha na primeira linha, não apenas pelos desempenhos ao longo de quase três décadas de ocupação do cargo, mas sobretudo pelos documentos em que foi deixando o cunho da sua intervenção. Por isso, a história do processo de evolução e reforma do ensino técnico profissional não pode deixar de ter em conta o que Proença deixou publicado, nomeadamente no (seu) boletim *Escolas Técnicas*.

A evocação dos desequilíbrios entre as vontades e as realizações concretas, dos debates acalorados e pertinentes, dos favores e desfavores dentro e fora das margens do poder, passam sem dúvida pelo discurso e testemunho desse homem que sempre sonhou rever-se no espelho da obra feita. Uma das interpretações deduzidas dos seus textos é a riqueza da não unanimidade acerca de como se deveria encaminhar o processo do ensino técnico profissional, nomeadamente quanto aos modelos de ensino preconizados pelos diversos intervenientes nos debates.

Proença e Pires de Lima terão sido, porventura, os dois grandes impulsionadores, não apenas da reforma do ensino técnico, mas sobretudo da forma como ela foi concretizada. Advogando o primeiro uma educação técnica caldeada no cunho humanista que lhe seria dado pelas disciplinas ditas de carácter geral e preconizando o segundo a prossecução de objectivos económicos mesmo através daquelas, juntos terão sido os principais inspiradores do projecto de revisão do ensino técnico a partir dos anos 50.

Numa síntese publicada em 1971,¹¹⁷ Proença faz um balanço da obra realizada e enumera, para que conste, o que no seu entender foram os melhores passos da reforma. A criação do ciclo preparatório de pré aprendizagem que veio "pôr termo ao sistema escolar inconsequente e desconexo", assegurar a articulação do ensino técnico

¹¹⁶ António Carlos Proença era o presidente da Comissão de Reforma e foi Director Geral do Ensino Técnico de 1945 a 1971.

¹¹⁷ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971

profissional com o ensino primário, acabando com a suspensão dos estudos imposta pelo sistema escolar anterior e permitindo auxiliar os alunos e suas famílias na escolha da carreira escolar futura, constituía para Proença uma das inovações mais notáveis da Reforma. Pela primeira vez, escreveu então, "a escola portuguesa incluía expressamente no seu âmbito de acção o diagnóstico das aptidões dos educandos", acrescentando ainda que os programas do novo ciclo preparatório "marcam o início de uma época na história do ensino secundário português".¹¹⁸

No relatório da Comissão de Reforma, era já preconizada a extensão do recém criado ciclo preparatório a todo o ensino secundário, por forma a constituir-se a "base de todas as diferenciações posteriores",¹¹⁹ o que só viria a acontecer vinte anos depois com o Decreto nº 49120 de 14 de Julho de 1969. O objectivo dessa generalização potencial, segundo Proença, era duplo: por um lado, correspondia "a uma concepção social disposta a corrigir, pela acção educativa e em benefício de todos, os efeitos de uma estratificação de tendência horizontal, proveniente exclusivamente das circunstâncias de nascimento" e, por outro, implicava já o reconhecimento das vantagens em fazer passar os alunos do liceu por um grau vestibular de orientação.¹²⁰

Outras grandes virtudes do projecto governamental aprovado destacadas por Carlos Proença residiam na flexibilidade do novo sistema de ensino marcado pela criação de novas escolas, pela criação de novos cursos e pela possibilidade de alterar planos de estudos de acordo com interesses regionais e locais, pela substituição da dicotomia ensino diurno/ensino nocturno pelo ensino de formação e ensino de aperfeiçoamento, pela instituição do ensino complementar de aprendizagem, nomeadamente no sector da electricidade, pela uniformidade de constituição dos cursos, pela criação de cursos de base e de cursos de especialização, pela evolução do sistema de recrutamento e alargamento dos quadros de pessoal docente e no adensamento da rede escolar e valorização do plano de estudos.

¹¹⁸ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.p. 9-10

¹¹⁹ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p. 15

¹²⁰ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p. 15

Ancorando sempre o seu relatório no espírito da legislação que ajudou a criar, Carlos Proença estabeleceu um quadro cronológico onde dá conta das realizações ano a ano e remata o documento com uma carta geográfica de Portugal em que vêm localizadas as escolas técnicas antes e depois de 1945, para todos os efeitos, antes e depois da Reforma.

O Ensino Secundário Técnico em 1945 e em 1970

	1945	1970
Número de estabelecimentos oficiais e oficializados	50	120
Número de concelhos dotados com ensino oficial ou oficializado	38	101
Nº de estabelecimentos dotados com ensino de mecânica aplicada	22	98
Idem de electricidade aplicada	4	88
Idem de técnicas relativas à construção civil[0]	22	34
Idem orientado para o governo da casa (feminino)	34	88
Idem de índole artística	26	11
Idem de administração e comércio	27	92
Idem especialmente destinado a assegurar o prosseguimento de estudos	14	63
Frequência total	37802 alunos	177083 alunos
Dotação financeira consignada no orçamento do estado à sua manutenção	26685 contos	644586 contos

Carlos Proença, in *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.71

A análise do quadro síntese elaborado por Carlos Proença permite-nos interrogar algumas ocorrências. A primeira residirá, apesar dos progressos evidentes, na insuficiência da rede, longe de responder ao todo da população escolar portuguesa que, ainda na década de sessenta, após a escolaridade obrigatória, na maioria continua sem prosseguir estudos.

Num relatório publicado em 1965, Morgado Cândido refere que em 1963, dos alunos inscritos na 4ª classe, só 20,8% prosseguiram estudos secundários.¹²¹ Há vastíssimas regiões do país que não constam no mapa elaborado por Carlos Proença, nem antes, nem depois de 1945. A assimetria entre os pequenos e os grandes centros populacionais e, sobretudo, entre o litoral e o interior mantém-se crónica.

¹²¹ Ludovico Morgado Cândido, *Evolução recente da estrutura escolar portuguesa*, F.D.M.O., Lisboa, 1965, p.18

No estudo referido, Morgado Cândido salienta a "irregularíssima penetração da escolaridade nos diferentes distritos do país...pois os distritos de Lisboa e do Porto absorvem cerca de 50% dos candidatos ao ensino secundário".¹²²

O próprio Director Geral do Ensino Técnico reconhece implicitamente tais desequilíbrios quando afirma no seu relatório que "Ainda que nalgumas regiões a índole e o nível actual das actividades, bem como a rarefacção populacional, tornem aleatórios, pelo menos de início, os resultados da acção escolar, importa que a sua influência vitalizadora se derrame pela província rural interior, para que não continue a agravar-se o já mais do que patente desnível das suas condições de vida em relação à faixa litorânea."¹²³ Só que, como se pode verificar em relatórios e pareceres em que o próprio tomou parte e na própria legislação que ajudou a criar, determinando a criação de novos estabelecimentos de ensino, os critérios de localização e construção das novas escolas técnicas, pelo menos a partir de 1953, ao terem em conta a população residente na área de possível influência da escola, a natureza das actividades a que essa população se dedica, o nível da sua instrução geral, a existência de outras escolas secundárias e o rendimento atingido pelo ensino primário,¹²⁴ agravaram aquelas assimetrias. Se as condições locais não enformassem aquele conjunto de pré-requisitos, determinando prioridades, não havia dotação da escola, que iria para outro lado.

Além disso, em relação aos jovens que prosseguem estudos, continuava elevada a taxa de abandono, nomeadamente no ensino técnico,¹²⁵ o que contribuía para um nível baixo de produtividade dos estabelecimentos de ensino existentes.

Em segundo lugar, é de destacar o incremento da formação em mecânica aplicada e, sobretudo, em electricidade. Sinal dos tempos, se pensarmos que apenas durante a guerra e no imediato após-guerra o país e o governo parece terem acordado para a necessidade urgente de electrificação das ruas, das fábricas e dos meios de

¹²² Ludovico Morgado Cândido, *Evolução recente...*, p.p. 18-19

¹²³ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.57

¹²⁴ Decreto lei nº 39267 de 7 de Julho de 1953

¹²⁵ Ludovico Morgado Cândido, *Evolução recente...*, p. 21

transporte e, em geral, para a industrialização do país.¹²⁶ Por outro lado, num esforço claro de nobilitação e dignificação do ensino técnico, o quadro revela que os cursos que permitem o prosseguimento de estudos aumentaram cerca de 450%, constituindo por isso uma (outra) tentativa de contornar a omnipresente concorrência dos liceus às escolas técnicas.

Nem todas as categorias obtiveram igual desiderato. Algumas apetecia apagá-las do quadro, dado que esmorecem a imagem de optimismo latente como é o caso do ensino artístico que passa de umas escassas 26 escolas para apenas 11. Quanto ao ensino agrícola, num país como Portugal, ainda essencialmente rural, atrasado e pobre, e apesar dos reparos e insistências aquando do debate na Assembleia, continuou a ser o parente pobre que nem honras mereceu para figurar no quadro.

No essencial podemos reter, neste balanço de duas décadas de Reforma, o alargamento da rede escolar do ensino técnico de 50 para 120 escolas industriais e comerciais, bem como a melhoria das condições materiais e pedagógicas das escolas já existentes. Quanto ao número de alunos, a frequência do ensino secundário técnico quase quintuplicou: passou de 37.802 alunos em 1945 para 177.083 em 1970.

Epilogando o seu relatório, ufana-se o governante da maleabilidade do sistema "que tem permitido que cada escola, evoluindo, se adapte às necessidades da

¹²⁶ Em 1943, havia em Lisboa apenas 35% de consumidores ligados à rede eléctrica (*Indústria Portuguesa*, nº179, Janeiro de 1943, p. 31). Em 1941, as indústrias consomem cerca de 60% da energia eléctrica distribuída no país, considerando-se que a energia mecânica aproveitada directamente, produzida por caldeiras, máquinas a vapor, motores de combustão interna e motores hidráulicos é ainda a mais importante. (*Indústria Portuguesa*, nº181, Março de 1943, p.14). Finalmente, num artigo sobre a Hidro Eléctrica do Alto Alentejo, lê-se que "... se em Portugal se tivesse a palavra providência no seu devido significado, já de há muito que os comboios se moveriam electricamente, pois a hulha branca não nos faz falta para tudo o que dela se queira..." (*Indústria Portuguesa*, nº 172, Junho de 1942, p.16) Também nas actas do II Congresso do Ribatejo se apresenta como conclusão do congresso "que se intercalem as suas povoações na rede de electrificação do país, de forma que às indústrias possa ser fornecida energia eléctrica a preço barato, para seu melhor desenvolvimento, devendo a electricidade ir até às mais recônditas aldeias da província." *Actas do II Congresso...*, p. 553

comunidade regional que é chamada a servir e assim se vá tornando factor, cada vez mais poderoso, da sua promoção cultural e desenvolvimento económico".¹²⁷

De facto, se recordarmos as condições em que era ministrado o ensino técnico denunciadas no relatório da Comissão de Reforma, no parecer da Câmara Corporativa e no próprio debate na Assembleia Nacional, podemos reconhecer que alguma coisa mudou neste domínio. Contudo, nas décadas de sessenta e de setenta, no conjunto do ensino secundário, o ensino técnico industrial representava apenas 12% dos diplomados pelo ensino secundário em geral, contra 16% dos cursos comerciais e 72% dos cursos gerais e complementares do liceu.¹²⁸ Daí que se possa concluir, como o fez Sérgio Grácio, que "o ensino técnico nunca foi assim preponderantemente voltado para a formação de operários qualificados nem parecia, bem pelo contrário, orientar-se mais recentemente nessa direcção".¹²⁹ Por isso também se afirma, ainda com Grácio, que "a frequência da escola secundária não parece pois ter uma estreita afinidade com a preparação para o trabalho manual, ainda que qualificado" e que "é pois a exclusão, e não a frequência da escola secundária, que se encontra associada na experiência dos agentes à participação no trabalho manual".¹³⁰

Constatar este divórcio entre o mundo do trabalho e a frequência da escola técnica é realçar a contradição entre os grandes objectivos dos promotores da reforma, a formação da mão de obra qualificada de que o país necessitava, e os resultados que se podem avaliar vinte anos depois : a maioria dos operários portugueses continua alheada dos benefícios que a escola técnica lhe poderia trazer. Ou, alargando a inferência, a economia e a sociedade portuguesa não colheram as vantagens propaladas aquando da promoção e do lançamento da reforma do ensino técnico em 1948.

Sérgio Grácio, que analisou detalhadamente a reforma de 1948, considera que a verdadeira inovação da reforma foi de facto a introdução do ciclo preparatório do ensino

¹²⁷ *Escolas Técnicas*, n.º 43, Anexo, 1971, p. 70

¹²⁸ João Cidade Alpiarça, *Evolução do ensino técnico profissional nos últimos 30 anos*, MEC, GEP, Lisboa, 1981, p.3

¹²⁹ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.46

¹³⁰ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 46

técnico¹³¹, por ter um carácter preponderante de formação geral, numa altura em que a escolaridade obrigatória não ultrapassava os três anos e em que "o poder não parece especialmente apressado" em a prolongar.¹³² Ao passar em revista os contornos da reforma de 1948, Grácio considera-a um bom exemplo da política voluntarista do governo para a educação, como aliás já havia notado no que respeita ao ensino primário: por um lado, porque a criação do ciclo preparatório constituiu na prática o prolongamento da escolaridade no ensino técnico muito antes de ter sido decretado o prolongamento da escolaridade obrigatória em geral e, por outro, porque à implementação da reforma se seguiu uma "vigorosa expansão da rede" sem que existisse pressão assinalável do patronato nesse sentido.¹³³ Todavia, se é certo, como demonstrou Grácio, que o patronato português dos anos 30 e 40 parecia pouco preocupado com a formação dos operários e empregados qualificados, não assumindo por isso uma posição de envolvimento e de pressão que pudesse despoletar e acelerar a reforma do ensino técnico e deixando a iniciativa de tal formação ao governo (o voluntarismo governamental a que se refere Grácio), parece evidente, conforme a própria análise de Grácio demonstra, "ter havido uma forte procura de ensino técnico na origem da sua reforma".¹³⁴

Comparando a evolução do número de matriculados no ensino técnico e no ensino liceal entre 1931 e 1947, Grácio conclui por uma forte procura do ensino técnico. Contudo, essa procura tende a atenuar-se a partir de 1941 e decai claramente a partir do momento em que a reforma entra em vigor. A inversão nítida desta tendência depressiva só se verifica a partir de 1955 e dispara a partir de 1959.¹³⁵ Grácio justifica o acentuar do declínio a partir do momento em que a reforma entra em vigor pelo acréscimo dos custos do ensino técnico e pelo avolumar das exigências em termos de aproveitamento escolar traduzida pelo aumento do número de anos de escolaridade.¹³⁶ O declínio

¹³¹ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 43

¹³² Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 61

¹³³ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.p. 53-54

¹³⁴ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 62

¹³⁵ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 65

¹³⁶ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 66

anterior, esboçado desde 1943 e inquestionável desde 1947, deverá provavelmente relacionar-se, quer com as dificuldades da guerra e do pós-guerra que, pelo agravamento das condições de vida, oneraram os custos com a escolarização e forçaram as famílias a lançar os filhos no mundo do trabalho, quer com o anacronismo de uma rede escolar incapaz de responder com eficácia mesmo a uma procura incipiente.¹³⁷ Quanto à retoma, Grácio explica-a pela "expansão vigorosa da rede" e pelo crescimento económico do início dos anos 50 que, ao criar empregos e melhorar o nível de vida das famílias, teria permitido o abaixamento dos custos do ensino técnico e aumentado o rendimento do investimento educativo das famílias.¹³⁸

Numa análise sucinta ao Estatuto do Ensino Técnico publicado em 1948, Bustorff destaca também a criação do ciclo preparatório como uma das inovações mais importantes da reforma, considerando que ele "introduziu um ensino com preocupações culturais e métodos inspirados na Escola Activa para a época bastante actualizados".¹³⁹

Confrontando a Reforma de 1948 com o retardar do prolongamento da escolaridade obrigatória, que iria esperar cerca de vinte anos, Sérgio Grácio nota que é este último que melhor se coaduna com a política educativa do regime, "adversa à expansão vertical do sistema escolar".¹⁴⁰ Por isso, para este autor, para além de voluntarista, a reforma foi também precursora e um "enclave" na política educativa do Estado Novo. De facto, a promoção da reforma e a forma como foi lançado o novo estatuto do ensino técnico, com o "vigoroso" adensar da rede de escolas técnicas, com a criação do ciclo de pré aprendizagem e o consequente prolongamento da escolaridade e a mobilização das aspirações sociais dos jovens, com a diversificação dos cursos e dos percursos escolares, com a criação das secções preparatórias potenciadoras da continuação de estudos, com a elevação significativa das despesas na educação, enfim,

¹³⁷ *Escolas Técnicas*, nº 3-4, 1947, p.18.

¹³⁸ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 66

¹³⁹ António José Rebelo Bustorff, *Ensino Técnico Profissional, Contributo para o estudo da sua organização e do seu funcionamento nos últimos 40 anos (1948 a 1988)*, Tese de mestrado policopiada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1988, p.23

¹⁴⁰ Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.71

tudo isto parece não encaixar no "malthusianismo financeiro" nem articular-se com a prudência com que sistematicamente os governos do Estado Novo procuraram controlar e travar as aspirações sociais conferidas pela escola.

A explicação para esta reforma contra a corrente dominante, para este "enclave" na política educativa do Estado Novo, encontra-a Grácio na pressão da procura popular, no dirigismo económico estatal que se reforça no pós-guerra e está francamente orientado para a industrialização do país e na crença governamental quanto ao papel do ensino técnico no quadro da industrialização que se quer desenvolver.¹⁴¹

Para além deste contexto, e recorrendo a Bourdieu e Passeron e à sua crítica da noção durkheimiana da autonomia relativa do sistema escolar, segundo a qual "a escola está em condições de submeter as solicitações externas a uma retradução sistemática", Grácio considera ainda o papel decisivo da Comissão de Reforma constituída exclusivamente por professores, a maioria dos quais estava ligada ao ensino técnico. "Todos estão directamente interessados na promoção do ensino técnico pois nele encontram a sua razão social" ¹⁴² e "estamos, pois, perante um grupo bastante afastado do pragmatismo imediatista que dominava o mundo económico de então, especialmente o de um patronato tradicional indiferente e mesmo avesso à instrução, ainda que elementar, dos operários".¹⁴³

Também aqui Grácio aplica o conceito de tecnologia social ao considerar que a reforma de 1947/48 funcionou como um instrumento de travagem e de controlo das aspirações sociais que a crescente procura de educação no pós-guerra não poderia deixar de conter. "Aumentaram as oportunidades sociais...a boa integração da ordem social pode ser prejudicada por um crescimento anómico das aspirações. Em que medida e de que forma pode a instituição escolar aqui interferir, contribuindo para restabelecer alguma ordem nos espíritos perturbados pelas novas realidades?"¹⁴⁴ A escola constitui o meio adequado para "definir como legítimas as razões de exclusão dos fins mais ou

¹⁴¹Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 78

¹⁴²Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 80

¹⁴³Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 81

¹⁴⁴Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 130

menos por todos desejados".¹⁴⁵ Neste sentido, podemos voltar a considerar, como M.F.Mónica, que a escola para o Estado Novo e para os mentores da reforma se constituía "como um excelente instrumento de controlo social".

¹⁴⁵Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p. 132

4. A Escola de Aprendizizes da CP

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses há muito que recrutava jovens aprendizes e praticantes que, nos grupos oficiais e noutros sectores, iam realizando a sua aprendizagem por observação e emulação do pessoal mais experimentado. Há registos abundantes de aprendizes da CP nos anos vinte e trinta do nosso século e, mesmo após a criação da Escola de Aprendizizes, continuaram a ser recrutados aprendizes e aspirantes para diversos sectores da empresa. Todavia, para resolver os problemas de renovação da sua mão de obra qualificada, nomeadamente nas áreas da serralharia e da electricidade, a Companhia dos Caminhos de Ferro, desde os anos 30, instituiu nos três grandes grupos oficiais, no Barreiro (3º GO), no Entroncamento (2º GO) e em Campanhã (1º GO) Escolas de Aprendizizes.

4.1. A Escola do Barreiro

Inaugurada no dia 21 de Julho e noticiada nos Boletins da CP de Agosto e Setembro de 1930, a Escola do Barreiro foi apresentada como "uma escola de desenho para os aprendizes das oficinas do Barreiro". O curso era de três anos e o currículo era constituído por diferentes categorias de desenho. No primeiro ano, "projectação de linhas, planos e sólidos e desenho à mão livre"; no segundo ano, "desenho de modelos à mão livre e desenho rigoroso de modelos"; e no terceiro ano, "desenho de conjunto, à mão livre e rigoroso"¹⁴⁶.

Habilitavam-se à frequência da escola jovens com idade inferior a dezoito anos que soubessem ler e escrever, realizar as quatro operações aritméticas com números inteiros, decimais e quebrados e saber extrair a raiz quadrada. Contudo, acrescentava-se, "em virtude de muitos dos candidatos não possuírem todos estes conhecimentos, é autorizada a admissão sabendo apenas ler, escrever e as quatro operações, com a

¹⁴⁶ *Boletim da CP*, nº15, Setembro de 1930, p.132

condição de adquirirem os conhecimentos restantes durante os primeiros seis meses de frequência da escola".¹⁴⁷

A ressalva é significativa quanto à natureza da escolarização dos rapazes portugueses nessa alvorada dos anos trinta. Não é feita qualquer referência à necessidade de possuir um diploma de escolaridade, embora se possa presumir que a natureza dos conhecimentos exigidos remetesse para o nível mais baixo da instrução primária. O ano lectivo iniciava-se em 1 de Outubro e terminava em 30 de Agosto do ano seguinte. Para cada ano do curso eram dadas "três aulas por semana". Os alunos com melhor aproveitamento no final do curso eram classificados em montadores, frezadores e torneiros e os restantes para os outros ofícios afins. Nas classificações eram tidas em conta não apenas as provas obtidas na escola mas também "a tendência natural que cada aluno tiver revelado".

A concluir, tecem-se algumas considerações quanto à natureza das qualificações "dos operários das oficinas do País" que, "conquanto mostrem possuir grande habilidade manual e excepcional facilidade em se adaptarem a trabalhos muito diversos, falta-lhes o conhecimento de desenho que muito os auxiliaria e valorizaria"¹⁴⁸. A rematar o diagnóstico em que se sustenta a abertura da escola, coloca-se o dedo na ferida no que em geral respeita ao ensino técnico: "É verdade que em diferentes pontos do País existem escolas industriais onde se ensina desenho e alguns agentes as têm frequentado, mas infelizmente um grande número dessas escolas fica situado em localidades muito distantes das habitações e oficinas onde os aprendizes trabalham para que as possam frequentar"¹⁴⁹. Para colmatar esta carência se afirma também esta como uma das razões que levaram a Companhia a organizar a Escola do Barreiro e a propor-se organizar, "ainda no corrente ano", outras escolas semelhantes junto das Oficinas Gerais de Lisboa P e das Oficinas de Campanhã e no Entroncamento, "logo que entre em laboração a nova oficina de reparação de vagões que ali está sendo montada".¹⁵⁰

¹⁴⁷ *Boletim da CP*, nº 15, 1930, p. 132

¹⁴⁸ *Boletim da CP*, nº 15, 1930, p. 132

¹⁴⁹ *Boletim da CP*, nº 15, 1930, p. 133

¹⁵⁰ *Boletim da CP*, nº 15, 1930, p. 133

4.2. A Escola de Aprendizizes do Entroncamento



A classe do 1º Ano de 1958/59, na Central Eléctrica, com os instrutores (esq.-dir.) Albano, Freitas, José Gonçalves, Timóteo e Custódio

Não no "corrente ano", mas treze anos depois da Escola do Barreiro, no dia 15 de Abril de 1943, entrou em funcionamento a Escola de Aprendizizes do Entroncamento. Todavia, o sublinhado traduz a necessidade urgente de equacionar a formação do pessoal operário em moldes diferentes dos utilizados até ali. Aliás, por iniciativa da direcção da Escola de Instrução de Locomotivas¹⁵¹, e na ausência de uma escola industrial, fora, entretanto, criado no Entroncamento um "curso preparatório do curso industrial", inaugurado em 16 de Outubro de 1932. Esta iniciativa particular, "na qual aproveitará a mocidade filha de ferroviários aqui residentes", visava, através de uma posterior oficialização, a criação da "tal Escola Industrial de verdade...". Funcionou apenas um ano, com duas dezenas de alunos, e acabou por falta de alunos para o 2º ano

¹⁵¹ Escola particular criada por ferroviários, inaugurada em 2 de Junho de 1928, para ministrar formação nas locomotivas a vapor ao pessoal da tracção. (*Boletim da CP*, nº 1, Julho de 1929 e *O Entroncamento*, nº 385, 20 de Março de 1963)

porque “a frequência da vizinha escola Industrial de Tomar era gratuita e os alunos começaram a preferi-la”.¹⁵²

Em Lisboa P não chegou a existir Escola de Aprendizizes, embora ali houvesse aprendizes que dependiam institucionalmente da Escola do Entroncamento. Em Campanhã, a Escola de Aprendizizes foi organizada a partir de 1955.

Noticiando a abertura da Escola de Aprendizizes no Entroncamento, o Engº Garcia, quadro superior do 2º Grupo Oficinal, responsável pela Escola de Aprendizizes, justifica a sua criação pelo “estádio actual da indústria” e pelas necessidades decorrentes da “organização científica do trabalho”: “O estágio actual da indústria, sendo caracterizado, principalmente, pela organização científica do trabalho, tornou necessária a preparação adequada e completa do operário de forma que o torne um elemento consciente e perfeitamente conhecedor da sua missão”¹⁵³. Salienta, entretanto, a insuficiência da preparação ministrada nas Escolas Industriais: “Dadas, porém, as diversas características de cada indústria, é óbvio que não basta a preparação obtida nas Escolas Industriais para o bom desempenho dessa missão, pois nestas o ensino tem de dotar-se de um carácter geral, visto que em regra o aluno desconhece qual a actividade que irá desempenhar quando terminar o seu período escolar.”¹⁵⁴ Cita, a propósito, o exemplo das nações industrializadas onde as grandes empresas vinham organizando escolas de aprendizes com a finalidade de prepararem mão de obra qualificada¹⁵⁵. De facto, por essa Europa fora, nos Estados Unidos e no Canadá, coexistiam diversas modalidades de aprendizagem, nomeadamente a aprendizagem realizada pelas

¹⁵² *O Entroncamento*, nº 385, 20 de Março de 1963

¹⁵³ *Boletim da CP*, nº 183, 1944, p. 164

¹⁵⁴ *Boletim da CP*, nº 183, 1944, p. 164

¹⁵⁵ *Boletim da CP*, nº 183, 1944, p. 164

empresas.¹⁵⁶ A título de exemplo, pode citar-se a Escola de Aprendizagem das Minas de potássio da Alsácia, instituída em 1940 pelos alemães na Alsácia ocupada.¹⁵⁷

As necessidades decorrentes da "organização científica do trabalho", no contexto de uma rede escolar exígua que deixava uma boa parte da população juvenil impossibilitada de ter acesso ao ensino técnico e, por outro lado, da insuficiência e da falta de especificidade da formação ministrada nas escolas técnicas, foram razões invocadas pelos responsáveis da CP para justificar a criação das escolas de aprendizes. O objectivo era preparar, "no mais curto espaço de tempo possível", operários qualificados. Fazendo eco do sucesso já obtido na escola do Barreiro, o engenheiro Garcia, alto responsável da CP, esperava da escola do Entroncamento semelhante desempenho .

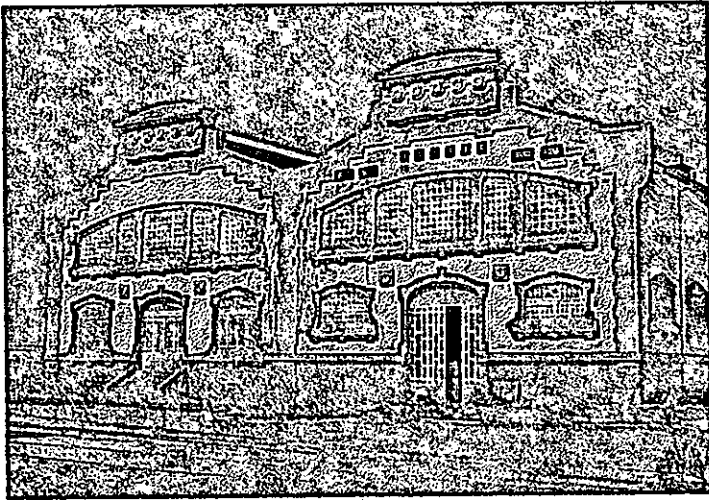
Os anos da guerra tinham sido, de certo modo, anos prósperos para o transporte ferroviário. As dificuldades de abastecimento de combustíveis e de outros componentes do tráfego rodoviário fizeram estagnar a camionagem. Criaram-se assim oportunidades de expansão e investimento que implicaram a própria reestruturação da rede ferroviária nacional que viria a ser unificada e nacionalizada em 1947.

A escola do Entroncamento, no quadro dos grandes investimentos que tiveram por epicentro a construção e entrada em funcionamento das Oficinas de Grande Reparação, foi imposta não só pelas necessidades tecnológicas já referidas como também pelas disponibilidades e oportunidades que a economia de guerra trouxe ao nosso país. Como escreveu Fernando Rosas, "para a indústria portuguesa tratava-se, antes de mais, de agarrar a excepcional oportunidade que a guerra lhe abria para

¹⁵⁶ O boletim *Escolas Técnicas* publicou em 1954 (vol. IV, nº 16) um relatório da OECE acerca da aprendizagem em alguns países europeus, nos Estados Unidos e no Canadá onde se dá conta, para além de outras modalidades, da aprendizagem realizada nas empresas.

¹⁵⁷ Guy Dumez, *Le Centre d'Apprentissage des Mines de Potasse d'Alsace, Une voie originale pour une réussite pédagogique et humaine (1940- 1973)*, Maison du Mineur et de la Potasse, Wittelsheim, 1995, p.27.

redefinir o seu papel global na sociedade portuguesa. Em face do alívio da pressão de capitais e mercadorias estrangeiras no mercado nacional, e sobretudo perante a evidência gritante das carências industriais que a guerra punha a nu, havia finalmente que o ocupar: substituindo importações, lançando novas indústrias de base e concentrando os sectores existentes, arrancando para tal com a electricidade do país e com a melhoria do sistema de transportes; obtendo do estado novos meios e facilidades de financiamento; assegurando a primazia do capital nacional; impondo uma política aduaneira adequada a tais fins; transformando a organização corporativa e o seu tipo de intervenção; criando organismos de planeamento; reformando o ensino técnico; fomentando a investigação científica; introduzindo medidas de reforma agrária..."¹⁵⁸



Central Eléctrica da Estação do Entroncamento, 2001

A Escola de Aprendizes da CP no Entroncamento iniciou as suas actividades com uma classe de treze aprendizes. No decurso dos primeiros anos do seu funcionamento, ficou sediada nas dependências da antiga Central Eléctrica,

junto à estação dos caminhos de ferro. Paredes meias com os vários sectores oficinais, desfrutava de uma localização privilegiada para otimizar a articulação entre a instrução teórica na escola, em situação de aula, e a instrução prática nas oficinas. Nos anos subsequentes, até 1948, foram admitidos, ao todo, um pouco mais de uma centena de aprendizes.

¹⁵⁸ Fernando Rosas, "Os anos da guerra e a primeira crise do regime", in *Portugal Contemporâneo*,

De 1948 a 1954, não houve admissões. Nos primeiros anos houve formação, no decurso normal dos cursos iniciados nos anos anteriores mas, a partir de 1952, não houve actividade lectiva na escola. Podemos ensaiar algumas tentativas para explicar este interregno. Não parece que as necessidades invocadas cinco anos antes estivessem satisfeitas no final dos anos quarenta. Provavelmente, estariam acrescidas.¹⁵⁹ Contudo, manter a escola em funcionamento implicava avultados encargos tanto mais que a Escola de Aprendizizes, para além de ser totalmente gratuita, implicava desde logo uma admissão, embora precária, na CP e, portanto, o pagamento de um salário aos aprendizes. Para além disso, era necessário afectar à aprendizagem um contingente significativo dos melhores quadros da empresa.¹⁶⁰

A formação era cara e a situação financeira da empresa, nos anos imediatamente a seguir à segunda Guerra Mundial, tornou-se mais precária. O fim do conflito trouxe a normalização do comércio internacional e com ela a expansão do parque automóvel,

¹⁵⁸ Fernando Rosas, "Os anos da guerra e a primeira crise do regime", in *Portugal Contemporâneo*, dir. por António Reis, Alfa, Lisboa, 1990, p.40

¹⁵⁹ A escassez de combustíveis durante a 2ª Guerra Mundial obrigou a trabalhos laboriosos de adaptação da fornalha de algumas locomotivas, do carvão para óleos combustíveis e de novo para carvão, de acordo com as disponibilidades do mercado externo pois, como se sabe, não tínhamos nem hulha nem petróleo. Foi o tempo dos caldeiros e dos trabalhos de chapa fina. Daí considerar-se importante a formação, sobretudo nas áreas da serralharia e afins.

¹⁶⁰ Em 1963, a lista dos instrutores da Escola de Aprendizizes do Entroncamento integrava dois engenheiros, um contramestre, três chefes de brigada, um escriturário e trinta e um operários especializados, embora a tempo inteiro na escola apenas estivessem o contramestre, um chefe de brigada, um escriturário e dois operários. Há documentos que provam a realização de estudos do impacto económico da formação de aprendizes na economia da empresa. Por exemplo, num ofício datado de 19 de Dezembro de 1959, dirigido pelo engenheiro chefe do 2º Grupo Oficial (Entroncamento) ao 1º Grupo Oficial (Campanhã), informa-se que estão adstritos à formação trinta operários na oficina, três engenheiros e um professor a tempo parcial e cinco operários a tempo inteiro na escola. Os encargos mensais com os instrutores na escola ascendem a 9.060\$30. Não se contabilizam os encargos dos instrutores na oficina embora se refira que "perdem imenso tempo com os aprendizes que semanalmente estão a seu cargo". A estes encargos há que somar os salários diários dos aprendizes que, por esta altura, eram de 13\$00 para o 1º ano, 16\$00 para o 2º ano e 19\$00 para o 3º ano, perfazendo um encargo mensal de cerca de 36.634\$00. Desta forma, e considerando ainda as despesas de manutenção da infraestrutura e os consumos correntes, pode estimar-se um encargo que estaria um pouco acima dos 50.000\$00 mensais. Também o documento que serve de suporte à proposta de extinção da Escola de Aprendizizes, datado de 18 de Julho de 1974, refere uma despesa anual de 14.700 contos, repartida pelas escolas dos três grupos oficiais, cabendo à do Entroncamento 5.600 contos.

"com o que foi augurado para os tradicionais caminhos de ferro um quadro competitivo inteiramente novo e ameaçador".¹⁶¹

Não se trataria de um quadro inteiramente novo uma vez que, antes da guerra, eram já frequentes as referências às crises de tesouraria resultantes da quebra das receitas provocadas pela concorrência da camionagem. No Boletim da CP, em 1933, podia ler-se: "Muito grandes têm sido, nos dois últimos anos e estão continuando a sê-lo, os prejuízos experimentados pelas administrações ferroviárias que, em todos os países e de um modo geral, têm visto as suas receitas virem sucessivamente sofrendo quebras importantíssimas às quais têm procurado fazer face recorrendo a todas as possíveis economias. Essas quebras provêm, em grande parte das consequências da tremenda crise económica que o Mundo está atravessando...mas, numa parte muito de considerar, são igualmente devidas aos efeitos da concorrência dos transportes automóveis".¹⁶²

Nos anos trinta, para além dos efeitos globais da Grande Depressão na economia portuguesa, afirmava-se a crise ferroviária como reflexo da concorrência da viação automóvel. Se durante a guerra tal concorrência parece ter esmorecido, devido às dificuldades de abastecimento de combustível e de sobressalentes, os finais da década de 40 e toda a década de 50 são referidos como tempos de crise ferroviária provocada pela concorrência dos transportes rodoviários.¹⁶³ De certa forma, poderíamos dizer que

¹⁶¹ Francisco Almeida e Castro, "Um olhar sobre a CP (1945-1980)", in *O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*, Ed. Caminhos de Ferro Portugueses, EP, Lisboa, 1996, p.63.

¹⁶² *Boletim da CP*, nº 43, 1933, p.3

¹⁶³ Surgem amiúde referências à crise financeira no transporte ferroviário resultante da concorrência da camionagem; em 1948, por exemplo, pode ler-se: "O após-guerra trouxe como consequência o desenvolvimento da camionagem que enfrenta o comboio como grande e, por vezes, desleal concorrente" (*Boletim da CP*, nº 230, Agosto de 1948, p.18). A este respeito, Charles Boyer, director geral adjunto da S.N.C.F., considera que verdadeiramente não existe concorrência entre o transporte automóvel e o caminho de ferro mas antes uma selecção de tráfego: o tráfego pobre mantém-se no caminho de ferro ao passo que o tráfego lucrativo dá preferência à estrada (*Boletim da CP*, nº266, Agosto de 1951, p.19). Uma nota curiosa a respeito da crise financeira da CP, numa caixa do *Boletim da CP*, nº263 de Maio de

os anos da guerra foram anos de tréguas nessa luta fratricida entre a rodovia e a ferrovia. Contudo, a seguir à guerra, agudiza-se de novo a crise nos caminhos de ferro, provocada não apenas pela incomparável maleabilidade do transporte rodoviário quando confrontado com o comboio, mas também pelos problemas de estrutura e organização que o caminho de ferro português ainda hoje mantém por resolver. O maior de todos foi sempre o subinvestimento, ou seja, a dificuldade em disponibilizar os fundos necessários para as infra-estruturas e para a aquisição do material circulante. Como escrevia o engenheiro Ramos Coelho, ainda em 1933, "os caminhos de ferro constróem à sua custa a respectiva linha (expropriações, terraplanagens, obras de arte, assentamento de via..) e custeiam a sua conservação e reparação. Os transportes automóveis limitam-se a utilizar as estradas que o Estado ou os municípios construíram e conservam...".¹⁶⁴

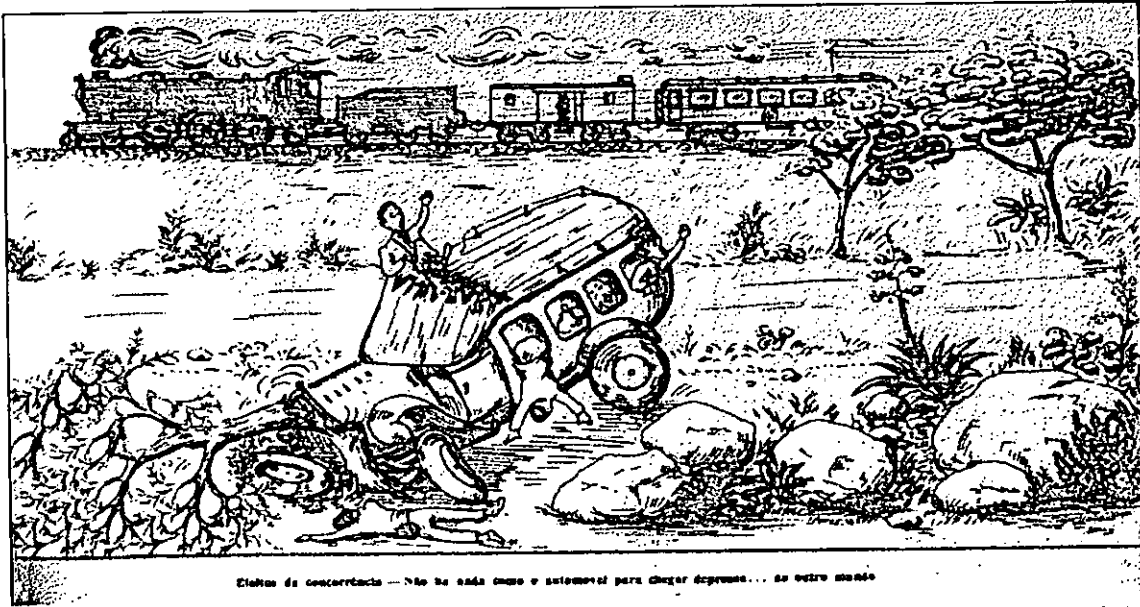
Ficou célebre, nos anais da segunda metade de oitocentos e até na literatura humorística, a figura de Fontes Pereira de Melo, de pasta debaixo do braço e de mão estendida, a angariar nas praças financeiras de Paris e de Londres os empréstimos indispensáveis para a concretização do seu programa de obras públicas. Como se sabe, foi essa a origem do transporte ferroviário em Portugal. Pela dimensão dos investimentos a que se vê obrigada e pela natureza dos serviços que presta, a CP ainda hoje mantém um esforço ingente para o melhor equilíbrio entre o deve e o haver.

Esta crise financeira permanente assoma com muita frequência nas janelas do *Boletim da CP*. Uma das formas mais curiosas de a exorcizar era, por exemplo, a

1951, p.26, diz-nos que "o pessoal da estação de Tonda, em presença da assustadora crise ferroviária e das dificuldades que assoberbam a Companhia, resolveu, secundando a iniciativa do chefe da mesma estação, substituir-se mutuamente, nos seus dias de descanso semanal, sem qualquer remuneração especial." Afinal a ideia do dia de trabalho para a nação parece ter antecedentes.

¹⁶⁴*Boletim da CP*, nº 44, 1933, p.22

publicação amiúde da estatística de acidentes automóveis.¹⁶⁵ O objectivo era, evidentemente, demonstrar que o transporte ferroviário era (é) muito mais seguro, contrapondo-o assim com vantagem em relação ao automóvel.



Efeitos da concorrência — Não há nada como o automóvel para chegar depressa... ao outro mundo

(Efeitos da concorrência — Não há nada como o automóvel para chegar depressa... ao outro mundo)
Boletim da CP, nº 9, Março 1930, p.31

Também o jornal *O Entroncamento* evoca, por diversas vezes, a crise financeira na empresa dos caminhos de ferro. Por exemplo, num editorial de Maio de 1951, informa-se que, “dada a grave situação financeira da CP, resolveu o Governo fornecer a esta empresa os meios necessários e indispensáveis para pôr cobro ao estado em que a mesma se encontra, com défices nas suas gerências, nos últimos três anos (1947-1949), que somam 166.100 contos.”¹⁶⁶ Aliás, informava o editorialista, não era apenas entre nós que os caminhos de ferro atravessavam uma situação difícil já que na Inglaterra, na Bélgica, na Suíça, na França e até nos Estados Unidos não era mais animadora. O problema devia-se a uma baixa generalizada das receitas geradas pelo transporte ferroviário, enquanto que as despesas com pessoal, com o material e com o combustível

¹⁶⁵ O *Boletim da CP*, nº 264, de Junho de 1951, pp. 11-14, compara a segurança de vários meios de transporte e conclui que, em 1947, o número de passageiros mortos por bilião de viajantes/Km.s foi de 163 pelo ar, 108 por estrada e 0,64 por caminho de ferro.

¹⁶⁶ “*O Entroncamento*”, nº 107, 15 de Maio de 1951

não paravam de crescer. As soluções preconizadas naqueles países para ultrapassar a crise passavam pela suspensão do recrutamento de pessoal, pela electrificação e dieselização para aumentar a rentabilidade da rede, pelo aumento das tarifas, pela supressão de linhas secundárias e pela coordenação dos transportes terrestres e fluviais.

Em 1947, em Portugal, foi publicado o Plano RUP, da autoria do professor Vicente Ferreira, onde era preconizada a fusão das seis empresas ferroviárias então existentes. A ideia foi materializada na lei 2008 que extinguiu as companhias Beira Alta, Vale do Vouga, Nacional e Norte cujo património material e humano foi integrado na CP, com quem o estado celebrou um contrato de concessão única. Foi assim realizada a concentração da exploração das empresas ferroviárias.¹⁶⁷ O *Boletim da CP* celebra tal episódio com uma aura de solenidade que deixa antever uma dimensão messiânica, uma ânsia de regeneração ferroviária: "À meia noite de 31 de Dezembro, a Companhia tomava, solenemente, conta de todas as linhas férreas do país... Acontecimento de extraordinário vulto no quadro económico do País, ele marcará de modo indelével o começo de uma nova era nos anais ferroviários. Vida Nova!".¹⁶⁸

Não se tratava apenas de concentração mas também de nacionalização, isto é, de concentrar numa empresa de capitais maioritariamente públicos, as explorações ferroviárias até ali concessionadas a particulares. Três meses após esta importante alteração estrutural, foi remodelado o Conselho de Administração da Companhia e foi nomeado um novo director geral. Também neste ano, como se sabe, foi finalmente promulgada a lei 2025 que reformava o ensino técnico.

¹⁶⁶ "O *Entroncamento*", nº 107, 15 de Maio de 1951

¹⁶⁷ À excepção do troço da linha de Estoril/Cascais que só em 1977 viria a ser integrado. Não pode deixar de interpretar-se a reestruturação e concentração das empresas ferroviárias à luz da filosofia subjacente à lei 2005 de Março de 1945, de fomento e reorganização industrial, cujos eixos estruturantes foram precisamente a reorganização /concentração das indústrias existentes e o lançamento de novas indústrias.

¹⁶⁸ *Boletim da CP*, nºs 211 a 213, 1947, p. 1

A concentração das empresas ferroviárias e o Contrato de Concessão Única, realizado pelo estado português com a nova CP, em 1951, abriram um mar de expectativas que passaram pela elaboração de um plano de investimentos no sentido da recuperação e da modernização dos caminhos de ferro. O grande objectivo desse plano era, uma vez mais, aproximar Portugal da Europa desenvolvida e colocar a rede ferroviária nacional numa "decente grelha de partida".¹⁶⁹

Tal plano nunca veio a ser publicado. Oliveira Salazar terá considerado exorbitante o volume dos investimentos previstos, preferindo continuar o regime de prestações suaves seguido até então.¹⁷⁰ Com algum desencanto, escrevia o Engº Almeida e Castro, em 1996, que "lamentavelmente, o efeito Duarte Pacheco não se fizera sentir nas ferrovias" e que "o próprio (Duarte Pacheco) terá dito «o caminho de ferro, quanto pior melhor»".¹⁷¹

A suspensão das admissões na Escola de Aprendizes do Entroncamento, a partir de 1948, não pode deixar de relacionar-se com a crise financeira que assolava o transporte ferroviário e com a concentração e nacionalização dos caminhos de ferro e as alterações organizacionais que tal facto implicou. Por outro lado, parece lícito também supor que, face a um investimento oneroso como era a formação de aprendizes e face a uma mudança anunciada no ensino técnico, a CP, em tempo de crise e de reestruturação, ensaiasse um modelo de recrutamento no quadro do novo ensino técnico reformado.

Em 1955, reiniciaram-se as admissões com uma classe de vinte aprendizes. E, daí em diante, durante uma vintena de anos, foram admitidos em média, anualmente, para cima de quatro dezenas de rapazes. Crise ferroviária ultrapassada? Descrença numa reforma do ensino técnico que, a curto prazo, não estava a surtir os efeitos esperados?

¹⁶⁹ Francisco Almeida e Castro, "Um olhar...", p.64

¹⁷⁰ Francisco Almeida e Castro, "Um olhar...", p.64

¹⁷¹ Francisco Almeida e Castro, "Um olhar...", pp. 63-64

Novas imposições de natureza tecnológica que obrigaram a uma cada vez maior especialização dos quadros oficiais?

A crise financeira da CP, como se disse, tem-se apresentado crónica.¹⁷² Para além da lentidão com que a rede do ensino técnico se foi alargando, nomeadamente na área de abrangência da Escola de Aprendizizes do Entroncamento, a terceira razão foi certamente determinante. A questão energética foi sempre fulcral num país como Portugal onde os recursos energéticos escasseiam. Não temos hoje petróleo como ontem não tínhamos carvão. A dependência em relação ao abastecimento estrangeiro, para além do dispêndio, implicava também a maior ou menor disponibilidade de fornecimento, consoante as oscilações do mercado externo.

Em 1945, nos finais da guerra, havia locomotivas paradas em Portugal por falta de combustível e outras a circular penosamente, queimando lenha por não haver carvão.¹⁷³ A concorrência de outros meios de transporte impunha também às administrações a necessidade de modernizar a rede e o material circulante. Impunha-se, sobretudo, a substituição do material motor de tracção a vapor, obsoleto, lento e dispendioso, por outro de mais baixo custo de produção e que permitisse a obtenção de maiores velocidades: tracção diesel, emprego de automotoras e electrificação.

Desde 1948, no quadro da reforma estrutural já referida, da empresa estatal e concentrada, que a CP tinha começado a adquirir, quer directamente, quer através do Fundo Especial de Caminhos de Ferro, quer ainda através do Fundo de Fomento

¹⁷² Em 30 de Junho de 1958, na cerimónia de inauguração dos comboios eléctricos entre Lisboa e o Entroncamento, o professor Mário de Figueiredo, Presidente do Conselho de Administração da CP, afirmava que "a vida económica e financeira dos caminhos de ferro é, pode dizer-se, má em toda a parte" e que "a maneira de a melhorar é a de substituir meios de exploração ultrapassados por outros actualizados: substituir o vapor pela tracção eléctrica e diesel." In "*O Entroncamento*", nº 271, de 5 de Julho de 1958

¹⁷³ No relatório da Direcção Geral dos Caminhos de Ferro, ano de 1944, pág. 168, afirmava-se que "as matas e pinhais limítrofes do caminho de ferro estavam esgotados sendo necessário ir mais longe, por maus caminhos, procurar lenha o que dificulta o seu emprego e onera exageradamente o custo de utilização."

Nacional, ao abrigo do Plano Marshall, diverso material circulante: automotoras e atrelados, locomotivas diesel, loco-tractores e carruagens metálicas, para além da realização de inovações importantes ao nível da sinalização e beneficiação da rede de vias férreas.

O *Boletim da CP* dá conta, em Outubro de 1952, de uma encomenda à firma norte-americana Baldwin, de doze locomotivas Diesel-Eléctricas, adquiridas através do Fundo de Fomento Nacional e do Plano Marshall, das quais já tinham sido entregues seis, que iam ser postas em circulação no túnel do Rossio e por isso "a travessia já poderá fazer-se de janelas abertas, pois o fumo desaparecerá por completo, para alegria e satisfação dos passageiros".¹⁷⁴ De 1948 a 1952, foram no total adquiridas e postas em circulação vinte e nove locomotivas Diesel-eléctricas.

Este esforço de modernização, no quadro do Plano de Reequipamento de 1948 e do Plano de Reapetrechamento de 1952, previa, para além da aquisição de novas unidades de material motor e circulante, também a electrificação de determinadas linhas ou troços de linhas, a ampliação de estações, a criação ou alargamento de instalações oficiais e obras de sinalização e telecomunicações.

O processo de modernização ficaria comprometido sem a determinação de um investimento na formação de mão de obra especializada. A formação dos aprendizes nos anos quarenta orientara-se sobretudo para o trabalho do vapor. Percebe-se que ela se tenha deixado diluir por se ter tornado anacrónica. A tracção a vapor parecia ter os dias contados.

O reiniciar das admissões, a partir de 1955, e o seu crescendo, situam-se nesse grande esforço de modernização tecnológica que, como já se viu, não pode ser desligado das grandes alterações estruturais como foram a concentração e

¹⁷⁴ *Boletim da CP*, n.º 280, 1952, p.2

nacionalização e do quadro mais amplo de uma economia nacional relançada através dos Planos de Fomento e amparada, pelo menos em parte, nos fundos do Plano Marshall.¹⁷⁵

De outra forma, como interpretar que até 1963, na Escola do Entroncamento, não tivesse havido qualquer formação específica de electricistas, sendo reclassificado como electricista de serviços gerais, no final do curso, um ou outro aprendiz da formação geral (que era de serralharia), e que, nesse ano, as vinte e nove admissões tenham sido exclusivamente dirigidas para aprendizes de electricidade? E que desde 1958/59 tenham seguido para o terceiro grupo oficial, no Barreiro, os cinco melhores aprendizes finalistas do segundo ano a fim de aí frequentarem, no terceiro, uma formação muito específica de electricistas de motores? O arranque da aprendizagem em Campanhã, a partir de 1955, não terá sido igualmente imposto por esta nova dinâmica ferroviária? E não será de analisar no mesmo prisma evolutivo - considerando a redução de custos, a rapidez da formação, pela urgência da mão de obra, e a especialização num quadro mais específico - a redução dos cursos de aprendizes de três para dois anos efectuada a partir de 1966?

De facto, em 9 de Março de 1966, foi apresentada pelo 2º Grupo Oficial aos serviços centrais da companhia uma proposta de remodelação do funcionamento da Escola de Aprendizizes da CP. Fundamentavam-na as seguintes razões: a necessidade de formar mão-de-obra com um nível mais exigente de qualificação imposto pelo incremento da tracção Diesel-Eléctrica, o abandono da Companhia, quer por parte dos aprendizes, quer de pessoal já qualificado, devido a solicitações do exterior, a entrada

¹⁷⁵A electrificação da linha de Sintra e do troço inicial da linha do Norte fazia parte das acções do I Plano de Fomento. Segundo o Engº Almeida e Castro, esta acção foi desenvolvida, não por imperativos de modernização ferroviária, mas como base de preenchimento do diagrama de carga previsual justificativo do programa de construções de centrais hidro-eléctricas, o plano Ferreira Dias. (Francisco Almeida e Castro, "Um olhar....", p.64)

em funcionamento das novas oficinas de motorizados no Entroncamento e, por último, por o custo da instrução em três anos ser muito elevado e obrigar a desviar para a formação alguns dos melhores quadros da empresa. Por essas razões, eram propostos dois esquemas de remodelação: no primeiro era preconizada a duração de um ano para os cursos da Escola de Aprendizes, fazendo-se o recrutamento nas escolas industriais entre os alunos que frequentassem o 3º Ano dos cursos de formação ou o 6º Ano dos cursos de aperfeiçoamento.¹⁷⁶ Em alternativa, propunha-se a redução dos cursos para dois anos, suprimindo alguns conteúdos "de interesse secundário" e mantendo como habilitação de ingresso o 2º grau da instrução primária. Para esta segunda hipótese, a proposta continha já detalhados a carga horária e os programas já reformulados das disciplinas dos cursos de electricistas e serralheiros. Foi este o caminho escolhido e, de 1965/66 em diante, os cursos da Escola de Aprendizes passaram a ter a duração de dois anos.

A modernização tecnológica implicou a própria evolução física da escola, do território que a escola ocupa, deixando perceber a lógica em crescendo da sua importância estratégica. Inicialmente, funcionava em três salas da antiga Central Eléctrica, com o vapor ali mesmo à mão porque era do vapor que se tratava. Em 1959, efectuou-se a mudança para a Escola Camões, por ter ficado devoluta, mas também porque o espaço antes ocupado já era incompatível com as novas exigências da formação¹⁷⁷ e estava também a ser necessário para outros fins.

A construção do Centro de Formação e a instalação da Escola de Aprendizes nesse moderno complexo escolar, em 1969, corresponde ao auge das

¹⁷⁶ Admitir esta possibilidade significa reconhecer que a rede do ensino técnico já estaria apta a disponibilizar uma base de recrutamento de jovens com aquele perfil de escolarização.

¹⁷⁷ Em ofício dirigido ao Director geral da Companhia, o engenheiro chefe do segundo grupo oficial solicita a não distribuição das habitações devolutas da Escola Camões porque já existe um plano de aproveitamento da dita escola para Escola de Aprendizes visto que "actualmente esta está a exercer-se nas piores condições possíveis e toda dispersa"(Ofício de 3 de Fevereiro de 1958).

admissões de aprendizes. Corresponde também a um tempo de normalização da vida ferroviária. O estado cobria o défice das contas no final do ano e o processo de modernização parecia estar em bom ritmo. Estava electrificada toda a linha do norte e



Centro de Formação da CP

mais alguns troços de relativa importância estratégica e já não circulavam locomotivas a vapor nas principais linhas de Portugal.¹⁷⁸

Em 1973/74 foram feitas as derradeiras admissões: nada menos que setenta e seis, o recorde de

toda a vigência da instituição. Em 4 de Julho de 1974, em reunião dos representantes dos sectores de Planeamento, de Organização e de Formação da empresa, constituindo um grupo de trabalho, foi de novo analisado o problema da Escola de Aprendizizes da CP. Foram avaliados as vantagens e os inconvenientes da sua existência e colocadas três alternativas: extinguir a escola de aprendizes, continuar, com alterações ao seu funcionamento, ou continuar, sem alterações ao seu funcionamento. As vantagens a favor da sua continuação foram assim sintetizadas:

1º A Escola de Aprendizizes permite à CP fazer recrutamento directo de pessoal qualificado para preenchimento dos seus quadros.

¹⁷⁸ O fim da tracção a vapor na zona centro do país foi assinalado por uma memorável parada ferroviária, realizada no Setil em 15 de Fevereiro de 1968, em que participaram máquinas a vapor, diesel e eléctricas. No ano seguinte o vapor foi banido na zona sul do país.

2º A Escola de Aprendizes tem interesse de ordem social, já que tem conferido formação a jovens que de outro modo não teriam acesso a qualquer formação, nomeadamente a filhos de ferroviários.

Contudo, os inconvenientes aduzidos parece terem-se sobreposto às vantagens:

1º É possível fazer recrutamento de pessoal no quadro geral das oficinas metalomecânicas que também fazem recrutamento na CP.

2º O interesse social é muitas vezes desvirtuado pois muitos daqueles que obtêm formação na Escola de Aprendizes podiam igualmente obtê-la nas escolas técnicas dado que nas localidades onde se localizam as Escolas de Aprendizes também já existem escolas técnicas oficiais.

3º A despesa que a CP suporta com o funcionamento da Escola de Aprendizes é muito elevada e nem sempre vai beneficiar os filhos dos ferroviários mais necessitados.

4º A CP mantém um bom número de agentes de boa qualidade profissional ocupados total ou parcialmente com a formação e portanto retirados da produção.

5º A existência da Escola de Aprendizes levanta questões de ordem disciplinar, próprias da juventude, mas que implicam com o bom funcionamento das oficinas.

6º A existência da Escola de Aprendizes implica a afectação de instalações e equipamento, bem como despesas elevadas de manutenção e até de adaptação.

Face a esta análise, foi deliberado suspender as admissões de aprendizes na CP e preconizada a extinção da escola. O apoio à formação, na opinião do citado grupo de trabalho, poderia ser realizado através do entendimento com os estabelecimentos oficiais de modo a que a aprendizagem prática fosse realizada nas oficinas da empresa e a formação teórica nas escolas oficiais. Poder-se-ia ainda admitir alunos estagiários, concedendo-lhes facilidades de horário, a fim de poderem prosseguir os estudos em

regime nocturno na escola pública. Para os filhos de ferroviários necessitados poderia ser estudada a criação de subsídios de formação.

Terminou assim o percurso da Escola de Aprendizizes da CP, de forma um tanto inesperada, é certo, se tivermos em conta, por exemplo, o elevadíssimo investimento que representou a construção do Centro de Formação nos finais da década de sessenta¹⁷⁹. As razões invocadas para o encerramento foram fundamentalmente de ordem financeira: "A despesa que a Empresa suporta com o funcionamento da Escola de Aprendizizes é muito elevada."¹⁸⁰ Com efeito, se os problemas financeiros tinham já feito oscilar, por diversas vezes, a admissão de aprendizes, desta vez a questão era mais profunda.

A revolução de Abril pusera a nu a iniquidade a que chegara a degradação salarial na CP. Trabalhadores fora do quadro, a trabalharem apenas onze meses para não inflacionarem os registos oficiais, a autorização, expressa por decreto, que isentava a CP de cumprir a legislação laboral vigente (respeitante a horas extraordinárias, trabalho nocturno, feriados e descansos..), eram alguns dos graves problemas internos que foram resolvidos rapidamente dentro do novo quadro criado pela revolução. A normalização da situação dos trabalhadores eventuais e contratados implicou um alargamento dos efectivos com cerca de quatro milhares de admissões. A instituição do salário mínimo nacional abrangeu cerca de 40% dos ferroviários.¹⁸¹ Os aprendizes também foram

¹⁷⁹ No discurso de inauguração, o Presidente do Conselho de Administração da CP, estimou em 41.000 contos a construção e equipamento do Centro de Formação, manifestando, ao mesmo tempo, a convicção de que o Ministério das Corporações "concederá, nos termos legais, a comparticipação que o nosso esforço e os benefícios que dele resultarão, justificarem." *O Entroncamento*, nº 530, 20.10.1969

¹⁸⁰ No relatório da proposta que levou ao encerramento da Escola de Aprendizizes estima-se, no ano lectivo de 1973/74, uma despesa anual de 14.700 contos com as Escolas de Aprendizizes dos três grupos Oficiais.

¹⁸¹ Francisco de Almeida e Castro, "Um olhar...", p.68

considerados, vendo a sua condição salarial substancialmente melhorada¹⁸² e, conseqüentemente, agravando os encargos da CP com a aprendizagem.

A proposta em que se sustentou a extinção da Escola de Aprendizes aduz ainda outros argumentos, nomeadamente, a possibilidade de se recrutar mão-de-obra específica, nas áreas da electricidade e da metalomecânica, formada nas escolas técnicas oficiais que já existem nas localidades onde se situam as escolas de aprendizes. Contudo, o problema financeiro resultante do agravamento das despesas com pessoal deve ter sido determinante e pôs em questão a aprendizagem. Ainda se prolongou a vida da escola até 1975/76 com uma última turma de repetentes dos anos anteriores.

Cinco anos depois, em 1980/81, apesar de manter uma oferta idêntica com os cursos de serralheiros e electricistas, a escola reabriu com um novo figurino, numa relação de parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com a designada experiência dos cursos piloto de nível II. Era já uma outra modalidade de formação.

Para trás ficara todo o percurso de uma instituição original e uma mão cheia de interrogações e de factos que naturalmente o balizam. Às perguntas iniciais sobre a origem, acresce o interregno de seis anos de 1948 a 1954, a evolução claramente ascendente do ritmo de admissões que atingiu o auge no final da década de sessenta e começos da de setenta, a mudança da Escola de Aprendizes para o edifício da Escola Camões em 1959, a transferência, a partir de 58/59, dos melhores aprendizes do terceiro ano para o 3º Grupo Oficinal no Barreiro a fim de aí realizarem formações específicas só aí ministradas, electricistas de motores e serralheiros de motores, a criação do curso de electricistas em 1962/63, a redução dos cursos de três para dois anos curriculares a

¹⁸²Um comunicado do Conselho de Gerência da CP, datado de 1 de Maio de 1974, alterou o salário dos aprendizes que passou de 45\$00 diários para 3.000\$00 mensais (1º Ano) e de 60\$00 diários para 3.300\$00 mensais (2º Ano). Tratou-se, portanto, de um aumento superior a 100%, agravando os encargos com a escola na mesma proporção.

partir de 1966 e a mudança, em 1969, da Escola de Aprendizizes para as novíssimas instalações do Centro de Formação da CP junto às oficinas novas no Entroncamento.

No quadro da evolução económica de Portugal no pós-guerra, cresceu a dimensão da empresa dos caminhos de ferro, com a sucessiva incorporação na sua rede de quase todas as outras linhas férreas do país. No mesmo quadro, foi necessário intensificar a modernização dos meios de trabalho da empresa, nomeadamente, com a introdução dos novos sistemas de tracção diesel e eléctrica. Só que, como referia o director geral da CP, engenheiro Espregueira Mendes, na RTP, em 23 de Outubro de 1961, “electrificar não é apenas fazer circular o material tractor sob tensão da energia indispensável, mas, igualmente, renovar a via, rectificar os traçados, remodelar as estações, instalar novos sistemas de sinalização, comando e comunicações, reequipar e estabelecer novas oficinas e, principalmente, preparar homens para novas especializações e novos métodos”.¹⁸³ Neste quadro, a Escola de Aprendizizes nasceu para formar a mão de obra qualificada de que a CP necessitava e da impossibilidade de a obter de outra forma, por insuficiência do ensino técnico oficial. Nos primeiros anos de vigência, a formação foi orientada para a formação de serralheiros. Contudo, a partir de meados de cinquenta, a modernização tecnológica fez acelerar o ritmo de admissão de aprendizes e impôs também formações na área da electricidade. Em 1974, o agudizar dos problemas financeiros da empresa levou ao encerramento da Escola de Aprendizizes e ao recrutamento de mão de obra qualificada pelas escolas industriais.

¹⁸³ Boletim da CP, nº 389, Novembro de 1961

4.3. A Escola de Aprendizes do Entroncamento e a Reforma de 1948

Que relação se poderá estabelecer entre o arranque das escolas de aprendizes da C.P., nomeadamente, da escola do Entroncamento e a situação do ensino técnico? Já se concluiu que a inexistência de ensino técnico, em condições de dar resposta às necessidades das empresas, levou a C.P. a implementar mecanismos próprios de formação de mão de obra. Pode também concluir-se que, face à ausência de outras escolas próximas e acessíveis, muitos jovens e as suas famílias procuraram a Escola de Aprendizes como meio de valorização pessoal e de promoção social.

Será deste modo pertinente procurar perceber a evolução da rede escolar do ensino técnico na região abrangida pela Escola de Aprendizes do Entroncamento e auscultar as relações que se foram ou não estabelecendo entre uma realidade e a outra. Por isso se delimitou um quadro regional que tivesse em conta as áreas geográficas abrangidas pela Escola de Aprendizes do Entroncamento, a saber, o distrito de Santarém onde aquela se situa e donde provinha a maioria dos candidatos e os distritos contíguos ou próximos donde, ao longo dos anos, provinham igualmente aprendizes (Portalegre, Castelo Branco, Coimbra e Leiria).

Como já se referiu, era exígua a oferta escolar do ensino técnico nos anos quarenta. No distrito de Santarém existia uma escola industrial pública, a Escola Jácome Ratton, em Tomar, com "óptimos resultados e um número crescente de alunos", como informava o deputado Proença Duarte aquando do debate na Assembleia Nacional..¹⁸⁴ Além desta, existiam, de iniciativa particular, as escolas comerciais de Rio Maior e Abrantes e a Escola do Ateneu Comercial de Santarém, que funcionava por iniciativa conjunta da autarquia local e da Junta de Província do Ribatejo.

Uma escola industrial pública e três escolas comerciais particulares em todo o distrito de Santarém constituíam de facto uma oferta diminuta. Perante este quadro, compreende-se melhor a criação da Escola de Aprendizes no Entroncamento. Entendem-se também melhor as actas do II Congresso do Ribatejo onde ecoavam

¹⁸⁴*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, 1949, p.173.

pedidos de criação de escolas industriais na província, nomeadamente em Vila Franca de Xira, Santarém, Torres Novas, Abrantes e Alcanena.¹⁸⁵

Paulatinamente, à média de uma escola por ano no que à região diz respeito, mas sempre no quadro do alargamento da rede nacional, foi-se adensando a oferta regional e local do ensino técnico. Logo no articulado da lei 2025, previa-se a criação de escolas técnicas nos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Leiria e Santarém, para só referir a área de implantação abrangida pela Escola de Aprendizizes. No último distrito mencionado, estavam previstas novas escolas em Santarém, Abrantes e Torres Novas.

Em 1953, foi criada a Escola Industrial e Comercial de Abrantes, dotada com os cursos de Serralheiro, Formação Feminina e Geral do Comércio, ficando a Câmara Municipal local comprometida na comparticipação do ensino comercial. Em 1964 e em 1968, foi a escola ainda dotada, respectivamente, com as Secções Preparatórias para os institutos médios e com o curso de Montador Electricista.¹⁸⁶

Em 1954, foi criada a Escola Industrial e Comercial de Torres Novas, dotada com os cursos de Formação de Serralheiros, Costura e Bordados e Complementar de Aprendizagem. Em 1957, o curso de Costura e Bordados foi substituído pelo curso de Formação Feminina e no ano seguinte foi a escola dotada com os cursos de Montador Electricista e Geral do Comércio.

Em 1955, foi criada a Escola Industrial e Comercial de Castelo Branco com os cursos de Formação de Serralheiros, Formação Feminina, Geral do Comércio e Complementar de Aprendizagem de electricistas.

Em 1956, foi criada a Escola Industrial e Comercial de Santarém dotada com os cursos de Formação de Serralheiros, Formação Feminina e Geral do Comércio, vindo a ser dotada, em 1963, com as Secções Preparatórias e, em 1964, com o curso de Montador Electricista.

¹⁸⁵ *Actas do II Congresso do Ribatejo*, Casa do Ribatejo, Lisboa, 1948, p. 105, p.510 e p.553

¹⁸⁶ A informação relativa a esta escola e às que se seguem foi colhida no relatório, já citado, da autoria de António Carlos Proença, *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, pp. 47 a 70.

Em 1957, foi criada a Escola Industrial e Comercial de Pombal apenas com o Ciclo Preparatório, tendo sido dotada dois anos depois com os cursos de Formação de Serralheiros e de Formação Feminina e em 1961 com o curso Geral do Comércio. Ainda neste ano, foi a Escola Industrial e Comercial de Tomar dotada com dois novos cursos, o curso de Montador Electricista e, explorando uma das virtualidades da reforma que permitia adequar a oferta escolar às realidades regionais e locais, o curso de Técnico Papeleiro. Também neste ano, aos cursos da Escola Industrial e Comercial de Leiria, foram acrescentados o curso de Montador Electricista e, no ano seguinte, as Secções Preparatórias aos institutos médios.

Em 1959, o governo, reconhecendo embora o ritmo lento e incompleto do programa de construções escolares estabelecido para o ensino técnico, decidiu elaborar um novo programa tendo em conta que a evolução demográfica e económica dos anos 40 e 50 impunha repensar a situação. Por outro lado, anunciava-se já a fusão dos dois ciclos preparatórios dos liceus e das escolas técnicas e convinha ponderar eventuais consequências daquela fusão sobre a respectiva carta escolar. No novo plano e nas regiões que importa ver de mais perto, são previstas escolas no Fundão e na Sertã, no distrito de Castelo Branco, e em Cantanhede, no distrito de Coimbra.

Em 1960, foi dotada a Escola Industrial e Comercial de Portalegre com o curso de Montador Electricista.

Em 1962, mau grado "a presente e grave conjuntura da vida nacional que obriga, infelizmente, a retardar o desejável ritmo de execução do programa",¹⁸⁷ foi criada a Escola Industrial da Sertã, dotada com os cursos de Electromecânico e de Formação Feminina. No mesmo ano, na Escola de Tomar, foram criadas as secções Preparatórias aos institutos.

Em 1964, foi criada uma secção da Escola Industrial e Comercial de Tomar na então vila do Entroncamento, tendo sido dotada com os cursos de Electromecânico e de Formação Feminina. Esta secção escolar foi promovida à condição de escola autónoma

¹⁸⁷ *Escolas Técnicas*, nº 43, Anexo, 1971, p.62.

em 1970. Muito antes, e testemunhando a necessidade de ensino pós primário na vila ferroviária, tinha sido criada uma escola particular, o Externato Mouzinho de Albuquerque, que abriu as suas portas em 1945 e que, além dos cursos geral e complementar dos liceus, alargava a oferta ao curso industrial, com os cursos de serralheiro mecânico e de electricista, e aos cursos complementar de comércio e de costura e bordados. Em 1945/46, a frequência foi de 176 alunos, notável para o ano de abertura da instituição, se tivermos em conta que se tratava de uma escola não gratuita e que em 1944/45 terão concluído o ensino primário no Entroncamento cerca de um terço daquele número de alunos.¹⁸⁸ No ano lectivo seguinte, matricularam-se 236 alunos.¹⁸⁹ Contudo, poucos anos depois, foram encerrados, primeiro os cursos industriais e a seguir o curso comercial, ficando a oferta reduzida aos cursos geral e complementar dos liceus e ao ciclo preparatório do ensino técnico. As razões invocadas para o encerramento daquelas valências foram o reduzido número de alunos naqueles cursos, o grande número de horas que os cursos implicavam e o aumento dos salários dos professores e, sobretudo, o anúncio que já se vinha fazendo de que estava eminente a criação de uma escola técnica oficial no Entroncamento.¹⁹⁰

Em 1965, foram criadas mais duas escolas do plano de 1959, as Escolas Industriais de Cantanhede e do Fundão, dotadas com os cursos de Electromecânico e de Formação Feminina.

Em 1966, foram criadas secções das escolas de Torres Novas e de Abrantes, respectivamente, em Alcanena e no Tramagal. A secção de Alcanena foi transformada em escola autónoma em 1970, tendo sido dotada com os cursos de Electromecânico, Técnico Curtidor e Formação Feminina.

Em 1968, foi extinto o ciclo preparatório do Ensino Técnico Profissional e substituído pelo ciclo preparatório do Ensino Secundário, uma medida que já de trás se anunciava, preconizada, como se referiu, quer na Proposta da Comissão, quer no

¹⁸⁸ Informação recolhida no livro de termos da Delegação Escolar do Entroncamento. O anexo 8 apresenta um quadro no qual se procuram coligar os dados disponíveis referentes aos anos de 1946 a 1973.

¹⁸⁹ *O Entroncamento*, n.º 12, de 27 de Abril de 1947 e n.º 22, de 21 de Setembro de 1947

¹⁹⁰ *O Entroncamento*, n.º 250, de 5 de Agosto de 1957

Parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto da Reforma de 1947. Neste mesmo ano e no contexto regional que se tem procurado esboçar, foi a Escola Industrial e Comercial de Abrantes enriquecida com o curso de Montador Electricista.

Finalmente, encerrando este rápido olhar sobre a evolução da rede do ensino técnico na região tocada pela Escola de Aprendizes do Entroncamento, registre-se a criação de mais duas secções escolares, a primeira em 1969, em Soure, como secção da Escola Industrial e Comercial de Pombal, e a segunda em Ponte de Sor, em 1970, como secção da Escola Industrial e Comercial de Portalegre.

O incremento do ensino técnico fez-se sentir claramente na região, nomeadamente, ao nível das habilitações crescentes com que os jovens procuravam aceder à Escola de Aprendizes. Contudo, não parece ter tornado desnecessária a existência da própria escola. Se a ausência do primeiro explica algumas das razões que levaram à criação da segunda, "a vigorosa expansão da rede", como considerou Grácio, não forneceu argumentos à CP por forma a considerar desnecessária ou sequer supletiva a formação ministrada nas escolas privativas da empresa. Contudo, pelo menos em três momentos, foi questionada a Escola de Aprendizes, não por não ser necessária, mas por ser dispendiosa para uma empresa que financeiramente sempre se confrontou com dificuldades, nomeadamente de investimento, como é o caso da formação.

Em 1948/49, foram suspensas as admissões que, como já se referiu, foram retomadas em 1955. É de admitir que tal suspensão se possa relacionar com as expectativas criadas pela aprovação do Estatuto do Ensino Técnico e com os programas subsequentes. Por outro lado, na ausência de alternativas fiáveis de formação de operários qualificados, os operários formados nas escolas de aprendizes da CP eram constantemente aliciados por outras empresas. Foi assim que Bagina Miranda, um antigo aprendiz, monitor e depois director da Escola do Entroncamento, justificou a suspensão da formação em 1948. A CP estava a ombrear com o pesado encargo de formar mão de obra qualificada que depois era desviada para os quadros de outras empresas nas áreas da metalomecânica e da construção naval. E, testemunha aquele antigo quadro da CP, a CUF, a Sorefame, a Siderurgia Nacional e a Lisnave terão sido

algumas das empresas que mais insistentemente vinham aliciar com melhores salários os quadros ferroviários. Aliás, ainda em 1969, na inauguração do Centro de Formação da CP no Entroncamento, o presidente do conselho de administração da empresa considerava que “muito pessoal que preparamos irá trabalhar para outro lado apesar de termos de pagar a sua aprendizagem”.¹⁹¹

O reinício das admissões de aprendizes em 1955 terá ocorrido, não porque aquela sangria tivesse deixado de existir, mas porque, em virtude dela e do avolumar das necessidades técnicas da própria CP, a formação se tivesse tornado de novo um imperativo. Para além disso, como salientou Sérgio Grácio, o desenvolvimento económico dos anos cinquenta criou condições que configuraram o que aquele sociólogo designou por “procura optimista de educação”.¹⁹²

Nos anos cinquenta e sessenta, o desenvolvimento do capitalismo em Portugal desencadeou mudanças na estrutura social, aumentando a procura de educação e evidenciando a associação entre as oportunidades educativas e as oportunidades sociais. Nomeadamente, a diminuição do campesinato e o aumento do operariado, mais do que consequência do reforço da escolarização, terão sido a sua causa, sendo responsáveis pela procura optimista de educação.

Para os ferroviários - dando-se como assente que a maioria dos aprendizes admitidos são filhos ou familiares de ferroviários¹⁹³ e que se situa neste período, a partir de 1955, o espectro ascensional de admissões na Escola de Aprendizizes -, tratou-se de dar aos filhos uma educação mais elevada que a que lhes tinha sido facultada na perspectiva de assim melhorarem ou, pelo menos, manterem as posições profissionais e sociais adquiridas. O que se passa de facto é que para obter o lugar de serralheiro, de traçador ou de torneiro é preciso ter mais formação, ou, pelo menos, uma formação de natureza diferente da obtida pelos pais. No caso dos filhos dos ferroviários e de todos aqueles que se familiarizavam com o universo simbólico das profissões ferroviárias, o único caminho para lá chegar era agora o ingresso na Escola de Aprendizizes.

¹⁹¹ *O Entroncamento*, nº 530, 20 de Outubro de 1969

¹⁹² Sérgio Grácio, *Política Educativa...*, p.126

¹⁹³ Na amostra do questionário, 78% dos inquiridos declararam ser filhos ou familiares de ferroviários.

Este ascenso da procura de educação pode, por outro lado, relacionar-se com o crescendo das habilitações de ingresso na Escola de Aprendizes que, não sendo uma exigência formal da empresa - que continua a exigir como mínimo a 4ª classe -, na prática exige mais porque se constata serem chamados e aprovados nas provas de admissão cada vez mais candidatos com habilitações superiores. Mesmo sem sabermos se e quantos foram excluídos por só terem a 4ª classe, somos confrontados com listas de candidatos que se sentiram obrigados a obter níveis de escolarização mais elevados como garantia de serem chamados a prestar provas. Na prática, como concluiu Sérgio Grácio, a educação torna-se cada vez mais um meio, um canal, para a mobilidade social, quer para transitar do meio rural para a cidade, quer, sobretudo, para um emprego estável e, simbolicamente, para uma posição social mais elevada.

A alteração estrutural que reduziu a duração dos cursos de três para dois anos, a partir de 1966, não pode deixar de relacionar-se também com a criação de uma secção da Escola Industrial e Comercial de Tomar na vila do Entroncamento, em 1964. As habilitações crescentes com que os candidatos a aprendizes procuravam aceder à escola permitem corroborar esta inferência. O adensar da rede de ensino técnico na região permitia à CP equacionar alternativas à formação que até ali realizava em exclusivo.

A suspensão das admissões em 1974 e o subsequente encerramento da Escola de Aprendizes, para além da incompatibilidade entre o elevado custo da formação e os problemas financeiros da empresa, confirma uma razão já esboçada em 1966: a escola técnica já existe como escola acessível e é considerada apta a fornecer aos aprendizes a formação teórica, reservando para si a empresa a legitimidade para continuar a ministrar a formação prática. O recrutamento da empresa, dali em diante, realizar-se-ia, pois, de entre os alunos diplomados pelas escolas industriais.

O encerramento da Escola de Aprendizes, nos meados dos anos setenta, para além das vicissitudes do processo revolucionário, significou a desvalorização de uma formação que, não tendo sido nunca reconhecida por um diploma formal, desfrutou de um prestígio afirmado na concorrência que outras empresas moviam à CP no recrutamento dos operários formados na escola. A implementação da rede do ensino

técnico responde naturalmente por tal desvalorização. Nas razões aduzidas para o encerramento está evidenciado tal facto. Já existem escolas técnicas na região onde a Escola de Aprendizizes recruta e a formação teórica ministrada naquelas escolas, se complementada com a formação prática na empresa, parece ser suficiente para injustificar o encargo que a existência da Escola de Aprendizizes representa. É de supor que, daqui em diante, nenhum candidato a operário pudesse vir a ser admitido sem estar habilitado, pelo menos, com o curso industrial. Paradoxalmente, a última classe de aprendizizes, que concluiu o curso em 1976, pôde assistir também, nesse ano, ao encerramento das escolas comerciais e industriais e à sua substituição pelo novo ensino unificado.

4.4. A Escola e o Bairro Camões

4.4.1. O Entroncamento e o Estado Novo

"Sabemos que se vão fazer eleições e por isso, Ex.mo Senhor, muito lealmente como é nosso dever, tanto mais que somos soldados disciplinados da Ditadura, vimos informar V. Excelência do descontentamento manifesto desta gente e, assim, portanto, um ambiente desfavorável ao acto a que se vai proceder." Era assim que, em 9 de Novembro de 1934, se dirigia ao Ministro do Interior o presidente da Junta de Freguesia do Entroncamento, José Duarte Coelho, pretextando o suposto descontentamento da população para insistir, uma vez mais, na pretensão de elevação da freguesia a concelho.

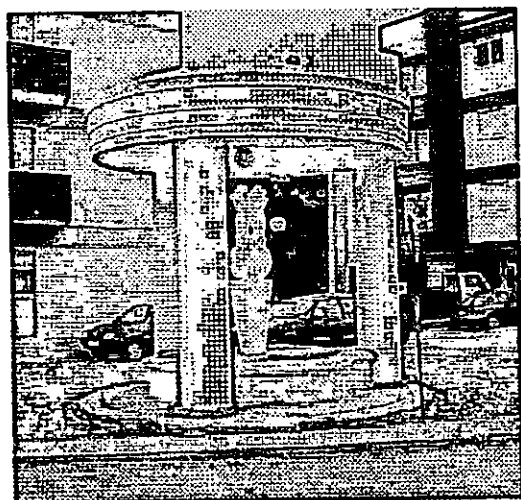
O conteúdo deste ofício ilustra a cumplicidade que caracterizou o relacionamento entre o Estado Novo e o Entroncamento. Meio eminentemente ferroviário, sempre foi considerado pelas instâncias do poder como um foco de subversão latente. Um editorial do jornal *O Entroncamento*, titulado por "Os nossos homens", interroga-se a este respeito de uma forma esclarecedora: "Não sei porque razão os nossos homens criaram fama de pouco afectos ao Estado Novo... Mas a verdade é que os homens do Entroncamento provam pelo seu comportamento que estão dentro da ordem. Os nossos ferroviários são disciplinados e cumpridores.. E é vê-los nas horas de folga, nos seus quintais e hortas, cavando, plantando e regando a terra, com um carinho que poucos camponeses igualam."¹⁹⁴ Mesmo com os ferroviários na ordem, foram sempre considerados necessários, quer um controle apertado e uma vigilância constante - situava-se perto da estação dos caminhos de ferro a delegação da PVDE - , quer uma relação de favorecimento que esfriasse eventuais descontentamentos.

José Duarte Coelho, "soldado disciplinado da ditadura", sabia isso e disse se aproveitava também para levar a bom termo a tarefa de engrandecimento da terra que, como a tantos outros, o adoptara. De outra forma, como compreender que, em tempo de "malthusianismo financeiro como forma de equilibrar as receitas",¹⁹⁵ numa obscura e cinzenta aldeia ferroviária de começos do século, se realizassem avultadas obras

¹⁹⁴ "O Entroncamento", nº 24, 19 de Outubro de 1947

¹⁹⁵ Rogério Fernandes, "História das Inovações Educativas", p.167

públicas e de cariz social e que nomes como os de Cottinelli Telmo, Luís da Cunha,



*Chafariz no Largo de S. João, nas Vaginhas,
arq. Cottinelli Telmo, 1932*

Henrique Sequeira e António Lino assinassem alguns desses projectos?

À medida que crescia a importância da estação como entreposto vital para a circulação ferroviária, aumentava também o afluxo populacional e agravavam-se os problemas habitacionais. A Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro procurou solucionar estes problemas mandando construir bairros de casas

económicas destinadas ao seu pessoal. No *Boletim da CP*, de Junho de 1931, escrevia o engº Jaime Martins que "há muitos anos atrás a solução teria consistido na construção de grandes prédios maciços, de numerosos andares, tão vastos quanto fosse necessário para albergar em maior ou menor promiscuidade, vinte, trinta e quarenta famílias; hoje, porém, as razões de higiene e de moral estão primeiro que as de ordem económica... e com este critério, foram projectados os diversos bairros à maneira das modernas cidades jardins... Cada indivíduo ou família possui a sua casa e cada casa tem o seu jardim que a separa da rua e das outras casas".¹⁹⁶ Ainda o *Boletim da CP*, evocando o Congresso Internacional dos Caminhos de Ferro realizado em 1947 na Suíça, regista como uma das conclusões da IV Secção "o interesse que haveria para as administrações dos caminhos de ferro em construir casas de habitação ou favorecer a sua construção para o pessoal de todos os graus da hierarquia ferroviária."¹⁹⁷

No Entroncamento, entre 1926 e 1940, a CP construiu o bairro da Vila Verde, o Bairro Camões, o bairro do Boneco e os bairros da rua Latino Coelho, a ala Norte e a ala Sul. Se lhes acrescentarmos o bairro José Frederico Ulrich e o bairro Salazar (hoje

¹⁹⁶ *Boletim da CP*, nº 24, 1931, p.97

¹⁹⁷ *Boletim da CP*, nºs 217 a 222, 1947, p.114.

bairro da Liberdade), construídos pelo poder central poucos anos depois, podemos aquilatar da desconfiança e dos cuidados com que o Estado Novo tratava o Entroncamento.

A tipologia dos bairros ferroviários não é homogénea. Deixando de lado a preocupação de os analisar estética e morfologicamente, convém referir o carácter hierarquizante com que são apresentados e a quem se destinavam. Em primeiro lugar, vamos reparar nos quintais. Mais do que jardins, era de quintais que efectivamente se tratava.

Ao longo de muitas décadas, num movimento ininterrupto que ainda hoje flui, deixaram as suas terras do interior, da Beira Baixa e do Alentejo mais alto, milhares de pessoas que se vieram empregar no caminho de ferro. A princípio homens sozinhos, a prazo fazendo vir para junto de si a mulher e os filhos. Habitados à terra, com a qual muitos nunca conseguiram romper durante toda uma vida ferroviária, o quintal representava para eles o cordão umbilical que não era necessário cortar. Para além disso - evidência não despicienda num contexto de salários magros, e os ferroviários sempre se queixaram de ser mal remunerados -, pela complementaridade económica que as couves e as alfaces do quintal poderiam acrescentar ao magro orçamento familiar.

Acresce ainda nesta análise uma outra vantagem segura para sossego do regime: enquanto se ocupavam do quintal, no descanso pós laboral ou ao fim de semana, os ferroviários não se reuniam com os outros operários em sabe-se lá que conversas.

As casas do bairro Camões têm um quintal mais reduzido e, enquanto nos outros bairros este apêndice se situa, na sua maior superfície, nas traseiras da habitação, aqui aparece quase todo na frente ou ao redor da casa. Pode falar-se com mais propriedade de um jardim. As casas deste bairro destinavam-se ao pessoal superior, engenheiros e administradores.

O bairro da Vila Verde foi geralmente ocupado por chefias médias e intermédias e, sobretudo, por pessoal administrativo. Os bairros do Boneco e da Latino Coelho foram destinados ao pessoal operário. Ainda assim, com diferenças: as casas da rua

Latino Coelho foram geralmente habitadas por pessoal do movimento, revisores e factores, ao passo que o Boneco foi destinado ao pessoal da via e obras ou das oficinas.

Houve na estruturação desta habitação social ferroviária uma clara intencionalidade hierarquizante, prolongando os limites da relação laboral e obviamente também da sociedade de então.

4.4.2.A Escola Camões

No final dos anos 20 existia no Entroncamento uma escola primária pública, a velha escola Camões, instalada num edifício da CP arrendado ao Estado. Contudo, estava condenada "pela vizinhança dos comboios, precisando a Companhia do local em que ela assenta para alargamento de vias"¹⁹⁸. Na memória do tempo esfumava-se também a lembrança de uma senhora professora que, na sua casa situada no Largo das Vaginhas, ensinava meninas e meninos.

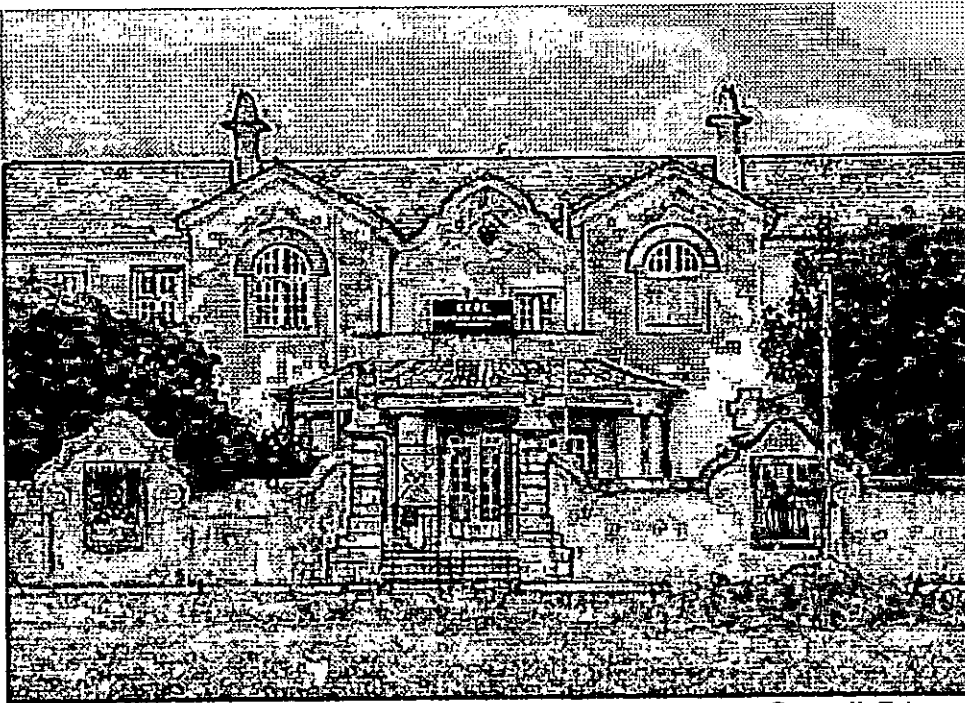
Quando, em 1926, Luís da Cunha e Cottinelli Telmo, sob encomenda da CP, projectaram o bairro, integraram nele um edifício escolar para serviço dos filhos dos ferroviários (ensino diurno) e dos próprios ferroviários (ensino nocturno) e que manteve a designação de Escola Camões. Acerca das duas escolas Camões, que coexistiram durante quase toda a década de trinta, escrevia o jornalista e professor Martinho Rebelo que "no Entroncamento existem duas (escolas), pertencentes à CP que, sob o ponto de vista arquitectónico, envergonham as do Estado". E, especificamente sobre a nova escola Camões, continuava o mesmo articulista, "esta escola (...) foi traçada por engenheiros que não eram pedagogos mas, aparte deficiências de técnica pedagógica, satisfaz relativamente a alunos e professores. Pena é que ela não esteja, há muito, oficializada, substituindo a outra. Pena é que todas as escolas do ensino oficial, espalhadas pelo País, não sejam, ao menos, parecidas com esta do Entroncamento que, por contraste, mostramos"¹⁹⁹.

¹⁹⁸ *O Entroncamento*, nº4, 1931.

¹⁹⁹ *O Entroncamento*, nº4, 1931

Foi assim herdada a toponímia da escola que também deu nome ao bairro. E o bairro Camões, bairro social de luxo, com jardins e mansardas, chafariz artístico e lampião exótico, dispunha também de uma escola privativa. A nova escola, designada Externato Camões, foi autorizada pelo alvará nº298 do Ministério da Educação Nacional e iniciou o seu funcionamento em 1 de Outubro de 1928.

Não será pertinente fazer aqui uma análise às linhas arquitectónicas do edifício. Da memória descritiva, contudo, evoca-se a necessidade de destacar algumas considerações e referências teóricas dos autores, com o objectivo de esclarecer e descrever um edifício que foi construído de raiz para ser uma escola. O projecto, como já se referiu, teve como autores os arquitectos Luis da Cunha e Cottinelli Telmo.



Corpo central da fachada principal da Escola Camões, arquitectos Cottinelli Telmo e Luis da Cunha, 1926

Começam os autores por um esforço de afiliação teórica para ancorar a concepção do projecto: " A elaboração de um projecto de tal natureza exige um grande escrúpulo e uma observância rigorosa de todos os preceitos higiénicos e pedagógicos, preceitos que de resto se encontram fixados em diversos livros e representam as

conclusões de um estudo demorado e consciencioso por parte de homens eminentes de várias nacionalidades.

A esses dados nos cingimos o mais possível, estabelecendo, no entanto, e sempre que a lógica o permitiu, um critério nosso, de adaptação ao nosso clima, bem diferente do daqueles países que se têm ocupado da questão, do clima da Suíça, por exemplo, a «Pátria pedagógica da Escola» como diz Trélat..²⁰⁰

A necessidade de monitorizar o projecto de acordo com os preceitos higiénicos e pedagógicos pertinentes, é ancorada pelos autores no estudo dos entendidos e citam a Suíça como a "Pátria pedagógica da Escola". A eclosão desta referência não é naturalmente alheia a todo o movimento renovador da pedagogia e da higiene escolar que, a partir da Suíça, com Claparède e Freinet, influenciou toda a Europa Ocidental e teve também defensores em Portugal. Nomeadamente, o discurso higienista teve uma influência marcante na configuração estrutural e morfológica do edifício.

A memória descritiva é particularmente cuidada no que respeita à salubridade do local escolhido para a implantação da escola, à orientação da planta, ao número e dimensão das salas, ao quadriculamento do espaço na sala de aula, ao número de janelas e à orientação da luz, à ventilação, à articulação entre as salas através de corredores e "halls", às instalações sanitárias e ao quadriculamento do próprio espaço destinado ao recreio dos alunos.

O edifício compõe-se de dois pisos, o primeiro destinado à escola propriamente dita e o segundo dividido em quatro habitações destinadas "ao pessoal", isto é, aos professores. Se em relação ao segundo piso a memória é quase omissa, tendo em conta a natureza particular da ocupação prevista, no que toca ao primeiro é bastante cuidada como já se referiu : "A planta do primeiro pavimento é clara bastante; a sua leitura faz-se facilmente. Subindo os cinco degraus que dão acesso ao alpendre apoiado em fortes colunas, e passando este, entramos no vestíbulo, flanqueado por uma sala para os professores e uma pequena biblioteca. Este vestíbulo dá para um corredor largo, onde se abrem as portas das aulas e nos topos do qual ficam os lavabos e W.C.. Em frente do

²⁰⁰ Arquitecto Cottinelli Telmo, "Memória descritiva da Escola Camões "

vestíbulo existem três salas, em comunicação por meio de arcos, que correspondem praticamente a uma sala única com a área de noventa e cinco metros quadrados, aproximadamente. Esta sala, que usualmente será frequentada pelos alunos nas horas de recreio e quando o tempo não lhes permitir fazer uso do terreno apropriado para esse fim, ao ar livre, nem mesmo do espaço coberto por telheiros - desempenhará uma função importante nas várias manifestações da vida escolar - exposições de trabalhos, palestras ou exibições de qualquer natureza... As aulas, que são quatro, ficam de um e de outro lado desta divisão de que acabamos de falar."²⁰¹

A descrição pormenorizada da escola e dos espaços escolares revela, não apenas a influência do ideário pedagógico higienista, com recurso abundante à referência de nomes de autores (Baudin, Faber e Eulenberg, Erissmann, W. His) e de países (Suíça, Alemanha, Áustria, Rússia, França, Bélgica), como também assume claramente uma ideia de configuração prévia de todo o trabalho escolar : "Agora que fizemos uma descrição geral do aspecto da nova Escola Camões e demos uma impressão da maneira como deverão decorrer os serviços escolares, consequência da distribuição das plantas, entremos no pormenor."²⁰²

Também o espaço envolvente da escola é meticulosamente tratado. Para além do quadriculamento do território reservado para o recreio dos alunos, sempre de acordo com as melhores referências teóricas, demarca-se uma área de cerca de mil metros quadrados que "será ajardinada e dividida em talhões, para horta, prestando-se à execução, por parte dos alunos, de trabalhos de jardinagem".²⁰³

Finalmente, o que se não fez ou não pôde fazer: "Seria muito interessante - se se tratasse de edificar uma escola urbana, podendo servir até de modelo a muitas escolas estrangeiras - ter-se contado com um ginásio, salas para trabalhos manuais, canto coral e duches, etc., etc., mas não o fizemos para não cairmos em exageros e sermos levados a

²⁰¹ Arq. Cottinelli Telmo, "Memória descritiva..."

²⁰² Arq. Cottinelli Telmo, "Memória descritiva..."

²⁰³ Arq. Cottinelli Telmo, "Memória descritiva..."

Numa época em que se assinalaram entre nós alguns ecos das metodologias inovadoras da chamada "Escola Activa", não surpreende que Cottinelli Telmo, espírito cosmopolita e atento ao que se passava pelo mundo, tenha deixado aqui esta referência pedagógica.

despesas que muito tardiamente viriam a ser justificadas, porque, infelizmente, ainda estamos longe de possuir uma organização de ensino moderna, quanto mais os elementos capazes de a pôr em prática."²⁰⁴ Esta última referência não pode deixar de ser entendida como uma crítica velada ao estado das coisas do ensino em Portugal nesse final dos anos vinte: não há organização moderna de ensino e muito menos um corpo docente capaz de a pôr em prática.

O Externato Camões, escola primária privativa da Companhia dos Caminhos de Ferro, funcionou de 1928 a 1959, abrindo as suas portas não apenas aos filhos dos empregados do caminho de ferro mas a todas as crianças das redondezas. Até ao ano lectivo de 1950/51 tinha realizado 5652 matrículas, segundo nos informa o professor Raul de Matos Torres, um dos seus mais nomeados agentes e também por largos anos professor na Escola de Aprendizizes.²⁰⁵

Entretanto, a população do Entroncamento crescia a um ritmo acelerado e o Estado Novo procedeu à construção de três escolas primárias oficiais. Primeiro a escola do Jardim (1939), depois a escola do Bairro Novo (1948) e finalmente a escola da Zona Verde (1955). Culminando um processo de acomodação da rede escolar às necessidades da população residente, foi ainda construída já nos anos sessenta uma quarta escola, a actual escola primária número três.²⁰⁶

4.4.3. A Escola Camões, Escola de Aprendizizes

A inauguração de escolas primárias oficiais no Entroncamento, num espaço de tempo relativamente curto, tornou desnecessária a oficialização da nova Escola Camões e, a curto prazo, tornou-a redundante enquanto escola primária. Entretanto, a Companhia dos Caminhos de Ferro mantinha a funcionar a Escola de Aprendizizes em dependências da antiga Central Eléctrica adaptadas para o efeito.

²⁰⁴ Arq. Cottinelli Telmo, "Memória descritiva..."

²⁰⁵ *Boletim da CP*, nº263, 1951, p.14.

²⁰⁶ Acabada de construir, albergou a secção da Escola Técnica de Tomar (que entretanto foi promovida a escola autónoma, como já se viu) entre 1964 e 1977. Só após a inauguração do edifício da Escola Secundária do Entroncamento é que aquela passou a funcionar como escola primária, vocação inicial do projecto.

A partir de 1955, com o recomeço das admissões de aprendizes e com o progressivo aumento do seu número e, sobretudo, com o acréscimo de valências técnicas exigidas à aprendizagem, as condições de funcionamento eram cada vez mais exíguas. Ainda antes de ser encerrada a Escola Camões enquanto escola primária, já se falava e planeava a mudança da Escola de Aprendizes para algumas das suas dependências.

Em Fevereiro de 1958, a Divisão de Material e Tracção solicitava à Via e Obras "os desenhos das plantas da Escola Camões de Entroncamento a fim de permitir a esta Divisão estudar a possibilidade de adaptação do referido edifício a Escola de Aprendizes".²⁰⁷ As alterações propostas foram submetidas à apreciação da Divisão de Via e Obras que as orçamentou em 30.000\$00. Tratou-se essencialmente de suprimir três das habitações do primeiro andar para assim aumentar o número de salas de aula e substituir alguns pavimentos do rés-do-chão, em madeira, provavelmente degradados, por pavimentos em mosaico.

As obras foram realizadas no verão de 1959 e, desalojada dali a escola primária, a Escola de Aprendizes inaugurou as instalações no dia 1 de Outubro de 1959. Nas obras de adaptação não é feita referência à instalação de oficinas mas um ofício posterior, datado de 6 de Novembro de 1959, fundamentando um pedido de criação de um posto de vigilância, refere que "na Escola há grande número de máquinas ferramentas, ferramentas, material diverso, etc., pelo que seria de aconselhar que se criasse ali um Posto de Polícia Privativa".

Durante dez anos, de 1959 a 1969, a Escola de Aprendizes da CP esteve sediada no edifício da Escola Camões. A instrução prática dos aprendizes dos segundo e terceiro anos continuou a ser ministrada no parque oficial da CP, mas a instrução prática ou prática simulada aos aprendizes do primeiro ano e toda a instrução teórica eram aqui ministradas. Constituiu o período áureo da Escola de Aprendizes, pelo menos na memória dos activos que ainda hoje laboram no caminho de ferro.

²⁰⁷ Ofício de 11/2/58

Podemos considerar que a mudança para a Escola Camões conferiu à Escola de Aprendizizes uma nova identidade, ou melhor, uma identidade própria. Antes, a aprendizagem confundia-se com o dia a dia ferroviário, com a rotina operária dos trabalhos nas oficinas. Na Escola Camões afirmou-se uma cultura própria do meio escolar configurada, quer pelo perfil ascendente das habilitações literárias dos aprendizes, quer pelos ventos de mudança que começavam a sacudir as instituições escolares dos anos sessenta.

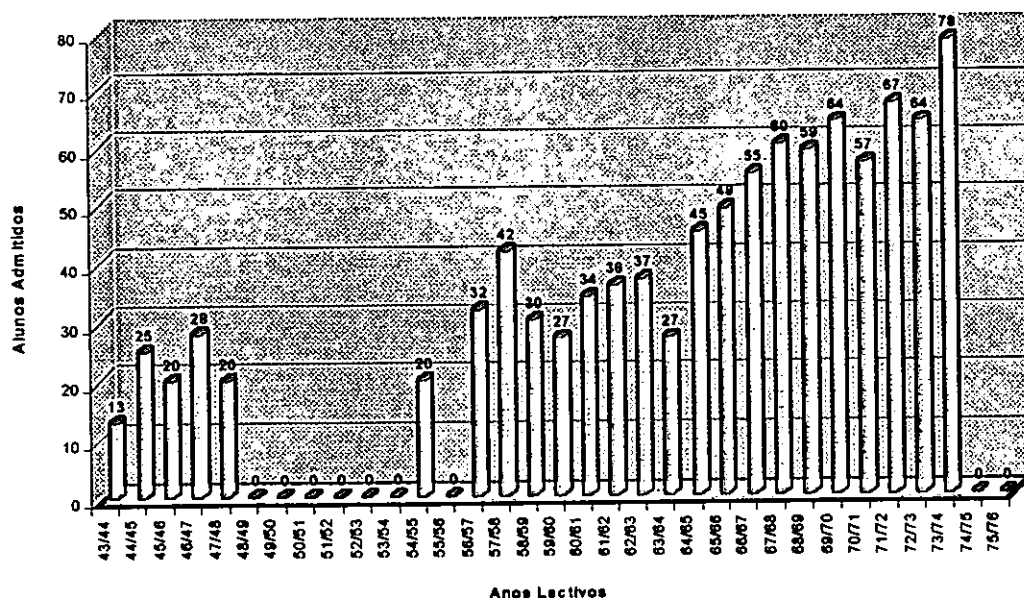
A transferência para o Centro de Formação, em 1969, apesar das novíssimas e modelares instalações, significou para os aprendizes o fim do idílio, o regresso aos portões da empresa e, portanto, da oficina de onde afinal nunca tinham realmente saído.

Por isso a Escola Camões se assumiu como um espaço de liberdade, a diferença entre estar dentro ou fora dos muros da oficina. Por isso a Escola Camões hoje, edifício semi abandonado e degradado,²⁰⁸ continua a constituir local de romaria nos encontros dos antigos aprendizes que perscrutam cada recanto na procura de um indício que avive uma memória adormecida.

²⁰⁸ Após a saída da Escola de Aprendizizes, em 1969, ainda albergou, por breves anos, uma secção do liceu Sá da Bandeira, de Santarém. Com a unificação do ensino secundário e com a inauguração da nova escola secundária, ficou devoluto o edifício da Escola Camões. Nos anos oitenta, foi lá sediado o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento que está também agora de malas aviadas, pronto a partir para as suas novas instalações.

5. O modelo de aprendizagem da Escola de Aprendizes da CP

EVOLUÇÃO DAS ADMISSÕES



5.1. A admissão dos aprendizes, uma procura optimista de ensino

Dos primeiros anos de vigência da Escola de Aprendizes não há registo dos mecanismos relativos à admissão. Existem apenas relações dos candidatos admitidos em cada ano para a frequência do primeiro ano da escola. Os primeiros treze aprendizes foram admitidos em 15 de Abril de 1943. O número duplicou no ano seguinte e, até 1948, manteve em média a cifra de duas dezenas e meia ²⁰⁹.

Inicialmente as admissões fizeram-se nos primeiros meses do ano (Abril, Março, Maio, Abril) mas em 1947/48 foram realizadas em Outubro com o objectivo de acomodar o calendário da Escola de Aprendizes ao ano lectivo do ensino regular. Em 1948/49 já não houve admissões, que só foram retomadas em Janeiro de 1955 com uma classe de vinte aprendizes. Formalmente, também não foram admitidos aprendizes em 1955/56, dado que as admissões se reataram em Agosto, já para o ano lectivo de

²⁰⁹ Em 1950/51 o número de alunos matriculados nos cursos de formação do ensino técnico industrial foi de 1557 (L. Morgado Cândido, *A Aprendizagem nas Empresas*, F.D.M.O., Lisboa, 1965, p.22)

1956/57, com uma turma de trinta e dois aprendizes. Daqui em diante, em calendário análogo ao do ensino regular, com admissões em Setembro/Outubro até 1963/64, foram admitidos anualmente, em média, cerca de três dezenas e meia de aprendizes ²¹⁰.

Num ofício dos serviços centrais da companhia, datado de 15 de Outubro de 1962, o engenheiro chefe da Divisão de Material e Oficinas informava os instrutores da Escola de Aprendizizes que "foi superiormente determinado que de futuro as admissões dos aprendizes se façam em 02 de Janeiro de cada ano a fim de que os períodos de aprendizagem se completem em 31 de Dezembro". Contudo, no ano seguinte, as admissões vieram a realizar-se apenas em Maio e, nos dois anos subsequentes, admitiram-se aprendizes em Janeiro e Fevereiro, respectivamente. Era uma tentativa de fazer coincidir o ano lectivo na escola com o ano civil na empresa, estabelecendo uma maior identificação entre uma e outra já que ao ser admitido na escola o aprendiz estava também a ser admitido na empresa. Esta estratégia foi posta de parte dado que em 1966/67 voltaram a fazer-se admissões em Novembro e daí em diante sempre em Outubro /Novembro, isto é, voltando a identificar o ano lectivo na escola com o calendário do ensino regular.

O número de aprendizes admitidos não parou de crescer. Da média de três dezenas e meia referida até 1963/64, passou-se para uma média anual de sessenta aprendizes admitidos nos últimos dez anos de admissões na Escola de Aprendizizes. Em 1973/74, último ano em que houve admissões, foram admitidos setenta e oito aprendizes.

O crescimento sustentado do número de admissões na Escola de Aprendizizes, desde meados da década de cinquenta até ao primeiro quartel da de setenta, pode ser identificado com o período análogo de forte expansão do ensino técnico oficial que Sérgio Grácio designou por "procura optimista de ensino"²¹¹. Para este autor, "a passagem dos anos 40 para os anos 50 marca o início de um conjunto de transformações

²¹⁰ Em 1962/63 inscreveram-se nos cursos de formação do ensino técnico industrial 18.691 alunos (L. Morgado Cândido, *A Aprendizagem...*, p.22)

²¹¹ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal (1910/1990)*, Piaget, Lisboa, 1998, p.159

sociais de consequências decisivas no aumento generalizado da procura de ensino"²¹². A indução desta procura, segundo Grácio, explica-se, quer pela ampliação da oferta, quer, sobretudo, pela aceleração da industrialização e do crescimento económico a partir de meados dos anos cinquenta. ²¹³

Mobilizando contributos da sociologia para explicar as relações entre estes dois fenómenos, nomeadamente a teoria do capital escolar, Grácio considera que a aceleração do crescimento económico "determinou um aumento do rendimento real das famílias que são levadas a reavaliar os custos directos e indirectos da educação"²¹⁴, criando oportunidades de investimento na educação dos filhos. Por outro lado, o crescimento económico implicou um aumento da parte dos assalariados na estrutura social, especialmente nas suas regiões médias e elevadas e tal facto aumentou a procura de educação porque a conservação ou melhoria intergeracional das posições sociais requer a aquisição ou o reforço do capital escolar. Finalmente, ainda segundo Grácio, "a deformação da estrutura social... ao transformar as condições do mercado de emprego no sentido do alargamento das posições para as quais as empresas e a administração pública exigem um capital escolar médio ou elevado", tiveram igualmente um efeito mais ou menos imediato na procura de ensino. ²¹⁵

No caso da Escola de Aprendizes dever-se-á ter em conta, em primeiro lugar, a conservação e melhoria intergeracional, dado que a CP passou a recrutar pessoal para certas categorias sócio-profissionais quase exclusivamente através das suas escolas de

²¹² Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...*, p.151

²¹³ José de Matos Torres apresenta números que indicam que entre 1950/51 e 1957/58, o ensino secundário passou do índice 100 para 171, crescendo 71%, enquanto no mesmo período o ensino primário passou do índice 100 para 128. Segundo este autor, foi sobretudo a partir do ano lectivo de 1953/54 que se acentuou fortemente a frequência do ensino secundário, ultrapassando nomeadamente os ritmos percentuais do ensino primário. As causas para este incremento do secundário devem procurar-se na construção, ao abrigo do I Plano de Fomento, de inúmeras escolas comerciais e industriais disseminadas por vários centros populacionais e de trabalho - aumentando a oferta de ensino - , no próprio reforço do ensino primário que conduziu para o degrau seguinte maiores efectivos escolares e na melhoria do nível de vida de algumas camadas da população, o que naturalmente veio a ter reflexos na procura de educação. (José de Matos Torres, *Aspectos quantitativos do ensino em Portugal*, I.S.C.E.F., Lisboa, 1961, p.14)

²¹⁴ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...* , p.151

²¹⁵ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...* , p.155

aprendizes (serralheiros, torneiros, fresadores, electricistas...)²¹⁶. Como na selecção dos aprendizes se concedia preferência aos filhos dos ferroviários, criaram-se redes de sociabilidade estruturadas segundo a proximidade social entre os agentes (filhos, sobrinhos, irmãos, primos, vizinhos...) e propícias ao desencadear de perspectivas de ascensão social,²¹⁷ isto é, de possibilidades de melhorar a condição social através do acesso a um primeiro emprego ou a um emprego tido como estável, ou ainda um emprego que franqueava ao iniciado a entrada no grupo de referência (a dinastia ferroviária tantas vezes proclamada), ou ainda, simplesmente, a perspectiva de ascensão social mediatizada pela simples frequência da escola.²¹⁸

Perceber-se-á assim, através do valor simbólico das profissões e das representações que delas se faziam nos meios familiares ferroviários, como esta questão poderá ter sido decisiva na escolha da Escola de Aprendizizes como investimento escolar seguro a realizar. Para os que já detinham categorias para as quais perfilavam agora os herdeiros, tratava-se de as conservar e manter, perspectivando sempre caminhos de ascensão que os estudos naturalmente proporcionariam. Para os ferroviários de outras categorias, nomeadamente as socialmente inferiores, a admissão na Escola de Aprendizizes era sem dúvida uma chave potenciadora de possibilidades de ascensão, pelo menos no quadro restrito das profissões da empresa dos caminhos de ferro.

Se a procura se constituiu como um factor importante na evolução crescente das admissões na Escola de Aprendizizes, a oferta foi ainda mais determinante. Na troca de correspondência entre a escola e os serviços centrais da empresa é frequente a antecipação do número desejado de aprendizes a admitir. Chegam a realizar-se estudos de impacto dos abandonos (falecimentos, aposentações, demissões e transferências)

²¹⁶ Num ofício dirigido em 15 de Outubro de 1959 ao 2º Grupo Oficinal o Engº Monteiro, Chefe da Direcção de Material e Oficinas, considera ser "para desejar que o recrutamento de operários seja feito de aprendizes que frequentaram as escolas de aprendizes...e que o recrutamento deveria compreender não só as oficinas a cargo dos grupos oficinais (onde se situam as escolas de aprendizes) como as oficinas a cargo das zonas...".

²¹⁷ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...*, p.159

²¹⁸ Na amostra, pelo inquérito realizado, as razões indicadas para o ingresso na Escola de Aprendizizes são, em primeiro lugar, a procura de um emprego estável, a obtenção de uma qualificação que permita um salário melhor e a possibilidade de continuar a estudar. (Anexo 18)

para determinar o número exacto de aprendizes a admitir.²¹⁹ Houve até, em duas ou três ocasiões, uma segunda chamada - não habitual - para a realização de exames de admissão, deixando antever, pelo menos pontualmente, uma oferta superior à procura. Contudo, para contextualizar o ritmo crescente das admissões de aprendizes em relação à oferta de vagas na empresa, mais importante do que essas estimativas - que pouco transcenderiam a substituição dos agentes que abandonaram - é a caracterização da evolução económica e, sobretudo, tecnológica da empresa dos caminhos de ferro.²²⁰ Trata-se, sobretudo, de equacionar a evolução do ritmo de formação, por um lado e, pelo outro, as necessidades do mercado de trabalho ferroviário.²²¹

5.1.1. Aprendizes para a CP, operários para o país

Desde os finais dos anos trinta que a CP, numa tentativa de melhorar a sua capacidade de concorrência com outros meios de transporte e de ultrapassar a grave crise financeira que se mantinha crónica, procurava otimizar a prestação dos seus serviços, investindo sobretudo em material circulante mais moderno e mais económico.²²²

²¹⁹ Em ofício datado de 28 de Janeiro de 1960, o Eng^o Monteiro, da Direcção de Material e Oficinas, solicita ao 2^o Grupo Oficinal que indique quantos aprendizes serão necessários para de futuro serem colocados nas oficinas do Entroncamento, quantos para a Figueira da Foz e quantos para Lisboa P. Acrescenta que o cálculo pode ser baseado no número de operários das referidas profissões que em média e anualmente deixam o serviço da Companhia. Os números apresentados na resposta do 2^o GO referem saídas, nos anos de 1958 e 1959, respectivamente, 45 e 35 no Entroncamento, 23 e 21 em Lisboa P e 19 e 19 na Figueira da Foz. Recorde-se que as três oficinas integravam à época a 2^a zona de Material e Tracção.

²²⁰ Além da procura de mão de obra de substituição, Morgado Cândido distingue ainda como determinantes a procura derivada do aumento da actividade económica e a procura que resulta de inovações tecnológicas. (L.Morgado Cândido, *Evolução recente da estrutura escolar portuguesa*, F.D.M.O., Lisboa, 1965, p.23)

²²¹ Numa perspectiva mais global talvez se possa dizer simplesmente necessidades do mercado de trabalho dado que muitos aprendizes, por vezes mesmo antes de concluída a sua formação na Escola de Aprendizes, eram aliciados com salários mais elevados para outras empresas na área da metalomecânica. Para exemplificar a existência deste quebra-cabeças para a CP, evoco a referência ao Vítor que, chamado à guerra colonial um ano após a conclusão do curso na Escola de Aprendizes, no regresso de África optou por ingressar na Mague por lhe ter sido oferecido o dobro do salário que teria se regressasse à CP. Aliás, conta Sérgio Grácio, na década de sessenta, empresas como a Lisnave e os Estaleiros Navais do Alfeite tinham grande dificuldade em recrutar operários qualificados.

²²² Em 4/8/39 foram adquiridas doze locomotivas diesel eléctricas à General Electric e vinte e oito carruagens metálicas à Edward G.Budd Manufacturing Company, ambas norte-americanas; na Europa

O início da segunda grande guerra agravou a penúria de carvão, encareceu o seu fornecimento e impôs a procura de soluções alternativas que passaram essencialmente pela substituição do carvão por lenha e pela adaptação das locomotivas a vapor à queima de óleos. Do mesmo modo, intensificou-se o processo de modernização através da aquisição de novo material circulante. Mesmo assim, os primeiros anos da década de quarenta, os anos da guerra, são assinalados por quebras substanciais no fornecimento de serviços de transporte.²²³

Quer a aquisição de material circulante com novas tecnologias, quer a adaptação das caldeiras à queima de óleos e a posterior readaptação ao carvão, quer ainda os investimentos estruturais necessários no parque oficial, implicaram a necessidade de mão-de-obra com uma qualificação mais exigente que o simples aprendizado empírico era incapaz de satisfazer. Sobretudo a partir de meados de cinquenta, com o início da electrificação das linhas férreas, tornou-se mais premente na empresa a necessidade de mão de obra com níveis de qualificação mais sustentada.

A criação da escola do Barreiro esteve naturalmente relacionada com as Novas Oficinas Gerais do Caminho de Ferro do sul e sueste; também a escola do Entroncamento se tem de relacionar com a construção das Oficinas da Grande Reparação e, mais tarde, com as novas oficinas de motorizados diesel eléctricos.

Quanto à economia portuguesa em geral, a carência de mão-de-obra qualificada, nomeadamente com as qualificações nas áreas da serralharia, metalomecânica e electricidade obtidas na Escola de Aprendizes, passou a fazer-se sentir mais vivamente a partir da década de cinquenta com o I Plano de Fomento (1952) e com o II Plano de Fomento (1958) e dos pressupostos desenvolvimentistas que lhes estavam subjacentes.

Sérgio Grácio evoca as dificuldades de algumas grandes empresas que, na década de sessenta, lutavam contra a falta de operários qualificados. Refere,

foram adquiridas vinte locomotivas diesel mecânicas ("O Caminho de Ferro revisitado", in *O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*, CP, Lisboa, 1996, p.260)

²²³ Um comunicado do conselho de administração da CP de 11.02.1942 informava que, devido à falta de combustível, o serviço de passageiros sofreu uma redução de 48% e o de mercadorias de 16%. ("O Caminho de Ferro...", p. 261).

nomeadamente, os casos da Mague e das OGMA, que recrutavam pessoal munido com o curso industrial das escolas técnicas, da Lisnave, que, "não obstante os seus próprios dispositivos de formação, tinha grande dificuldade em os recrutar, especialmente os soldadores, procurando-os de Norte a Sul, com propaganda em todas as escolas industriais do País", ²²⁴ e dos Estaleiros Navais do Alfeite, que se queixavam da "falta de desenhadores e operários qualificados e do abandono da empresa por uma parte destes últimos, atraídos por salários mais altos da indústria privada".²²⁵ O mesmo autor refere ainda um inquérito realizado em 1966 pela AIP às empresas filiadas onde se conclui que os diplomados das escolas técnicas para as profissões metalomecânicas eram em número insuficiente. ²²⁶

Aliás, não faltam testemunhos da época a denunciar o atraso geral da escolarização da população portuguesa e a salientar as insuficiências do ensino técnico. "Não existe em Portugal uma política de educação seguramente definida, atendendo às necessidades do mundo contemporâneo", escrevia o economista José de Matos Torres em 1961.²²⁷ E evoca o desenvolvimento mais acelerado representado pelo II Plano de Fomento e "o ingresso irreversível no movimento de cooperação europeia"²²⁸ para fundamentar a necessidade da urgente resolução dos problemas da educação portuguesa e da formação de quadros qualificados. Também num estudo já citado, Morgado Cândido procura escarpelizar o estado da educação e da formação profissional em Portugal, afirmando que "a esmagadora maioria dos jovens portugueses ingressa na actividade económica sem qualquer preparação profissional".²²⁹

As causas do problema diagnosticadas por este autor resultam da exígua escolaridade obrigatória ("a mais curta da Europa"), do apreciável absentismo a essa escolaridade, da proporção diminuta dos jovens que continuam estudos para além da escolaridade obrigatória, da insuficiente cobertura do país em estabelecimentos oficiais

²²⁴ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...*, p.130

²²⁵ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...*, p.130

²²⁶ Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos...*, p.130

²²⁷ José de Matos Torres, *Aspectos quantitativos...*, p.64

²²⁸ José de Matos Torres, *Aspectos quantitativos...*, p. 64

²²⁹ L.Morgado Cândido, *Evolução recente...*, p.16

para o ensino secundário e da falta de pessoal docente devidamente qualificado e, finalmente, da baixa produtividade da quase totalidade dos ramos de ensino traduzida pelo elevado número de abandonos e pela fraca percentagem dos alunos que concluem os respectivos cursos.²³⁰

No caso concreto do ensino técnico, este autor aponta alguns problemas de fundo que ajudam a perceber melhor a configuração da realidade escolar portuguesa ainda na primeira metade dos anos sessenta. Em primeiro lugar, a reduzida percentagem de alunos que prosseguem estudos pós primários (20,8%). Refere a seguir a "irregularíssima penetração da escolaridade nos diferentes distritos do país... pois os distritos de Lisboa e do Porto absorvem cerca de 50% dos candidatos ao ensino secundário, o que significa encontrarem-se as restantes zonas num atraso ainda mais preocupante".²³¹ Por último, a rematar o diagnóstico da escolarização técnica em Portugal, refere as elevadas taxas de reprovação nos exames de admissão e a tendência dos estudantes portugueses para estudos de índole não técnica.²³² Problemas velhos que já anotámos antes e que, apesar dos esforços escolarizadores no ensino primário, com o adensamento da rede e com a campanha nacional de alfabetização, e no ensino técnico, com a reforma, persistem em se manter como estruturais.

5.1.2. As condições de admissão

Os primeiros aprendizes admitidos na escola eram apenas submetidos a um exame médico. As condições e os critérios de admissão aparecem pela primeira vez sugeridas num documento de Janeiro de 1947 onde se estipula a idade de dezasseis anos como idade mínima de admissão e os vinte anos como idade máxima permitida para poder frequentar a Escola de Aprendizizes. Contudo, ao compulsar as listas de classificações anuais, aparece pela primeira vez, na classificação respeitante a 1947/48, datada de Outubro de 1948, a indicação da idade dos aprendizes que frequentam a escola, oscilando entre os quinze anos (apenas um aprendiz) e os vinte anos. Em relação

²³⁰ L.Morgado Cândido, *Evolução recente...*, p.10

²³¹ L.Morgado Cândido, *Evolução recente...*, p.p.18-19

²³² L.Morgado Cândido, *Evolução recente...*, p. 19

com esta questão, surge também pela primeira vez, na admissão de Janeiro de 1955, uma declaração dos pais ou tutores dos aprendizes na qual afirmam assumir a responsabilidade pelos actos dos seus educandos até que atinjam a maioridade.

Não é feita referência explícita a um diploma de habilitações literárias mas pode inferir-se que não pudesse ser admitido nenhum candidato que não possuísse pelo menos o 2º grau da instrução primária. Aliás, num telegrama dos serviços centrais datado de 20 de Fevereiro de 1956, ao esclarecer a prioridade a conceder aos filhos dos operários, afirma-se que se deve dar preferência aos filhos dos empregados (e não apenas filhos de operários) da empresa dos caminhos de ferro e a "estranhos com habilitações superiores à 4ª classe, com o curso industrial ou parte dele". Daqui se pode concluir que a 4ª classe era a habilitação mínima exigida, sendo condição de preferência para estranhos à companhia a posse de habilitações superiores àquele nível. No mesmo documento se estipula igualmente como mínima para admissão a idade de quinze anos e como idade máxima para aquele ano ter "menos de dezoito anos em 31/12/56". Na resposta a este telegrama, a 3ª Circunscrição de Material e Oficinas (futuro 2º Grupo Oficinal) envia aos serviços centrais oitenta requerimentos de candidatos a aprendizes "que aqui foram entregues". Este número de candidatos, dos quais alguns "não obedecem às condições exigidas quanto à idade e às habilitações literárias", permite inferir que, a manter-se o perfil indicado, apenas filhos de empregados e estranhos com habilitações superiores à 4ª classe, a base de recrutamento nesta altura não deveria ser muito alargada.

Nesse ano lectivo, em 1956/57, dos oitenta candidatos foram admitidos trinta e dois aprendizes em 27 de Agosto. Embora não se conheçam os requerimentos nem se encontre qualquer registo da selecção realizada, é a primeira vez que se pode confrontar o número de candidatos com o número de aprendizes efectivamente admitidos.

Pode considerar-se que a exigência da 4ª classe como habilitação mínima para o ingresso na Escola de Aprendizes funcionou como estímulo para maior indução de procura de educação, não apenas da instrução primária - imaginemos na aldeia o menino a quem dizem "tens que tirar pelo menos a 4ª classe para poderes entrar nos aprendizes"

- , mas também de patamares mais elevados de habilitações. Era de presumir que sendo necessária a 4ª classe para entrar nos aprendizes, aquela habilitação também passasse a ser indispensável para ingressar na empresa. Se, por isso, todos a possuírem, dificilmente alguém logrará distanciar-se social e profissionalmente se se mantiver conformado com tal diploma. Daí que, mesmo sem uma exigência explícita de habilitações superiores à 4ª classe, passasse a ser frequente os aprendizes candidatarem-se à admissão munidos de habilitações mais elevadas e não eram raros os que, em paralelo com o curso de aprendizes, frequentavam cursos nas escolas técnicas.²³³

Em Março de 1958, num ofício dos serviços centrais, equaciona-se, pela primeira vez, a necessidade de planificar a admissão dos aprendizes, isto é, de aferir o número de aprendizes admitidos ou a admitir pelo número de operários necessários aos diversos estabelecimentos oficinais da empresa. Eram definidas as áreas de influência de cada grupo oficial e pelas necessidades de cada área deveriam ser aferidas as admissões de aprendizes. Nesse sentido foi feito um levantamento dos agentes que nos últimos anos deixaram de prestar serviço na empresa e uma previsão dos que a curto prazo atingiriam a idade de reforma.

No ano seguinte, em Outubro, em novo ofício do engenheiro chefe da Divisão de Material e Oficinas, considerava-se ser para desejar que o recrutamento de operários fosse equacionado entre os aprendizes que frequentaram as escolas de aprendizes, com excepção de algumas profissões que as escolas de todo em todo não formavam (p.ex., carpinteiros). Daí que, de futuro, as zonas, e não apenas os grupos oficinais, deveriam indicar o número de aprendizes a admitir tendo em conta as suas necessidades. Igualmente se afirmava a necessidade de que no terceiro ano do curso se "fixe o número de aprendizes que se destinam a cada profissão."²³⁴

²³³ No inquérito realizado, responderam 76 ex-aprendizes, tendo 53 (70%) declarado ter frequentado em simultâneo a escola industrial (Anexo 18). Para além dos benefícios da valorização escolar e profissional que daí poderiam advir, como capital escolar que haveria de render, a Escola de Aprendizizes não certificava para o exterior a formação ali ministrada. Por isso, para os aprendizes, a frequência da escola pública em paralelo era também uma forma de certificação da formação recebida enquanto aprendizes.

²³⁴ Ofício de 15 de Outubro de 1959.

No mesmo sentido se interpreta um novo ofício do engenheiro chefe da Divisão de Material e Oficinas, em Janeiro de 1960, a solicitar ao 2º Grupo Oficinal a indicação de quantos aprendizes seriam necessários para de futuro serem colocados nas oficinas do Entroncamento, nas oficinas da Figueira da Foz e nas oficinas de Lisboa P (a zona de influência do 2º Grupo Oficinal), nas profissões de electricistas, serralheiros e suas derivadas.

Podem assim sintetizar-se as condições de admissão: em primeiro lugar, a posse de habilitações escolares ao nível do segundo grau da instrução primária, ter entre quinze e dezoito anos de idade e ser considerado apto no exame médico. Em segundo lugar, a preferência concedida a filhos de empregados, como estratégia para uma melhor e mais rápida integração e acomodação aos valores da empresa.²³⁵ Também pode analisar-se esta preferência à luz dos benefícios de natureza social concedidos aos empregados: podiam habilitar-se às casas de habitação social da empresa, eram-lhes concedidos títulos gratuitos de transporte para si e para os familiares e eram-lhes disponibilizados serviços vários, como o abastecimento nos armazéns de víveres, os serviços médicos e as farmácias da companhia. Sendo os ferroviários um grupo social numeroso e tradicionalmente mal remunerado, aqueles benefícios não podem deixar de ser entendidos como um complemento salarial e, portanto, como estratégia corporativa destinada a esfriar eventuais tensões sociais e políticas.

A posse de habilitações superiores à 4ª classe era condição de preferência para os candidatos estranhos ao meio ferroviário. Neste contexto, eram privilegiadas as candidaturas com habilitações da escola industrial nas áreas da serralharia e da electricidade²³⁶. No entanto, surgiam com alguma frequência candidatos com o 2º Ano do liceu e até, por duas ou três vezes, ex-seminaristas.

²³⁵ No inquérito realizado, 78% dos inquiridos declararam ser filhos ou sobrinhos de ferroviários.

²³⁶ No mesmo inquérito, em 76 candidatos, apenas 7 referiram a 4ª classe como habilitação de acesso; os outros, 38 declararam habilitações ao nível do ciclo preparatório ou equivalentes (6 tinham o 2º ano do liceu), 2 tinham o curso industrial e os restantes distribuíam-se pelos vários anos de frequência do curso industrial. (Anexo 18)

A partir da década de sessenta, passou a ser condição indispensável a aprovação num conjunto de provas realizadas para o efeito, o exame de admissão. Nos anos setenta, às provas já referidas juntaram-se também os exames psicotécnicos.

Da parte da CP, as admissões na escola eram ponderadas, dado que, na prática, se traduziam na admissão de pessoal na companhia. Para além das imposições de ordem estrutural ou de natureza tecnológica que exigiam novas admissões ou o aumento dos contingentes, foram frequentemente realizadas estimativas para determinar o número adequado de aprendizes a admitir. Por isso, o número de candidatos aprovados no exame excede quase sempre o número de candidatos efectivamente admitidos.

5.1.3. O exame de admissão

Em Setembro de 1959, o professor de Aritmética e Geometria da Escola de Aprendizizes do Entroncamento, Raul de Matos Torres, endereçou ao chefe do 2º Grupo Oficial um ofício onde tecia considerações pouco abonatórias em relação à preparação com que os aprendizes ingressavam na escola. Referia, concretamente, a falta de organização e de hábitos de estudo e, sobretudo, as deficiências ortográficas que impossibilitavam a escoreita compreensão das matérias leccionadas. Para obviar a essa falta de preparação sugere o professor que os aprendizes sejam submetidos, antes do início das aulas, a um exame de admissão de português e aritmética, "equivalente ao dos liceus ou escolas técnicas" - quando o não tivessem - e que fossem logo excluídos da frequência os "alunos que, comprovadamente, não dessem provas de capacidade para acompanhar com aproveitamento essas disciplinas." Concluía o professor que assim se evitaria o prejuízo dos salários desses aprendizes e se obviava também a que nas admissões eles preterissem outros com mais capacidades.²³⁷

O alvitre foi considerado. Em ofício da Divisão de Material e Oficinas datado de 20 de Fevereiro de 1960, foi o 2º Grupo Oficial informado da constituição do júri, do local de realização das provas, das provas a realizar e do calendário respectivo. O júri

²³⁷ Ofício de 19 de Setembro de 1959

era constituído pelos engenheiros chefes dos três grupos oficiais, as provas eram efectuadas na sede de cada grupo oficial e constavam, no caso para a classe B, de provas de Ditado, Redacção, Álgebra, Desenho e Tecnologia e eram distribuídas por dois dias de realização, 18 e 19 de Março seguintes. Constata-se um cuidado meticoloso quanto às indicações referentes ao sigilo e aos prazos para classificação e comunicação dos resultados. Juntava-se a lista dos candidatos da classe B, quatro candidatos, e referia-se que oportunamente se enviariam indicações relativas às classes C e D.

Os candidatos da classe B eram portadores de habilitações ao nível do curso industrial completo ou equivalentes e, em caso de aproveitamento no exame de admissão, ingressavam directamente no terceiro ano do curso de aprendizes. Os candidatos da classe C deviam ter habilitações iguais ou superiores ao ciclo preparatório do ensino técnico e, em caso de aprovação no exame de admissão à Escola de Aprendizes, ingressavam no segundo ano da aprendizagem.²³⁸ Os candidatos cujas habilitações não fossem além da 4ª classe ou que, candidatando-se, tivessem reprovado nas classes anteriores, habilitavam-se ao ingresso no 1º ano da escola através do exame de admissão na classe D.

Acabou por não haver candidatos na classe B, pelo menos nesse ano. Em novo ofício datado de 2 de Março de 1960, era o 2º Grupo Oficial informado que, após a verificação e rectificação das habilitações declaradas pelos interessados nos seus pedidos de admissão, deveriam os candidatos ser considerados na classe C. Tal facto permite-nos confirmar a exiguidade da oferta de ensino técnico na região de influência da Escola de Aprendizes donde resultava, por um lado, a falta de diplomados e, por outro, que os poucos diplomados eventualmente existentes não se sentissem atraídos pelos baixos salários de que sempre se queixaram os ferroviários. É o que também se pode concluir de um ofício enviado pelo 2ºGO aos Serviços Centrais em 6 de Setembro de 1960, dando conta que dois candidatos aprovados na admissão não se tinham

²³⁸ Idêntica circunstância ocorria, por exemplo, no Reino Unido onde o tempo de aprendizagem podia ser encurtado se o aprendiz tivesse frequentado um curso de pré-aprendizagem ou um curso numa escola técnica (*Escolas Técnicas*, nº16, 1954, p.295)

apresentado: o primeiro, por sinal filho de um "operário destas oficinas a quem se perguntou o motivo da falta de comparência do filho, tendo respondido que ao filho não interessa a sua admissão por ser pouco remuneradora em relação às habilitações que possui - frequência do 4º ano da Escola Industrial"; do outro constou que já estava empregado noutra empresa e não lhe interessava a sua admissão na CP.

Não deviam ser muito acessíveis os exames da classe C - Ditado, Redacção, Aritmética, Desenho Geométrico e Geometria -, realizados pela primeira vez nos dias 18 e 19 de Março de 1960. Apresentaram-se na sede do 2º Grupo Oficial no Entroncamento catorze candidatos tendo sido logo excluídos quatro por as habilitações declaradas no requerimento não corresponderem às que efectivamente possuíam e, dos dez restantes, nenhum logrou obter aprovação no exame de admissão. Pode parecer paradoxal que os quatro candidatos que se apresentaram à classe B e quatro dos catorze que se apresentaram à classe C o tivessem feito sem as habilitações escolares necessárias para o efeito. A explicação só pode ser encontrada, ou na falta de informação adequada ou, no "atirar do barro à parede", isto é, sendo conhecedores da exiguidade de candidatos habilitados, terão tentado, através do exame de admissão, o ingresso na escola em patamares mais elevados ou simplesmente o ingresso na escola, considerada a preferência dada a quem possuísse habilitações mais elevadas. Contudo, uma vez mais é posta a nu a dificuldade em recrutar aprendizes munidos de uma escolaridade mais prolongada.

Nos dias sete, oito e nove de Abril foram realizadas as provas da classe D. Apresentaram-se sessenta e sete candidatos aos quais se juntaram os dez reprovados na classe C. As provas realizadas foram uma vez mais Ditado, Redacção, Aritmética e Geometria e Desenho. Destas provas resultou a admissão de trinta e quatro aprendizes no dia 1 de Outubro de 1960, um pouco menos de 50% em relação ao número total de candidatos, muito longe da média nacional de mais de 80% dos alunos que na década de cinquenta obtiveram aprovação no exame de admissão às escolas técnicas.²³⁹

²³⁹ José de Matos Torres, *Aspectos quantitativos...*, p.39

Tal discrepância pode indiciar maior rigor nos exames de admissão à Escola de Aprendizes ou dever-se à oportunidade de realização do exame: nas escolas técnicas era realizado por norma logo a seguir ao exame da 4ª classe ao passo que na Escola de Aprendizes apenas quatro ou cinco anos depois. Por outro lado, pode considerar-se que o perfil académico dos alunos que procuravam aceder a um e a outro ensino era qualitativamente diferente, com vantagem para os que procuravam continuar estudos nas escolas técnicas. Aplicando uma categorização construída por Sérgio Grácio, podemos considerar que estes últimos se integravam numa "classe média", já partidária de uma educação escolar e aqueles numa "classe popular" a sofrer os efeitos escolarizantes resultantes da modernização.²⁴⁰

Daí em diante, as admissões foram sempre condicionadas à realização de um exame de admissão. O júri manteve-se uniforme e às provas realizadas, ditas literárias, foram acrescentados, mais tarde, exames psicotécnicos. Em 1973/74 foram realizados apenas exames médicos e psicotécnicos.

Foram raros os candidatos que obtiveram aprovação nas provas da classe C. Aliás, houve alguns aprendizes que, tendo concluído habilitações após a entrada na Escola de Aprendizes, requereram a passagem ao segundo ano, o que em regra lhes foi deferido. Houve até um antigo aprendiz a confidenciar-me que, face ao maior rigor dos exames da classe C, houve candidatos a entrar na escola pela classe D e a requerer posteriormente, face às habilitações entretanto declaradas, a passagem ao segundo ano do curso. Da classe B nunca mais houve notícia. Quanto à classe D, apesar da informação relativa ao número de candidatos para todos os anos ser incompleta, considero poderem ser alinhadas algumas conclusões.

5.1.4. Admissões, habilitações e residência

Em primeiro lugar, é de destacar a curva ascendente do número de admissões e, em correlação, também um aumento constante da procura. Em segundo lugar, julgo ser

²⁴⁰ Sérgio Grácio, *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*, Educa, Lisboa, 1997, p.30.

de realçar a taxa elevada de reprovações no exame de admissão (média de 51% entre 60/61 e 68/69). Não existem elementos que nos permitam analisar as provas realizadas. Contudo, tal análise seria sempre condicionada pelo desconhecimento da real preparação dos candidatos que as efectuaram.

Mesmo que todos os candidatos se apresentassem com a idade mínima de admissão, teriam sempre decorrido três, quatro ou cinco anos entre o término da escolaridade obrigatória e a data em que se apresentassem às provas. Tal facto bastaria, provavelmente, para justificar a percentagem elevada de reprovações. Por outro lado, analisando as listas de candidatos em que foram lançados os resultados após a realização das provas, pode constatar-se uma percentagem mais elevada de reprovações nos candidatos que se apresentaram munidos apenas do segundo grau da instrução primária.

O índice de sucesso no exame estava em correlação com as habilitações possuídas, o que permite abonar a formação ministrada nas escolas técnicas. No primeiro ano em que se documentam provas de admissão, em 1960/1961, para além dos dez candidatos que transitaram da classe C para a classe D, apresentaram-se, como vimos, sessenta e sete candidatos, num total de setenta e sete examinandos. Desse total, quarenta e um possuíam como habilitação apenas o 2º grau (53%) e obtiveram aprovação treze (31,7%). Dos restantes trinta e seis (47%), com habilitações superiores à 4ª classe, obtiveram aprovação vinte e um candidatos (58%).

Em 1965/66, apresentaram-se a exame de admissão cento e quarenta e sete candidatos dos quais cinquenta e um (34,7%) possuíam a 4ª classe. Destes, foram aprovados apenas seis (11,8%). Dos restantes noventa e seis (65,3%), com habilitações ao nível do ciclo preparatório ou superiores, foram aprovados cinquenta e três (55,2%).

Com naturalidade se conclui que aqueles jovens que mantiveram um corte mais prolongado com qualquer forma de escolarização foram os que encontraram mais dificuldades em enfrentar as provas e retomar a escola.

Exames de Admissão à Escola de Aprendizes - 1960/1961

Aprovados / Reprovados por habilitações e residência							
Habilitações	Candidatos	Meio Urbano		Meio Rural		Total Aprovados	Total Reprovados
		Apr.	Rep.	Apr.	Rep.		
4ª Classe	41	5	8	8	20	13	28
Adm Lic / ET	3	---	---	2	1	2	1
Freq.Ciclo Preparatório	19	5	2	3	9	8	11
Ciclo Preparatório	4	3	---	---	1	3	1
1ºAno Form	4	1	2	1	---	2	2
2ºAno Form	6	4	---	2	---	6	---
TOTAL	77	18	12	16	31	34	43

A geografia também nos pode ajudar a esclarecer melhor esta questão. Se confrontarmos o perfil de habilitações dos candidatos com as áreas geográficas de que são oriundos, podemos verificar que os candidatos com a 4ª classe provêm em geral de meios rurais, afastados, quer das vilas e cidades onde existiam escolas pós primárias , quer da linha férrea que lhes poderia tornar acessível uma melhor escolarização. ²⁴¹ Uma terceira conclusão é a de que nem todos os candidatos aprovados eram em seguida admitidos. De facto, embora escasseiem as informações para vários anos, é possível constatar, face às informações existentes, que um bom número de candidatos aprovados não constam das listas dos admitidos (média de 25,7% entre 60/61 e 68/69). Surge por vezes um caso ou outro de candidatos aprovados que a empresa selecciona para admissão e que a declinam, mas a maioria dos aprovados e não admitidos resulta da sua não selecção pela empresa.

²⁴¹ - "O período morto, de precoce desgaste e de paralisação do desenvolvimento mental, prolonga-se assim por quatro ou cinco anos. O facto reveste significado mais grave nos meios rurais, onde os únicos meios de informação acessíveis são, por vezes, o jornal e a rádio e as possibilidades de valorização intelectual se podem considerar praticamente nulas." (José de Matos Torres, *Aspectos quantitativos...*, p.37)

As razões não são óbvias. É claro que as admissões eram, como já se referiu, aferidas pelas necessidades da empresa e que a realização das provas de admissão era independente dessas necessidades. Necessitando de admitir, por exemplo, cinquenta aprendizes, e desconhecendo quantos ficariam aprovados no exame, a empresa aceitaria, em princípio, todas as candidaturas. “A posteriori”, do lote de candidatos aprovados em exame, escolhia os que tivessem realizado melhores provas.

Candidaturas, admissões e habilitações de acesso

Ano lectivo	Candidatos a exame de admissão	Com 4ª classe	Aprovados com 4ª classe	C/Hab. >4ª clas	Aprovados C/Habil. >4ª clas.	Total aprovados	Admitidos
1960/61	77	41	13	36	21	34	34
1961/62	81					46	36
1962/63	110	---	---	110	60	60	37
1963/64	86	---	---	86	37	37	27
1964/65	98	---	---	98	54	54	45
1965/66	147	51	6	96	53	59	49
1966/67	152						55
1967/68							60
1968/69	194					96	59

O pano de fundo era sempre a necessidade de admitir pessoal, procurando aferir essa admissão pelas necessidades manifestadas pelos estabelecimentos oficiais de cada zona. Por outro lado, tratando-se de uma empresa ferroviária onde sempre existiu uma cadeia de relações pessoais e mesmo familiares - já aqui se falou de dinastia ferroviária - sempre foram muito consideradas, a montante pelos futuros aprendizes e a jusante pela empresa, as relações de parentesco. O jovem candidata-se porque o pai o encaminha para a empresa ou porque já lá tem um familiar ou conhecido, e a empresa selecciona de preferência candidatos filhos ou parentes de ferroviários.

Com o decorrer dos anos verifica-se um crescendo nas habilitações com que os candidatos procuram aceder à Escola de Aprendizizes. Nos anos lectivos de 1962/63, 1963/64 e 1964/65, todos os candidatos que se apresentaram a exame de admissão eram portadores de habilitações superiores à 4ª classe.

Para além das possibilidades que o aumento da oferta da rede escolar pública naturalmente proporcionava, podemos situar este acréscimo de habilitações ao nível do que Sérgio Grácio designou por teoria do capital humano segundo a qual "mais educação aumenta as oportunidades de ganhos económicos durante a vida profissional de cada um".²⁴² Neste caso, os futuros aprendizes e suas famílias tinham por indiciadora de melhores possibilidades de sucesso no exame de admissão, na frequência da Escola de Aprendizes e de ingresso na CP a posse de níveis mais elevados de escolaridade.

Poderá parecer estranho que, logo a seguir, em 1965/66, surja um número inesperadamente elevado de candidatos apenas com a instrução primária (cinquenta e um, 34,7%). Nesse ano lectivo a CP realizou provas de admissão em duas chamadas. A primeira teve lugar em 11 de Novembro de 1965 com cento e cinco candidatos, dos quais apenas treze (12,4%) tinham a 4ª classe (e destes apenas foram aprovados dois num total de cinquenta e quatro aprovados). Contudo, porque o número de aprovados fosse insuficiente para as necessidades da empresa, realizou-se uma segunda chamada em 19 de Janeiro de 1966. Compareceram quarenta e dois candidatos dos quais a esmagadora maioria possuía apenas a 4ª classe (trinta e oito, 90,7%).

Continuando a seguir a linha teórica enunciada por Sérgio Grácio, podemos considerar que a aceleração da oferta de vagas na Escola de Aprendizes, sintoma de um novo fluxo económico na empresa e da expansão do emprego, com uma nova campanha que conduziu à segunda chamada de exames de admissão, actuou como catalizador, trazendo para a escola alunos portadores de um perfil de habilitações que indiciava já estarem de todo desenquadrados de qualquer perspectiva de escolarização. O índice de sucesso no exame (apenas quatro aprovados, 10,5%) talvez permita confirmar esta asserção. Afirma Sérgio Grácio que "com mais crescimento económico há mais razões para prosseguir estudos, porque se elevam os rendimentos para custear os estudos assim como os rendimentos que se obtêm a mais com mais educação escolar."²⁴³

²⁴² Sérgio Grácio, *Dinâmicas da escolarização...*, p.15

²⁴³ Sérgio Grácio, *Dinâmicas de escolarização...*, p.17

A questão que me parece pertinente é a de saber se esta procura nova, já desabitual, foi suscitada por um aumento no rendimento das famílias, aliado à melhoria das expectativas face a mais educação, ou se foi resultante do aumento da oferta de ensino, de uma segunda chamada, de uma nova oportunidade de ingressar na Escola de Aprendizizes. Ou seja, o crescimento do sistema de ensino terá determinado a indução de mais procura e de maior crescimento escolar.²⁴⁴

O raciocínio carece de alguma linearidade dado que a questão que estamos a analisar aparece duplamente configurada: por um lado, trata da procura de ensino mas também se constitui, com ênfase determinante, como procura de emprego. Ao ingressar na escola, o aluno tornava-se aprendiz da empresa. Não se trata propriamente da opção entre escola e emprego dado que, no caso dos aprendizes, a primeira era um meio de aceder ao segundo. Em todo o caso, a vaga inesperada de candidatos portadores de habilitações ao nível da instrução primária não pode deixar de ser vista com a transformação de "metapreferências" em preferências, isto é, "uma reavaliação da eventualidade do prolongamento da sua escolarização".²⁴⁵ Tal reavaliação se, por um lado, não pode deixar de ser relacionada com o aumento do rendimento real das famílias dos rapazes, que lhes permitiu disponibilizar os meios necessários para que aqueles pudessem regressar à escola, por outro lado, foi suscitada pelo aumento da oferta de vagas na Escola de Aprendizizes.

Tal reavaliação suscita ainda a ponderação de duas circunstâncias, de sinal contrário, que certamente influíam na decisão definitiva. Recordemos que se tratava de jovens já excluídos de qualquer frequência escolar, já eventualmente inseridos no mercado de trabalho como ajudantes de qualquer coisa, como aprendizes e serventes. ganhando muito ou pouco, o seu contributo para o orçamento familiar nunca seria negligenciável, até porque se tratava também de uma aprendizagem, de um encaminhamento para uma profissão e para um emprego. Esses rapazes de quinze ou

²⁴⁴ Sérgio Grácio, *Dinâmicas de escolarização...*, p.27

²⁴⁵ Sérgio Grácio, *Dinâmicas de escolarização...*, p. 18

dezasseis anos ganhariam no mínimo para a sua própria sopa, deixando de constituir um encargo no orçamento familiar.

A relação custos/benefícios tendia a valorizar os primeiros ²⁴⁶, afigurando-se pouco favorável a um regresso à escola, não apenas ao não-recebimento de um provento, mas, sobretudo, à constituição de um encargo. Daí a importância de uma outra circunstância determinante na tomada de decisão.

Ao ingressar na Escola de Aprendizes o jovem passava a auferir um salário, modesto é certo, mas suficientemente motivador para contrabalançar a circunstância anterior e influenciar a decisão no sentido da frequência da escola. Alterava-se assim a relação custos/benefícios, valorizando os segundos em relação aos primeiros.

A imagem de um emprego estável e de uma carreira operária prestigiada e indiciadora de perspectivas de ascensão social, pelo menos em meios sociais de influência ferroviária, o interconhecimento e a proximidade social entre candidatos e ferroviários e, finalmente, uma relação custos/benefícios que, através do salário dos aprendizes, diminui os primeiros e avoluma os segundos, tendem a constituir-se no conjunto de motivações que configuram o ingresso na Escola de Aprendizes.

²⁴⁶ Sérgio Grácio, *Dinâmicas de escolarização...*, p. 18

Evolução do salário dos aprendizes

Data	1º Ano *	2º Ano *	3º Ano *	Operário 6ª categoria **
15/4/43	8.00	10.40	12.00	16.80
2/2/44	8.00	10.40	12.00	20.00
9/2/45	8.00	10.40	14.40	20.00
28/12/45	8.00	10.40	14.40	20.00
26/1/47	8.00	10.40	14.40	20.00
13/12/47	8.00	10.40	14.40	20.00
9/10/48	8.00	10.40	14.40	20.00
21/1/50	8.00	10.40	14.40	20.00
3/1/55	8.00	10.40	14.40	20.00
1/7/55 (A.C.T.)	13.00	16.00	19.00	26.00
27/8/56	13.00	16.00	19.00	26.00
22/7/57	13.00	16.00	19.00	26.00
27/8/58	13.00	16.00	19.00	26.00
1/10/58	13.00	16.00	19.00	26.00
1/10/60	13.00	16.00	19.00	26.00
2/10/61	16.00	20.00	25.00	1.300.00 (mensal)
1/10/62	16.00	20.00	25.00	1.300.00 (mensal)
1/1/64	16.00	20.00	25.00	
18/5/64	16.00	20.00	25.00	
1/9/66	20.00	25.00	-----	
1/10/67	25.00	30.00	-----	
8/11/71	30.00	35.00	-----	
1/1/72 (A.C.T.)	40.00	45.00	-----	2.600.00
1/1/74 (A.C.T.)	50.00	60.00	-----	
1/5/74	3.000.00	3.300.00	-----	
1/1/75	3.000.00	3.300.00	-----	
1/4/75 (A.C.T.)	4.000.00	4.500.00	-----	7.500.00
1/1/76 (A.C.T.)		5.200.00	-----	8.400.00

* Para os primeiros anos da Escola de estes valores são os valores iniciais de referência. Dentro de cada ano lectivo, de acordo com o tempo de serviço prestado e com a classificação obtida, havia variações que no 1º ano oscilavam entre os 8\$00 e os 8\$80; no 2º ano, entre os 9\$60 e 10\$40; no 3º ano, entre os 11\$20 e os

A partir de 1955, com a reabertura da Escola Aprendizizes e com o estabelecimento do Acordo Colectivo de Trabalho na Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, o salário passou a ser idêntico para todos os aprendizes a frequentar o mesmo ano lectivo.

** Era, à data, a base da carreira operária. Ao longo do período em análise sofreu alterações, passando a operário auxiliar e depois a operário de 4ª

*** O que é que se poderia comprar em 1943 8\$00? O Boletim da CP, em Abril de 1943, publicou, então fazia todos os meses, uma tabela de preços de géneros alimentares e outros artigos que se poderiam adquirir no Armazém de Viveres da Companhia. A partir desse foram ensaiadas algumas simulações: com o salário diário um aprendiz do 1º ano podiam ser adquiridos um quilo de e um quilo de açúcar ou um litro de azeite e quilo de carvão ou apenas 330 gramas de presunto.

5.2. A (des)construção do currículo

O modelo de aprendizagem da Escola de Aprendizes pode ser reconstituído, em primeiro lugar, a partir da análise do currículo escolar que era imposto aos aprendizes. Mas, como escreveu Tomaz Tadeu Silva, "uma história do currículo tem que ser uma história social do currículo, centrada numa epistemologia social do conhecimento escolar, preocupada com os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacionalmente organizado" e "não pode deixar de tentar descobrir quais conhecimentos, valores e habilidades eram considerados como verdadeiros e legítimos numa determinada época, assim como não pode deixar de tentar determinar de que forma essa validade e legitimidade foram estabelecidas."²⁴⁷

Desta forma, sendo o conhecimento escolar "um artefacto social e histórico",²⁴⁸ há que tentar perceber que interesses e opções estavam subjacentes a uma determinada configuração do plano de estudos e das disciplinas escolares.²⁴⁹ Há que, sobretudo, desnudar o currículo do seu manto de naturalidade e vincar a natureza da sua construção social.²⁵⁰ Não é inocente ou desprovida de motivações - afirmadas ou ocultas - a escolha das disciplinas escolares e o modo como se organizam e articulam na constituição de um modelo escolar.

Uma questão que durante muito tempo me intrigou e que coloquei a diversos actores em diferentes níveis de abordagem, foi o facto de os exercícios de Desenho serem muito mais elaborados e, por que não dizê-lo, mais perfeitos nos primeiros anos de vigência da Escola de Aprendizes do que nos últimos. Parecia-me de esperar que fosse ao contrário. A evolução das condições tecnológicas, a melhoria das condições

²⁴⁷ Tomaz Tadeu Silva, *Identidades terminais - As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*, Petrópolis, Vozes, 1996, pp. 77-82

²⁴⁸ António Nóvoa, "Nota de apresentação" ao livro de Ivor Goodson, *A Construção Social do Currículo*, Educa, Lisboa, 1997, p. 9

²⁴⁹ António Nóvoa, "Nota de apresentação..", p. 10

²⁵⁰ António Nóvoa, "Nota de apresentação...", p. 15

materiais e pedagógicas e a própria evolução do perfil escolar dos aprendizes, tudo apontava no sentido de uma melhoria da qualidade dos trabalhos. Contudo, a partir dos anos sessenta, não apenas se deteriora a olhos vistos a qualidade dos desenhos como, por exemplo, deixaram de ser executados a tinta da China como até ali tinham sido.

Se fosse hoje, seria fácil culpar os meios informáticos pela aparente menor habilidade na execução manual ou pela dispensabilidade de tal destreza. Mas na época! A um ex-aprendiz que entrou em 1960/61 para a Escola na classe C, já com o curso industrial de uma escola técnica quase concluído, questionei o porquê desta alteração qualitativa, avivando-lhe a memória com o pormenor do uso da tinta da China. Nem sequer se lembrava de ter realizado desenho com tinta da China. Confrontei-o com os seus desenhos do seu primeiro ano na escola, executados com a perfeição que a tinta requer, e com os desenhos do segundo ano, executados simplesmente com lápis de grafite. O meu interlocutor ficou confuso: não se lembrava já de ter executado aqueles desenhos com "tão bom acabamento". Ou seja, os aprendizes não se deram conta que alguém, deliberadamente, tinha afrouxado o patamar de exigências quanto à qualidade do desenho a executar e, muito menos, estariam em condições de compreender porquê.

Juntando várias peças do puzzle, parece-me que a explicação pode ser esta: em primeiro lugar, era necessário acelerar a formação dos aprendizes valorizando a vertente prática e oficial; em segundo lugar, numa época em que se acentuava a carência de mão-de-obra qualificada, a sangria de operários especializados e até mesmo de aprendizes, atraídos por melhores salários oferecidos por outras empresas, tendia também a avolumar-se. A este propósito, vale a pena, como exemplo, acompanhar o percurso dos quarenta e cinco aprendizes que concluíram a aprendizagem em 1963/64:

Finalistas do 3º Ano	46	Passaram a desenhadores	Saíram da CP
Aprovados	45		
Serralheiros de motores	16		1 (15/9/70) 1 (6/9/71)
Electricistas	15		1 (23/4/65) 1 (26/8/69) 1 (15/9/71) 1 (24/9/71) 1 (26/9/71)
Serralheiros	9	1 (26/3/67) 1 (1/5/73)	1 (2/6/70)
Torneiros	2		1 (29/3/73)
Soldadores	2	1 (23/12/71)	1 (30/10/68)
Caldeireiro	1		
Total	45	3	10

Pode constatar-se, portanto, que em quarenta e cinco operários formados, treze (29%) não seguiram a carreira operária. No caso dos desenhadores, a CP necessitava deles e por isso promovia os concursos para o acesso à carreira de desenho. Nos outros, tratava-se de saídas da empresa, numa sangria sistemática que marcou

toda a existência da escola. Havia que a contrariar por todos os meios²⁵¹.

Afrouxando as exigências quanto à perfeição no acabamento dos desenhos, estavam a limitar-se as possibilidades de sucesso nas provas de ingresso, nomeadamente nas grandes empresas que eram as maiores concorrentes da CP neste domínio. Quanto mais simplificado fosse o desenho,²⁵² e seria suficiente desde que orientado para os objectivos do trabalho específico da empresa, mais amarrado ficaria o aprendiz à necessidade de permanecer na CP. Já escrevi noutro lugar que a ausência deliberada de certificação da aprendizagem ministrada na empresa se constituiu igualmente como estratégia para contrariar a sangria que, apesar disso, sempre existiu.

O episódio relatado parece-me ilustrar bastante bem a importância central da necessidade de desconstruir o currículo, como estratégia para perceber as lógicas do poder que se afirma na e pela escola. A conflitualidade existente pela disputa da mão de obra melhor preparada conjugou-se com o cerceamento das aspirações sociais dos

²⁵¹ Em resposta a uma nota dos serviços centrais, o 2º Grupo Oficial informa que, entre 1954 e 1960, deixaram o serviço da companhia 38 aprendizes das oficinas do Entroncamento e 2 de Lisboa P.

²⁵² Na resposta ao pedido de parecer do Presidente da Comissão de Reforma do Ensino Técnico, a Associação Industrial já considerava que "o próprio ensino do desenho não necessita ir mais longe do que até ao ponto que é necessário para o operário ficar habilitado a ler os desenhos". (*Revista Indústria Portuguesa*, nº 168, Lisboa, 1942)

jovens e transpôs os muros da escola, vindo a influenciar de forma paradoxal a formação escolar dos aprendizes. Outros exemplos podem ser esclarecedores se nos debruçarmos sobre as habilitações de acesso ou sobre o rol das disciplinas em que assentava o plano de estudos.

Começa por ser notável que na escola do Barreiro, ainda nos anos trinta, se não exija como habilitação mínima de ingresso o segundo grau de instrução primária, mas apenas o saber ler, escrever e contar e realizar as quatro operações aritméticas. Se a memória me não atraiçoa, adquiri esse capital escolar mínimo ainda no decurso da minha primeira classe. Na escola do Entroncamento, embora conclua já ter existido a exigência da 4ª classe como habilitação mínima de ingresso, não foi fácil documentá-lo de modo taxativo.

Podemos perguntar-nos: como seria possível exigir o exame da 4ª classe aos rapazes num país com mais de 70% de analfabetos? Por outro lado, não seria estabelecer um foco de conflitualidade entre os operários antigos, analfabetos, e os operários oriundos da Escola de Aprendizizes que, para além de uma habilitação escolar incomum entre os pares, iriam também dispor do capital escolar creditado pela aprendizagem? Sobretudo, não se estaria a disponibilizar para estes jovens humildes, oriundos de meios rurais na sua maior parte, uma escolarização susceptível de gerar expectativas e de se incompatibilizar com a sua condição futura de operários?²⁵³

A estas questões poder-se-á sempre responder com o grande esforço de alfabetização levado a cabo pelo Estado Novo, por um lado, e, por outro, com as

²⁵³ Esta dupla incompatibilidade foi frontalmente assumida pelo deputado Teófilo Duarte durante o debate na Assembleia Nacional: “Um rapaz tira o seu exame de instrução primária e dá entrada nas escolas industriais onde trabalha cinco anos e onde esse trabalho tem mais o carácter de ordem teórica do que de ordem prática. Por isso, ao terminar o seu curso, ele, que está possuidor de uma certa cultura geral que lhe dá laivos de pseudo-intelectualismo, que vive num meio mais de escolar do que de operário e que não se habituou a considerar-se tal, esse homem, dizemos, não se sujeita aos trabalhos grosseiros que as oficinas lhe impõem, nem a viver num meio em que predominam os analfabetos, as pessoas sem educação igual à sua e que lhe mostram uma grande reserva, quando não hostilidade” (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p.p. 130-131)

acrescidas exigências impostas pela modernização tecnológica que levaram à criação da Escola de Aprendizes e que se afirmavam incompatíveis com operários analfabetos. Quanto à terceira questão, remete-nos para o nível do que se poderia chamar a gestão interna do currículo e para as suas potencialidades de controle, como já se exemplificou com a disciplina de desenho.

A resposta a estas questões desfaz os equívocos eventualmente suscitados pelas habilitações de ingresso e pela sua evolução crescente e obriga-nos a ver de mais perto algumas das especificidades do currículo escolar imposto aos aprendizes.

Pareceu-me paradoxal que, pelo menos a partir do momento em que um professor da Escola de Aprendizes do Entroncamento se queixou da impreparação com que os aprendizes ingressavam na escola, nomeadamente quanto à utilização e escorreita compreensão da língua pátria, não houvesse uma fatia curricular dedicada a esta aprendizagem. Além disso, a inculcação ideológica dos valores do regime, pelo menos ao nível da propaganda, sempre encontrou terreno mais favorável no labor das disciplinas ditas culturais e menos nas científicas e tecnológicas. Apesar disso, ao longo dos anos, tudo se desenrolou como se tivesse sido suficiente introduzir exames de admissão com provas de ditado e redação.

Na Escola de Aprendizes não houve qualquer disciplina de Língua e História Pátria ou afim. Aliás, alguns antigos aprendizes referiram a ausência de disciplinas culturais e de abertura ao mundo como uma das lacunas mais importantes da sua formação na escola²⁵⁴. A instrução teórica era constituída pelas disciplinas de Aritmética e Geometria, Álgebra, Desenho, Mecânica Técnica, Tecnologia e Electricidade. A instrução prática assentava na Prática Oficinal, primeiro simulada, e depois em contexto de trabalho. A Prática Oficinal, sobretudo nos segundo e terceiro

anos, tinha o peso maior da carga horária dos aprendizes. Tratava-se de um currículo para formar operários. Aliás, o horário do aprendiz era idêntico ao horário do operário, com oito horas diárias, incluindo o sábado, repartidas por períodos de instrução teórica na escola e períodos de instrução prática na oficina (Anexos nºs 5 e 6, horários).

²⁵⁴ No inquérito, em 76 respostas, 33 (43%) consideraram que faltava à formação uma componente de cultura geral.(Anexo 18)

5.2.1. O currículo explícito

Cursos, disciplinas e carga horária na Escola de Aprendizes do Entroncamento

	Instrução Nº OD - 29 1959			Criação Curso de Electricistas 1963 - 1964					Cursos de dois anos - 1965/66			
Disciplinas	1ºAn	2ºAno	3ºAno	1ºAno	2ºAno	3ºAno	1ºAno	2ºAno	3ºAno	1ºAno	2ºAno	3ºAno
Cursos	S	S	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E
Aritmética	4			4	4					4	4	
Geometria	4			4	4					4	4	
Álgebra		4			6	4					4	4
Desenho	16	4	4	12	16	8	4	4	4	13	13	4
Tecnologia		4			6	4				4	4	
Mec.Técnica			4		4			4			4	4
Electricidade				6	8		8			4	4	
Prát.Oficinal	20	32	36	18	20	12	32	32	36	19	19	24
Total Horas												
Teóricas	24	12	8	26	24	32	12	12	8	25	25	20
Total Horas												
Práticas	20	32	36	18	20	12	32	32	36	19	19	24
Ginástica	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Ed. Moral *												
TOTAL												
SEMANAL	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48	48

S - Curso de Serralheiros

E - Curso de Electricistas

* Só a partir de 1967/68

Podemos considerar que a história do currículo formal ou explícito da Escola de Aprendizes do Entroncamento se pode estruturar em três períodos distintos: o primeiro vai desde as origens até 1959, à entrada em vigor da Instrução nº OD - 29, Organização das Escolas de Aprendizes; o segundo, de 1959 a 1966, marcado pela criação do curso de electricistas (em 1963/64) e pela redução dos cursos de três para dois anos e o terceiro, de 1966 até ao encerramento da escola em 1976.

A Instrução nº OD - 29 constituiu-se como o documento estruturante de toda a vida da escola. Trata-se de um texto fundamental que determina uma primeira configuração objectiva e precisa do seu funcionamento. Até ali, pelos documentos

disponíveis, não é fácil reconstituir os espaços curriculares ou os normativos respeitantes à avaliação e ao aproveitamento.

Na OD-29, o capítulo I refere-se ao funcionamento e às horas semanais de cada disciplina por cada um dos três anos do curso, o capítulo II apresenta o programa detalhado de cada disciplina, com indicação dos exercícios a realizar e dos manuais a adoptar, o capítulo III trata das normas de classificação, tendo por referencial a classificação do pessoal operário e estabelecendo os critérios para a componente teórica e para a componente prática e, em anexo, apresenta uma tabela de valores para a classificação dos exercícios oficiais e um mapa de classificação de exercícios.²⁵⁵

A aprendizagem durava três anos (até 1966) e a instrução realizada em cada ano dividia-se em três partes: instrução teórica, instrução prática e instrução física. A instrução teórica ficava a cargo do engenheiro responsável pela escola e constava de lições elementares de aritmética e geometria e de desenho linear e geométrico, no primeiro ano. No segundo ano, eram ministradas aos aprendizes noções de álgebra, tecnologia, desenho de projecções e desenho de máquinas. No terceiro ano, para além do desenho de máquinas, eram também ministradas noções de mecânica e de tecnologia.

A instrução prática era ministrada por "um graduado cujas qualidades morais e profissionais sejam reconhecidas e que acompanha permanentemente todo o trabalho dos aprendizes".²⁵⁶ No primeiro ano, constava de exercícios de serralharia realizados nas oficinas da Escola de Aprendizizes.²⁵⁷ O aprendiz começava por desenhar as peças, com indicação das sucessivas operações e das ferramentas a utilizar, passando posteriormente à execução das peças propriamente ditas.²⁵⁸ O resultado era a confecção da sua própria ferramenta branca com a qual, mais tarde, já operário, trabalharia na

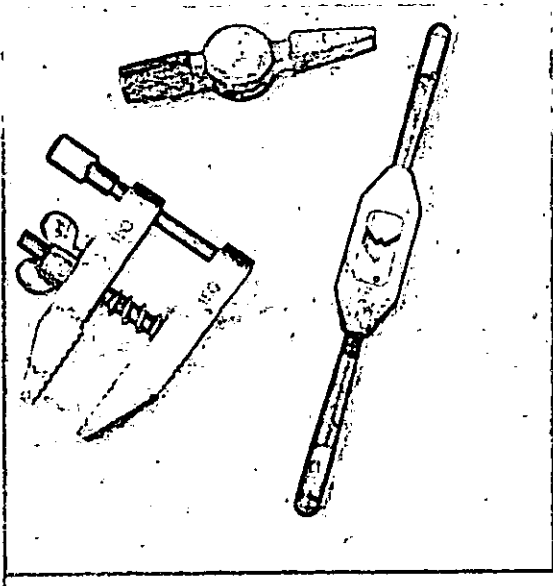
²⁵⁵No anexo 16 apresenta-se uma cópia deste documento.

²⁵⁶*Boletim da CP*, nº183, 1944, p.165

²⁵⁷ Anexo 13

²⁵⁸ O anexo 12 mostra a execução de um exercício oficial.

oficina. Os trabalhos realizados, quer na instrução teórica (os exercícios de desenho), quer na instrução prática (exercícios oficiais que integravam o desenho e a confecção das ferramentas), eram guardados no respectivo caderno oficial. As peças confeccionadas eram gravadas com o número de escola do aprendiz, constituindo assim uma autêntica assinatura, dado que ao longo de toda a vigência da escola a numeração



Peças executadas pelos aprendizes na prática oficial no primeiro ano: martelo de pena, inclinômetro ou torno de mão e desandador

se foi sucedendo numa série única.

No segundo ano de instrução prática os aprendizes eram colocados em rotação pelas diversas secções da oficina, em situação de estágio, findo o qual deveriam elaborar o relatório respectivo. Finalmente, no terceiro ano de instrução prática, o aprendiz era "dado" a uma secção, presumidamente na área de especialização onde durante o estágio demonstrou melhor

aptidão e vocação. No final dos três anos do curso com bom aproveitamento, era classificado no primeiro patamar da carreira operária.

Ao longo das três décadas de funcionamento da Escola de Aprendizes do Entroncamento, o currículo escolar dos cursos sofreu algumas alterações. Inicialmente a instrução dirigia-se essencialmente à área de serralharia e afins e eram raros os aprendizes que, no final do curso, mediante uma breve especialização, eram classificados como electricistas. Estava-se no tempo da tracção a vapor e eram necessários, sobretudo, caldeiros, torneiros, fresadores, traçadores, para além dos serralheiros propriamente designados.

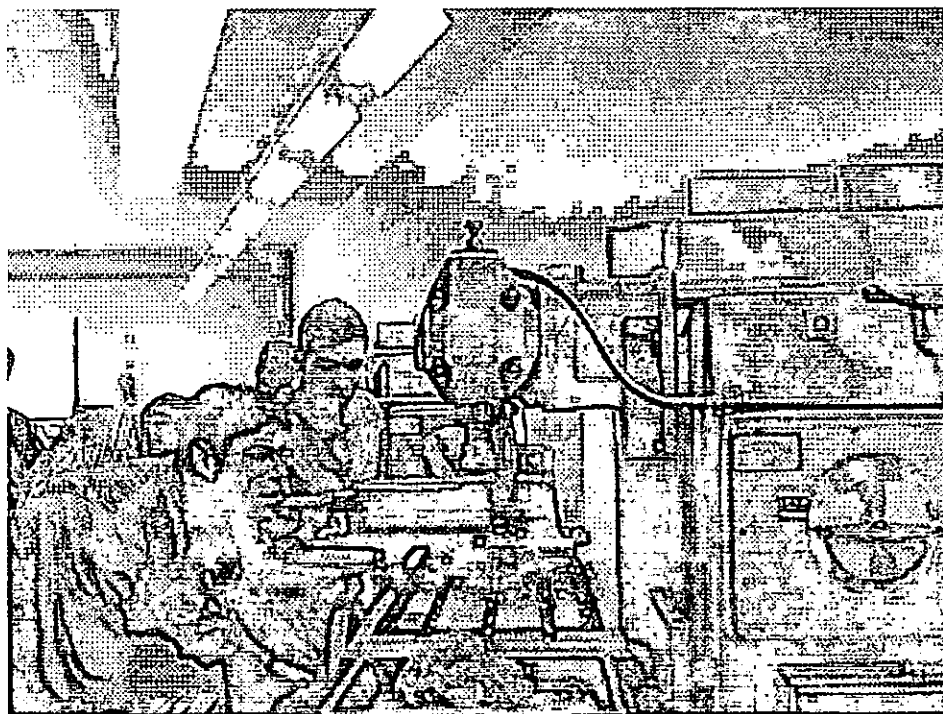
A evolução tecnológica da CP, com a “dieselização” e a electrificação, impôs a criação, a partir de 1963/64, do curso de electricistas. Alterou-se assim a oferta de formação da escola, originando a bifurcação dos currículos desde aquela data em diante. Embora no plano teórico as aprendizagens fossem semelhantes, passou a existir uma carga horária diferenciada, a disciplina de desenho foi aferida à especificidade de cada curso, sendo ministrado no 3º ano do curso aos serralheiros desenho de máquinas e aos electricistas desenho esquemático. Foi introduzida no novo curso a disciplina específica de electricidade, mantendo-se para os serralheiros a disciplina específica de mecânica técnica. A disciplina de tecnologia foi aferida, mantendo-se a tecnologia mecânica para os serralheiros e introduzindo-se a tecnologia eléctrica para os electricistas. No plano prático cada um dos cursos passou a dispor naturalmente de uma instrução oficial diferenciada, continuando os serralheiros a realizar exercícios de serralharia e de mecânica e executando os electricistas montagens eléctricas em pranchetas, observando instalações e equipamentos e iniciando-se em trabalhos concretos de electricidade.

Num breve relance pela carga horária dos cursos constata-se o peso maior que globalmente era atribuído à formação prática²⁵⁹. No primeiro ano essa formação era simulada, isto é, era realizada nas oficinas da Escola de Aprendizizes. Nos segundo e terceiro anos a formação prática era realizada em contexto de trabalho, na oficina, embora fosse acompanhada por um monitor da escola e alternasse com tempos de aulas teóricas na Escola de Aprendizizes.

Apesar de ser considerado no campo da formação teórica, o desenho era axial na formação dos aprendizes e envolvia uma fortíssima componente prática. Aliás, o desenho das peças oficiais era considerado na aptidão prática. Ao desenho era

²⁵⁹ O anexo 11 exemplifica, reproduzindo horários do 1º, 2º e 3º anos.

reservado cerca de um terço da carga horária no primeiro ano, diminuindo naturalmente nos anos subsequentes para dar lugar ao reforço da componente oficial.



Oficina de serralharia da Escola de Aprendizes da Fernave, Agosto de 2001

Além da instrução teórica e da instrução prática, foram sempre ministradas na escola aulas de educação física e, a partir de 1967/68, também aulas de Moral e Educação Cívica. As aulas de educação física, vulgo ginástica, eram ministradas inicialmente por operários monitores da escola que tivessem algum referencial de formação pertinente.²⁶⁰ Contudo, a partir do ano lectivo de 1966/67, a "ginástica" passou a ser ministrada por um professor "diplomado pelo INEF". A partir do ano lectivo seguinte, começaram também a ser ministradas, apenas aos alunos do primeiro ano, aulas de "Moral, Educação Cívica e actualidades". Contudo, ao invés de ter sido

²⁶⁰Em Abril de 1956, em resposta a um ofício dos serviços centrais em que se solicita a indicação dos agentes "para ministrar a instrução teórica e a instrução prática" e se a escola "dispõe de instrutor de ginástica", é respondido que "a instrução teórica ficará a cargo do contramestre José Gonçalves, que tem sido o encarregado do curso de aprendizes, do operário de primeira classe José da Costa e do operário de 3ª classe Fernando Freitas. Quanto ao instrutor de ginástica, julgo que poderemos contar com o operário ajudante João Bagina Miranda, antigo aluno da Escola de Aprendizes, e que na tropa foi monitor de ginástica."

uma necessidade sentida pela escola, tratou-se de uma proposta do padre Mourão²⁶¹ que invocou a condição de professor de Moral na escola primária do Bairro Camões para se candidatar a professor dos aprendizes.

A frequência com que na documentação emerge um regulamento de empréstimo de manuais aos aprendizes torna inquestionável a sua existência e releva a importância que assumiam na operacionalização das disciplinas teóricas.²⁶² A escola adquiria os manuais e emprestava-os gratuitamente aos aprendizes, que, de acordo com o regulamento, os deveriam conservar nas melhores condições, devolvendo-os no final do ano para serem emprestados aos novos colegas. O incumprimento desta devolução ou a deterioração do manual implicava o pagamento de multas (que iam de 2\$50, por não meter uma capa no manual, até ao seu pagamento integral, em caso de deterioração gravosa ou de extravio do manual).

5.2.2. A reestruturação dos cursos

A pressão a que estava sujeita a aprendizagem, no sentido de acelerar a formação da mão de obra, levou a uma importante reestruturação dos cursos no ano lectivo de 1965/66. Nesse ano, os alunos do terceiro ano foram promovidos a operários em Julho e os do segundo ano no final do ano. Nem uns, nem outros cumpriram os três anos de aprendizagem. Os cursos da Escola de Aprendizizes passaram, daí em diante, a ter a duração de dois anos.

O texto da proposta de remodelação do funcionamento da Escola de Aprendizizes é explícito quanto às razões que a determinaram e aos propósitos que lhe estavam subjacentes. O incremento da tracção Diesel-Eléctrica que exigia mão de obra muito

²⁶¹ O Padre Martinho Mourão, antigo pároco da freguesia "que, tendo sido professor de Moral e Religião na escola primária Camões da CP no Entroncamento durante muitos anos..., sabendo que os actuais aprendizes, bem assim seus pais, muitos dos quais foram meus alunos na escola primária, desejavam que eu lhes desse aulas de moral, de educação cívica e actualidades, e tendo possibilidade da minha parte de o fazer, venho rogar a V. Exª se digne readmitir-me..." Requerimento, datado de 13 de Maio de 1966, dirigido ao Director Geral da Companhia e que foi deferido.

²⁶² Os anexos 14 e 15 apresentam, respectivamente, o regulamento de utilização e uma lista de alguns dos manuais utilizados pelos aprendizes.

mais especializada que a tracção a vapor, o êxodo de pessoal especializado que era difícil substituir, a entrada em serviço das novas oficinas de motorizados no Entroncamento, o abandono da companhia por aprendizes solicitados do exterior e, finalmente, o elevado custo da instrução em três anos²⁶³, aliado ao facto de obrigar a desviar para a instrução alguns dos melhores quadros da empresa, foram as razões aduzidas para fundamentar a proposta. Eram apresentadas duas alternativas: uma "radical e portanto mais consentânea com a urgência do problema" que propunha a redução dos cursos para um ano e uma segunda que advogava a redução para dois anos. No primeiro caso, a base de recrutamento seria constituída pelos finalistas das escolas industriais que viriam à empresa especializar-se, continuando a manter a obrigatoriedade de frequência da escola industrial. No segundo, tratava-se de uma adaptação do esquema vigente, acomodando a carga horária dos cursos ao novo figurino e obviamente reduzindo ou suprimindo conteúdos. Foi adoptada esta segunda opção. O currículo manteve-se, com a supressão de alguns conteúdos, embora a redução para dois anos implicasse uma reformulação profunda da carga horária das disciplinas de quase todas as áreas, manifestando-se essencialmente uma preocupação de reforço da componente prática.

5.2.3. Electricistas e Serralheiros de motores

A partir dos meados da década de 50, com o ocaso da tracção a vapor e o arranque da "dieselização" e da electricidade como forças motrizes, ganhou importância crescente a formação de operários electricistas, não apenas para serviços gerais, como já antes acontecia mas, sobretudo, electricistas de motores. A própria serralharia se transfigurou na óptica das novas exigências surgidas com a modernização das motorizações. Surgiram assim, ao lado das especialidades geral e afins dos serralheiros, também os serralheiros de motores.

²⁶³Estimativa de 30 contos/aprendiz em Março de 1966.

Como nem as oficinas do Entroncamento nem as de Campanhã estavam ainda apetrechadas para poderem ministrar esta instrução prática, foram organizados nas oficinas do 3º Grupo Oficinal, no Barreiro, cursos de especialização de electricistas de motores e de serralheiros de motores, no terceiro ano, destinados a um contingente que integrava os aprendizes melhor classificados dos três grupos oficinais.

O primeiro Curso de Formação de operários Electricistas destinado a aprendizes do 3º ano dos três grupos oficinais teve lugar nas oficinas do Barreiro no ano lectivo de 1958/1959. Ao 3º Grupo Oficinal cumpria tratar do alojamento dos aprendizes vindos de fora, elaborar o regulamento respeitante ao internato desses aprendizes, realizar a compra dos livros necessários e organizar a lista dos instrutores.²⁶⁴ Os 1º e 2º grupos oficinais deveriam proceder à selecção dos aprendizes que deveriam frequentar o curso e consultar os pais a fim de obterem o seu acordo à deslocação e "ao desconto de 2\$00 diários no salário dos aprendizes."²⁶⁵ A duração prevista era de seis meses prevendo-se "a conveniência de prolongá-la".

Foram seleccionados para a frequência dez aprendizes do Barreiro e cinco de cada um dos outros grupos oficinais. Os critérios de selecção eram, de entre os voluntários, os que tivessem obtido no 2º ano melhores classificações nas disciplinas de Matemática (Álgebra) e Desenho. Como já se referiu, aos aprendizes de Campanhã e do Entroncamento era concedido alojamento em regime de internato e abonado subsídio de deslocação para custear parte das despesas de alimentação. O despacho já referido estimava em 14.040\$00 os encargos globais com a deslocação dos aprendizes e em 2.000\$00 o valor dos manuais que era necessário adquirir. Ainda no mesmo despacho era aprovado o horário semanal e o programa do curso.

A direcção do curso ficou a cargo do Engenheiro Chefe do 3º grupo oficinal, as aulas teóricas eram ministradas pelos dois engenheiros electrotécnicos das oficinas do Barreiro e as aulas práticas por contramestres, chefes de brigada e operários "escolhidos

²⁶⁴Ofício com despacho da Direcção Geral datado de 23 de Agosto de 1958

²⁶⁵Como a despesa com a deslocação a custear pela Companhia excedia em 2\$00 o abono diário a que o aprendiz tinha direito, o pai ou tutor tinha que autorizar o desconto daquela diferença no salário do aprendiz.

dentre os que tenham mais conhecimento das diversas especialidades e que revelem qualidades para ministrar a instrução".

A Escola de Aprendizes do Entroncamento seleccionou os seus cinco aprendizes tendo em conta não apenas as melhores classificações em Matemática e Desenho mas também o facto de dois dos aprendizes seleccionados já serem possuidores do curso de electricidade da Escola Industrial de Torres Novas.²⁶⁶ Aliás, por "haver em vista criar uma elite de bons electricistas tanto no que respeita a valor profissional como moral" e "pelas razões que facilmente se deduzem do expediente que envio, fomos de opinião de que o 2º classificado em Desenho e Matemática não devia frequentar o curso."²⁶⁷ De resto, outro dos aprendizes seleccionados declinou o convite dizendo não estar interessado. Finalmente, há que assinalar o extremo cuidado colocado na regulamentação da estadia dos aprendizes em regime de internato, nomeadamente quanto à sua vigilância e controlo. Questões de saúde, saídas e locais de permanência "durante o tempo que medeia entre o termo do trabalho diário e a hora de recolher no dormitório", proibição de tomar banho no rio e de atravessar a linha em qualquer ponto que não as passagens de nível, são alguns referenciais concretos do dispositivo de controlo que foi estabelecido para os aprendizes em regime de internato. A partir de 1960/61, além dos electricistas de motores, passaram também a realizar-se nas oficinas do 3º GO, no Barreiro, cursos de especialização de mecânicos ou serralheiros de motores. As necessidades de qualificação tecnológica impostas pelas novas motorizações e a incapacidade das oficinas do Entroncamento em a facultar deram origem à deslocação de cerca de uma centena de aprendizes do 3º ano para as oficinas do Barreiro, ao longo de oito anos, a fim de aí se especializarem em electricistas de motores e serralheiros de motores.

Para além da mais valia da formação, a deslocação dos aprendizes revestiu-se também de um carácter pedagógico já que, ao serem escolhidos os melhores classificados, tal facto acabou por constituir um estímulo em relação ao

²⁶⁶Ofício de 22 de Setembro de 1958

²⁶⁷Ofício de 30 de Setembro de 1958

aproveitamento.²⁶⁸ No fundo, não se tratava apenas de abrir aos aprendizes perspectivas mais amplas em termos profissionais, a partir das novas formações recebidas. Tratava-

Aprendizes da Escola do Entroncamento que frequentaram cursos no Barreiro

	Electricistas de Motores				Serralheiros de Motores			
Ano lectivo	Início	Fim	Selec	Apr.	Início	Fim	Selec	Apr.
1958/1959	1/10/58	13/8/59	5	5	-----	-----	-----	-----
1959/1960	13/10/59	29/7/60	5	4	-----	-----	-----	-----
1960/1961	24/9/60	4/8/61	5	4	6/3/61	4/8/61	5	5
1961/1962	9/10/61	24/8/62	5	5	9/10/61	24/8/62	5	4
1962/1963	8/10/62	1/10/63	5	5	8/10/62	1/10/63	5	5
1963/1964	20/1/64	19/11/64	15	14	20/1/64	19/11/64	15	15
1964/1965	18/1/65	9/11/65	10	9	18/1/65	9/11/65	10	10
1965/1966	11/1/66	1/7/66	21	21	-----	-----	-----	-----
	Selec.- Seleccionados				Apr.- Aprovados			

se também de prolongar o caminho que antes os havia trazido das suas aldeias para esta outra aldeia mais urbana que era o Entroncamento. Agora estavam de facto na cidade, na grande cidade e, para muitos jovens oriundos dos meios rurais, esse era um outro importante objectivo a atingir. As expectativas de ascensão social não passavam apenas pela escolarização e pela formação que a escola podia conferir. O êxodo para a cidade, esse movimento secular de longa duração, constituía, no universo simbólico do camponês, a outra componente de uma fuga que não podia deixar de significar libertação e passagem a uma vida melhor.

Em 1963/64, entrou em funcionamento na escola do Entroncamento o primeiro curso de formação de electricistas, que nesse ano absorveu a totalidade dos aprendizes admitidos. Daí em diante, os aprendizes admitidos anualmente eram logo "classificados" nas duas grandes áreas de formação da escola, electricistas e serralheiros. Os critérios de selecção para uma ou outra eram determinados pela formação anterior do aprendiz numa escola industrial ou, no caso de não existir, pelo interesse demonstrado pelo aprendiz.

A criação do curso de electricistas coincidiu com o aumento do número de aprendizes enviados para o Barreiro a fim de se especializarem nos motorizados,

²⁶⁸ Ainda hoje encontro alguns desses aprendizes que não escondem uma ponta de orgulho ao afirmarem que "como era dos melhor classificados fui escolhido para ir ao Barreiro fazer o curso de electricista (ou de mecânico)."

evidenciando-se assim a urgência da sua formação. O incremento das novas formas de tracção e a entrada em funcionamento das oficinas novas do Entroncamento, aliadas à circunstância de que a abertura de um curso de três anos só passados esses três anos começará a produzir frutos, explicam aquele aumento. Aliás, o incremento da formação sofreu uma aceleração significativa a partir dessa altura, traduzida, não apenas pelo ritmo das admissões, como também pela redução dos cursos de três para dois anos a partir de 1966. Era necessário formar mais gente e em menos tempo.

5.2.4. A classificação, aproveitamento e integração na empresa

A classificação dos aprendizes foi sempre realizada a partir de quatro parâmetros: aptidão prática (0 a 10 valores) e aptidão teórica (0 a 10 valores) - cuja média determinava a aptidão profissional do aprendiz -, comportamento e assiduidade. A soma da média das duas primeiras com os valores obtidos no comportamento (0 a 6 valores) e na assiduidade (0 a 4 valores) determinava a classificação final do candidato. Contudo, não era suficiente haver classificação mínima de dez valores (0 a 20); para haver aprovação, essa classificação positiva devia ser cumulativa com classificações mínimas de 5,5 valores(0 a 10), quer na aptidão prática, quer na aptidão teórica. Como são abundantes os documentos referentes à avaliação e classificação, é fácil constatar a frequência com que os aprendizes reprovavam, por vezes com médias globais de treze e quinze valores. O que traduz, por um lado, a importância que era dada à formação enquanto tal e, por outro lado, deixa perceber a lógica da formação: formar operários disciplinados, dóceis, obedientes e, sobretudo, assíduos. Os aprendizes reprovados podiam repetir o ano lectivo em que ficaram reprovados mas apenas uma vez, isto é, podiam ser repetentes nos três anos do curso mas apenas por uma vez em cada ano.

A aptidão prática resultava, no primeiro ano, do aproveitamento em desenho oficial e prática oficial, cuja classificação era feita em conjunto e de acordo com uma tabela de tempos de execução. No segundo ano, a classificação da componente prática era estabelecida a partir dos “interrogatórios” realizados no final do estágio em cada secção e dos relatórios apresentados pelo aprendiz. No terceiro ano, a componente prática era avaliada pela média da classificação atribuída pelo contramestre da secção onde o aprendiz tinha estagiado e do relatório por este apresentado.

A aptidão teórica resultava, nos três anos, da média das classificações obtidas nas disciplinas teóricas. Como já se deixou explícito, apenas a classificação global era determinada numa escala de zero a vinte valores. Todas as classificações parcelares, incluindo as médias, eram expressas numa escala de zero a dez valores (comportamento e assiduidade em conjunto). A classificação parcial de um aprendiz no final de cada período lectivo era apresentada como se segue:²⁶⁹

Extracto de uma pauta de classificação parcial no final de período lectivo

Prát.Oficial	Álgebra	Tecnologia	Desenho	Mecânica	Electricidade	Média
Média						
6,50	5,50	5,0	5,0	5,50	5,50	5,30

Fazendo a média dos três períodos, obtinham-se médias finais que determinavam a aptidão teórica e a aptidão prática:

Extracto de uma pauta de classificação parcial, final do ano lectivo

P.Ofic.	P.Ofic.	P.Ofic.	Média	Apt.Teór.	Apt.Teór.	Apt.Teór.	Média
1ºP	2ºP	3ºP	Apt.Prát.	1ºP	2ºP	3ºP	Apt.Teór.
6,50	7,50	6,50	6,85	5,85	6,0	5,30	5,71

²⁶⁹ Exemplifica-se com uma pauta do 2º Ano de Electricistas, 1969/70, 3º período, mostrando apenas um aluno.

A média das duas determinava, por sua vez, a aptidão profissional que se somava ao comportamento e à assiduidade, daí resultando a classificação final do aprendiz.

Extracto de uma pauta de classificação final do ano lectivo

Aptidão Prática	Aptidão Teórica	Média = Apt.Prof.	Comport.	Assiduidade	Soma= Class. final	Profissão a atribuir
6,85	5,71	6,28	6,0	0	12,28	Electr. geral

No ano lectivo de 1961/62²⁷⁰ foram introduzidos na escola exames de frequência a realizar três vezes por ano em todas as disciplinas, excepto na prática oficial. A ordem que instituiu a sua criação impunha também o calendário e estipulava a obrigatoriedade de comunicação dos resultados aos pais ou tutores dos aprendizes. Daí em diante, na semana anterior ao Natal, à Páscoa e na primeira quinzena de Setembro realizaram-se normalmente as referidas provas de frequência.

As taxas de transição de ano e de aproveitamento no final dos cursos, considerados em média todos os anos de vigência da Escola de Aprendizes, foram para o 1º ano de 84%, para o 2º de 83,6% e para o 3º de 85,9%. Globalmente, a taxa de rentabilidade da escola, isto é, a relação entre o número de admitidos e o número dos que concluíam os cursos três ou dois anos depois e passavam a operários, situou-se nos 78,9%.

Como se pode verificar pela proximidade dos números, ao longo dos anos desenha-se uma imagem de estabilidade, quase de resistência à mudança, que, surpreendentemente, a avaliação também confirma. Talvez por isso, na relação entre a aprendizagem e a Escola de Aprendizes, se possa compreender melhor a avaliação que os ex-aprendizes fazem da formação recebida. Para além da elevada percentagem de respostas a considerar que havia articulação entre a formação teórica e a prática oficial (93%), que as oficinas estavam bem equipadas (80%), que os professores eram

²⁷⁰Ofício de 30 de Dezembro de 1961

competentes (84%), que havia uma relação de cooperação entre professores e alunos (82%) e que o sistema de avaliação era justo (64%), também se considera que o horário de trabalho dos aprendizes era excessivo (38%), que por vezes os aprendizes eram postos a varrer a oficina (71%) e que, enfim, era uma escola demasiado rigorosa para os jovens de então (34%).

Concluído o curso de aprendizagem, todos os aprendizes eram integrados automaticamente na empresa, na área oficial para a qual tinham sido qualificados. Os melhores classificados podiam escolher as colocações mais apetecidas, quer em termos de funções e/ou secções específicas, quer em termos de localização geográfica.

A CP não certificava para o exterior a formação ministrada. Talvez até, do ponto de vista empresarial, não fosse lógico que o fizesse, dado que ao ser admitido na escola, como já se referiu, o aprendiz estava também a ser admitido na empresa. Do ponto de vista dos aprendizes, essa ausência de certificação podia ter constituído um obstáculo a que, livremente, pudessem lutar por um emprego no mercado de trabalho. Contudo, na prática não era assim, uma vez que a natureza da formação teórica, próxima da que era ministrada nas escolas técnicas, aliada a uma componente prática polivalente, alicerçada pelos vários estágios nas secções oficiais, constituíam um excelente cartão de apresentação no mercado de trabalho que, como já se viu, vinha constantemente aliciar com salários mais elevados os quadros ferroviários.

Mesmo assim, a ausência de certificação formal não atingia todos os aprendizes do mesmo modo. A legislação em vigor, desde o início dos anos cinquenta, obrigava os operários electricistas a possuírem carteira profissional e, para tal fim, a inscreverem-se no sindicato respectivo. Nesse sentido, o 2º Grupo Oficial certificava a formação no curso de electricistas realizado na Escola de Aprendizizes, através de uma declaração que era reconhecida por aquele sindicato para efeitos de emissão da carteira profissional, constituindo assim um livre trânsito para o desempenho da profissão.

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

Escola de Aprendiziz do Entroncamento - Evolução da frequência e aproveitamento 1943 - 1976

Ano	Candidatos	Data de Admissão	Admitidos	1º Ano Electricidade		1º Ano Serralharia		2º Ano Electricidade		2º Ano Serralharia		3º Ano Electricidade		3º Ano Serralharia		Passaram a Operários	Data de Passagem a Operários
				Total	Aprov	Total	Aprov	Total	Aprov	Total	Aprov	Total	Aprov	Total	Aprov		
43/44	--	15-Abr-43	13	---	---	13	11	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
44/45	--	25-Mar-44	25	---	---	26	23	---	---	11	6	---	---	---	---	---	---
45/46	--	14-Mai-45	20	---	---	21	19	---	---	28	23	---	---	6	3	3	01-Dez-45
46/47	--	01-Abr-46	28	---	---	29	28	---	---	20	17	---	---	27	14	14	01-Jan-47
47/48	--	27-Out-47	20	---	---	20	16	---	---	30	23	---	---	30	21	21	01-Dez-47
48/49	--	---	0	---	---	---	---	---	---	16	13	---	---	30	18	18	01-Out-48
49/50	--	---	0	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	18	15	3	01-Dez-49
50/51	--	---	0	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	15	13	13	21-Jan-50
51/52	--	---	0	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	2	2	2	01-Jan-52
52/53	--	---	0	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
53/54	--	---	0	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
54/55	--	03-Jan-55	20	---	---	20	19	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
55/56	--	---	0	---	---	---	---	---	---	19	17	---	---	---	---	---	---
56/57	80	27-Ago-56	32	---	---	30	25	---	---	---	---	---	---	17	17	17	24-Jan-58
57/58	--	02-Set-57	42	---	---	42	29	---	---	25	15	---	---	---	---	---	---
58/59	--	01-Out-58	30	---	---	40	30	---	---	31	10	5	5	10	8	13	04-Set-59
59/60	--	01-Out-59	27	---	---	33	29	---	---	47	28	5	4	7	6	10	01-Out-60
60/61	--	01-Out-60	34	---	---	36	34	---	---	40	26	5	4	25	21	25	28-Out-61
61/62	--	02-Out-61	36	---	---	38	33	---	---	47	35	5	5	21	14	19	01-Out-62
62/63	--	01-Out-62	37	---	---	40	36	---	---	46	38	5	5	36	31	36	01-Jan-64
63/64	--	18-Mai-64	27	29	29	---	---	---	---	39	34	15	15	31	30	45	01-Jan-65
64/65	--	04-Jan-65	45	21	16	22	19	28	25	---	---	9	9	24	24	33	Nov-65
65/66	--	--- a)	0	---	---	---	---	---	---	---	---	24	24	1	1	25	01-Jul-66
65/66	147	01-Fev-66	49	27	22	27	27	19	19	19	19	---	---	---	---	38	26-Nov-66
66/67	152	02-Nov-66	55	30	25	29	26	22	19	27	27	---	---	---	---	46	09-Nov-67
67/68	--	25-Out-67	60	32	27	33	27	28	27	24	24	---	---	---	---	51	16-Set-68
68/69	194	14-Out-68	59	33	30	34	26	29	26	28	18	---	---	---	---	44	01-Out-69
69/70	152	20-Out-69	64	35	26	34	28	32	25	36	36	---	---	---	---	61	15-Set-70
70/71	--	19-Out-70	57	35	20	30	26	29	25	28	26	---	---	---	---	51	06-Out-71
71/72	--	08-Nov-71	67	33	27	34	28	24	23	25	25	---	---	---	---	49	16-Nov-72
72/73	--	---	64	29	23	30	23	37	32	31	24	---	---	---	---	56	10-Out-73
73/74	141	---	78	47	38	33	27	29	27	29	20	---	---	---	---	47	01-Out-74
74/75	--	---	0	---	---	12	11	40	40	36	34	---	---	---	---	74	17-Set-75
75/76	--	---	0	---	---	---	---	---	---	11	11	---	---	---	---	11	02-Set-76

De aprendiz a cidadão

a) Em 1965/66 os cursos foram reduzidos para dois anos. Os aprendizes do 3º ano foram promovidos a operários em Julho e os do 2º ano foram promovidos em Novembro.

5.2.5. Assiduidade, controle e disciplina

Quando a Escola de Aprendizes se transferiu para o edifício da Escola Camões ficou relativamente distante das oficinas onde os aprendizes recebiam instrução prática. Além disso, ao contrário das instalações anteriores, perfeitamente integradas no parque oficial, a Escola Camões estava situada à entrada do bairro, junto à estrada nacional 10 que liga o Entroncamento a Torres Novas.

Se o território ferroviário tem uma especificidade própria, tal como por exemplo o militar, quase poderíamos dizer uma identidade, a Escola de Aprendizes situava-se

A V I S O Nº. 48

Ficam avisados todos os Aprendizes desta Escola que têm aulas práticas nas Oficinas, que a partir desta data devem gastar 15 minutos, quando muito, no percurso entre aqueles dois locais.

Informar-se ainda que esse tempo vai ficar absolutamente controlado, e para evitar sanções obrigadas a recorrer a sanções, não devem ultrapassar aquele tempo, que está nitidamente folgado.

Entroncamento, 15 de Dezembro de 1961

agora claramente fora desse espaço de identificação. Daí a necessidade de instituir mecanismos especiais de controle dos alunos. O mais importante dizia respeito às deslocções entre a escola e as oficinas, sendo por isso frequentes as ordens de serviço, quer aos alunos, quer aos instrutores, estipulando tempos regulamentares para a referida deslocação e apontando duras reprimendas para aqueles que prevaricassem, nomeadamente para os instrutores que deixassem de comunicar as ausências injustificadas ou os atrasos dos aprendizes.

Este importante dispositivo de controle materializava-se nas folhas de ponto dos instrutores, que serviam naturalmente para descrever o "andamento das matérias e dos trabalhos" e também para registar a presença ou ausência dos aprendizes, devendo ser rubricadas diariamente pelo chefe do grupo oficial.

Todas as saídas ou ausências eram escrupulosamente controladas. Desde a sua fundação que o Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento recrutava o escol dos seus praticantes, quer entre o pessoal da oficina, quer na própria Escola de Aprendizes. A uns e a outros eram concedidas dispensas especiais para se poderem deslocar aos treinos desportivos. Contudo, no caso concreto da Escola, esta dispensa era rigorosamente controlada através de uma lista de autorizados e do registo no ponto dos contramestres.

Os dispositivos de controle instituíam uma forma de quadriculamento que tinha por objectivo a constante visibilidade dos aprendizes na Escola. Por isso a assiduidade dos aprendizes era rigorosamente registada em documentos próprios que pontualmente serviam para determinar a classificação dos aprendizes neste parâmetro. Contudo, a análise de alguns dados disponíveis permite inferir que nem esse controle apertado desmotivava a falta de assiduidade dos aprendizes. Nas pautas consultadas, são raros os aprendizes que na avaliação apresentam nota quatro na assiduidade e frequentes os que apresentam nota zero. Ao contrário do comportamento, em que surge com frequência a nota máxima, a falta de assiduidade dos aprendizes deve ter sido um quebra cabeças constante para a gestão da escola. As “faltas ao serviço” (sic) eram registadas por meios dias ou dias inteiros, como licença sem vencimento, por doença estranha, por doença ao serviço, por falta de mudança de chapa e por suspensão ou multa. O quadro que se segue sintetiza os coeficientes de desconto na assiduidade, a partir do índice 4 que era o valor da classificação atribuída.

Determinação da classificação no parâmetro da assiduidade

Natureza da falta / por dia	Doença ao serviço	Doença estranha	Licença sem vencimento	Falta ao serviço sem justificação
Coefficiente de desconto	0,01	0,03	0,04	0,15

Aplicando estes critérios, se um aprendiz ao longo do ano lectivo tivesse faltado dez dias por doença justificada e faltado outro dia qualquer sem justificação, o desconto era de 0,25, saldando-se a classificação na assiduidade em 3,75.

Para se ter uma ideia mais precisa da assiduidade dos aprendizes, apresenta-se aleatoriamente o ano lectivo de 1968/69 com o cálculo da classificação média neste parâmetro em cada uma das turmas. A turma A do 1º Ano de electricistas era composta por trinta e dois alunos e teve na assiduidade uma classificação média de 3,03. A turma B do 1º Ano de serralheiros, era constituída por trinta e um alunos e obteve uma classificação média na assiduidade de 2,79. A turma A do 2º Ano de electricistas era composta por vinte e oito alunos e obteve a média de 2,33 valores. Finalmente a turma B do 2º Ano de serralheiros obteve uma média de 3,27 valores. Alargando o espectro a outros anos, encontramos valores que indiciam, numa duração mais longa, uma tendência para o decréscimo das classificações na assiduidade, como se pode observar no quadro:

<i>Assiduidade média, 1945/46 – 1974/75</i>							
Assiduidade média	1944/46	1948/49	1956/57	1960/61	1965/66	1970/71	1974/75
1º Ano	3,72	----	3,54	3,71	3,18	2,00	2,37
2º Ano	3,54	3,37	----	3,51	2,72	2,01	2,90
3º Ano	3,27	2,85	3,56	3,67	----	----	----

Que efeitos práticos poderia ter uma assiduidade reduzida na classificação final do aprendiz? Aparentemente eram limitados, dado que a média mínima de 5,5 valores na aptidão profissional, somada a cinco ou seis valores no comportamento, perfaziam a classificação mínima de dez para ter aproveitamento, mesmo com zero na assiduidade. Contudo, ao faltar com frequência, o aprendiz estava a privar-se das aprendizagens que lhe permitiriam obter classificações positivas, quer nas disciplinas teóricas, quer nas práticas. A confirmar esta asserção está o facto de, na maioria dos casos, os aprendizes com zero na assiduidade terem ficado reprovados por não terem obtido 5,5 na aptidão profissional.

Quanto ao comportamento, a partir do valor máximo de seis, eram descontadas com um valor as repreensões registadas e os dias de suspensão com dois valores e meio por dia. A mudança de chapa constituía outro importante dispositivo de controle e a sua falta era penalizada no comportamento com o desconto de 0,1 valores. Como já foi

referido, os aprendizes eram, em geral, rapazes bem comportados. A classificação que predomina neste parâmetro é o nível seis.

A disciplina na escola era rigorosa.²⁷¹ O objectivo era formar operários disciplinados e obedientes e para esse fim se conjugavam diversos factores, desde a figura austera do contramestre José Gonçalves, director da escola, que durante cerca de duas décadas geriu com mão implacável o dia a dia dos aprendizes,²⁷² passando pelos restantes professores e instrutores também naturalmente imbuídos desse mesmo espírito de rigor e de ordem. Um dos episódios mais frenéticos dessa intransigência ou rigor disciplinar terá mesmo dado origem à exoneração do cargo de director da escola daquele que ainda hoje é recordado como uma das suas referências. Determinada classe estava em trabalho de oficinas, após o almoço, por um período de quatro horas, quando três aprendizes repetidamente reiteraram ao contramestre a urgência de ir à casa de banho para satisfação de necessidades inadiáveis. Reiteradamente também lhes retorquiu o instrutor que as houvessem satisfeito no intervalo da hora do almoço e que só após o toque de saída tal necessidade poderia ser satisfeita.

A situação agudizou-se quando os aprendizes em questão se atreveram a satisfazer o que necessitavam, ali mesmo, utilizando sacos de plástico que escorreram para o chão. À saída, temendo as esperadas represálias disciplinares e as respectivas repercussões familiares - dado que qualquer ocorrência de natureza disciplinar devia ser de imediato comunicada aos pais ou tutores -, resolveram pegar na trouxa e abalar em direcção à fronteira. Um deles tinha familiares em França e era esse o destino dos três. Foram apanhados pela guarda civil, já para lá de Badajoz, e entregues à polícia portuguesa que os meteu no comboio a caminho do Entroncamento. Um deles ainda por lá permaneceu uns dias a contas com um interrogatório da PIDE, não fosse haver mais qualquer coisa para lá da fuga de uns rapazes de uma escola. O regresso dos aprendizes à escola coincidiu com o regresso do contramestre à oficina.

²⁷¹ Na amostra do questionário, 34% dos inquiridos consideraram que era uma escola demasiado rigorosa para os jovens de então e 20% consideraram que os professores eram autoritários. (Anexo 18)

²⁷² Segundo testemunhos recolhidos era frequente a coacção física sobre os aprendizes (Ver entrevista II).

Na documentação da Escola de Aprendizizes existe reduzida documentação relativa a actos de indisciplina. Há referências não explícitas, adivinhadas a propósito da classificação que implicava uma fatia relativa ao comportamento do aprendiz, como já se viu, em que se constata a diminuição da classificação nesse parâmetro mas não se explicita o facto que lhe deu origem. Por uma vez, aparece de corpo inteiro o inquérito sobre uma falsificação de assinatura do médico do Posto de Saúde em que estiveram implicados vários aprendizes. Mais uma vez, era um problema de assiduidade. Para faltarem às aulas e poderem justificar as faltas, apresentaram justificativos falsos. A maioria dos prevaricadores foi exemplarmente punida com a demissão.

Caso disciplinar também único, mas provavelmente apenas por ter sido noticiado, é o de um aprendiz que ousou participar disciplinarmente de um instrutor da Escola de Aprendizizes por motivo de agressão. O aprendiz pretendia que o facto fosse reconhecido como acidente em serviço, o que lhe foi negado. Numa escola e numa sociedade onde a obediência e a hierarquia eram valores inquestionáveis, não se esperaria o inverso. Contudo, a curto prazo, o instrutor regressou à oficina.

Não existindo nenhum documento que o mencione, registe-se, por último, um facto de natureza disciplinar muito singular: na Escola de Aprendizizes da Escola Camões, mantivera-se o gosto pelo jardim e pela horta, mencionados nas intenções da memória descritiva e que já haviam feito os desvelos dos professores da escola primária. O chefe de brigada Bagina Miranda, coordenador da escola, costumava premiar com umas horas de agradável trabalho na horta aqueles alunos que obtinham boas classificações e eram os primeiros a entregar correctamente executados os seus exercícios oficinais. Paradoxalmente ou não, os aprendizes disputavam aqueles momentos fora das rotinas da prática oficial e ainda hoje a iniciativa é recordada com encómios.

5.3. O currículo oculto

5.3.1. As frases da semana

Para lá da objectividade das aprendizagens impostas pelo currículo explícito, a educação/instrução dos aprendizes integrou também a interiorização de um conjunto de

Registo para a semana de 1 de 1943

Frases da semana	Discriminações	Colo	Horas
Segunda			
Terça			
Quarta			
Quinta			
Sexta			
Sábado			
Total horas			

Entroncamento de 1 de 1943

Registo para a semana de 2 de 1943

Frases da semana	Discriminações	Colo	Horas
Segunda			
Terça			
Quarta			
Quinta			
Sexta			
Sábado			
Total horas			

Entroncamento de 2 de 1943

normas e comportamentos, "um plano de estudos oculto" ou "a atmosfera moral da escola"²⁷³, considerados indispensáveis na formação dos futuros operários.

²⁷³ Lawrence Kohlberg, *Psicologia del Desarrollo Moral*, Desclée de Brouwer, Bilbao, 1992, p. 27

O instrumento mais visível dessa inculcação aparece consubstanciado num hebdomadário de ocupação do tempo escolar - ele próprio um meio importante de autodisciplina e de medida - e numa extensa lista de pensamentos, as frases da semana,

<u>Conduta. Oficinal</u>	
1.º	Vem o horas para a Oficina, para que com sossegada vistas, deixes o teu armário arrumado na perfeição, e para que estejas no teu lugar ao sinal de pegar trabalho.
2.º	Ser bem educado deve ser o teu primeiro cuidado. Ao chegar à Oficina cumprimenta os teus superiores e colegas.
3.º	Fixa a Frase da Semana, regista-a no teu caderno Oficinal e pensa no seu significado.
4.º	Não abandones o teu lugar sem licença do teu controlo mestre.
5.º	Ao pegar e largar o trabalho dirige-te à chapeiro em boa ordem sem acotovelar os colegas.
6.º	Mantem durante as horas de trabalho o teu lugar na mesma ordem. Os instrumentos de medida dentro do estôjo, os limas e o desenho à direita do tórno de bancada e todas as outras ferramentas à esquerda.
7.º	Aprende a conhecer as tuas ferramentas e depois de te servires delas guarda-as bem limpas na tua gaveta.
8.º	Quando largares o trabalho debes guardar as tuas ferramentas dentro da gaveta e fecha-la à chave.
9.º	Nunca debes fumar.
Observa e conduz-te segundo as disposições oficiais para Aprendizizes.	
Data	Assinatura

que deveriam ser repetidamente registadas pelo aprendiz no caderno oficial e interiorizado o seu significado.

Não existem registos conclusivos que demonstrem a existência desta prática ao longo de todo o tempo de vigência da Escola de Aprendizizes mas os que existem

parecem ser suficientemente representativos. Basta evocar um documento que surge em quase todas as pastas de Desenho dos aprendizes, designado por Conduta Oficial, em que a norma número três remete directamente para as frases e para os seus objectivos de inculcação: "Fixa a frase da semana, regista-a no caderno oficial e pensa no seu significado". Aliás, todo o documento se constitui como um primeiro instrumento de integração e de regulação: a primeira norma refere a pontualidade e arrumação, a segunda a educação e o dever de cumprimentar superiores e colegas, a terceira a frase da semana, a quarta o respeito pela hierarquia, a quinta a boa ordem (sem acotovelar), a sexta a ordem e arrumação no local de trabalho, a sétima a limpeza e arrumação das ferramentas, a oitava a segurança e a nona e última não fumar. Além da materialidade explícita no conteúdo destas normas de conduta oficial, existe uma matriz implícita de conformação para com uma ordem estabelecida de que os vectores principais são a hierarquia, a ordem e a arrumação e limpeza.

Em relação ao diário de ocupação do tempo escolar e às frases da semana, os registos encontrados são intermitentes e não abrangem todo o tempo de vigência da escola. Todavia, como se disse, são significativos bastante para que a partir de tal prática se possa configurar uma "atmosfera moral da escola".

O primeiro registo formal surge num caderno de instrução com exercícios oficiais (uma sebenta de instrutor) com data de 1943. Nos anos da guerra as dificuldades financeiras e a carência de bens de toda a ordem devem ter afectado o fornecimento de papel adequado para os exercícios de Desenho. Daí que instrutores e instruendos, nesses primeiros anos da escola, aproveitassem o verso liso dos mapas de papel quadriculado, já utilizados pelo serviço de estação, para realizar exercícios de

desenho e exercícios oficinais.²⁷⁴ Foi assim produzido este documento. Ali se encontra matriciado o diário escolar do aprendiz, destacando no cabeçalho o espaço reservado para a frase da semana. Podia ter-se tratado apenas de uma intenção mas um registo de um aprendiz de 1944, utilizando a matriz de divisão do tempo escolar e apresentando dezasseis frases, uma por cada semana, demonstra que foi levada à prática. Em paralelo, encontrou-se nos arquivos das oficinas do Entroncamento, com datas de 1946 e 1947, um diário de um aprendiz das oficinas de Lisboa P (que estava institucionalmente ligado à Escola de Aprendizizes do Entroncamento) com uma configuração idêntica do tempo e o mesmo imperativo das máximas propostas embora as frases sejam diferentes.²⁷⁵

Uma nova alusão nos surge em 1948. Numa folha dispersa do hebdomadário escolar de um aprendiz da escola, está reservado o espaço para a frase, embora nessa folha tivesse sido omitido o registo. Em 1955, quando se reiniciaram as admissões na Escola de Aprendizizes, surge uma extensa lista de quarenta e duas frases a titular as folhas do hebdomadário de outras tantas semanas. A série iniciou-se em 3 de Janeiro e concluiu-se em 22 de Outubro. Contudo, numa turma com vinte aprendizes, apenas foi encontrado o registo de um aprendiz com as frases transcritas. No entanto, julgo ser suficiente para demonstrar que a prática se mantinha.

Em 1956/57, a lista do ano anterior aparece-nos completada com mais duas frases, num total de quarenta e quatro, entre 27 de Agosto de 1956 e 27 de Julho de 1957. Foram encontrados registos de dois aprendizes com as frases registadas. Em

²⁷⁴ Nota-se aqui uma sintonia evidente com a campanha "Produzir e poupar" lançada a 17 de Novembro de 1941 pelo ministério da Economia; aliás, numa exposição contra o desperdício realizada pelas CRGEs em 1942, podia ler-se o seguinte cartaz: "O papel ozalid é muito caro: planta sem utilidade não quer dizer papel inútil. Aproveite o verso para outros desenhos." (*Indústria Portuguesa*, nº 170, Abril de 1942, p.31)

²⁷⁵ O anexo 9 reproduz as frases e as observações do diário.

Ano lectivo de 1960/61 - Frases da Semana

Frase	Data (Semana)	Reg./ Ocorr.
1. A escola é a porta que se abre à vida.	17 a 22-10-60	31
2. O vício anula a inteligência.	24 a 29-10-60	30
3. A persistência no estudo conduz-nos a colher os frutos do saber.	31/10 a 5-11-60	30
4. A incerteza é proveniente da falta de saber.	7 a 12-11-60	27
5. O trabalho feito com mão firme é sempre mais rendoso.	14 a 19-11-60	27
6. A firmeza ao homem é tão precisa na mão como no carácter.	21 a 26-11-60	30
7. O homem que se preza aprende quanto pode.	28/11 a 3-12-60	29
8. A honestidade é o mais forte apoio do homem.	5 a 10-12-60	28
9. O êxito compensa o esforço.	12 a 17-12-60	31
10. A instrução orientada é fortuna amealhada.	19 a 24-12-60	31
11. Do erro aproveita a lição que muito aprendes.	26 a 31-12-60	30
12. Pesa e mede o que disseres e fizeres.	2 a 7-1-61	27
13. Respeita o metro como um fruto da ciência.	9 a 14-1-61	32
14. Os homens que admiras nasceram como tu.	16 a 21-1-61	28
15. Os livros e os amigos devem ser poucos e bons.	23 a 28-1-61	30
16. O desenho é a linguagem do técnico.	30/1 a 4-2-61	30
17. Aprende a distinguir o útil do supérfluo e opta pelo melhor.	6 a 11-2-61	31
18. Não guardes para amanhã o que devias ter feito ontem.	13 a 18-2-61	30
19. Escuta com calma a voz da razão.	20 a 25-2-61	30
20. O homem torna-se mais forte sendo hábil do que musculoso e inapto	27/2 a 4-3-61	28
21. A vaidade deslumbra mas cega quem a irradia.	6 a 11-3-61	30
22. Não olhes com desdém o que é frágil e pequeno.	13 a 18-3-61	30
23. O trabalho é lei suprema.	20 a 25-3-61	31
24. O trabalho como a música deve ser executado com ritmo.	27/3 a 1-4-61	28
25. A missão do operário é desenvolver ao máximo os recursos da sua profissão.	3 a 8-4-61	29
26. Busca no trabalho a alegria de viver.	10 a 15-4-61	31
27. É mais saboroso o pão proveniente do nosso trabalho.	17 a 22-4-61	30
28. O tempo e o dinheiro não devem ser esbanjados.	24 a 29-4-61	30
29. É instruindo-se que o homem pode ultrapassar os limites da banalidade.	1 a 6-5-61	30
30. A prosperidade de uma nação caminha com a cultura do seu povo.	8 a 13-5-61	29
31. Um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar.	15 a 20-5-61	30
32. Trabalha mais e melhor, pensa no futuro e serás homem.	22 a 27-5-61	30
33. Os frutos da escola são mais saborosos a quem os souber colher.	29/5 a 3-6-61	30
34. Não só és responsável pelo mal que fizeres como pelo bem que deixares de fazer.	5 a 10-6-61	29
35. Mede cem vezes e corta uma só.	12 a 17-6-61	29
36. Ao homem de bem nunca a verdade o irrita.	19 a 24-6-61	28
37. A verdade é a lâmpada que alumia a consciência.	26/6 a 1-7-61	31
38. Mais e melhor.	3 a 8-7-61	31
39. O aprendiz de Portugal não sabe cortar e já quer coser.	10 a 15-7-61	31
40. Espírito são num corpo são.	17 a 22-7-61	31
41. A educação é a melhor herança que um pai pode deixar a seus filhos.	24 a 29-7-61	31
42. Tempo é dinheiro.	31/7 a 5-8-61	30
43. Muito vence quem se vence a si próprio.	7 a 12-8-61	31
44. Muito diz quem não diz tudo.	14 a 19-8-61	31
45. A necessidade é mestra do engenho.	21 a 26-8-61	30
46. A verdade é um sol que vence as nuvens ficando por fim descoberto.	28/8 a 2-9-61	20
Número de aprendizes da turma - 36 Nº médio de frases por aprendiz - 42,7	Número de aprendizes com frases registadas - 32 Nº de aprendizes com todas as frases registadas - 11	

1960/61, surgem registadas quarenta e seis frases entre 17 de Outubro de 1960 e 2 de

Setembro de 1961. Numa turma com trinta e seis aprendizes, trinta e dois registaram as frases da semana com uma média de 29/30 registos por frase e de 42,7 frases por aprendiz. Onze aprendizes registaram o pleno da lista.

A frieza dos números permite o confronto com a exiguidade dos anos anteriores e dos que se seguiram. De facto, em 1963 surge apenas um registo disperso de cinco frases que, para além de provar que as frases ainda existiam, contém também duas novas frases. Finalmente, em 1965, surgem registos nos cadernos de dois aprendizes, um com trinta frases e outro com catorze, entre 4 de Janeiro e 10 de Setembro. Também aqui surgem duas frases que não figuram na lista de 1960/61 embora, paradoxalmente, uma delas tenha emergido já, por uma vez, na lista de 1944, e da outra se falará mais adiante. De 1965 em diante não se encontraram quaisquer registos das frases.²⁷⁶ Todavia, continua a existir nos cadernos dos aprendizes a transcrição das normas de Conduta Oficinal onde se faz referência às frases e, no questionário proposto aos antigos aprendizes, alguns (17%) reconheceram recordar-se das frases.

Pelo meio ficam por esclarecer interrogações pertinentes: a disparidade nos registos encontrados ficou a dever-se aos acasos da história que só nos deixou ter acesso a uma parcela dos testemunhos, tendo-se perdido os restantes, ou não houve, de facto, mais aprendizes a registar as frases? A abundância de registos em 1960/61 resulta desses acasos ou, pelo contrário, corresponde a um período fértil na aceitação pelos aprendizes do articulado e dos propósitos das frases da semana ou a uma proposta mais insistente por parte do instrutor? Por outro lado, o aparecimento das frases é um dado espontâneo e disperso, resultante apenas da iniciativa do contramestre que ministrava a disciplina de exercícios oficinais aos aprendizes do primeiro ano ou, pelo contrário,

²⁷⁶ Terão, provavelmente, deixado mesmo de existir com a saída do contramestre José Gonçalves da Escola de Aprendizizes.

estava inserido numa estratégia global, numa acção concertada dos processos de inculcação dos ideólogos do Estado Novo ou, ainda, foi o resultado de alguma influência ou moda vinda do exterior?



Oficina de serralharia da Escola de Aprendizes do Centro de Formação da Fernave, Agosto de 2001. Esta frase resiste, há anos, como testemunha de um hábito desaparecido

O arranque da Escola de Aprendizes do Entroncamento e a subsequente utilização estratégica das frases da semana situam-se numa fase da política educativa do Estado Novo definida por António Nóvoa “pela tentativa de edificação da escola nacionalista, através de um esforço sistemático de inculcação ideológica e de doutrinação moral”.²⁷⁷ No período anterior, ainda na “contra-reforma educativa”²⁷⁸, em anexo ao decreto 21014 de 19 de Março de 1932, o ministro Cordeiro Ramos fez publicar um conjunto de máximas que visavam a instituição de “uma apertada malha de controlo ideológico e

²⁷⁷ António Nóvoa, “A Educação Nacional...”, p.p.178-179

²⁷⁸ António Reis, “A política de ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização”, in *Portugal Contemporâneo*, vol.IV, Alfa, Lisboa, 1991, pp. 272-273

de difusão dos novos valores autoritários”.²⁷⁹ Para as escolas técnicas e para os liceus, um outro decreto (nº 21530 de 26 de Julho de 1932) estabelecia um conjunto de “assuntos” a versar em quadros educativos que deviam ser afixados nas escolas. O objectivo era “incitar os alunos, pela exemplificação gráfica de preceitos morais, ao cumprimento dos princípios de solidariedade humana e ao culto da bem compreendida grandeza da Nação”.²⁸⁰ Deve acrescentar-se, contudo, que os referidos assuntos deviam ser separados “consoante o grau e índole das escolas”, estando já assentes os assuntos relativos aos quadros a distribuir pelas do ensino técnico profissional. A pontualidade e o método, a harmonia entre patrões e operários, a valorização das profissões operárias, a importância da actividade técnica no progresso, o respeito pela grandeza da Nação e o culto das suas tradições, monumentos e riquezas, as consequências das boas ou más condutas, a família como base da organização social, enfim, máximas que fossem reveladoras dos ideais patrióticos, eram os assuntos que deviam inspirar os quadros para afixar nas escolas técnicas.

Guy Dumez, na sua tese sobre o Centro de Aprendizagem das Minas de Potássio da Alsácia, reportando-se ao período de ocupação nazi, com datas de 1942 e 1943, refere que “o controlo dos espíritos passava igualmente pela repetição incessante

<i>Centro de Aprendizagem das Minas da Alsácia</i>	<i>Escola de Aprendizizes do Entroncamento</i>
Que te tomes grande, pouco importa, mas é essencial que te tomes verdadeiro.	Ao homem de bem nunca a verdade o irrita.
Basta acreditar em alguma coisa para que tal se realize.	Muito vence quem se vence a si próprio.
Necessidade e engenho valem mais que pão branco no estrangeiro.	A necessidade é mestra do engenho.
O mais importante na vida não é a realização dos desejos mas a dos deveres.	Cumpe o teu dever sem te importares se os outros cumprem o seu.
A Pátria pode exigir todos os sacrifícios.	Ama a tua Pátria acima de todos os credos.

²⁷⁹ António Reis, “A política de ensino...”, p. 273

²⁸⁰ M. Calvet de Magalhães, *Escolas Técnicas*, nº 31, 1963, p. 98

de “slogans” moralizadores ou patrióticos erigidos em frases da semana e colocados na exerga de cada página hebdomadária do caderno (do aprendiz)”.²⁸¹ E, se na escassa dúzia de frases encontradas por aquele investigador, não existe nenhuma literalmente idêntica às nove dezenas aqui recenseadas, já o mesmo se não pode afirmar se considerarmos o conteúdo ideológico, de teor nacionalista e moralizador, e a forma proverbial e apologética das máximas propostas. Aliás, o professor Calvet de Magalhães já afirmara que a “técnica de utilizar pensamentos e difundi-los adequadamente pelo estabelecimento de ensino, muito utilizada na Alemanha, e nalguns casos, por quadros móveis (em cada oficina ou disciplina, o aluno tem que meditar sobre um pensamento afixado semanalmente), representa um pormenor de organização escolar que não deixa de ter salutareos efeitos educativos, se for devidamente motivado e actualizado.”²⁸² Parece, portanto, que as frases da semana tinham antecedentes.

A principal característica deste conjunto de frases da semana é a sua permanência no tempo. Foram sendo reeditadas como se a realidade social a que se reportam se tivesse mantido imutável ao longo dos anos. A lista mais completa, as quarenta e seis frases de 1960/61, ainda integra quase todas as frases de 1944 e já contém as de 1965. Curiosamente, na amostra escassa de 1963 surgem, como já notámos, duas frases novas, tal como na de 1965, o que de modo algum permite alterar o sentido da perenidade ou imutabilidade do conjunto das frases.

Para se poder estabelecer alguma comparação entre as diversas listas de frases, foi-lhes atribuída uma numeração de acordo com a sua ordem cronológica dando origem a uma lista única em duas séries contendo todas as frases (Série I, Anexo 9 e Série II, anexo 10). A primeira série foi elaborada a partir do diário do aprendiz das oficinas de Lisboa P e a ele fica circunscrita; a segunda série é constituída pelas frases recenseadas

²⁸¹ Guy Dumez, *Le Centre d'Apprentissage des Mines de Potasse d'Alsace*, M.D.P.A., Wittelsheim,

na Escola de Aprendizizes do Entroncamento. No quadro da segunda série foram abertas entradas para as datas e foram lançadas as ocorrências, por forma a perceber-se a continuidade ou a inovação na evolução das frases da semana. O processo é naturalmente aleatório uma vez que uma frase dada pode ter sido objecto de inculcação e ter-se perdido o seu registo. De qualquer modo, o método permite-nos esboçar um termo de comparação entre os anos com frases registadas (Anexo 10).

Neste esboço de comparação ficou excluída a lista das frases do aprendiz de Lisboa P (Anexo 9), não apenas por não pertencer à escola, mas, também, por a tipologia diferente aconselhar que fosse tratada separadamente. Além disso, o seu registo separado permitiu valorizar importantes ocorrências no diário. De facto, em nota de rodapé, surgem observações que nos permitem reconstituir o quotidiano do aprendiz nas oficinas, bem como as suas vivências psico-sociais e a evocação de outros factos que se entrecruzam nessa memória. São referidos amiúde problemas de saúde que obrigam o aprendiz a solicitar dispensa do serviço ou a despendar dias de licença para ir ao médico, referências feitas em tom desprendido e quiçá amargo, como desencantada e amarga é a referência aos "miseros" primeiros dias de férias pagas que a Companhia lhe concedeu. Mais positivas e esclarecedoras da vivência sócio-profissional e mesmo política nesse Portugal do pós-guerra (o diário, recorde-se, é de 1946 e 1947) são as referências a acontecimentos e celebrações como a evocação do 31 de Janeiro, "feriado por homenagem aos primeiros heróis da liberdade", da descoberta do Brasil, "hoje terra Republicana, Próspera e Civilizada" ou do dia 1 de Maio, "feriado em homenagem àqueles cuja dedicação e sacrifício contribuíram para o benefício da classe mais desprezada e digna: a classe operária". A onda de esperança na democratização do país que se viveu em Portugal logo a seguir ao final da guerra e à derrota dos regimes

fascistas parece sentir-se na leitura libertária que o nosso aprendiz faz de alguns acontecimentos. Também passa constantemente pelo diário a referência à frequência de uma escola (industrial) por parte do aprendiz. Aliás, no final, parece poder deduzir-se que o seu pedido de demissão ficou a dever-se a uma dupla incompatibilidade, entre a saúde e a oficina e entre a oficina e a escola.

Quanto às frases, foram integradas no conjunto para uma tentativa de análise de conteúdo. Consideradas isoladamente, facilmente se podiam seriar três ou quatro categorias fundamentais: a disciplina, a ordem e a pontualidade, a hierarquia e a obediência, o trabalho e, sobretudo, a higiene e a saúde. Um quinto das frases deste aprendiz, que era sem dúvida um homem doente, respeitam a questões de saúde e de higiene.

Uma distinção relevante entre as duas séries de frases é o nível de configuração da realidade. Cerca de metade das frases do aprendiz da oficina reportam-se directamente à oficina, a comportamentos e posturas dentro da oficina. Sugerem-nos como que uma configuração micro, isto é, descrevem morfologicamente o comportamento do operário, quer em relação ao espaço físico e aos objectos - local, bancadas, ferramentas -, quer em relação ao tratamento com os superiores e os iguais. As frases da escola não remetem directamente para o espaço oficina ou para a relação oficial. Propõem-nos um nível de configuração que poderíamos designar macro, menos condicionado pela empresa e pela profissão e mais vinculado à sociedade e à posição, isto é, aos valores considerados desejáveis na condição social do operário. Como escreveu Paula Silveira, configurando a mesma realidade através da utilização de outros objectos de análise, "o ideal expresso é o de uma sociedade de formigas, iguais perante a lei, extremamente bem organizada, com tudo nos seus lugares, tudo com

ordem, um tempo para cada coisa, um lugar para cada coisa, de pessoas muito trabalhadoras, úteis ao país, fraternais, bem integradas nos seus deveres para com os seus grupos de pertença – família, escola, profissão – e para com a pátria.”²⁸³

Na análise de conteúdo de todo o conjunto das frases realizei uma categorização preliminar, registando as ocorrências e as frases pertinentes. Seguidamente, pela eliminação de redundantes, foi estabelecido um quadro de categorias e subcategorias e foram registadas as ocorrências e anotadas as frases. A ordem de inscrição no quadro obedeceu à contagem das ocorrências em cada uma das categorias estabelecidas. Em absoluto, isto é, se considerássemos a especificidade de cada subcategoria e as respectivas ocorrências, poder-se-iam realizar outras leituras.

Do exercício realizado se pode concluir que o maior esforço de inculcação se dirige para a área de higiene e saúde. Para além do contributo já referido das frases do aprendiz de Lisboa P, pode afirmar-se que o asseio é uma das preocupações mais presentes nos objectivos das frases da semana. A passagem da ruralidade à vida urbana, caracterizada por formas de habitação concentrada, implicou práticas sociais novas, nomeadamente as que se referem à higiene e ao corpo. As frases testemunham isso.

Em segundo lugar é apontada a relação com os outros. A vida rural é uma vida isolada; pelo contrário, a vida urbana e os lugares oficiais são áreas de grande coabitação e por isso se impunha desenvolver novas práticas de sociabilidade, marcadas pelo altruísmo, pelo dever de cumprimentar e pela gestão ordenada dos grupos. No fim de contas, a escola e a empresa deveriam ser para o aprendiz novas famílias onde a relação com os superiores deveria ser de respeito e obediência (como era devido na família aos pais e aos mais velhos) e a relação com os iguais deveria ser de altruísmo e solidariedade (como na família a relação fraterna com os irmãos).

²⁸³ Paula Silveira, “Os valores do quotidiano no Estado Novo : ruptura ou continuidade?” In *O Estado*

Frases da semana

Análise de Conteúdo Categorização e Codificação - Eliminação de redundantes

Categorias	Sub-categorias	Ocorrências	Frases
1. Qualidades morais	1.1. Correção 1.2. Moderação 1.3. Modéstia 1.4. Verdade 1.5. Honestidade 1.6. Cumprimento do dever 1.7. Firmeza 1.8. Racionalidade 1.9. Poupança 1.10. Sem vícios 1.11. Esforço 1.12. Felicidade melhor que riqueza 1.13. Nacionalismo	***** **** *** *** *** ** ** ** * * * * *	8.R.36.R.40. 30.R.53.83. 62.63.84. 78.79.88. 49.82.90 20.R. 47.91. 60.89. 35. 43. 50. 81. 92.
2. Qualidades físicas	2.1. Gestão do tempo 2.2. Arrumação 2.3. Medida e rigor 2.4. Pontualidade 2.5. Sentido prático 2.6. Habilidade	***** ***** ***** ** ** *	14.R.32.R.59.70.86. 9.R.10.R.11.73. 12.R.13.R.54.77. 1.R. 58.87. 61.
3. Educação/ Instrução	3.1. Valor da escola 3.2. Educação como um fim 3.3. Saber especializado 3.4. Persistência no estudo 3.5. Não saber é incerteza 3.6. Aprender quanto pode 3.7. Aprender pelo erro 3.8. Poucos livros e poucos amigos 3.9. Valor do desenho 3.10. Educação física	***** *** ** * * * * * * *	42.51.71.72.75.85. 31.R.R. 33.R. 44. 45. 48. 52. 56. 57. 80.
4. Trabalho	4.1. Gosto pelo trabalho 4.2. Valor do trabalho 4.3. Firmeza no trabalho 4.4. Dignidade da condição operária 4.5. Ritmo no trabalho 4.6. Missão do operário	***** ***** * * * *	15.R.17.R.18.R.41.68. 16.R.65.69.74. 46. 64. 66. 67.
5. Higiene e saúde	5.1. Asseio 5.2. Saúde e felicidade 5.3. Ar puro 5.4. Aprender a viver	***** ** * *	22.R.23.24.R.25.26.R.27.R 21.R. 28. 34.
6. Relação com os outros	6.1. Altruísmo 6.2. Cumprimentar 6.3. Ordem (sem acotovelar)	***** ** *	29.R.R.37.R.38.R.39.76. 2.R. 5.
7. Hierarquia	7.1. Respeito pelos superiores 7.2. Obediência	***** ****	4.R.6.R.7. 3.R.19.R.

(Elaborado a partir de L' ÉCUYER, 1990, BARDIN, 1979 e ESTRELA, 1984)

Obs.: 29RR significa três ocorrências da frase nº 29; 37R significa duas ocorrências da frase nº 37

2 - Embora algumas frases pudessem ser classificadas em mais do que uma categoria ou subcategoria, optou-se por simplificar mantendo a que parecia mais representativa.

A seguir surge a promoção do trabalho. O gosto pelo trabalho, o valor do trabalho como garantia da sobrevivência honrada e digna, “o pão mais saboroso”, a firmeza, o ritmo, a missão do operário e a dignificação da sua condição, são os ingredientes essenciais desta inculcação. Associados ao trabalho também são referidos a poupança, o método e a boa gestão do tempo. Mesmo que haja pobreza, se houver trabalho, poupança e método, não haverá miséria nem revolta. Não haverá desordem. No fundo, tratava-se de promover um dos valores essenciais na categorização ideológica do Estado Novo e travar à partida qualquer veleidade de transgressão da ordem social estabelecida. Tratava-se, é bom não esquecer, de formar para o trabalho jovens oriundos do mundo do trabalho. A Escola não podia correr o risco de deixar assomar na mente de qualquer aprendiz uma réstea de possibilidade de ascensão social, uma veleidade de mobilidade vertical que seria sempre considerada como factor de transgressão. Tal como o pó para os cristãos (lembra-te que és pó...) lhes lembra constantemente a fugacidade da condição humana à qual ninguém se pode eximir, também a evocação do trabalho, da sujeição ao trabalho, foi constantemente utilizada pelos regimes totalitários como forma de refrear eventuais possibilidades de transgressão da ordem social que os sustinha.

Estabeleci em seguida duas categorias aleatórias que designei por qualidades morais e qualidades físicas. É evidente que o altruísmo na relação com os outros ou o respeito pelos superiores constituem igualmente qualidades morais mas, pela sua especificidade, decidi mantê-las em categorias autónomas dado que assim melhor poderão contribuir para a construção de um perfil ideal do operário a formar. Na grelha construída constata-se um certo equilíbrio entre as qualidades morais e as qualidades físicas enquanto objectivos de formação. A correcção, ou seja, uma postura de atitudes consideradas correctas, bem como a gestão do tempo, a arrumação, a medida e rigor são

as qualidades com maior número de citações nas frases. Também a moderação, a modéstia, o amor pela verdade e a pontualidade são citadas de forma plural.

Na cadeia hierárquica o respeito pelos superiores e a obediência são referidas em equilíbrio de ocorrências. “Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre...”. Podíamos acrescentar, na empresa, o chefe é o patrão ou o encarregado que para todos os efeitos o substitui. O dever de obedecer e o respeito pelos superiores configuram, em lugar destacado, sobretudo no corpo das frases do aprendiz da oficina, o perfil desejado do operário a formar.

Finalmente, é diversificado o papel atribuído à escola e à educação, ao saber e ao estudo, entendidos como uma outra forma de trabalho – o dever de trabalho para os jovens – e, portanto, a única forma digna e lícita de aumentar o bem-estar individual, aos livros (que devem ser como os amigos, poucos mas bons), ao desenho e à educação física, que constituíam referenciais importantes na formação do aprendiz. Todos estes itens são objecto de citações dispersas mas significantes no encadeamento das frases da semana.

Do ponto de vista morfológico e linguístico, também me parece pertinente alinhar algumas reflexões. A primeira série das frases, referente ao aprendiz das oficinas de Lisboa P, afirma-se sobretudo pelo sentido apelativo proposto a partir da utilização do verbo no infinito: vir a horas, ao chegar, não abandonar, ao pegar e largar, pedir licença, aprender, manter, não tocar, fazer bem...As frases que divergem desta configuração são matriciadas em geral na fórmula do adágio popular: "Mal te aconselha quem do trabalho te afasta", "o prazer no trabalho aperfeiçoa a obra", "fazer bem e não olhar a quem"...

Na segunda série de frases, respeitante aos aprendizes da escola, o sentido apelativo é configurado preferencialmente a partir do imperativo do verbo: Pesa e mede, respeita o metro, busca no trabalho, trabalha mais, mede cem vezes... Também se utiliza

a frase proverbial, afirmativa e conclusiva, como forma de impor um conteúdo e um significado.

Outra referência pertinente diz respeito à repetição das frases ocorrida na primeira série. Num total de setenta e três ocorrências existem vinte e oito frases repetidas uma vez e duas frases repetidas duas vezes. Poder-se-á sempre considerar que, havendo calendário e estando esgotada a lista das frases, foi necessário por isso repeti-las. Contudo, também podemos inferir, pela repetição, uma intenção implícita de inculcar mais um conteúdo ou ideia. Na contagem das ocorrências considerei a repetição como se de nova frase se tratasse, isto é, não ignorei a ocorrência. Paradoxalmente, na segunda série das frases, não há frases repetidas. Parece que na Escola de Aprendizizes nunca faltou a inspiração para propor em cada semana uma nova frase. Repetem-se, como vimos, de ano para ano, mantendo-se a lista praticamente inalterável ao longo dos anos. A repetição das frases na oficina poderá justificar-se pelo facto de o destinatário se manter por um período relativamente longo e por isso existir maior continuidade na relação individual através da qual as frases se transmitem. Na Escola, pelo contrário, as frases constituíram uma prática apenas utilizada em relação aos aprendizes do primeiro ano e, portanto, durante um período de tempo mais reduzido. No ano seguinte haveria novos destinatários e a comodidade de poder reutilizar as frases.

Globalmente, pode considerar-se abundante (com noventa e duas frases recenseadas) e rico de conteúdo o articulado das frases. Não se tratando de normas disciplinares ou sequer de conduta, implicavam contudo o controlo do corpo e da mente dos aprendizes, desde as posturas físicas à moderação no falar, a assiduidade e o cumprimento dos horários (neste caso secundadas por normas e determinações explícitas, como várias notas internas que determinavam o tempo de quinze minutos para a deslocação entre a escola e as oficinas), o dever de cumprimentar e, sobretudo, a preocupação de manter a ordem, a higiene pessoal, a arrumação e a limpeza das bancadas de trabalho.

5.3.2. As frases da semana e o ideário do Estado Novo

Falar do que está presente implica reparar no que está ausente. Os valores "Deus, Pátria, Família, Trabalho e Autoridade", conjunto de referências ideológicas comumente aceites para balizar ideologicamente o Estado Novo, não se revêem, pelo menos globalmente, nos referenciais propostos nas frases da semana. Aflora implicitamente em numerosas frases o valor da Autoridade no seu sentido mais imediato que é a relação hierárquica, cita-se a Pátria na derradeira e de certo modo alienígena frase da lista, evoca-se insistentemente o valor do Trabalho, mas nem Deus nem a Família foram nomeados no vasto articulado das frases. Tratando-se da socialização de rapazes em geral oriundos dos meios rurais, destinados a integrar o meio operário (e nada mais do que isso), não se vislumbra nas frases da semana uma preocupação de inculcar valores político-ideológicos, dado não se pretender a socialização das elites. Contudo, existem alguns "assuntos" que estão presentes nas máximas propostas, quer para as escolas técnicas, quer para a Escola de Aprendizes. A pontualidade e o método, a importância das actividades técnicas, a valorização da condição social do operário e as consequências da boa ou má conduta, são conteúdos que se identificam como comuns às duas realidades. Parece óbvio que o esforço de socialização pela escola, materializado nos quadros afixados nas escolas técnicas ou veiculado pelas frases da semana, tinha por objectivo "a aquisição de conhecimentos específicos dos papéis que estão directa ou indirectamente enraizados na divisão do trabalho"²⁸⁴, legitimada através de proposições simples e rudimentares.

Talvez uma excepção ao que se acabou de caracterizar seja a última frase na cronologia da lista, já configurada como um sinal dos tempos. "Ama a tua Pátria acima de todos os credos" já não é um lugar comum proverbial ou um pensamento franciscano consensualmente aceite. Esta exortação imperativa, para além do apelo anacrónico ao nacionalismo, deixa já transparecer a existência de "credos" concorrentes ao credo único da ditadura. Mostra-nos também que os aprendizes dos anos 60, provavelmente, já não eram aqueles rapazinhos aldeãos a quem era necessário ensinar a lavar as mãos antes de

²⁸⁴ Peter Berger e Thomas Luckmann, *La construction sociale de la réalité*, PUF, Paris, 1986, p.188

comer e a esfregar os dentes antes de ir para a cama. A evolução da escolarização dos candidatos aprovados no exame de admissão e admitidos desde o início da década de 1960 indicia uma significativa mudança qualitativa no perfil sócio escolar dos aprendizes. Aquela frase da semana, por um lado, autodefesa do regime disparando em todos os sentidos, veio confirmar-nos, por outro lado, que o público da escola tinha evoluído qualitativamente e que os tempos eram de mudança.

A partir da análise de conteúdo a um conjunto de fontes constituído pelos livros da instrução primária utilizados entre 1820 e 1968, Paula Silveira erigiu um modelo de interpretação que essencialmente se consubstancia numa lista de categorias e referências morais semelhantes àquelas que são propostas nas frases da semana. O respeito pela autoridade e o dever de obediência, o trabalho, a poupança, a instrução, a gestão do tempo, o método, os preceitos de higiene e asseio corporal são os valores detectados pela autora como referenciais da inculcação a realizar pela escola primária. Todavia, a conclusão mais inesperada que resulta daquela análise é a de que, a este respeito, o Estado Novo “não teve necessidade de inventar nada, não precisou de semear. Pelo contrário, ele limitou-se a colher os frutos bem maduros os quais... eram parte integrante das linhas de pensamento do século anterior”.²⁸⁵ Dito de outra forma, o Estado Novo limitou-se a configurar numa matriz autoritária um conjunto de referenciais ideológicos característicos da “cosmogonia liberal”²⁸⁶ que já estavam presentes nos pressupostos de inculcação da escola primária oitocentista e republicana.

Na Escola de Aprendizizes, a existência das frases da semana insere-se numa estratégia pedagógica que resulta do convencimento por parte das autoridades escolares da importância e do papel da escola, não apenas para a aprendizagem de conhecimentos técnicos mas também para a aprendizagem de conhecimentos comportamentais, isto é, como agência de formação moral. As frases visavam a aquisição de conhecimentos, atitudes, posturas e capacidades de integração dos jovens na ordem estabelecida na empresa e na sociedade. Quando se diz “os homens que admiras nasceram como tu”

²⁸⁵ Paula Silveira, “Os valores do quotidiano...”, p. 306

²⁸⁶ Paula Silveira, “Os valores do quotidiano...”, p. 319

(frase nº 55) perspectiva-se uma realidade afirmada como perfeita (os homens que admiras), por isso a preservar e a manter e, por outro lado, ao encurtar a distância entre o ideal e o real, suscita-se a adesão e a identificação com essa realidade.

O operário a formar na perspectiva das frases da semana deveria ser um homem asseado, disciplinado e obediente, respeitador dos superiores e solidário com os iguais, honesto, poupado e sem vícios, abnegado no trabalho e amante da ordem, enfim, afirmado na dignidade da sua condição operária. O trabalho, afirmado como "a lei suprema", é promovido em mais de dezena e meia de frases. Não se pode viver sem trabalhar. É a garantia da sobrevivência honrada, "o pão mais saboroso", da alegria e da felicidade. Em relação com o trabalho também se valoriza a poupança e a boa medida do tempo e, sobretudo, a instrução e a escola, "a porta que se abre à vida". No fim de contas, como já observámos, tratava-se de formar jovens oriundos do mundo do trabalho para os manter no mundo do trabalho.

5.4. Os espaços e os tempos da escola

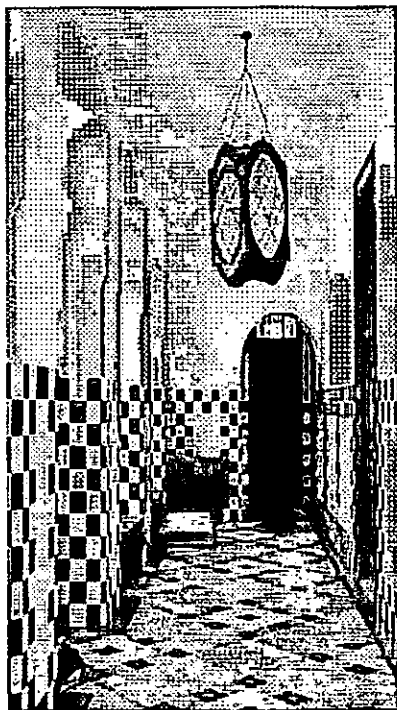
A Escola de Aprendizes da CP no Entroncamento foi inquilina de três edifícios: iniciou-se nas dependências da Central Eléctrica, transitou depois para a Escola Camões e, finalmente, estabeleceu-se por direito próprio no Centro de Formação da CP. Em qualquer das situações, a instrução prática foi fundamentalmente a prática oficial, realizada em contexto de trabalho no parque oficial da CP.

É difícil reconstituir a "liturgia académica" a partir do que hoje resta no interior da antiga Central Eléctrica. Há recantos cheios de pó e sucata onde se cruzam memórias e se recorda que aqui estavam os estiradores onde aprendíamos o desenho.

Deve ter sido dolorosa a convivência dos aprendizes com um enorme gerador a diesel que arrancava sempre que era necessário para produzir a energia eléctrica indispensável ao serviço da estação e das oficinas. Para além de restos de estiradores partidos, ainda se vêm nas paredes as sombras das bancadas que outrora serviram a prática simulada dos aprendizes do primeiro ano. Embora já não haja vestígios, também se podem adivinhar num outro canto as carteiras baixinhas onde os

aprendizes estudavam aritmética e geometria, álgebra ou tecnologia. Contudo, estão ainda perfeitamente demarcados os espaços proibidos aos aprendizes, as dependências onde de todo em todo não podiam entrar. Para além das configurações de poder que se estabelecem na delimitação e hierarquização dos espaços escolares ou outros, é inteligível a demarcação desses espaços na antiga Central a partir da natureza funcional do edifício. Eram ali produzidos uns largos milhares de kilowatts por dia e não consta que tivesse havido algum acidente com os aprendizes. Como já se afirmou, a Escola de Aprendizes sediada na Central Eléctrica apresentava a vantagem de enquadrar a aprendizagem no centro das práticas oficinais, não apenas porque as oficinas eram contíguas, mas também porque a própria central se constituía como uma oficina.

A mudança para a Escola Camões, se por um lado se impôs pelo avolumar do estatuto e da importância da aprendizagem, por outro, privou-a dessa vizinhança mais propícia à socialização operária dos aprendizes. Ali os espaços escolares aparecem-nos configurados de uma forma mais precisa, apesar das ocupações posteriores do edifício.



*Escola Camões, rés do chão,
corredor à esquerda do hall*

A realização das obras de adaptação, após a saída da escola primária, consistiu na substituição do pavimento do rés do chão e na conversão de duas moradias no primeiro andar em salas de aula. Genericamente, pode dizer-se, de acordo com o memorando que acompanha a estimativa das obras a realizar e com o testemunho de aprendizes que a frequentaram, que no rés do chão, com espaços mais amplos e mais acessíveis, ficaram instaladas as salas oficinais, a oficina de serralharia, preparada para quatro turmas de vinte alunos cada uma, e a oficina de máquinas e ferramentas, com capacidade para quatro grupos

de dez aprendizes. No primeiro andar, foram eliminadas duas residências cujas dependências foram transformadas em salas de aulas teóricas. A sala de desenho, no dizer do professor Armando Lopes, era uma sala ampla e acolhedora. Quanto às restantes, sediadas nos antigos quartos das habitações, foram concebidas para albergar turmas de vinte aprendizes, embora no testemunho daquele antigo professor, tivessem chegado a comportar quase o dobro. Além disso, eram quartos soalheiros, certamente aprazíveis para quem descansa, mas inadequados para a escola, à luz dos princípios que Cottinelli Telmo enunciara na memória descritiva. O ritmo ascendente das admissões inviabilizara as instalações da Central Eléctrica e parecia também ser incomportável para as instalações da Escola Camões.

Por isso se entendem bem as palavras do professor Lopes quando afirma que a transferência para as novíssimas instalações do Centro de Formação foi uma mudança, "como da noite para o dia". Tratou-se de construir de raiz, para a formação dos quadros operários, um complexo escolar que, ainda hoje, trinta anos depois, pode ombrear com qualquer comparação congénere, a ponto de recentemente se ter instalado, em parte das suas dependências, o Instituto Superior de Transportes.

Do mobiliário escolar, os vestígios que restaram são difusos e condicionados pela subjectividade conformada dos actores aos padrões de normalidade da época. Por outro lado, a representação optimizada que se infere das instalações do Centro de Formação da actual Fernave não pode ser objectivamente assumida para descrever e caracterizar o percurso anterior da Escola de Aprendizes. Salas espaçosas, bem iluminadas e arejadas, com mesas individuais, quadro verde, mesa do professor ao mesmo nível dos alunos, equipadas com todos os acessórios necessários ao trabalho pedagógico, nomeadamente, com os meios audio visuais indispensáveis, não podem ser apresentadas como elementos representativos do dia a dia escolar nas instalações anteriores.

Na Central Eléctrica, edifício com dois pisos, cave e rés do chão elevado, a escola ocupava, apenas, dependências ao nível do rés do chão, dado que se situavam na cave o posto de transformação e a central distribuidora de energia dos quais se não

podiam aproximar os aprendizes. Além das bancadas para a prática oficial, existiam carteiras duplas alteadas, semelhantes às utilizadas comumente no ensino primário. Para o desenho já existiam estiradores. Na Escola Camões, herdou-se o mobiliário da escola primária, necessariamente adaptado. Carteiras duplas que foram alteadas, estiradores na sala de desenho, mesa do professor sobrelevada num estrado, quadro preto, mapa de Portugal na parede, uma outra herança da escola primária. Curiosamente, da escola primária não foi herdado o crucifixo nem o retrato dos governantes. Todos os testemunhos recenseados foram peremptórios a negar a existência de tais adereços na Escola de Aprendizizes. Aliás, como se pode testemunhar na lista das frases da semana, parece ter existido na Escola de Aprendizizes o culto de uma atitude laica, para não dizer mesmo anticlerical.²⁸⁷

Os tempos da Escola de Aprendizizes eram diariamente ritmados pelo horário de funcionamento da escola e pelo calendário escolar. Tratando-se de uma escola operária, o horário dos aprendizes era idêntico ao horário de trabalho dos operários. Aliás, as faltas dos aprendizes às actividades escolares eram frequentemente designadas como faltas ao trabalho. As aulas começavam às oito horas da manhã, de verão ou de inverno, havia interrupção ao meio dia para o almoço, e reiniciavam-se às treze horas para decorrerem até às dezassete.²⁸⁸ Geralmente, havia alternância nos dois períodos diários: o período da manhã era reservado para aulas teóricas na escola e a tarde era ocupada nas oficinas. Contudo, sobretudo nos períodos de maior frequência, em que as disponibilidades de horário para professores e instalações eram mais estreitas, essa lógica podia ser alterada e mesmo invertida para algumas turmas. De qualquer forma, havia alguns dados que nunca se alteraram: as aulas teóricas nunca ultrapassavam períodos de duas horas e as aulas práticas ocupavam normalmente períodos de quatro horas.

²⁸⁷ Numa das entrevistas é afirmado que o padre Mourão, antes de ingressar na Escola de Aprendizizes em 1967, já antes havia ministrado aulas de Moral aos aprendizes, tendo saído incompatibilizado com o contramestre José Gonçalves por causa da frase “Ama a tua Pátria acima de todos os credos”. Ao professor de Moral a frase não caiu bem (não certamente por razões políticas) e só se terá disponibilizado a regressar à escola após a exoneração do contramestre.

²⁸⁸ Anexo 11

O calendário escolar era também idêntico ao calendário do trabalho operário, deduzido do calendário nacional dos dias úteis e feriados, sendo mais pesado para os aprendizes aos quais não foi reconhecido durante largos anos direito a férias. “Trabalhava-se” de Setembro a Setembro, ou de Janeiro a Janeiro, consoante a política de orientação que prevalecia. Terminava um ano lectivo e o novo iniciava-se no dia seguinte, sem qualquer encanto ou ritual. Não consta que alguma vez tenham existido cerimónias de fim de curso ou de imposição de diplomas que também nunca existiram.

5.5. Os actores

5.5.1. A direcção da Escola de Aprendizes

O responsável pela formação e pelos cursos foi sempre o engenheiro chefe do 2º Grupo Oficinal que delegava a responsabilidade de dirigir a escola num outro engenheiro. Este, por sua vez, não estando a tempo inteiro na escola, delegava as funções de gestão do dia-a-dia escolar e de coordenação entre as aulas teóricas na escola e as actividades práticas na oficina num operário graduado, um contramestre ou chefe de brigada, que estava a tempo inteiro e, na prática, dirigia a escola. Todavia, o interlocutor da escola junto dos serviços centrais que superintendiam a Escola de Aprendizes foi sempre o engenheiro chefe do grupo oficial. Era ele que respondia pelas questões de natureza técnica e pedagógica junto da Divisão de Material e Oficinas e pelas questões de natureza administrativa e burocrática junto da Direcção Geral e da secretaria respectiva.

A propósito de uma participação disciplinar de um aprendiz, datada de 13 de Março de 1958, alegadamente por ter sido agredido por um instrutor, “às horas de serviço e dentro da Escola de Aprendizes”, e pretender que fosse considerado acidente em serviço, o contramestre José Gonçalves, responsável pela escola, apresentou o assunto ao chefe de escritório, este levou-o ao engenheiro Camarate, director da escola, este, por sua vez, ao engenheiro Cerveira, director do grupo oficial que, finalmente, o apresentou telefonicamente ao engenheiro Monteiro, director da divisão de Material e

Tracção, obtendo como resposta “que não era de considerar acidente no trabalho”. O episódio, se, por um lado, traduz alguma deferência pelo superior hierárquico do aprendiz que sobre ele cometeu a agressão, por outro, revela a teia complexa da relação hierárquica e dos limites de cada um dos elos.

Embora com alguns ajustes e alterações, nomeadamente ao nível da designação dos serviços, que o passar dos anos sempre impõe às instituições, o organograma geral da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses constituiu-se, a partir do contrato de concessão única realizado em 1947, como sociedade anónima de capitais mistos, maioritariamente públicos, tendo no topo da escala hierárquica um Conselho de administração composto por sete membros, o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia Geral. No plano executivo, a CP era governada por uma Direcção Geral que coordenava o trabalho de cinco divisões por áreas de serviços: a Divisão de Material e Tracção, a Divisão de Exploração, a Divisão de Via e Obras, a Divisão de Abastecimentos e a Divisão Comercial. Cada uma das divisões era ainda dividida em circunscrições que, no caso da divisão de Material e Tracção, delimitavam a área de influência de cada um dos grupos oficiais. Os grupos oficiais que albergavam as escolas de aprendizes estavam, portanto, sob a alçada jurisdicional da Divisão de Material e Tracção e do director respectivo.

5.5.2. O corpo docente

Responsável directo pela instrução dos aprendizes, o engenheiro responsável pela escola partilhou quase sempre esse ministério com outros técnicos superiores da empresa que, por regra, tomaram a seu cargo a instrução teórica. No entanto, inicialmente, nos primeiros anos de vigência da escola, quer a instrução teórica, quer a prática oficial, estavam a cargo dos quadros operários. Foi a partir da transferência para a Escola Camões, com o maior afastamento das oficinas e, presumivelmente, com maior visibilidade externa, com maior população escolar e mais responsabilidades

técnicas, que começaram a leccionar as disciplinas teóricas de Mecânica Técnica, de Tecnologia e mesmo de Álgebra alguns quadros superiores da CP. Pela mesma altura foi contratado um professor do ensino primário para leccionar as disciplinas de Aritmética, Geometria e Álgebra. Mais tarde, foram contratados professores para ministrar as aulas de Educação Física e de Moral e Educação Cívica. A contratação de professores alheios à CP contribuiu para melhorar a qualificação da formação ministrada, dado que foram sempre admitidos professores profissionalmente habilitados. O professor de “matemática”, para além da habilitação do magistério primário, era uma personalidade conceituada localmente e tinha sido director, por largos anos, da Escola Camões, enquanto escola primária privativa da CP. Outros professores o substituíram mais tarde no mesmo ministério, tendo-se tratado sempre de professores devidamente habilitados. Quanto ao professor de “ginástica”, se inicialmente se procurou resolver o problema com prata da casa, a partir de meados da década de sessenta, foi contratado um diplomado pelo INEF. Quanto à instrução teórica de natureza mais técnica, o recurso aos quadros superiores da empresa com formação em engenharia foi determinado pela disponibilidade pontual desses quadros e dificilmente se pode admitir que, à época, com vantagem, pudesse ter sido de outro modo²⁸⁹.

A instrução prática ficou sempre por conta de operários qualificados, o primeiro dos quais foi sempre o contramestre que dirigia a escola. Uma minoria desses operários prestava serviço na Escola de Aprendizes a tempo inteiro, ocupando-se em geral da Prática Oficinal para os alunos do primeiro ano e da disciplina de Desenho. Quanto aos restantes, responsáveis pela prática oficinal aos alunos dos 2º e 3º anos, tratava-se de operários qualificados no exercício normal das suas funções produtivas junto de quem

²⁸⁹ Pelo contrário, a falta de quadros habilitados para a docência levava a que alguns destes engenheiros fossem igualmente professores nas escolas técnicas da região. Cf. entrevistas

eram colocados os aprendizes, cabendo a estes o dever de aprender e àqueles a obrigação de ensinar.

Uma nota, datada de 19 de Dezembro de 1959, esclarece quantos e quais os agentes ocupados nessa altura com a instrução na Escola de Aprendizizes e serve de matriz para outros períodos: três engenheiros e o professor de Aritmética e de Geometria, a tempo parcial, que se encarregam da instrução teórica, com excepção do Desenho, um contramestre e mais quatro operários qualificados, a tempo inteiro, que ministram a disciplina de Desenho e a Prática Oficinal na Escola. Para além destes, continua a nota, " temos 30 instructores de Prática Oficinal na Oficina, os quais embora sejam operários que estão normalmente a trabalhar na sua ocupação perdem imenso tempo com os aprendizes que semanalmente estão a seu cargo". Contas feitas, no ano lectivo de 1959/60 encontravam-se implicados na instrução dos aprendizes trinta e nove agentes, cinco a tempo inteiro e trinta e quatro a tempo parcial.²⁹⁰

A remuneração dos instructores era, desde Fevereiro de 1958, estabelecida de acordo com a seguinte fórmula: $G = K \sqrt{HN}$, em que G é o prémio mensal em escudos, H o número de horas mensais despendidas por cada instrutor, N o número de aprendizes simultaneamente a cargo de cada instrutor (número de alunos por turma) e K um coeficiente variável de acordo com a natureza da disciplina. Assim, a disciplina de Tecnologia detinha o coeficiente 10, o mais elevado, Aritmética e Álgebra tinham coeficiente 7, Desenho, coeficiente 6 e a Prática oficinal coeficiente 4²⁹¹. Para além da importância específica relativa de cada disciplina no conjunto da formação, naturalmente sempre discutível, a fórmula traduz o estatuto social do instrutor e o patamar de habilitações que lhe serve de suporte. As disciplinas de Tecnologia e de

²⁹⁰ O quadro que se apresenta em anexo procura coligir e sistematizar a informação recolhida no sentido de reconstituir globalmente o corpo docente da Escola de Aprendizizes ao longo dos anos. Os dados referentes à oficina são escassos e por isso não foram considerados.

²⁹¹ Ofício do 3º Grupo Oficinal, dirigido ao 2º Grupo Oficinal, datado de 3 de Fevereiro de 1958

Mecânica foram sempre ministradas por engenheiros da empresa, a Aritmética, a Geometria e a Álgebra foram quase sempre ministradas por um professor do ensino primário contratado do exterior e o Desenho e a prática oficial foram sempre da responsabilidade de quadros operários. Vale a pena citar, como exemplo, como é que a fórmula se aplicava na prática. O quadro seguinte sintetiza o teor de um ofício datado de 19 de Dezembro de 1959, que se reporta ao assunto:

Remuneração mensal dos instrutores no ano lectivo de 1959/60

Instrutores	Eng ^o	Eng ^o	Eng ^o	Prof.	C/mestre	Op.2 ^a classe	Op.2 ^a classe	Op.3 ^a classe	Op.ajud.
Horas/mês	16	16	16	64	Todas	Todas	Todas	Todas	Todas
Remuneração	366\$70	366\$70	366\$70	660\$20	2.400\$00	1.350\$00	1.350\$00	1.200\$00	1.000\$00

A informação acerca das remunerações auferidas deixa perceber que a fórmula foi aplicada apenas para determinar a remuneração dos instrutores a tempo parcial que acumulavam as funções e o vencimento. A tempo inteiro na escola, os instrutores operários eram remunerados de acordo com a sua categoria operária.

Naturalmente que numa escola exclusivamente destinada a rapazes, não houve professoras ou instrutoras.²⁹² A escola era masculina na frequência e na docência. A selecção dos docentes era espontânea, de acordo com as disponibilidades pessoais dos habilitados que estavam colocados no Grupo Oficial. No entanto, no que respeita aos quadros operários a tempo inteiro na escola, parece ter sido sempre preponderante como critério de admissão, a prestação anterior dos instrutores, nomeadamente se e aquando da sua passagem como aprendizes pela escola. Tal facto explica a frequência com que nos deparamos com instrutores de desenho e prática oficial, e mesmo de electricidade e tecnologia eléctrica, em cujo currículo se detecta terem sido aprendizes da escola. A

²⁹² Em entrevista à jornalista francesa Christine Garnier, Salazar declarava-se, nos anos 50, “persuadido de que a mulher que tem em mente a preocupação do seu lar não pode produzir fora dele um trabalho impecável..” (Christine Garnier, *Férias com Salazar* in RAMALHO, Margarida Magalhães, *Comboios com Histórias*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2000, p. 106)

consulta das pautas de avaliação confirma a lisura da escolha: eram naturalmente dos melhores alunos. Alguns chegaram mesmo a ministrar formação logo após a conclusão dos respectivos cursos. Numa época marcada por fidelidades assumidas e por clientelismos ideológicos, não parece terem existido outros factores a condicionar o perfil dos instrutores da Escola de Aprendizizes.

No entanto e apesar disso, deve referir-se que o primeiro professor contratado no exterior da empresa era um quadro destacado da Mocidade Portuguesa e comandante de lança da Legião Portuguesa.²⁹³ Aliás, na circunstância em que se inscreveu a sua admissão, aquela condição pode ter sido aleatória. A transferência da Escola de Aprendizizes para a Escola Camões ocorreu, como já se viu, a partir do encerramento da escola primária privativa da CP que ali funcionava. Foi nessa altura que um dos professores que ali leccionavam passou a ministrar as disciplinas de Aritmética, Geometria e Álgebra aos aprendizes. Noutras alturas e circunstâncias, pode adivinhar-se o peso que tinham instituições como a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa na determinação de colocações e empregos, públicos e privados. Quando, na década de sessenta, as aulas de ginástica passaram a ser ministradas por “diplomados do INEF”, o processo foi precedido de candidaturas de docentes²⁹⁴ que se disponibilizavam para aquela função, vincando na apresentação curricular as suas ligações ao regime, nomeadamente, através da pertença aos quadros da Mocidade Portuguesa.

²⁹³ *O Entroncamento*, nº 177, de 30 de Maio de 1954 e *Boletim da CP*, nº 402, Dezembro de 1962, p.20

²⁹⁴ Um professor a oferecer os seus serviços, apresentando como currículo que “dá aulas na Escola Industrial de Torres Novas e é Encarregado pela Organização Nacional da Mocidade Portuguesa da chefia dos serviços de Educação Física e Desportos da juventude escolar na área da ala de Torres Novas, Entroncamento e Tancos. (Ofício de 3 de Junho de 1963)

5.5.3. Os aprendizes

“Eu encontro-me aqui, na Escola de Aprendizes da CP, de minha livre vontade, e sei que é meu dever respeitar os meus superiores e as ordens por eles dadas. Sei também que não devo estragar nada daquilo que se encontra dentro do edifício. A CP é com toda a certeza a maior companhia do nosso país e talvez a companhia que sustenta mais empregados. Portugal tem outras grandes companhias mas são inferiores. Aquilo que eu esperei sempre alcançar era que um dia havia de ser um empregado da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses e consegui alcançar o meu desejo. Portugal é um país que tem aumentado de ano para ano as suas indústrias...”

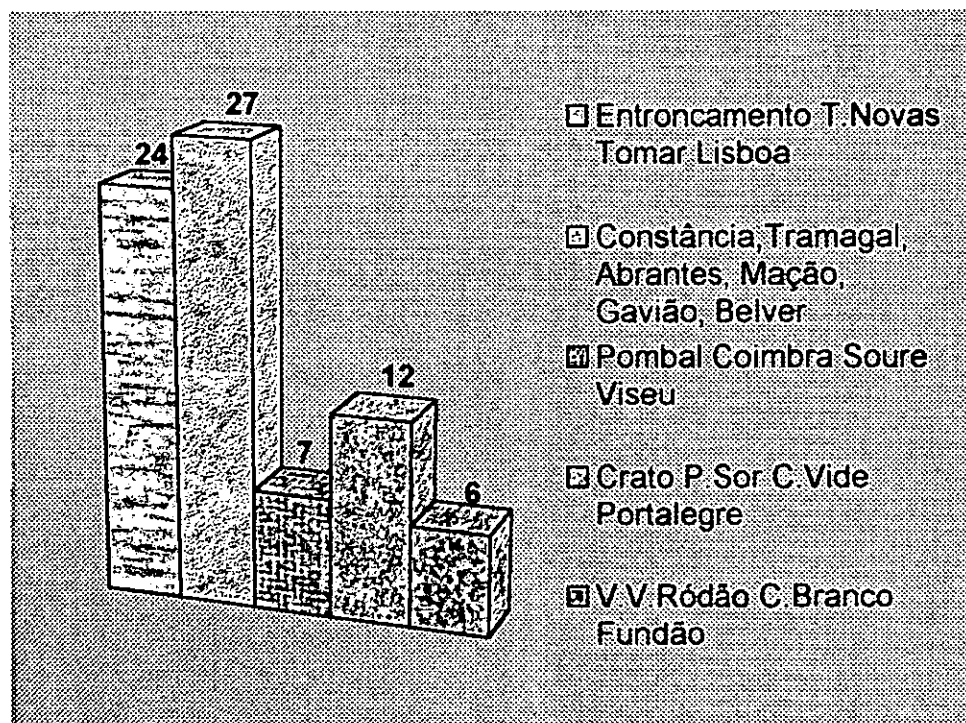
Este texto, não datado, foi escrito por um aprendiz, natural de uma aldeia do concelho de Montemor-o Velho, que entrou para a Escola de Aprendizes no dia 28 de Outubro de 1968 e foi promovido a operário dois anos depois, em Outubro de 1970, com a categoria de bobinador, e colocado na secção de bobinagem. Trata-se de um daqueles escritos iniciais para exercitar o traço e aprender a desenhar as letras e, portanto, pode concluir-se que foi escrito nos primeiros tempos de frequência da escola. Aliás, pelo meio, o nosso aprendiz fala também das estações do ano, começando pelo outono, e da “bonita” vila do Entroncamento, aparentemente como uma novidade.

Numa breve análise de conteúdo, facilmente se detectam alguns dos valores: o respeito pela cadeia hierárquica, a preservação das instalações, o orgulho em integrar a “maior companhia do país” a que sempre quis pertencer. Sobretudo, afirma que está na Escola de Aprendizes de sua “livre vontade”. Apeteceu-me ir aos apontamentos procurar as célebres perguntas de Marrou²⁹⁵ e aplicá-las a esta fonte: se o que o autor disse foi o que quis dizer, se diz o que sente ou pelo contrário está a ser levado a dizer o que diz, se foi ele que escreveu ou se limitou a transcrever do colega do lado...

Deixando escoar o documento pelo crivo da crítica, vamos deixá-lo como pano de fundo e, a partir do questionário proposto a uma amostra de antigos aprendizes, esboçar um retrato dos aprendizes da escola: trata-se de rapazes entre os quinze e os dezoito anos, oriundos em geral dos meios rurais do interior, na maioria filhos de

²⁹⁵ Henri Irené Marrou, *De la Connaissance historique*, Editions du Seuil, Paris, 1975, p. 98

ferroviários e de domésticas, que já trabalhavam ou ainda estudavam aquando do seu ingresso na Escola de Aprendizizes.²⁹⁶ A maioria tinha como habilitações de ingresso o ciclo preparatório da escola técnica. Entraram para a Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento para obterem um emprego estável, obterem uma qualificação que lhes permitisse um salário melhor ou, simplesmente, para poderem estudar. Na opção pelo



Naturalidade dos aprendizes (amostra – questionário)

curso predominou a escolha dos candidatos.

Uma boa parte destes rapazes (cerca de 70%), em simultâneo com a frequência da Escola de Aprendizizes, frequentava também, em regime nocturno, a escola técnica, quer para concluir cursos iniciados antes, quer para melhorar o nível académico²⁹⁷. Quase todos consideraram muito útil para a sua prestação na Escola Industrial a formação recebida na Escola de Aprendizizes e a maioria (66%) admitiu como perfeitamente viável conciliar a frequência simultânea das duas escolas. Cerca de dois

²⁹⁶ Na amostra do questionário, 76% são filhos ou familiares de ferroviários; em 94% dos casos as mães são domésticas; 41% desses rapazes já trabalhavam enquanto 59% estudavam.

²⁹⁷ A redundância está explícita nas respostas dos inquiridos e por isso entendi mantê-la.

terços destes aprendizes continuaram a estudar após o término da aprendizagem, tendo concluído cursos nas escolas industriais nas áreas da mecânica e da electricidade.

Alguns concluíram cursos superiores. A maioria (63%) realizou um percurso profissional dentro da CP, no prosseguimento das carreiras operárias. Quase todos ocupam hoje posições de chefia, ao nível dos quadros médios da empresa. Um número significativo enveredou pela carreira do desenho (17%) e da formação (7%). Um terço destes antigos aprendizes não desempenha actualmente funções relacionadas com a formação de aprendiz, justificando tal facto de modo bastante heterogéneo. Dos 27 que disseram não desempenhar, 22 disseram porquê: porque se sentiram hostilizados na oficina, porque eram mal remunerados como operários, porque não gostaram do ambiente da oficina, porque concorreram a cargos de chefia, porque o trabalho operário não é valorizado e existem poucas perspectivas de promoção, por doença, porque enveredaram por uma carreira autárquica... Talvez se pudessem sintetizar quase todas, quer na tradicional menorização do trabalho operário, quer na sistemática constatação dos magros salários auferidos pelos ferroviários.

Na Escola de Aprendizes não foram postas em prática estratégias de orientação escolar ou profissional. Estranha-se esta ausência porquanto são frequentes, pelo menos no *Boletim da CP*, os ecos de actividades e orientações nesse sentido. Por exemplo, no dia 10 de Dezembro de 1938, na Escola Profissional António Vasconcellos Correia, em Campolide, o professor Faria de Vasconcelos proferiu uma conferência sobre “O movimento da orientação e selecção profissional”. Tratou-se de uma actividade promovida por e para ferroviários. A escola profissional tinha sido criada pelo Grupo Instrutivo Ferroviários de Campolide para instruir profissionalmente maquinistas e fogueiros, propondo-se também contribuir para o ensino primário dos filhos dos associados. Os seus frequentadores eram ferroviários ou filhos de ferroviários e o *Boletim da CP* deu grande relevo à conferência,²⁹⁸ publicando-a na íntegra ao longo de quatro números²⁹⁹. Depois de ter começado por afirmar que “a escolha do carreira é

²⁹⁸ *Boletim da CP*, nº 115, Janeiro de 1939

²⁹⁹ *Boletim da CP*, nºs 115, 116, 117 e 118.

assunto da maior gravidade” e de se ter referido à “selecção psicológica dos aprendizes das oficinas do caminho de ferro do estado alemão”, o conferencista defende que, também em Portugal, “é do mais alto interesse escolher para as diferentes actividades ferroviárias os indivíduos mais capazes”.³⁰⁰ Embora tenham sido gradualmente adoptados processos psicotécnicos de selecção e orientação para outras áreas de formação ferroviária (revisores e factores, guarda freios e agulheiros, maquinistas..), e mesmo após ter sido criado um laboratório psicotécnico instalado numa “singular carruagem – laboratório, a primeira do género na rede ferroviária peninsular”³⁰¹, para realizar exames a grupos de fogueiros candidatos a maquinistas, a moda parece não ter chegado aos aprendizes. Os factos referidos e muitos outros a que o boletim deu destaque, demonstram que se considerava importante a selecção e orientação profissional dos ferroviários. Apesar disso, não se conhecem na Escola de Aprendizizes da CP estratégias que mobilizassem recursos e implementassem actividades nesse sentido. Dessa forma, a orientação para os cursos era, em geral, determinada pela escolha dos candidatos. Refira-se, no entanto, que na década de setenta, nos últimos anos de vigência da escola, a realização do exame de admissão que precedia a entrada na escola passou a integrar provas psicotécnicas.

No dia a dia escolar as relações entre os aprendizes pautam-se pela sã camaradagem (95% das respostas), com saídas à noite (38%) e realização de trabalhos de grupo (20%), embora também se constate a competição entre os aprendizes (38%) e a existência de grupos da cidade e grupos de aldeia (24%). Era uma escola sem tradições de festas ou outras actividades circum escolares e lúdicas, para além das horas curriculares de ginástica que eram sempre das mais apetecidas. Tratava-se, como já se referiu, de uma escola de trabalho onde, ao tempo, tais actividades se consideravam deslocadas. Apesar de uma parte considerável dos questionários (50%) referir que as exposições de trabalhos realizados na escola eram um incentivo para os aprendizes, tais exposições não devem ter sido frequentes. O *Boletim da CP*, sempre ávido a noticiar

³⁰⁰ *Boletim da CP*, nº 115, Janeiro de 1939

³⁰¹ *Boletim da CP*, nº 462, Dezembro de 1967

eventos desse género, apenas por uma vez se lhes refere, na comemoração do primeiro aniversário da escola.³⁰² A generalidade dos entrevistados também lhes não fez referências.

Por uma vez, encontrei na documentação da escola informação relativa a visitas de estudo que, contudo, no testemunho de muitos aprendizes, parecem ter sido frequentes. Na situação documentada, referente ao ano lectivo de 1958/59, trata-se de uma planificação efectuada pelo engenheiro Cerveira, director do 2º Grupo Oficinal,³⁰³ onde estavam previstas nove visitas de estudo, uma por mês, entre Janeiro e Setembro. Eram planeadas visitas a outras oficinas da CP, a Campanhã, ao Barreiro e a Lisboa P, a grandes e médias empresas no ramo da metalomecânica, à Sorefame, à Metalúrgica Duarte Ferreira, à fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, às OGMA.s e à EFACEC e, finalmente, ao Museu de Artilharia, ao Museu dos Coches e ao Museu das Janelas Verdes.

Apesar de não haver documentação que as relacione com a Escola de aprendizes, eram frequentes as sessões de cinema, no já desaparecido Cine-Parque do Entroncamento, organizadas pela CP para ferroviários e versando naturalmente temas e assuntos ferroviários. Os programas eram idênticos aos de outros espectáculos que se realizavam nos outros centros oficiais da companhia, como aquele que decorreu nos meados de Dezembro de 1947³⁰⁴, sucessivamente, em Lisboa, no Barreiro, no Entroncamento e na Figueira da Foz. Para este programa, várias entidades cederam filmes, como a Lisboa-Filme, o Instituto Britânico em Portugal e, naturalmente, o Secretariado Nacional da Informação. A sessão foi constituída por curtas metragens cujos títulos são sugestivos da mensagem e dos conteúdos veiculados: “Canção do Aço”, “Ao serviço da Nação”, “Sapadores do caminho de ferro”, “Elo permanente”, “Reparação de Locomotivas”, “Gente da via”, “Ponte de Setil”..., e que dão conta do objectivo de fornecer uma ementa de temáticas ferroviárias, discretamente temperada com propaganda nacionalista. Tratava-se de instruir profissionalmente, sem descurar a

³⁰² *Boletim da CP*, nº183, Setembro de 1944, p.164

³⁰³ Documento avulso, manuscrito, datado de 19 de Novembro de 1958

³⁰⁴ *Boletim da CP*, nº 223, Janeiro de 1948

sagrada missão de “forjar as almas”. Aliás, é curioso referir que a própria CP começou também a produzir os seus próprios filmes, com temáticas ferroviárias e protagonistas ferroviários, como pedagogicamente explica o arquitecto Cottinelli Telmo que se celebrou também como realizador de cinema, nomeadamente, com filmes ferroviários.³⁰⁵ Ora, na ausência de outros divertimentos, e tendo em conta as solidariedades grupais tão características da “família ferroviária”, é natural que os aprendizes tenham integrado o público daquelas sessões cinematográficas.

A forma como os aprendizes supriam a sua alimentação, no dia a dia escolar, variou ao longo do tempo, de acordo com os locais onde era ministrada a instrução. Como pano de fundo, pode afirmar-se que existia (ainda existe) uma cantina onde podiam tomar as suas refeições, juntamente com os outros ferroviários. Contudo, nos anos de vigência da aprendizagem sediada na Escola Camões, a cantina ficava distante e muitos aprendizes levavam de casa o farnel que aqueciam e ali almoçavam na “cantina” da própria escola. Por outro lado, para muitos aprendizes, mesmo o custo módico da refeição na cantina da CP era incompatível com as possibilidades do orçamento familiar. “Se almoçasse na cantina, chegava ao fim do mês e não recebia quase nada”, confidenciou-me um antigo aprendiz. Por isso, muitos aprendizes almoçavam sopa e sandes, constando também da ementa os figos e os pêssegos que ainda hoje se colhem todos os anos no quintal da Escola Camões. São picarescas as histórias que recordam ex-aprendizes, de rapazes furtivamente empoleirados no coruto das figueiras, iludindo a guarda do contramestre que almejava guardar figos secos para o inverno. Também se contam episódios de aprendizes castigados por terem sido apanhados. Fazem parte da memória da escola e dos seus actores, afinal seres humanos que de todo se não revêm apenas nas pautas das classificações.

A relação entre a escola e os pais ou os tutores dos aprendizes dilui-se na documentação da escola. A resposta dos ex-aprendizes a este quesito (apenas 17% admitiram como frequente essa relação) confirma a ausência de dados formais. No

³⁰⁵ Num artigo publicado no *Boletim da CP* nº 198, de Dezembro de 1945, Cottinelli Telmo explica os vários passos da realização e produção cinematográfica e relata como ele próprio concebeu e realizou documentários ferroviários.

entanto, isto não quer dizer que, informalmente, ela não existisse. Tratava-se, como já foi referido, de jovens que maioritariamente eram filhos ou outros familiares de ferroviários. No emergir de qualquer problema que impusesse um relacionamento formal, ou no acompanhamento regular da situação dos aprendizes na escola, o interconhecimento ferroviário e a facilidade da intercomunicação entre os vários sectores da empresa dispensariam uma relação formal de acompanhamento. Aliás, se assim não fosse, não seria inteligível a preocupação frequente de anotar, quer nas listas de admitidos, quer nas pautas de aproveitamento e classificação final, os nomes e moradas dos pais ou tutores e a indicação da profissão ferroviária e local de trabalho, quando se tratava de ferroviários. Além disso, são frequentes as determinações dos serviços centrais da companhia³⁰⁶ a tornar obrigatória no final de cada período lectivo (Abril, Julho e Outubro) a comunicação, por escrito, aos pais ou tutores dos aprendizes, das notas do seu aproveitamento. Deveriam ser também sempre comunicadas as faltas, os castigos ou outras irregularidades. Numa organização em que a estrutura hierárquica se impõe a cada momento aos actores, parece-me ser de aceitar que a existência da determinação seja suficiente para corroborar o seu cumprimento.

³⁰⁶ Por exemplo, um ofício da Secretaria Geral datado de 2 de Fevereiro de 1965.

6. A aprendizagem nas empresas

A Escola de Aprendizizes da CP não manteve qualquer ligação ao sistema educativo português na época, nomeadamente ao ensino técnico. Pelo contrário, pode presumir-se algum distanciamento do poder, ou pelo menos dos seus representantes oficiosos - o ministério da Educação, a Comissão de Reforma e a própria Direcção Geral do Ensino Técnico - em relação à formação realizada pelas empresas³⁰⁷. Por outro lado, constata-se o desinteresse da CP, por exemplo, em relação à possibilidade de oficialização, equiparação e certificação dos cursos realizados na Escola de Aprendizizes.

O poder parece ignorar a formação realizada pelas empresas, originando um vazio legislativo donde resultou, nomeadamente, a ausência de um contrato de aprendizagem e a inexistência de qualquer forma de fiscalização e de certificação. Por seu lado, as empresas, e a CP em particular, não parecem interessadas em estabelecer qualquer ponte que lhes permitisse, por exemplo, ter acesso a subvenções ou quaisquer outros benefícios que poderiam resultar da prospecção de formas de articulação entre a formação por si realizada e o ensino técnico oficial.

Estranha-se esta falta de relacionamento, por um lado, pelo facto de ele ter sido institucionalmente preconizado no texto da lei de 47 e, por outro, pelo reconhecimento da formação realizada, quer quando os aprendizes eram ao mesmo tempo alunos das escolas técnicas, em regime pós laboral, e aí obtinham bons resultados escolares graças à formação recebida enquanto aprendizes,³⁰⁸ quer, sobretudo, pelo recrutamento frequente de quadros formados na Escola de Aprendizizes por parte de outras empresas.

Finalmente, se em parte são compreensíveis as razões que levaram a CP a nunca pretender oficializar e certificar os cursos da Escola de Aprendizizes, como estratégia

³⁰⁷ Apesar de, no preâmbulo da proposta de lei nº 99, se registarem “animadores exemplos de iniciativas beneméritas por parte dos diversos organismos como a Associação Industrial Portuense, a Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, a Sociedade Nacional dos Fósforos, a União dos Grémios dos Industriais Gráficos.” (*Escolas Técnicas*, nº 6-7, vol. II, Separata, 1949, p. 16)

³⁰⁸ Na amostra, das 76 respostas, 53 (70%) declararam frequentar em simultâneo a escola técnica oficial e destes, 48 (90%) consideraram que a aprendizagem realizada na Escola de Aprendizizes era muito útil para melhorar os resultados na Escola Industrial.

ortodoxa para amarrar os aprendizes à empresa e evitar a sangria sistematicamente realizada por outras empresas grandes e pequenas, já não se percebe o ostracismo a que parece ter sido sempre votada esta modalidade de ensino técnico pelas instâncias da tutela. A própria informação da época, nomeadamente o sempre citado boletim *Escolas Técnicas*, não dedica uma página à formação realizada pelas empresas e, por tabela, a investigação histórica que lhe vai no encalço parece também comportar-se como se tal formação nunca tivesse existido. A principal consequência de tal omissão é o desconhecimento quase geral do que realmente se fez.

Qual era a quota do ensino técnico empresarial na realidade educativa do país, quem eram as empresas que realizavam formação segundo um modelo escolar, aliando instrução teórica e prática, qual era o currículo escolar em que assentava a aprendizagem, que balanço se pode hoje fazer dessa modalidade de formação, são questões que continuam em aberto.

O boletim *Escolas Técnicas* publicou em 1954 ³⁰⁹ um relatório elaborado pelo “Bureau” Internacional do Trabalho relativo à aprendizagem em seis países, à época, provavelmente paradigmáticos : Reino Unido, Holanda, França, Suíça, Estados Unidos e Canadá. Trata-se de uma pequena monografia sobre cada país em que a informação se encontra repartida por quatro rubricas principais: História, Organização e administração da aprendizagem, Normas de aprendizagem e Recrutamento e formação de aprendizes. Justificou-se tal publicação “por se considerar proveitoso o seu estudo, não só pela afinidade dos métodos do nosso ensino com os daqueles países, como ainda por conter aquele documento esclarecida doutrina sobre os problemas do ensino técnico-profissional”³¹⁰

Apesar do inegável interesse do documento, não se vislumbra a afinidade com o nosso ensino técnico oficial - o outro era ignorado - nem se percebe por isso que ensinamentos se pudessem equacionar da “esclarecida doutrina”. Uma vez que o

³⁰⁹ *Escolas Técnicas*, nº 16, 1954

³¹⁰ *Escolas Técnicas*, nº 16, 1954, p.285

articulado do texto se centra na formação realizada pelas empresas naqueles países, o mínimo que seria de esperar era que, nesses meados de cinquenta, já arrumada a casa do ensino técnico oficial, se estabelecessem as condições em que os aprendizes deviam ser admitidos nas empresas e se legislasse no sentido da regulamentação dessa aprendizagem. O que de todo em todo parece ter-se ignorado.

Na documentação da Escola de Aprendizizes não se encontra documentação que permita inferir formas de relacionamento entre esta modalidade de formação e o ensino oficial. Nas entrevistas com dirigentes da escola, em que a questão do relacionamento ou da articulação foi colocada objectivamente, também se reconheceu que tal relacionamento não existiu. Também não encontrei na CP contratos de aprendizagem e, quer aprendizes, quer monitores e directores da escola, quer ainda técnicos administrativos na área da gestão e do pessoal, todos manifestavam estranheza quando questionados acerca de tal documento. Os sistemas de aprendizagem abrangidos pela monografia contêm todos um tal instrumento como regulador essencial das relações entre o aprendiz e a entidade empregadora/formadora. A escola de Aprendizizes das Minas de Potássio da Alsácia assentava igualmente em tal instrumento o essencial da relação formal e jurídica que configurava a aprendizagem.³¹¹ Em Portugal, tal papel parece nunca ter sido necessário.

O contrato de aprendizagem, apesar da sua óbvia indispensabilidade, é apenas um exemplo das omissões constatadas. Questões como a articulação entre os vários subsistemas de ensino e o ensino das empresas, a fiscalidade preferencial ou subvenções às empresas que fizessem formação, os contratos colectivos clausulados em relação aos aprendizes e à sua formação, a proporção dos aprendizes em relação aos operários especializados, os requisitos da empresa que habilitem à formação, o recrutamento, a selecção, a duração da aprendizagem, a certificação, a quantificação e aferição pelas necessidades da empresa e da economia em geral, a fiscalização, constituem outras tantas questões essenciais da problemática da aprendizagem, tratadas nominalmente nas monografias publicadas mas de cuja doutrina parece não termos aprendido nada.

³¹¹ Guy Dumez, *Le Centre d'Apprentissage*.... p.23

Em 1965 foi publicado pelo Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-obra o resultado de um inquérito realizado perante um universo de mil e setecentas empresas portuguesas.³¹² O objectivo declarado de tal inquérito era "contribuir para um melhor conhecimento de tão importante domínio da formação profissional".³¹³ Pretendia-se, essencialmente, "ter uma ideia das condições em que decorre a aprendizagem nas empresas".³¹⁴ O inquérito foi lançado a uma amostra de empresas com mais de dez trabalhadores ao seu serviço e abrangeu as actividades da pesca, indústrias extractivas, indústrias transformadoras, construção e obras públicas, electricidade, gás, água e serviços de saneamento, transportes e comunicações.

Reconhecendo que "ascendem a muitos milhares os jovens que anualmente ingressam no mundo do trabalho sem qualquer preparação específica, ficando, portanto, totalmente a cargo das empresas a sua formação profissional"³¹⁵ e "que continua a ser manifestamente insuficiente o nível de instrução da população portuguesa e de que persiste o défice do sistema escolar",³¹⁶ com a amostra os autores pretendiam dar a conhecer os processos seguidos pelas empresas na selecção e recrutamento dos aprendizes, os locais de aprendizagem e quem a ministrava, a sua duração, as profissões e os ramos de actividade em que existia aprendizagem, o número de aprendizes e a sua repartição por idades e por graus de instrução, enfim, uma primeira tentativa também para determinar o número desejado de aprendizes.³¹⁷

Entre as conclusões mais relevantes, destaca-se a afirmação de "ser a aprendizagem nas empresas a principal forma de preparação profissional dos trabalhadores portugueses"³¹⁸, surgindo nas indústrias transformadoras a percentagem mais elevada (80%) de empresas com aprendizes ao seu serviço e nos transportes e

³¹² Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem nas Empresas*, Ministério das Corporações e Previdência Social, F.D.M.O., Lisboa, 1965

³¹³ Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, pág. 10

³¹⁴ Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 23

³¹⁵ Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 19

³¹⁶ Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 22

³¹⁷ Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 23.

³¹⁸ Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 34.

comunicações a percentagem mais baixa (40%). Por regra, concluiu-se, "quanto maior é a empresa, maior é a necessidade de formação de aprendizes"³¹⁹, dado que se trata de empresas com quadros mais amplos de mão de obra especializada e por isso mais volumosos se tornam os efectivos a substituir para garantir a continuidade daquela mão de obra.

Concluiu-se também que o fenómeno da aprendizagem era condicionado pela localização geográfica das empresas, pelo tipo de povoamento, pela natureza da actividade económica desenvolvida, pela legislação que condicionava ou impedia o trabalho de menores ou que impunha o exame médico obrigatório ou ainda que limitava a utilização de trabalho aprendiz em correlação à totalidade do pessoal operário, pela situação económica das empresas e pelo cumprimento dos deveres impostos pelas leis militares.³²⁰

A selecção e orientação profissional estava exclusivamente a cargo das empresas. A maioria das empresas inquiridas utilizava a "conversa com o candidato" como processo mais usual de selecção (77,7%). O exame médico era utilizado por 56,8% e os testes psicotécnicos apenas por cerca de 7% das empresas.³²¹

Em geral, concluem os autores, os métodos menos onerosos, e por isso também os menos eficazes, eram os mais utilizados pelas empresas. Mais uma vez, eram as empresas de maiores dimensões as que utilizavam os métodos mais eficazes de selecção de aprendizes.

A aprendizagem era, na maioria das empresas inquiridas (98,2%), realizada nos próprios locais de trabalho e produção, daqui resultando, "em vez de formação profissional, puro adestramento em que o trabalhador se apresenta como simples objecto de uma aprendizagem que não tem em conta os seus desejos mais íntimos".³²² Apenas nas indústrias transformadoras se encontraram empresas com locais exclusivamente destinados à aprendizagem, mas representavam apenas 0,6% das

³¹⁹Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 35.

³²⁰Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p.39

³²¹Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 41

³²²Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 47

empresas com aprendizes. Combinando a aprendizagem em local exclusivo e a aprendizagem no local de trabalho, surgiam empresas nos ramos das indústrias transformadoras e dos transportes e comunicações, mas apenas representavam 1,1% das empresas com aprendizes.³²³ Mais uma vez, concluem os autores, as empresas maiores eram as que adoptavam, quanto aos locais em que decorre a aprendizagem, as soluções mais equilibradas.³²⁴

Em relação ao pessoal que ministrava instrução, 95% das empresas inquiridas, com aprendizes ao serviço, utilizavam operários no normal exercício das suas funções como monitores dos aprendizes. Apenas 2% das empresas utilizavam instrutores especiais e as que tinham operários só com funções de instrução não ultrapassavam os 3% do total das empresas com aprendizes.³²⁵ Uma vez mais se conclui que as empresas de maiores dimensões eram as que apresentavam formas mais adequadas de instrução.

Em relação à duração da aprendizagem, a maioria das empresas inquiridas praticava o regime das oito horas de trabalho diário, sendo a duração média da aprendizagem de cerca de três anos. Contudo, apenas 1,7% das empresas, no ramo das indústrias transformadoras, possuíam cursos especiais de aprendizagem, subindo esta percentagem, no ramo dos transportes e comunicações, aos 7,7%.³²⁶ No total, não representavam mais de 2% das empresas inquiridas e que tinham aprendizes ao serviço. Os cursos mais referidos na formação realizada por estas empresas eram os de serralheiros, soldadores e electricistas.³²⁷

³²³Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 47

³²⁴ É de presumir que as empresas que reservavam para a aprendizagem locais exclusivos ou as que combinavam locais exclusivos com o posto de trabalho eram as empresas que mantinham em funcionamento Escolas de aprendizes. Como se viu, as primeiras representavam 0,6% do total das que tinham aprendizes e as segundas 1,1%. Poder-se-á concluir, portanto, que era reduzido o número de empresas que formavam aprendizes em escola privativa. Segundo os autores, eram a indústria do tabaco, a indústria química, a construção de material de transporte e algumas indústrias alimentares as que realizavam a aprendizagem em local exclusivo. Combinando os dois processos, existiam empresas nos ramos das comunicações, indústrias químicas, construção de máquinas e aparelhos eléctricos, indústria do papel, construção de material de transporte, indústria de madeira e de cortiça e fabricação de produtos metálicos. Apesar de os ter procurado, não me foi possível localizar os inquéritos por forma a poder identificar nominalmente cada uma destas empresas que assim ficam apenas referenciadas por categorias.

³²⁵Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 49

³²⁶Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 58

³²⁷Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 61

Em relação à regulamentação da aprendizagem, os autores referem o artº 24 do Dec-lei nº 36173 de 6 de Março de 1937, que estatuiu que nas convenções colectivas de trabalho devia existir uma subsecção destinada à aprendizagem. Quando existiam convenções colectivas vertentes, tais disposições referiam-se à idade de admissão, ao período de aprendizagem, à limitação da admissão de aprendizes, às remunerações e às habilitações escolares mínimas e, por vezes, à obrigatoriedade de exame médico. Concluem os autores que não existia regulamentação sistemática e genérica da aprendizagem, nem o estatuto do aprendiz.³²⁸

Sem contrariar necessariamente as conclusões do relatório, deve acrescentar-se que, algum tempo depois do decreto de 1937, foi publicado na revista da A.I.P., em Janeiro de 1946, o texto de um despacho do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, datado de 16 de Novembro de 1945, que na base VII, secção H, se refere à aprendizagem. A idade de admissão era estabelecida nos catorze anos, os candidatos deviam saber ler e escrever, o exame médico era obrigatório, a expensas da entidade patronal, as profissões permitidas eram as dos grupos A, B e C, a que se juntavam os desenhadores e controladores, o número máximo era de 60% sobre o número total de operários e os salários dos aprendizes constavam de uma tabela que definia um salário base em função da idade, a que se somavam os critérios de aptidão e tempo de aprendizagem.

No enunciado dos vários títulos referia-se ainda que os diplomados com os cursos elementares das escolas técnicas teriam apenas um ano de aprendizagem, que os aprendizes que frequentassem cursos complementares de aprendizagem nas escolas industriais saíam duas horas mais cedo, estipulava-se o horário de trabalho de quarenta e oito horas semanais e a remuneração diária. Na base X, estipulava-se que o patrão, "bom chefe de família", devia submeter os aprendizes a uma inspecção médica anual, devendo os resultados ser registados numa caderneta do patrão para cada aprendiz.³²⁹

³²⁸Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 62

³²⁹ *Indústria Portuguesa*, nº 215, p. 48 e nº 216, p.107, de Janeiro e Fevereiro de 1946

Em relação às habilitações, 82,7% dos aprendizes nas empresas inquiridas possuía a instrução primária como única habilitação escolar. Contudo, foram encontrados aprendizes (4,1%) que nem sequer possuíam a escolaridade básica. Tendo frequentado ou a frequentar cursos técnicos foram encontrados apenas 11,9% dos aprendizes. A este respeito, consideram os autores, que "a aprendizagem nas empresas pode considerar-se como um modo subsidiário de formação profissional, mas, no caso português, como se demonstrou, adquire o aspecto de principal preparação, deixando, sob o ponto de vista quantitativo, muito aquém a preparação ministrada pelas escolas técnicas. Entregando-se, assim, nas mãos do empresário a preparação da maior parte da população activa, é urgente e indispensável que a formação profissional através da aprendizagem seja feita de acordo com um plano nacional, superando-se os defeitos do sistema actual".³³⁰

Como afirmam os autores do trabalho que tenho vindo a citar, a aprendizagem nas empresas constituía, à época, a forma de preparação mais importante da mão de obra em Portugal. Desta simples constatação decorrem duas observações que se me afiguram pertinentes: em primeiro lugar, a imprescindibilidade de regulamentar esta aprendizagem, necessidade que, oficialmente, nunca veio a ser ponderada. Em segundo lugar, parece-me que lhe deveria estar reservado um espaço na investigação histórica, no âmbito da história da educação, o que até agora também ainda está por fazer.

A instrução primária como única habilitação escolar dos aprendizes era a situação predominante em quase todos os ramos de actividade e a penetração do ensino técnico no sector produtivo mantinha-se demasiado reduzida para fazer face às exigências cada dia mais prementes do progresso técnico.³³¹ Trata-se de um diagnóstico significativo, não apenas dos patamares de escolarização dos jovens em Portugal, mas também da (in)capacidade de resposta da rede do ensino técnico às necessidades de formação de mão de obra e à procura por parte dos eventuais consumidores desta área de ensino.

³³⁰Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 71

³³¹Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 72

Em relação à distribuição dos aprendizes por sectores de actividade, o inquérito demonstrou que nos sectores têxtil e metalomecânico se encontravam mais de dois terços da mão-de-obra aprendiz e por isso, salientam os autores, mais se afirmava como necessário tomar medidas que visassem a regulamentação e o aperfeiçoamento da aprendizagem nestes sectores.³³²

Finalmente, a relação entre o número de aprendizes existente (21656) e o número de aprendizes reputado como desejável (24435) não se afigurava significativa (mais 12,8%).³³³ Contudo, afirmam os autores, "o problema principal no que respeita à aprendizagem não é de ordem quantitativa mas sim qualitativa, pois as deficiências residem fundamentalmente no incipiente grau de instrução dos aprendizes e na maneira precária - e muitas vezes contraproducente - como decorre a aprendizagem na maioria das empresas portuguesas".³³⁴

A publicação do relatório do inquérito, cujas conclusões mais relevantes foram aqui sintetizadas, permite-nos diagnosticar a formação realizada pelas empresas na primeira metade dos anos sessenta e estabelecer um quadro de referência para, à luz dos parâmetros invocados, situar a aprendizagem realizada pela empresa dos caminhos de ferro. Aliás, mesmo sem ter presentes as respostas aos inquéritos, é de presumir, através dos quadros e das conclusões, que a CP foi inevitavelmente uma das empresas inquiridas. Juntando, numa grelha de análise conjunta, o relatório do "Bureau International du Travail", o resultado do inquérito de 1965 e a aprendizagem na Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento podemos estabelecer um quadro comparativo.

A análise do quadro permite destacar algumas evidências que configuram a aprendizagem em Portugal em relação aos outros países considerados.

³³²Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem ...*, p. 77

³³³Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 80

³³⁴Ludovico M. Cândido et al, *A Aprendizagem...*, p. 81. Os autores insinuam que muitas empresas admitiam aprendizes, não com o intuito de formar mão de obra especializada, mas para obter mão de obra barata reduzindo o recurso a operários que auferiam salários mais elevados.(p.75)

A aprendizagem - Grelha de análise comparativa - Relatório do B.I.T. - Relatório do FDMO 1965 - E. de Aprendizizes da CP no Entroncamento

	Reino Unido	Itália	França	Suça	Estados Unidos	Canadá	Portugal, 1965	Escola de Aprendiz, CP
História da Aprendizagem	Corporações Medievais Lei dos Artífices (1563) Rev. Industrial (1814) Relatório de 1945 (Normas nac. aprendizagem)	Corporações Medievais Revolução Francesa Revolução Industrial Lei de 1921 Lei de 1937	Corporações Med. Lei Chapelier (1791) Escolas Manuais de Aprendiz. (1876) Lei Astier (1919)	Corporações Med. União Suíça das Artes e Ofícios, 1881 Lei federal de 1930	Tradição europeia Lei Smith-Hughes, 1917 Lei Fitzgerald, 1937	Estado de Ontário, lei de 1928; Acordo do ministério do trabalho com as províncias, 1944		Escola do Barreiro Escola do Entroncamento Escola de Campanhã
Organização / Administração da Aprendizagem	Impostos, deduções e subsídios	Lei de 1937, subvenções à formação de aprendizes Fundações Verificadores	Impostos, isenções	Subvenções	Não previstos Não há fiscalização	Lei provincial de aprendizagem; subsídios do governo Fiscalização	Não previstos Não há fiscalização	Não previstos. Organograma da CP, integra Grupos Oficiais
Normas	ACT's, Normas, programas locais de formação	Normas para as empresas	Determinações do M.E. e do M.Trabalho	Qualificação das instituições	Normas gerais de apr. Programa nacional de aprendizagem	Normas especificadas na legislação provincial	Legisl. relativa ao trabalho de menores Convenções colect.	Normas da empresa OD, Nº 29, 1959
Ofícios sujeitos	Todos os especializados de uma indústria	Profissões qualificadas		Lista de profissões fundamentais (1953)	300 profissões qualificadas	Ofícios designados na lei da aprendizagem		Electricistas e senalhheiros
%Aprendizes em relação aos operários	Prevista nos programas		Fixada por decreto do ME e do MT de 3/5 anos	Fixada pelas autoridades cantonais	Fixada pela Junta Federal da apr. de acordo c/necessidades	Fixada nas leis da aprendizagem	Entre 30 e 50%	De acordo com as necessidades da empresa
Idade de admissão	15 anos (Escalaridade Obrigatória)	14 anos (Escalaridade Obrigatória)	14 anos Fim da Esc.Obrigatória	15 anos Conclusão da Esc.Obrigatória	16 anos	14-16 anos, conclusão Esc. Obrig.	12 anos (Dec. nº 24402 de 24/8/34) Na prática 13-15 anos	15 anos
Habilitação de acesso	Escaridade Obrigatória	Esc. Obrigatória	Esc. Obrigatória	Esc. Obrigatória	Entre 4 anos e curso secundário	Entre esc. elemental e esc. prim. superior	Escaridade Obrigatória	4ª classe
Período de experiência	3 a 6 meses	3 meses	3 meses	4 semanas	3-6 meses	3 meses		Não há.
Duração da Aprendizagem	3-4,5 anos	2-3 anos	3 anos	3-4 anos	2 a 3 anos	4 anos	3 anos (média)	3 anos
Contrato de Aprendizagem	Contrato escrito	Contrato escrito registado	Contrato escrito (1928)	Contrato escrito	Contrato escrito + Cartão de aprendizagem.	Contrato escrito	Não	Não
Salários	ACT	ACT	SNCF, antiguidade e resultados	ACT Tr. seguro	50% do operário Prevê aumentos	Entre 30% e 85% do operário	ACT's	ACT (1º, 2º, 3º anos)
Propina		Sim (8 a 16 florins)						
Recrutamento	Esc. Secundárias; Serviços Emprego; 3 vezes/ano	14-15 anos Esc. Primária e escola profissional (pref.)	14 anos, fim da esc. obrigatória	15 anos, Escola primária e secundária	16 anos. Preferência a filhos de trabalh.	De preferência alunos das escolas profissionais		Pref. filhos de ferroviários Pref. habilitados das E.T.
Seleção	P. escrita e oral Exame médico	Prova escrita, cadernets escolares, Teste QI e psic., Entrevista Atestado médico	Exame admissão Cadernets escolares Exame médico Testes QI e psic. Entrevista	Exame de admissão Testes psicotécnicos Exame médico Conversa	Prova geral Aptidões manuais Exame médico Entrevista Preferências	Exame médico Relatório escolar Entrevista Testes de aptidão	Conversa Exame médico Habilit. escolares	Exame de admissão, prova escrita Exame médico
Formação prática	Oficina da escola Local trabalho Plano de rotação	Pré-aprendizagem Oficina de aprendizagem Programas estabelecidos pelo M. Instrução, Artes e Ciências	1º Centros de aprendizagem SNCF 2º Locais de trabalho 3º Metade no centro, metade na oficina	Pré-aprendizagem Local de trabalho Oficinas de aprendizagem e escolas profissionais 4-6 horas, 8 a 15 técnicas	Locais de trabalho Operários experim. Grandes empresas instrutores a tempo completo	Pré-aprendizagem Local do emprego Operários experim. G. emp. instrutores a tempo completo. Lista de operações a aprender	Local de trabalho Operários no normal exercício da sua função	Oficina da escola Local de trabalho com rotação pelas secções
Instrução profissional complementar	Cursos compl. nocturnos nas Escolas Técnicas Credenciação	Obrigatória; currículo, coordenação	Inst. prática e teórica Inst. compl. obrigatória p/ menores 16 anos	Obrigatório, articulação escola/oficina 1 dia p/semana	Obrigatório flex. cursos ensino profissional 4 horas semana; articulação	Parte integrante da formação; instrução teórica e técnica 4-6 horas/semana	Não existe	Formação teórica na E. de Aprendizizes
Vigilância da formação	Instrutores a 100% Op. qualif. p. trabalho	Caderneta Inspectores	Caderneta Inspectores	Inspectores da aprendizagem	Especialista qualificado	Especialistas e fiscais Provas periódicas	Não existe	Instrutores especiais Operários a 100% Op. no posto de trabalho
Exame final	Não há exame final Considera-se a vigilância eficaz.	Exame final com júri designado pelo ministro. Certificado	Exame final (obrigatório) Certificado	Exame final Certificado uniformizado para toda a Suíça	Não há uniformidade Exame final Conclusão da aprendiz. Certificação	Exame final Conclusão da aprendiz. Certificado após estágio	Conclusão da aprendiz.	Exame final obrigatório Não há certificação.

A organização e administração da aprendizagem é, em geral, estabelecida com base em impostos, deduções e subvenções e é ancorada em legislação específica que inclui mecanismos de inspecção e fiscalização. Em Portugal, apenas se reporta o preceituado legal que regulamenta o trabalho de menores e, quando existem, os acordos colectivos de trabalho. Não existe entre nós a regulamentação sistemática da aprendizagem, nem é reconhecido o estatuto do aprendiz.

Na Escola de Aprendizizes da CP existem normativos internos da empresa, como é o caso da OD nº 29 (1959) que, no entanto, reflecte mais a preocupação de uniformizar a preparação do pessoal operário do que a definição e salvaguarda da condição dos aprendizes.

A idade média de admissão dos aprendizes ronda os 14-16 anos nos países em análise e também na Escola de aprendizes. No entanto, a legislação portuguesa vertente, o decreto nº 24402 de 24 de Agosto de 1934, considera ainda como idade mínima de admissão os doze anos, embora um despacho de 1945, como se viu, a tenha alterado para os catorze. A escolaridade exigida para a admissão na generalidade dos países reportados é a escolaridade obrigatória. Convém, todavia, lembrar que o conceito de escolaridade obrigatória varia de país para país e que em Portugal, só a partir de 1956, para os rapazes, e de 1960 para as raparigas, passou a ser de quatro anos. O despacho de 1945 apenas exige que, para serem admitidos, os aprendizes saibam ler e escrever.

Curiosamente, Portugal e a Escola de Aprendizizes da CP constituem-se como os únicos exemplos onde não é requerido um período de experiência a anteceder a aprendizagem. Nas outras situações observadas e também no Centro de Aprendizagem das Minas de Potássio da Alsácia tal condição parece não ter sido dispensada.

A duração da aprendizagem não é uniforme mas pode considerar-se que em Portugal e na Escola de Aprendizizes nos encontramos dentro da média de três anos. Onde nos encontramos fora da norma é, como já foi referido, em relação ao contrato de aprendizagem que existe em todos os casos observados excepto em Portugal e na Escola de Aprendizizes da CP. Quanto aos salários, os aprendizes em Portugal são remunerados

de acordo com o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho (quando exista para o sector) tal como sucede na maioria dos casos em análise.

O recrutamento é feito geralmente nas escolas secundárias e nas escolas profissionais, sendo concedida preferência aos filhos dos empregados. Na Escola de aprendizes, apesar da habilitação mínima ser o 2º grau da instrução primária, concede-se prioridade aos filhos de empregados e aos candidatos com cursos iniciados ou concluídos nas escolas técnicas. Para além da melhor acomodação aos valores da empresa, a preferência aos filhos de empregados confere à admissão um estatuto que reforça os mecanismos de reprodução social através da escola.

A selecção dos aprendizes varia de país para país, embora seja possível estabelecer quatro vertentes contempladas: provas escritas e orais, exame médico, testes psicotécnicos e currículo escolar do candidato. Em Portugal parece terem existido apenas o exame médico, que era obrigatório (despacho de 1945), e as habilitações escolares, originando que, face ao défice estrutural ainda persistente na escolarização básica dos anos cinquenta e sessenta, fosse frequente encontrar nas empresas aprendizes analfabetos. Na Escola de aprendizes, para além do perfil de habilitações que tendia a favorecer os habilitados das escolas técnicas, era realizado um exame médico e foram introduzidos, nos anos sessenta, exames de admissão, com provas escritas, e, nos anos setenta, exames psicotécnicos.

A instrução prática nos países europeus e na Escola de aprendizes era realizada em locais específicos para a aprendizagem, decorrendo, nos anos mais avançados, quer no posto de trabalho, quer nos centros de aprendizagem. Nos EUA, no Canadá e em geral em Portugal, a aprendizagem realiza-se exclusivamente nos locais de trabalho.

Outro aspecto relevante da formação que se fazia lá fora que contrastava com o que se fazia em Portugal era a instrução profissional complementar. Em geral, para os aprendizes, era obrigatória a frequência da escola técnica em regime nocturno. Em Portugal nada foi legislado nesse sentido, embora saibamos que na Escola de aprendizes, por sua iniciativa, conta e risco, uma parte significativa dos rapazes frequentava a escola técnica em paralelo com a Escola de aprendizes.

A vigilância da formação confunde-se com a fiscalização da aprendizagem. Em alguns países, para além dos operários qualificados que acompanhavam a formação dos aprendizes, existia uma caderneta de formação e um corpo de inspectores que regularmente auscultava a aprendizagem e a certificava. Em Portugal, não houve qualquer tipo de fiscalização ou inspecção exterior à instituição empregadora/formadora. A vigilância da formação era realizada no posto de trabalho por operários no normal desempenho das suas funções. Na Escola de aprendizes, embora não existisse qualquer tipo de fiscalização ou inspecção, havia, para além dos operários qualificados no posto de trabalho, outros quadros operários a tempo inteiro na escola que acompanhavam permanentemente a formação dos aprendizes.

Na generalidade dos países auscultados a aprendizagem era concluída formalmente com a realização de um exame final e a emissão de um certificado ou diploma. Em Portugal, a conclusão da aprendizagem era informal, apenas se verificando a integração sequencial do aprendiz na carreira operária e na empresa. Apesar de existirem provas de avaliação que de algum modo configuravam a conclusão da aprendizagem na Escola de aprendizes, tais provas eram regulares e ocorriam ao longo dos três ou dois anos do curso. Como já se viu, também aqui não existia certificação.

Da análise global do quadro, destacam-se, sobretudo, duas referências: em primeiro lugar, a ausência de um contrato de aprendizagem e a indefinição do estatuto do aprendiz conferiram à aprendizagem em Portugal uma posição de marginalidade, uma não identidade, não apenas no mundo do trabalho, mas também no universo da educação e da formação. Em segundo lugar, parece-me lícito considerar que, apesar das limitações apontadas à Escola de Aprendizizes, a aprendizagem que ali se realizava estava bem mais próxima do modelo optimizado que emerge da comparação com os outros países do que, em geral, a aprendizagem no resto do país.

7. Conclusão

Quando, na Europa Ocidental, a seguir à segunda guerra mundial, o esboroamento dos regimes fascistas e nazi se traduziu pelo restabelecimento de formas democráticas de governo, em Portugal parece ter-se cristalizado o fechamento do Estado Novo a qualquer possibilidade de abertura democrática. Pelo contrário, foram criados ou reforçados dispositivos de controlo e de cerceamento das aspirações sociais no sentido da inalterabilidade da ordem social e política vigente.

Nada, portanto, no discurso dirigente e na prática das instituições, nos parece permitir interpretar qualquer realidade educativa como potenciadora da prática da cidadania e da vivificação dos direitos dos cidadãos. E no entanto, mesmo em Portugal, alguma coisa mudava.

A crença de que o progresso económico, por si só, não poderia ocorrer sem um investimento sério nas qualificações escolares também fez época em Portugal e não será descabido relacionar tal crença com as mudanças educativas verificadas, nomeadamente ao nível do alargamento da escolaridade básica e da reforma do ensino técnico. Mais do que isso, pode constatar-se, pela natureza das próprias medidas, que eram as camadas populares os seus principais destinatários e, por si só, tal prática não podia deixar de conter efeitos democratizantes.

A teoria do capital humano, relacionando investimentos escolares, benefícios individuais e crescimento económico pode, com prudência comedida, dirão alguns, aplicar-se ao voluntarismo governamental que impulsionou as mudanças referidas. A análise dos resultados, quer ao nível da escolarização básica, quer ao nível do ensino secundário liceal e técnico, permite-nos perceber que as lógicas do regime assentavam em práticas de legitimação relacionadas com aquela teoria. Contudo, como sintetizou Maria Filomena Mónica, "um modelo mecanicista que postule uma relação directa e imediata entre as necessidades técnicas e a escolarização jamais poderá explicar os

casos históricos conhecidos"³³⁵ ou, como escreveu Olive Banks, "o nível económico e técnico de uma sociedade põe limites às variações que as instituições escolares podem apresentar mas não funciona como um factor estritamente determinante" ³³⁶

É necessário, portanto, procurar mais respostas e tentar perceber a articulação dos princípios com a prática dos actores ou colocar "o problema do estatuto do actor em relação às estruturas onde ele está inserido e do estatuto de uma lógica dos actores em relação a uma lógica das estruturas"³³⁷. Como Sérgio Grácio já havia constatado e como a análise do material empírico que utilizei também ilustra, as lógicas dos actores individuais assumem uma importância crucial nas tomadas de decisão enformando naturalmente os resultados e as práticas sociais.

O reconhecimento dessa aportação impõe-nos a relação dialéctica entre a mudança educativa e a mudança social e obriga-nos a trazer para o debate outras questões que entretanto se tornaram clássicas da sociologia da educação, como a da relação entre as habilitações escolares e a mobilidade social ou a questão da desigualdade perante a escola e perante as possibilidades de sucesso escolar.

Desfeito o mito igualitário da transformação da sociedade através da escola, afirma-se hoje na sociologia da educação um pluralismo teórico que essencialmente nos remete para a problemática da mudança social e para a reificação dos seus protagonistas, nomeadamente, quanto ao papel das instituições escolares. Se alguns autores se questionam, como o faz Perrenoud, se "são suficientes alguns graus de liberdade na mecânica da reprodução para refutar a teoria do hábito como produto da interiorização das estruturas e mediação da sua perpetuação"³³⁸, outros, como Crozier e Friedberg, consideram que "uma dada situação organizacional não constrange jamais totalmente um actor"³³⁹.

³³⁵ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Presença, Lisboa, 1978, p.42

³³⁶ Olive Banks, *The Sociology of Education*, Batsford, Londres, 1968, p.32

³³⁷ J.M.Berthelot, *Le piège scolaire*, P.U.F., Paris, 1983, p.16

³³⁸ Philippe Perrenoud, *Vers un retour du sujet en sociologie de l'éducation? Limites et ambiguïtés du paradigme stratégique*, in Anne Van Haecht, 1986, p.33

³³⁹ Crozier e Friedberg, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977, p.9

Em suma, trata-se de confrontar um modelo mecanicista de reprodução social através da escola, no sentido de perpetuar a dominação das classes dominantes, materializado essencialmente no poder da violência simbólica e na teoria do "habitus",³⁴⁰ "versus" um modelo interaccionista que rejeita uma socialização pela escola "como uma espécie de treino pelo qual o indivíduo jovem é levado a interiorizar as normas e os valores, atitudes, papéis, saberes e habilidades que compõem uma espécie de programa destinado a ser executado mais ou menos mecanicamente no futuro".³⁴¹

A ponte pode ser estabelecida a partir de autores que, como Berthelot, consideram que "o conceito de processo de socialização supõe a unidade dialéctica de determinações estruturais e de lógicas de actuação: a transmissão do saber aparece quase sempre como a ocasião de trocas diferenciais e mobiliza, portanto, na maioria das vezes, da parte dos actores sociais, individuais ou colectivos, comportamentos de captação, de apropriação, de preservação ou, inversamente, de reivindicação e de conquista... O processo de socialização não é, por conseguinte, redutível nem a um sistema exclusivo de determinações estruturais, nem a um simples jogo concorrencial de actores individuais" ³⁴².

Equaciona-se este debate na perspectiva de, a partir dele, estabelecer balizas epistemológicas que nos permitam resolver a equação inicial : como é que o objectivo institucional da modelação de operários se consubstanciou na prática da formação de cidadãos? E, numa perspectiva histórica, como é que num estado autoritário se estabeleceram bases para o exercício da cidadania ?

A Escola de Aprendizes da CP afirmou-se claramente como uma instituição educativa cujo potencial socializador está bem patente, quer no currículo explícito dos conteúdos das disciplinas, quer no currículo implícito nas práticas sociais dos actores e no articulado das frases da semana. Afirmou-se, sobretudo, como intermediário

³⁴⁰ Pierre Bourdieu e Jean Claude Passeron, *Les héretiers*, Minuit, Paris, 1970, p.11

³⁴¹ Raymond Boudon e F. Bourricaud, *Dictionnaire Critique de la Sociologie*, P.U.F., Paris, 1982, p.485

³⁴² J.M. Berthelot, *Le piège...* 1983, p. 181

incontornável da inserção dos indivíduos na empresa dos Caminhos de Ferro em duas áreas específicas da excelência oficial, a serralharia e a electricidade. Este processo de socialização, ao mesmo tempo escolar e em contexto de trabalho, sempre se configurou como uma formação marginal em relação ao sistema educativo estatal. Contudo, quer a admissão de aprendizes com habilitações iniciadas ou concluídas nas escolas técnicas, quer a frequência simultânea da escola técnica oficial por parte de alguns aprendizes, quer ainda a proximidade das aprendizagens teóricas e dos manuais que as suportavam, permitem estabelecer alguma analogia, e mesmo complementaridade, entre a formação da empresa e o ensino técnico oficial. Aliás, nos inquéritos realizados, a maioria dos aprendizes reconheceu que as aprendizagens na Escola de Aprendizizes lhes foram muito úteis na melhoria da sua prestação nas escolas públicas. Por outro lado, vários testemunhos confirmaram que, muito embora a CP nunca tivesse certificado para o exterior a formação ministrada, internamente sempre a considerou como equivalente ao curso industrial das escolas técnicas.

As lógicas de acção da instituição configuram uma dualidade de formações: por um lado, a formação económica que visava a qualificação eficaz da mão de obra e, por outro, a integração social, ou seja, uma formação alargada ao universo do trabalho e aos aspectos sócio-económicos da vida quotidiana dos operários. A Escola de Aprendizizes da CP constituiu, sem dúvida, uma resposta à problematização do processo de socialização da situação escolar para a situação de trabalho. Mais do que uma lógica da escola, existe na sua configuração uma lógica da empresa.

Por outro lado, para os aprendizes, rapazes admitidos com a idade de 15/17 anos, e para as suas famílias, existiram também razões, imperativos lógicos de acção, que imprimiram à realidade social da escola e da formação configurações específicas. Numa perspectiva de individualismo metodológico, podemos considerar que as motivações destes actores ajudam a compreender as suas práticas e a explicar os processos de interacção através dos quais eles atribuem significado aos seus actos, procedem a escolhas e constróem a realidade social em que se integram.³⁴³

³⁴³ Claude Montandon e Phillippe Perrenoud, *Entre parents et enseignants: un dialogue impossible ?*

Neste sentido, talvez se possa falar de um paradigma ferroviário que determina o modo de interacção característico entre as famílias e o meio ferroviário. No Boletim da CP escrevia-se que "os ferroviários de Portugal constituem uma dinastia - uma dinastia honrada porque a profissão passa de pais a filhos e de filhos a netos". E, acrescentava-se, "o zelo, a disciplina e a assiduidade são o melhor brasão da dinastia dos ferroviários de Portugal"³⁴⁴. Foi sempre explícito o interesse da companhia em recrutar preferencialmente filhos ou familiares de ferroviários, como meio de acomodação mais fácil às lógicas e aos valores da empresa e em que a escola se perspectiva como instância de reprodução social. Mas também existiu sempre, da parte desses jovens e das suas famílias, uma forte motivação para o ingresso na companhia através da Escola de Aprendizes. Provavelmente por isso, o objecto do estudo devesse ser ampliado e em vez de estudar a escola em sentido restrito, devêssemos estabelecer a sua inscrição numa análise microssociológica que considerasse a comunidade educativa dos meios ferroviários.

Nesse quadro, podemos estabelecer pressupostos fundamentais, partilhados pelos membros dessa comunidade, que modelam, afinal, "a maneira segundo a qual a família percebe e interpreta ou constrói os acontecimentos, as pessoas e as instituições do seu meio"³⁴⁵. A ideia de um emprego no caminho de ferro como um emprego estável, a relação entre a obtenção de uma qualificação e um salário melhor, a decisão do prosseguimento de estudos com um mínimo de custos, a tradicional propensão familiar para que os filhos sigam a profissão dos pais, a obtenção de facilidades de deslocação e transporte gratuitas, a necessidade de fugir da vida no campo, a importância do interconhecimento, são algumas das representações que povoam o universo simbólico dos candidatos a aprendizes e das suas famílias e determinam, sem dúvida, o modo ou o estilo de interacção da família com o meio e, portanto, com a escola.

Peter Lang, Berne, 1987, p.20

³⁴⁴ *Boletim da CP*, nº274, Abril de 1952

³⁴⁵ Montandon e Perrenoud, *Entre parents...*, 1987, p.174

A nível institucional, podem ser apresentadas algumas conclusões que permitem situar a Escola de Aprendizizes face ao sistema educativo português e questioná-la relativamente à administração e financiamento da formação, à inserção dos aprendizes no mundo do trabalho, à orientação escolar e profissional dos jovens, aos programas e aos meios de ensino, aos professores e instrutores e, finalmente, aos próprios aprendizes.

A Escola de Aprendizizes da CP não estava integrada no sistema educativo formal, nem se conhecem quaisquer formas de articulação entre aquela e as escolas técnicas oficiais. No entanto, havia programas que eram idênticos, utilizavam-se os mesmos manuais e alguns instrutores da escola de Aprendizizes também leccionavam na escola técnica oficial. Além disso, uma boa parte dos aprendizes frequentava a escola técnica em regime nocturno.

O estatuto marginal da Escola de Aprendizizes, face ao sistema educativo, implicou que toda a estrutura de administração, gestão e financiamento desta formação profissional decorresse exclusivamente por conta e responsabilidade da entidade promotora. E a CP promovia-a para dar resposta às necessidades de mão de obra qualificada impostas pela modernização tecnológica, nomeadamente ao nível das novas motorizações diesel e eléctricas que substituíram o vapor, no quadro da electrificação da rede ferroviária. Daí que todos os aprendizes que obtivessem aproveitamento nos cursos fossem de imediato colocados como operários, ficando vinculados à CP, a partir da admissão na escola, e auferindo desde logo um salário.

Não houve um diploma a certificar a formação recebida. Internamente, tal certificação poder-se-ia julgar redundante, dado que a entidade formadora era ao mesmo tempo a entidade empregadora. No entanto, para o exterior, essa ausência de certificação nunca constituiu obstáculo à constante procura, por parte do mercado de trabalho, da mão de obra qualificada pela Escola de Aprendizizes da CP, o que abona a qualidade da formação ministrada. Quer a incapacidade do ensino técnico oficial em satisfazer as necessidades das empresas, quer o maior investimento na formação prática e polivalente realizado na Escola de aprendizes, quer ainda os salários tradicionalmente

baixos dos ferroviários, constituíram-se como factores responsáveis pela sangria sistemática de mão de obra de que a CP era alvo por parte de empresas concorrentes nas áreas da serralharia, da mecânica e da electricidade

Apesar de se reputar importante a orientação escolar e profissional, só nos últimos anos de vigência da Escola de Aprendizes foram esboçados mecanismos de selecção e orientação profissional dos jovens, através da inclusão de provas psicotécnicas no conjunto dos exames de admissão. Até ali, a opção pelo curso era, em geral, determinada pelo percurso anterior e pela escolha dos candidatos.

As formações realizadas na Escola de Aprendizes da CP foram os cursos de serralheiros e os de electricistas. Após uma 1ª fase marcada pelos trabalhos ligados ao vapor, em que predominou a serralharia, assistiu-se, a partir dos últimos anos da década de cinquenta, ao incremento de formações na área da electricidade e à consequente bifurcação dos percursos de formação. Os cursos, até 1966, eram de três anos e passaram, daí em diante, a ter apenas dois anos de duração. A instrução decorria aos níveis teórico, prático e físico. Destaca-se o peso maior da carga horária reservada à prática oficial, que era simulada no primeiro ano e em contexto de trabalho nos restantes. Destaca-se também o espaço curricular que sempre foi reservado à educação física.

Os programas da formação teórica eram semelhantes aos da escola técnica oficial, embora na Escola de aprendizes fosse menor o número das disciplinas, sendo de realçar a ausência das disciplinas ditas culturais. Além do currículo formal, os aprendizes eram “configurados” por “uma atmosfera moral da escola” cujo elemento mais visível era a inculcação veiculada pelas “frases da semana”.

A direcção e gestão da Escola de Aprendizes integra-se no organograma geral da CP através do 2º Grupo Oficial que, por sua vez, dependia da Divisão de Material e Tracção. Os instrutores de Desenho e de prática oficial eram quadros operários de reconhecida competência e destreza. Além destes, havia os técnicos superiores da empresa, os engenheiros do grupo oficial que se encarregavam da instrução teórica de

natureza tecnológica e os professores contratados no exterior que leccionavam Aritmética, Geometria e Álgebra, Educação Física e Moral e Educação Cívica.

Finalmente, os aprendizes eram rapazes entre os 15 e os 18 anos, munidos com uma habilitação mínima ao nível do 2º grau de instrução primária que, ao longo dos anos, se foram apresentando com habilitações cada vez mais elevadas, nomeadamente com formações das escolas técnicas. Na maioria eram filhos de ferroviários e de domésticas. Eram oriundos das zonas rurais do interior, com predomínio da Beira Baixa e do Alto Alentejo, e tinham em comum a acessibilidade em relação ao caminho de ferro. Aliás, o imaginário social ligado à profissão ferroviária, nomeadamente, o interconhecimento e a imagem de uma profissão estável e socialmente considerada, constituiu-se como o primeiro factor responsável pela procura de ensino na Escola de Aprendizizes.

Quanto à aprendizagem, poderão parecer pouco relevantes os números referentes à Escola de Aprendizizes do Entroncamento, se considerados no quadro mais largo do ensino técnico na época em análise, e insignificantes se os confrontarmos com os números do ensino secundário em geral. Convém, por isso, lembrar algumas ideias fundamentais que se foram anotando ao longo do trabalho.

A aprendizagem nas empresas era, pelo menos até à década de sessenta, a principal forma de preparação profissional dos trabalhadores portugueses e não parece que, no período em análise, tivesse sido de outro modo. Por outro lado, das empresas com aprendizes ao seu serviço, uma larga maioria processava a aprendizagem nos próprios locais de trabalho e produção. Só uma percentagem ínfima a realizava em locais exclusivos e as que combinavam a aprendizagem no posto de trabalho com a formação em situação escolar, representavam apenas 1,1 % do total de empresas com aprendizes ao seu serviço.

A penetração do ensino técnico na formação de operários qualificados manteve-se reduzida. Como Sérgio Grácio demonstrou, a escola técnica nunca esteve significativamente associada ao trabalho industrial. Daí que, mesmo do ponto de vista quantitativo, a formação ministrada na Escola de Aprendizizes se tenha que considerar

significativa, se tivermos em conta que a CP fazia parte daquela minoria de empresas que realizava a aprendizagem em modo escolar, destinando locais e instrutores exclusivos para a formação dos seus aprendizes e mantendo em funcionamento cursos específicos. Por outro lado, se tivermos em conta a dimensão regional e local do fenómeno educativo e a sua correlação com o mundo do trabalho e do emprego, verificamos que a aprendizagem realizada marcou iniludivelmente a vida local. Basta para isso evocar o peso que ainda hoje, trinta anos após o encerramento da Escola de Aprendizes, têm na EMEF e no Sector de Manutenção os quadros ali formados, para só nos restringirmos ao quadro oficial. Se transcendermos esse quadro e lhe acrescentarmos o pessoal da tracção e do movimento e os desenhadores e electricistas em cujo trabalho tem assentado boa parte da construção civil na cidade do Entroncamento, teremos argumentos mais fortes para sustentar a qualidade e a importância da escola.

Os resultados da formação avaliam-se no essencial pelos diplomas obtidos e pela colocação de mão de obra qualificada no mercado de trabalho. Contudo, também é possível avaliá-los pelas prestações posteriores dos indivíduos e pela optimização das suas performances profissionais, técnicas, culturais e morais. Como escreveu Maria Cândida Proença a propósito dos pressupostos da educação dos nossos dias, "a formação para a cidadania supõe uma educação que desenvolva uma pluralidade de competências que permitam ao futuro cidadão participar de forma activa na comunidade política, económica, social e cultural a vários níveis : em grupos de base, na localidade, no município, na região, no país, na Europa e no Mundo."³⁴⁶

Esperava-se dos aprendizes da CP que, pela sua formação profissional, estivessem aptos a desempenhar um papel activo no processo produtivo. Em tempo de limitação dos direitos de cidadania e em que não era lícito o exercício de uma cidadania activa, esperava-se também que eles fossem obedientes e assíduos, nacionalistas e patriotas, crentes e tementes a Deus, preparados não para decidir, mas conformados na aceitação de que outros decidissem por eles.

³⁴⁶ Maria Cândida Proença, *História e Cidadania*, U.N.L., F.C.S.H., 1998, p.40

Em trinta e três anos de vigência, passaram pela Escola de Aprendizizes do Entroncamento cerca de um milhar de jovens. É natural que uma parte significativa desses rapazes não tenha concluído os respectivos cursos. Todavia, como referia o deputado Marques de Carvalho no encerramento do debate da proposta de que haveria de resultar a lei de 1947, "todos os que durante os cursos os vão abandonando para ingressarem em serviços remunerados levam preparação escolar - incompleta é certo - mas, assim mesmo, útil".³⁴⁷

No deve e haver da instituição relevam as centenas de aprendizes que, ao concluírem a sua formação na escola, vieram a ocupar um espaço importante na empresa, na economia e na sociedade portuguesa, quer em termos de mobilidade horizontal, pela sua capacidade de adaptação a novas formas de trabalho, quer em termos de mobilidade vertical, pelos recursos adquiridos que lhes permitiram ascender nos quadros da empresa e nos vários patamares da vida social. Houve aprendizes que prosseguiram estudos e hoje são quadros superiores. Outros decidiram-se pela iniciativa privada e constituíram empresas. Um número muito significativo optou pela carreira de desenho dentro da empresa dos caminhos de ferro e fora dela. Há antigos aprendizes que são hoje topógrafos, engenheiros, professores, advogados, autarcas...

Os que seguiram uma carreira industrial e operária na empresa que os recebeu como formandos ascenderam, em geral, a funções de chefia: contramestres e chefes de brigada, maquinistas e inspectores, alguns dedicaram-se à formação no quadro da aprendizagem. Uma parte deles ainda se encontra na vida activa. A EMEF que hoje administra, quase por inteiro, o parque oficial da antiga CP no Entroncamento, ainda emprega perto de duas centenas deles em funções diversas. São engenheiros e técnicos de produção, contramestres e chefes de brigada, mão-de-obra com elevada qualificação nas diversas valências do trabalho ferroviário. Dos restantes, que seguiram igualmente a vida ferroviária, uns transitaram da oficina para a tracção e seguiram a carreira de maquinista. Outros transitaram para o movimento e são chefes de estação, revisores e

³⁴⁷ *Escolas Técnicas*, n.ºs 6-7, vol. II, Separata, 1949, 217

factores. Um número considerável de antigos aprendizes abandonou a empresa dos caminhos de ferro, aliciado por melhores salários oferecidos por empresas concorrentes.

A própria Escola de Aprendizes muito ficou a dever a alguns dos seus formandos que, após a conclusão dos seus cursos e de um tirocínio de qualificação nas oficinas, regressaram à escola para ensinar os novos aprendizes. Em 1966, por exemplo, apenas os dois engenheiros que davam formação na escola não tinham sido aprendizes. Os outros formadores, o contramestre que dirigia a escola e os operários que ministravam formação, todos tinham passado pela Escola de Aprendizes.

No entanto, esses rapazes de há quarenta e cinquenta anos, para além das tarefas profissionais que lhes preenchem a vida activa, acabaram por revelar suficiente independência de espírito para lhes permitir darem-se conta dos problemas da sociedade do seu tempo e participarem activamente na sua resolução, empenhando-se na vida política, nas autarquias, nas cooperativas e nos sindicatos, na vida associativa, nas sociedades de cultura e recreio e nos clubes desportivos, assumindo-se como cidadãos de corpo inteiro numa sociedade que espera deles o exercício da cidadania activa. São presidentes de câmara e de junta de freguesia, directores de cooperativas e de agremiações sindicais, associados e dirigentes das colectividades.

Por isso se afirma a tese colocada inicialmente. A CP admitia, através da Escola de Aprendizes, jovens para os transformar em mão de obra qualificada, para fazer deles operários, mas de facto formou cidadãos. Durante trinta e três anos passaram pela Escola de Aprendizes da CP no Entroncamento cerca de um milhar de jovens que estabeleceram, não apenas os laços fundamentais de uma dinastia ferroviária, "família ordeira, pacífica, que trabalha",³⁴⁸ mas, sobretudo, os contornos de uma prática social comprometida com os valores das sociedades democráticas.

Haverá quem afirme que, sem as mudanças operadas pela revolução no nosso país, aquela prática não existiria ou estaria condicionada por balizas muito mais estreitas. Todavia, podemos igualmente afirmar que os actores, cujas práticas aqui

³⁴⁸ *Boletim da CP*, nº 259, 1951, p.2

reportamos, também foram protagonistas daquelas mudanças que ocorreram por vontade do povo, fardado e à civil.

Haverá sempre também quem conteste que o clima de autoritarismo, de subserviência e controle, na vida social e porventura na vida interna da instituição escolar, nos possa permitir atribuir à escola e à formação recebida o protagonismo da alforria conquistada. Voltaríamos, nesse caso, a socorrer-nos de Crozier e de Friedberg para lembrar que, se "o actor não existe fora do sistema que define a liberdade que é a sua e a racionalidade que ele pode utilizar na sua acção, o sistema não existe, a não ser pelo actor que é o único que pode usá-lo, dar-lhe vida e mudá-lo".³⁴⁹ Individuais ou colectivos, são os actores, no seu conjunto, os protagonistas da mudança.

No que à escola diz respeito, à Escola de Aprendizizes e, intemporalmente, a todas as outras, importa, como o faz Perrenoud, "conservar na noção de educação o seu sentido mais amplo, que se não confunde nem com escolarização nem com a instrução dirigida em função de um currículo explícito".³⁵⁰ Ou ainda, glosando Petitat, lembrar que, "reprodutiva a um certo nível, a escola contribui para a mudança social a um outro nível...Parecendo voltada exclusivamente para a veneração da ordem estabelecida, ela participa, apesar de tudo, e de modo oblíquo, na sua ultrapassagem".³⁵¹ Tendo por objectivo a preparação de operários qualificados, a Escola de Aprendizizes constituiu-se também como um percurso fundamental na formação de cidadãos activos e empenhados.

³⁴⁹ Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'acteur et le système*, Éditions du Seuil, Paris, 1977, p. 9

³⁵⁰ Phillippe Perrenoud, *Sous des airs savants, une notion de sens commun: la socialisation*, G.Vicent (ed.), Paris, 1988, p.150

³⁵¹ A. Petitat, *Production de l'école - Production de la société*, 1982, p. 465

Bibliografia

Artigos

ALHO, Alberico Costa – “A técnica, o operário e a costureira”, revista *História*, nº 22 (IIIª Série), Fevereiro de 2000

CASTRO, Francisco de Almeida – “Um olhar sobre a CP, 1945-1980”, in GOMES, Gilberto (coord.), *O Caminho de Ferro em Portugal de 1856 a 1996*, Ed. Caminhos de Ferro Portugueses EP, Lisboa, 1996

FERNANDES, Rogério – “História das Inovações Educativas”

HAMELINE, Daniel – “Prefácio”, in NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, INIC, Lisboa, 1987

NÓVOA, António – “A «Educação Nacional»”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas, Presença, Lisboa, 1992

NÓVOA, António – “A Educação Nacional, 1930-1974: Análise histórica e historiográfica”, in *Actas del Encuentro Ibérico de Historia de la Educación*, Zamora, 7-10 de Junio de 1995

NÓVOA, António – “Nota de apresentação” in GOODSON, Ivor F., *A construção social do currículo*, Educa, Lisboa, 1997

POLICARPO, João de Almeida – “A aprendizagem na Empresa” in *Estudos Sociais e Corporativos*, Ano I, nº 4, Lisboa,

ROSAS, Fernando – “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Alfa, Lisboa, 1990

SILVEIRA, Paula – “Os valores do quotidiano no Estado Novo: ruptura ou continuidade”, Colóquio *O Estado Novo, das Origens ao fim da Autarcia, 1926-1959*, vol II, Fragmentos, Lisboa, 1987

Livros

ABRAGÃO, Frederico de Quadros – *Caminhos de Ferro Portugueses, Esboço da sua História*, Ed. Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Lisboa, 1956.

ABRAGÃO, Frederico de Quadros – *Cem anos de Caminho de Ferro na Literatura Portuguesa*, Ed. Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Lisboa, 1956

ALPIARÇA, João Cidade – *Evolução do Ensino Técnico-Profissional nos últimos trinta anos*, MEC, GEP, Lisboa, 1981

- APPLE, Michael W. – *Os Professores e o Currículo: Abordagens Sociológicas*, Educa, Lisboa, 1997
- AZEVEDO, Joaquim – *Avenidas de liberdade, Reflexões sobre política educativa*, Ed. Asa, Porto, 1994
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas – *La construction sociale de la réalité*, PUF, Paris, 1986
- BHERTELOT, J.M. – *Le piège scolaire*, PUF, Paris, 1983
- BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François – *Dictionnaire critique de la Sociologie*, PUF, Paris, 1982
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé – *As Escolas Históricas*, Europa América, Lisboa, 1990
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Claude – *Les héretiers*, Minuit, Paris, 1982
- BRITO, José Maria Brandão – *A Industrialização Portuguesa no pós-guerra (1958-1965), O Condicionamento Industrial*, Dom Quixote, Lisboa, 1989
- BUSTORFF, António José Rebelo – *Ensino Técnico Profissional – Contributo para o estudo da sua organização e do seu funcionamento nos últimos 40 anos (1948 a 1988)*, Lisboa, 1988, Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Texto policopiado)
- CABRITO, Belmiro Gil – *Formações em Alternância : conceitos e práticas*, Educa, Lisboa, 1994
- CANÁRIO, Rui – *O Estabelecimento de Ensino no Contexto Local*, Escola Superior de Educação de Portalegre, Portalegre, 1990
- CÂNDIDO, Ludovico Morgado et al – *A Aprendizagem nas Empresas*, Ministério das Corporações e Previdência Social, F.D.M.O., Lisboa, 1965
- CÂNDIDO, Ludovico Morgado – *Evolução recente da estrutura escolar portuguesa*, Ministério das Corporações e Previdência Social, F.D.M.O, Lisboa, 1965
- CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985
- CASA DO RIBATEJO, *Actas do II Congresso do Ribatejo*, Lisboa, 1948
- COLEMAN, James S./HUSÉN, Torsten – *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*, Afrontamento, Porto, 1990
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – *Educação, Memórias e testemunhos*, Gradiva, Lisboa, 1998

CROZIER, Michel e FRIEDBERG, Erhard – *L'acteur et le système, Les contraintes de l'action collective*, Editions du Seuil, Paris, 1992

DELORS, Jacques e outros - *Educação um tesouro a descobrir, Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, Edições Asa, Porto, 1996

DEWEY, John – *Logic: The theory of inquiry*, Nova Iorque, 1949

DOMINGOS, Ana Maria e outras – *A teoria de Bernstein em Sociologia da Educação*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986

DUBY, Georges /LARDREAU, Guy – *Diálogos sobre a Nova História*, Dom Quixote, Lisboa, 1989

DUMÉZ, Guy – *Le Centre d'Apprentissage des Mines de Potasse d'Alsace, Une voie originale our une réussite pédagogique et humaine (1940-1973)*, Maison du Mineur et de la Potasse, Wittelsheim, 1995

ESTRELA, Albano e FERREIRA, Júlia (Org.) – *Investigação em Educação, Métodos e técnicas*, Educa, Lisboa, 2001

FÈBVRE, Lucien – *Combates pela História*, Ed. Presença, Lisboa, 1985

FOUCAULT, Michel – *Surveiller et punir, Naissance de la prison*, Gallimard, Paris, 1975

FRIEDBERG, Erhard – *O Poder e a Regra, Dinâmicas de Acção Organizada*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 1995

GOMES, Gilberto (Coord.) - *O caminho de ferro revisitado, O caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*, Ed. Caminhos de Ferro Portugueses, Lisboa, 1996

GOODSON, Ivor F. – *A Construção Social do Currículo*, Educa, Lisboa, 1997

GRÁCIO, Sérgio – *Política Educativa como Tecnologia Social, As reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983*, Livros Horizonte, Lisboa, 1986

GRÁCIO, Sérgio - *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Educa, Lisboa, 1997

GRÁCIO, Sérgio – *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 1998

HAMELINE, Daniel e outros – *L'École active, Textes fondateurs*, Puf, Paris, 1995

KOHLBERG, Lawrence – *Psicologia del Desarrollo moral*, Ed. Desclée de Brouwer, Bilbao, 1992

LE GOFF, Jacques, LADURIE, Emmanuel Le Roy, DUBY, Georges e outros – *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, 1983

- LE GOFF, Jacques – *Reflexões sobre a História*, Edições 70, Lisboa, s/d
- LÉON, Antoine – *Histoire de l'Éducation Technique*, PUF, Paris, 1961
- LÉON, Antoine – *Introdução à História da Educação*, Dom Quixote, Lisboa, 1983
- MARROU, Henri Irené – *De la connaissance historique*, Éditions du Seuil, Paris, 1975
- MATTOSO, José – *A escrita da História*, Estampa, Lisboa, 1998
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Direcção Geral da Administração Escolar, *Muitos anos de escolas*, Lisboa, 1990
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Departamento do Ensino Secundário, *Revisão Curricular no Ensino Secundário, Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos I*, Lisboa, 2000
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Perfil Cultural Desejável do Diplomado do Ensino Secundário*, Lisboa, 1988
- MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Presença, Lisboa, 1978
- MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e operários*, Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986
- MONTANDON, Claude e PERRENOUD, Philippe – *Entre parents et enseignants: un dialogue impossible?* Peter Lang, Berne, 1987
- MORIN, Edgar – *As grandes questões do nosso tempo*, Ed. Notícias, Lisboa, 1987
- NÓVOA, António Nóvoa – *Le temps des professeurs – Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII – XX siècles)*, 2 vol.s, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987
- NÓVOA, António – *História da Educação, Relatório da disciplina de História da Educação na FPCEUL*, Texto policopiado, Lisboa, 1994
- PERRENOUD, Philippe – *Vers un retour du sujet en sociologie de l'éducation ? Limites et ambiguïtés du paradigme stratégique*, in Anne Van Haecht, 1986
- PERRENOUD, Philippe – *Sous des airs savants, une notion de sens commun : la socialisation*, G.Vicent (ed.), Paris, 1988
- PETITAT, André – *Production de l'école, production de la société*, Librairie Droz, Genève, 1982
- PIRENNE, Henri – *What are historians trying to do?*, Hans Meherhoff, Nova Iorque, 1959

POITOUT, Manuela e BATISTA, Luis – *História da Imprensa no Entroncamento*, Ed. Jornal *O Entroncamento*, Entroncamento, 1997

PROENÇA, Maria Cândida (Coord.) – *O Sistema de Ensino em Portugal, séculos XIX e XX*, Ed. Colibri, Lisboa, 1998

PROENÇA, Maria Cândida – *História e Cidadania*, U.N.L., F.C.S.H., Lisboa, 1998

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa, 1998

RAMALHO, Margarida Magalhães – *Comboios com Histórias*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2000

REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Alfa, Lisboa, 1990

ROSAS, Fernando (Coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Presença, Lisboa, 1992

SANTOS, Boaventura Sousa – *Um discurso sobre as ciências*, Afrontamento, 9ª edição, Porto, 1997

SANTOS, Maria Emília Brederode – *Os Aprendizizes de Pigmaleão*, Ed. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1985

SCHAFF, Adam – *História e Verdade*, Estampa, Lisboa, 1974

SALMON, Pierre – *História e Crítica* – Livraria Almedina, Coimbra, 1979

SÉRGIO, António – *Educação Cívica*, Ed. Ministério da Educação, Lisboa, 1984

SILVA, Tomaz Tadeu – *Identidades terminais – As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*, Vozes, Petrópolis, 1996

TEIXEIRA, Jorge Fernando – *Origens, Fundação e Evolução da CP*, Ed. Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Lisboa, 1938

TORRES, José de Matos – *Aspectos quantitativos do Ensino em Portugal*, I.S.C.E.F., Lisboa, 1961

VAN HAECHT, Anne – *A Escola à prova da Sociologia*, Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 1994

Jornais e Revistas

Associação Industrial Portuguesa, *Indústria Portuguesa*, nº 168, Fevereiro de 1942, nº 170, Abril de 1942, nº 171, Maio de 1942, nº 172, Junho de 1942, nº 179, Janeiro de 1943, nº 181, Março de 1943, nº200, Outubro de 1944, nº 203, Janeiro de 1945, nº 204, Fevereiro de 1945, nº 205, Março de 1945, 215, Janeiro de 1946, 216, Fevereiro de 1946, nº218, Abril de 1946, 219, Maio de 1946, nº 220, Junho de 1946,

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, quinzenal, do nº 1345, 1 de Janeiro de 1944 ao nº 1656, 16 de Dezembro de 1956

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, *Boletim da CP*, mensal, Lisboa, nº 1, Julho de 1929 ao nº 522, Dezembro de 1972

Fundação Calouste Gulbenkian, *Colóquio/Educação e Sociedade*, nº 5, nova série, Lisboa, Março 1999

Instituto de Inovação Educacional, *Inovação*, vol. 13, nº 1, Lisboa, 2000

Institut National de recherche pédagogique, *Histoire de L' Education*, nº66, Paris, Mai, 1995

Ministério da Educação Nacional, *Escolas Técnicas, Boletim de acção educativa*, nº 1, Lisboa, 1946 ao nº 43, 1971

O. Entroncamento, bi-mensal, nº 1, 1 de Dezembro de 1930 ao nº 592, Agosto de 1982

Revista de Educación, nº 295, Mayo - Agosto de 1991

Anexos

1.	Cronologia	Pág. 219
2.	Exercícios de desenho	
	2.1. Desenho linear e geométrico	225
	2.2. Desenho de projecções	226
	2.3. Desenho esquemático	227
	2.4. Desenho de máquinas	229
3.	Desenho de letras	230
4.	Exercício de desenho linear e geométrico - ângulos	231
5.	Exercício a compasso	232
6.	Exercício de desenho de máquinas	233
7.	Relação das secções de estágio nas oficinas	234
8.	Aprovações no ensino primário no Entroncamento	235
9.	Frases da semana – série I	236
10.	Frases da semana – série II	240
11.	Horário de funcionamento da Escola de Aprendizizes	242
12.	Exercício oficial, esquadro	244
13.	Relação de exercícios oficiais, 1943	245
14.	Regulamento de empréstimo de manuais	246
15.	Relação de manuais adoptados	247
16.	Professores/instrutores da Escola de Aprendizizes	248
17.	Instrução nº OD 29	249
18.	Questionário , formulário	258
19.	Resultados do questionário, tratamento de dados	261
20.	Guião das entrevistas	273.
21.	Entrevista I	275
22.	Entrevista II	290
23.	Entrevista III	306
24.	Entrevista IV	320
25.	Entrevista V	330

Anexo 1 Cronologia

- 21.07.1930** – Inauguração da Escola de Aprendizes da CP no Barreiro.
- 31.12.1931** – Publicação do Dec. Lei nº 20.692 que aprova os novos Estatutos da CP.
- 28.05.1932** – Inauguração da nova estação de Lisboa – Terreiro do Paço, projecto do arquitecto Cottinelli Telmo.
- 05.07.1932** – Primeiro governo chefiado por Oliveira Salazar.
- 11.04.1933** – Promulgada uma nova constituição que instituiu o Estado Novo.
- 01.06.1933** – Início dos trabalhos de construção das Novas Oficinas Gerais do Caminho de Ferro do Sul e Sueste no Barreiro
- 30.12.1933** – Portaria a constituir uma Comissão de engenheiros para estudar no estrangeiro a utilização de automotoras nas linhas da CP.
- 01.05.1934** – Tentativa de greve na CP. São presos ferroviários em Santa Apolónia.
- 24.08.1934** – É fixado em 8 horas diárias o horário de trabalho para a indústria e comércio e o descanso semanal obrigatório ao domingo.
- 24.05.1935** – Lei de Reconstituição Económica que irá permitir o desenvolvimento de um programa de obras públicas e infra-estruturas do Estado Novo, prevendo a conclusão da rede de caminho de ferro, estradas e construção de aeroportos.
- 22.12.1935** – Inauguração do Sindicato Nacional dos Ferroviários Portugueses.
- 03.01.1937** – Publicação da Ordem da Direcção Geral da CP, nº 251, comunicando as concessões para o pessoal operário ao serviço da Companhia: 12 dias de licença com vencimento por ano e assistência médica extensiva aos familiares directos (esposas, filhas solteiras e filhos menores).
- 04.08.1939** – A CP adquire na América 12 locomotivas Diesel Eléctricas para manobras e 28 carruagens metálicas; na Europa adquire 10 automotoras tipo A e 10 automotoras Diesel mecânicas tipo B
Início da adaptação das locomotivas a vapor à queima de óleos devido aos problemas de aquisição de carvão.
- 01.09.1939** – Início da 2ª Guerra Mundial
- 02.06.1940** – Inauguração, na Praça do Império em Lisboa, da Exposição do Mundo Português.
- 10.10.1940** – Contrato entre a CP e a The English Electric Company Limited para o fornecimento de 12 Locomotivas Diesel Mecânicas tipo 040.
- 28.04.1941** – A CP informa o Ministro da Economia de que, a não serem tomadas providências imediatas para o fornecimento de carvão, terá que reduzir em cerca de 60% os percursos dos comboios.
- 17.12.1942** – Contrato entre a CP e a Otto Wolf para o fornecimento de automotoras Diesel Eléctricas.
- 06.03.1943** – A C.G.D. concede à CP um empréstimo de 40.000 contos para o pagamento do material circulante adquirido na Alemanha e nos E.U.A.
- 15.04.1943** – Abertura da Escola de Aprendizes da CP no Entroncamento, com uma classe de 13 aprendizes para o curso de serralheiros.
- 20.04.1943** – São isentas do condicionamento industrial as instalações de carvão vegetal.
- 25.03.1944** – Foram admitidos 25 aprendizes na Escola do Entroncamento.

- 12.04.1944** – Contrato entre a CP e a Sociedad Española de Construcciones Babcock&Wilcox para o fornecimento de 2 locomotivas a vapor.
- 15.11.1944** – A Comissão Executiva da CP concorda que se solicita ao governo a aplicação de um adicional de 20% sobre as tarifas de passageiros e de grande velocidade para fazer face à grave crise provocada pela falta de combustíveis.
- 06.12.1944** – O Ministério da Economia comunica que a Direcção Geral de Serviço Florestal recebeu instruções para cortar lenha nas matas do Estado para ser utilizada nas locomotivas da CP.
- 14.05.1945** – **Foram admitidos 20 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 03.05.1945** – Fim da 2ª Guerra Mundial na Europa.
- 29.06.1945** – Todas as importações de carvão dos E.U.A. para Portugal ficam suspensas por tempo indeterminado.
- 04.07.1945** – Encontram-se fora de circulação 25% das locomotivas por falta de combustível.
- 07.09.1945** – Publicação da Lei 2008 que determina o plano de substituição de todas as concessões de linhas férreas de via larga e de via estreita por uma concessão única.
- 20.02.1946** – O Ministério da Economia garante o fornecimento à CP de 9.000 toneladas de carvão estrangeiro por mês e de 250 toneladas de fuel-óleo por dia.
- 01.04.1946** – **Foram admitidos 28 aprendizes na Escola do Entroncamento**
- 06.06.1946** – Contrato entre a CP e a Nydqvist&Holm Aktiebolag para o fornecimento de 6 automotoras com bogies de dois eixos.
- 28.12.1946** – Escritura de transferência da concessão da Companhia da Beira Alta para a CP.
- 30.12.1946** – Escritura da transferência da concessão da Companhia do Vale do Vouga para a CP.
- 05.06.1947** – O general Marshall anuncia um programa de ajuda à recuperação económica europeia – o plano Marshall
- 19.06.1947** – É aprovada a lei nº 2025 que estabelece as bases do ensino técnico comercial e industrial.
- 26.06.1947** – Contrato entre a CP e a Casa Schindler Wagons AS para o fornecimento de 65 carruagens.
- 27.10.1947** – **Foram admitidos 20 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 11.07.1947** – O decreto lei nº 36409 estabelece o plano de construções para o ensino técnico.
- 09.09.1947** – É instituído o Fundo de Fomento Industrial e o Fundo de Abastecimento.
- 31.07.1947** – São aprovados os novos estatutos da CP.
- 17.10.1947** – Contrato entre a CP e a General Electric Portuguesa para o fornecimento de 12 locomotivas Diesel Eléctricas.
- 12.05.1948** – A CP decide transformar as locomotivas de consumo de óleo para carvão pois o aumento do preço do óleo combustível representa um encargo de 48.000 contos anuais.
- 25.08.1948** – Com o decreto lei nº 37029 é aprovado o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial.
- 15.09.1948** – Chegada a Portugal das primeiras locomotivas Diesel Eléctricas.
- 25.09.1948** – Face à grave crise financeira, o Ministério das Finanças adere ao esquema de apoio do Plano Marshall.
- 1948-1949** - **São suspensas as admissões na Escola de Aprendizizes do Entroncamento.**

- 09.03.1949** – O director geral da CP informa que, com a entrada em serviço das locomotivas Diesel Eléctricas e dos tractores de manobras, obter-se-á uma economia de aproximadamente 20.000 contos.
- 26.03.1949** – É instituído o Fundo de Fomento Nacional.
- 31.12.1949** – O Dec. Lei nº 37723 autoriza o Fundo Especial dos Caminhos de Ferro a conceder um subsídio de 50.000 contos à CP.
- 19.04.1950** – É autorizada a execução de obras para a instalação eléctrica na estação de Torres Novas.
- 27.06.1950** – Com fundos do Plano Marshall é autorizada a compra de 5 locomotivas Diesel Eléctricas de 1500 HP e 12 de 1350 HP nos E.U.A.
- 05.09.1950** – Contrato entre a CP e a C.G.D. para a aquisição de 17 locomotivas Diesel nos EUA ao abrigo do Plano Marshall.
- 18.10.1950** – Contrato para a aquisição de 5 locomotivas Diesel Eléctricas de 1500/1600 HP à Alco, ao abrigo do Plano Marshall.
- 09.05.1951** – O Dec. Lei nº 38244 concede à CP um empréstimo de 320.000 contos
- 14.06.1951** – Contrato de concessão única entre o estado português e a nova CP.
- 05.07.1951** – São aprovados os novos estatutos da CP.
- 10.09.1951** – O governo português utiliza a quota atribuída a Portugal no Plano Marshall para 1950-51, no montante de 8,5 milhões de dólares.
- 02.10.1951** – Chegada ao cais de S.ta Apolónia das três primeiras locomotivas Alco.
- 29.12.1952** – É aprovado o I Plano de Fomento.
- 31.07.1952** – O Director Geral apresenta à CP o Plano da Rede Unificada Portuguesa.
- 28.08.1952** – Contrato entre a CP e a Allan&Cº para o fornecimento de 35 automotoras Diesel eléctricas, 20 atrelados e peças e equipamentos sobresselentes.
- 14.01.1953** – São autorizadas as despesas no valor total de 28.580.000\$00 para a aquisição de locomotivas DE Alco, locomotivas DE Whitcomb (MAS), modificação de bogies das locomotivas Alco, automotoras Allan, carruagens Carel-Fouché, comboios-automotoras Fiat e montagem de 4 caldeiras para queimar óleo.
- 22.01.1953** – As oficinas da CP encontram-se inactivas por falta de matéria prima.
- 27.03.1953** – Exposição do Presidente do CA da CP ao ministro das Comunicações sobre a difícil situação financeira da CP, devido à quebra de receitas motivada pela depressão económica geral.
- 26.09.1953** – Os programas aprovados pelo Conselho Económico para a execução do Plano de Fomento prevêem que o financiamento de 600 mil contos à CP seja assegurado pela emissão de obrigações de 4,5%, com a garantia do Estado através do Fundo Especial de Transportes Terrestres.
- 15.10.1953** – A CP aprova o início do serviço Lisboa-Porto pelo comboio “Foguete”.
- 28.07.1955** – Foi assinado o 1º Acordo Colectivo de Trabalho na CP.
- 03.01.1955** – **Foi retomada a admissão de aprendizes na Escola do Entroncamento, com uma classe de 20 aprendizes.**
- 1956** – Passagem da escolaridade obrigatória para quatro anos (rapazes)
- 27.08.1956** – **Foram admitidos 32 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 28.10.1956** – Inauguração oficial da tracção eléctrica da linha de Sintra e do troço entre Lisboa e o Carregado.
- 02.09.1957** – **Foram admitidos 42 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 30.06.1958** – Foi inaugurada a electrificação da linha Lisboa - Entroncamento.
- 23.08.1958** – **É criado o curso de operários electricistas de motores no 3º Grupo Oficial no Barreiro**
- 01.10.1958** – **Foram admitidos 30 aprendizes na Escola do Entroncamento.**

- 23.10.1958** – O I Plano de Fomento (1953-1958) atribui à CP 600.000 contos aplicados na adaptação das oficinas à grande reparação de material tractor (eléctrico e diesel-eléctrico), renovação da linha do Norte, renovação das pontes da Beira Alta, trabalhos de electrificação, trabalhos de via e obras, equipamento aéreo, subestações e linhas de alimentação, material circulante, sinalização e telecomunicações.
- 11.1958** – É aprovado o II Plano de Fomento.
- 29.01.1959** – O Conselho de Administração da CP aprova a adjudicação à Sorefame da montagem de 12 locomotivas de 700/800 cv a adquirir através da Eurofima e do II Plano de Fomento.
- 27.04.1959** – Contrato para a construção de 9 locomotivas Diesel eléctricas, do tipo ORE standard, à Société Anonyme des Anciens Établissements Brissoneau et Loz.
- 05.1959** – **A Instrução OD nº 29 estabelece a organização das Escolas de Aprendizizes.**
- 01.10.1959** – **Foram admitidos 27 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 06.11.1959** – **Transferência da Escola de Aprendizizes do Entroncamento para o edifício da Escola Camões.**
- 18.11.1959** – Contrato entre a CP e a Sorefame para aquisição de 20 locomotivas eléctricas Bo-Bo, 21 unidades triplas eléctricas, 14 carruagens de 1ª classe com ar condicionado, 3 carruagens-restaurante e outro material sobresselente, no montante aproximado de 341.976 contos.
- 1960** – Passagem da escolaridade obrigatória para quatro anos (raparigas)
- 04.01.1960** – É fundada a Associação Europeia de Comércio Livre – EFTA, com a participação de Portugal.
- 21.01.1960** – O II Plano de Fomento concede à CP 90.000 contos para renovação das linhas do Norte e Évora.
- 01.10.1960** – **Foram admitidos 34 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 16.03.1961** – **Realizam-se pela 1ª vez exames de admissão à Escola de Aprendizizes com provas de ditado e redacção, aritmética e desenho.**
- 08.06.1961** – Reforço do II Plano de Fomento no valor de 140.000 contos para as adjudicações necessárias à 2ª fase da electrificação, do Entroncamento ao Porto.
- 02.10.1961** – **Foram admitidos 36 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 25.01.1962** – O Conselho de Administração da CP autoriza a adjudicação proposta por conta do Plano de Fomento, de novas oficinas Diesel e Eléctricas no Entroncamento.
- 01.10.1962** – **Foram admitidos 37 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 1963/1964** – **Criação do curso de electricistas na Escola de Aprendizizes do Entroncamento.**
- 17.10.1963** – O Conselho de Administração da CP aprova a substituição do vapor por unidades eléctricas no troço Entroncamento-Coimbra e o aumento da capacidade de transporte de mercadorias.
- 09.01.1964** – É adjudicada a construção das oficinas novas Diesel Eléctricas no Entroncamento.
- 18.05.1964** – **Foram admitidos 27 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 14.12.1964** – É aprovado o Plano de Fomento intercalar.
- 04.01.1965** – **Foram admitidos 45 aprendizes na Escola do Entroncamento.**

- 10.11.1965** – Contrato entre a CP e o grupo Sorefame-English Electric para o fornecimento de 50 locomotivas diesel eléctricas, no montante de 257 mil contos, financiado por um grupo de banqueiros ingleses representado por Lazard Brothers&Cº, L.da.
- 01.02.1966** – **Foram admitidos 49 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 09.03.1966** – **Passagem dos cursos de aprendizes de três para dois anos.**
- 02.11.1966** – **Foram admitidos 55 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 03.11.1966** – Inauguração da electrificação Lisboa - Porto.
- 17.08.1967** – A CP aprova a aquisição de 17 locomotivas de 1700 cv e 10 locomotivas de 2700 cv, necessárias para eliminar a tracção a vapor na via larga.
- 25.10.1967** – **Foram admitidos 60 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 20.12.1967** – São aprovadas as bases para a execução do III Plano de Fomento.
- 03.04.1968** – Contrato entre o Ministério das Corporações e a Sofrerail para a apresentação de um plano de modernização dos caminhos de ferro portugueses, para os próximos dez anos, de acordo com as directrizes do III Plano de Fomento (1968/1973).
- 1968/1969** – Passagem da escolaridade obrigatória para seis anos e unificação do ciclo preparatório.
- 14.10.1968** – **Foram admitidos 59 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 27.11.1968** – Manifestação dos trabalhadores ferroviários pela obtenção de aumentos salariais.
- 06.02.1969** – O Conselho de Administração da CP autoriza a compra de equipamento, no montante de 2.605.000\$00, para o Centro de Formação do Pessoal, no Entroncamento, a ser custeado pelo III Plano de Fomento.
- 20.06.1969** – A CP contrai um empréstimo no valor de 150.000 contos junto da C.G.D.
- 31.07.1969** – A CP decide encerrar as linhas de reduzida rentabilidade de tráfego, nomeadamente a do Vale do Vouga.
- 01.10.1969** – **É inaugurado o Centro de Formação do Pessoal da CP, no Entroncamento**
- 20.10.1969** – **Foram admitidos 64 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 30.04.1970** – A Organização Internacional do Trabalho condena o governo português pela violação dos direitos sindicais em Portugal.
- 19.10.1970** – **Foram admitidos 57 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 29.04.1971** – É autorizada a execução dos trabalhos de renovação integral da via na linha do Norte por 1.100.000.000\$00.
- 08.11.1971** – **Foram admitidos 67 aprendizes na Escola do Entroncamento.**
- 30.06.1972** – É celebrado um contrato entre a CP e a MLW – Worthington Limited, para o fornecimento de 18 locomotivas Diesel Eléctricas.
- 22.07.1972** – É assinado em Bruxelas o Acordo Comercial entre o governo português e a CEE.
- 27.07.1972** – O Conselho de Administração da CP aprova o empréstimo de 250.000 contos a conceder pela C.G.D. ao Fundo Especial de Transportes Terrestres para acorrer a necessidades de investimento na CP.

- 09.10.1972 – Foram admitidos 64 aprendizes na escola do Entroncamento.**
- 02.11.1972 –** O Conselho de Administração aprova as condições do empréstimo de 100.000 contos, a conceder pelo Banco de Fomento Nacional, para a renovação da via (aquisição de carris e barretas metálicas fornecidas pela Siderurgia Nacional).
- 11.01.1973 –** O Conselho de Administração da CP aprova a criação de um prémio de produtividade a atribuir ao pessoal dos grupos de material e oficinas.
- 15.02.1973 –** O Conselho de Administração da CP aprova o contrato e as condições para o financiamento de 200 mil contos a celebrar com o Fundo Espacial dos Transportes Terrestres, destinado a investimentos ferroviários previstos no III Plano de Fomento.
- 02.03.1973 –** O Dec. Lei nº 80/73 actualiza os objectivos da política ferroviária a seguir, na sequência da orientação traçada no III Plano de Fomento.
- 15.10.1973 – Foram admitidos 78 aprendizes na escola do Entroncamento.**
- 11.04.1974 –** É aprovada a aquisição de 20 unidades duplas de via larga e de 16 de via estreita, a adjudicar, respectivamente, à Sorefame e à Alsthom.
- 25.04.1974 –** O Movimento das Forças Armadas derruba o governo presidido por Marcelo Caetano. O Presidente da República é destituído e a Assembleia Nacional dissolvida.
- 13.08.1974 – Análise ao funcionamento das Escolas de Aprendizizes da CP. São suspensas as admissões de aprendizes.**
- 16.04.1975 –** É publicado o Dec. Lei nº 205 B/175 que nacionaliza os caminhos de ferro portugueses.
- 24.04.1975 –** É negociado o 1º acordo colectivo de trabalho entre a CP e os seus trabalhadores após o 25 de Abril.
- 26.01.1976 –** É lançado pelo MEIC o programa de alfabetização de adultos.
- 13.12.1976 –** Chega ao fim o contrato de arrendamento e exploração da linha de Cascais pela Sociedade Estoril.
- 25.03.1977 –** São aprovados os novos estatutos da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP.
- 12.02.1977 –** É estabelecido o salário mínimo nacional.

Parte da informação que serviu de base a esta cronologia foi recolhida em GOMES, Gilberto (Coord.) - *O Caminho de Ferro Revisitado, O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*, Ed. dos Caminhos de Ferro Portugueses EP, Lisboa, 1996

Anexo 2. Exercícios de desenho

Anexo 2.1. Desenho linear e geométrico
1.Ângulos
2.Ângulos
3.Perpendiculares
4.Linhas paralelas e divisões de ângulos e rectas
5.Circunferências
6.Circunferências
7.Polígonos
8.Polígonos
9.Tangentes à circunferência
10.Tangentes à circunferência
11.Polígonos
12.Inscrição /circuns. de círculos
13.Tangências de circunferências
14.Traçado de circunferências
15.Rectificação da circunferência
16.Construção do triângulo
17.Construção de quadriláteros
18.Construção de polígonos
19.Arcos abatidos
20.Arcos
21.Exercício de letras
22.Ovais
23.Óvulos
24.Arcos aviajados
25.Espirais
26.Elipses
27.Parábola / hipérbole
27A.Arcos ogivais
27B.Figuras semelhantes
27C.Concordâncias
27D.Concordâncias
27E.Concordâncias
27F.Composição
27G.Composição
27H.Composição
27I.Composição
27J.Composição

Anexo 2.2. Desenho de projecções
1.Definições
2.Projecções do ponto e da linha
3.Projecções do ponto e da linha
4.Projecções da linha recta
5.Projecções de polígonos
6.Projecções de polígonos
7.Projecções da linha recta
8.Projecções da linha
9.Projecções da linha
10.Projecções da linha
11.Projecções de polígonos
12.Projecções de polígonos
13.Projecções de polígonos
14.Prisma rectangular
15.Prisma hexagonal
16.Cilindro
17.Prisma pentagonal irregular
18.Pirâmide quadrangular
19.Pirâmide pentagonal
20.Cone de revolução
21.Tetraedro
22.Pirâmide pentagonal irregular
23.Prisma hexagonal
24.Pirâmide pentagonal regular
25.Cone de revolução
26.Cilindro
27.Prisma quadrangular
28.Intersecção de sólidos
29.Intersecção de sólidos, prisma e cilindro
30.Pirâmide hexagonal
31.Tronco de pirâmide
32.Pirâmide triangular
33.Projecção de sólidos
34.Intersecção de cilindros
35.Tabela de chavetas de disco

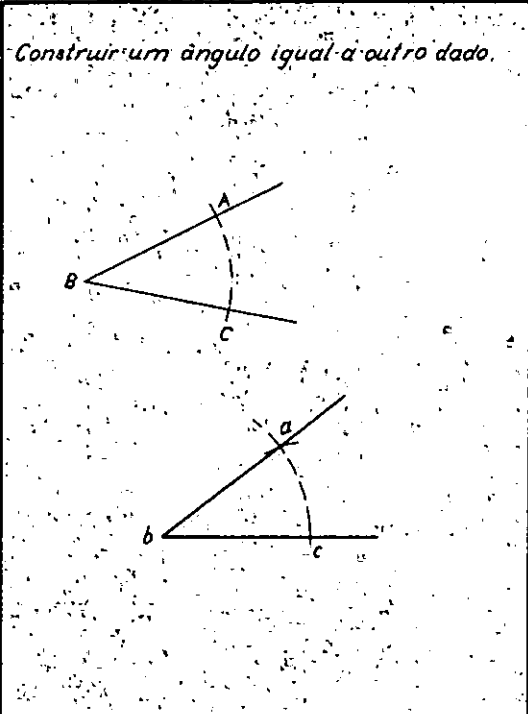
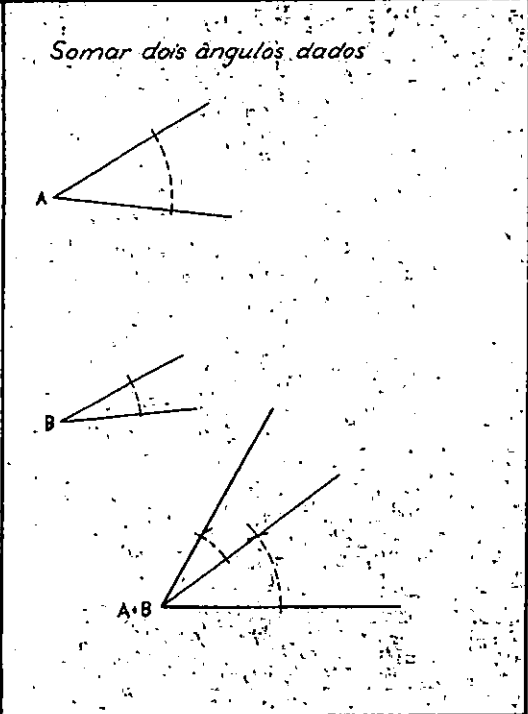
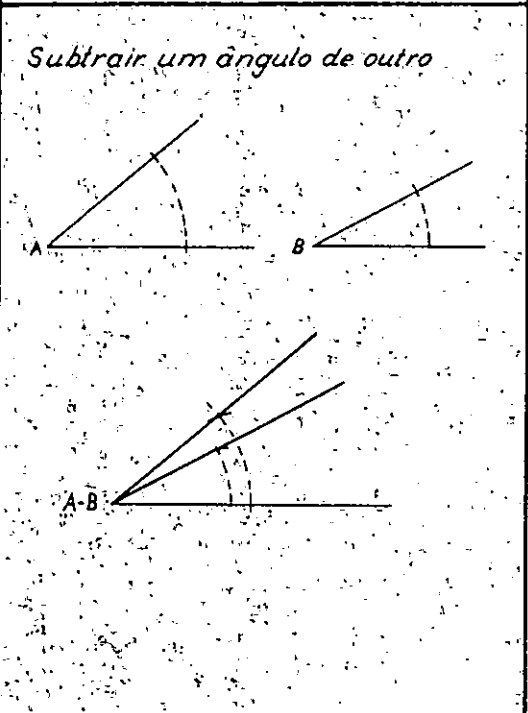
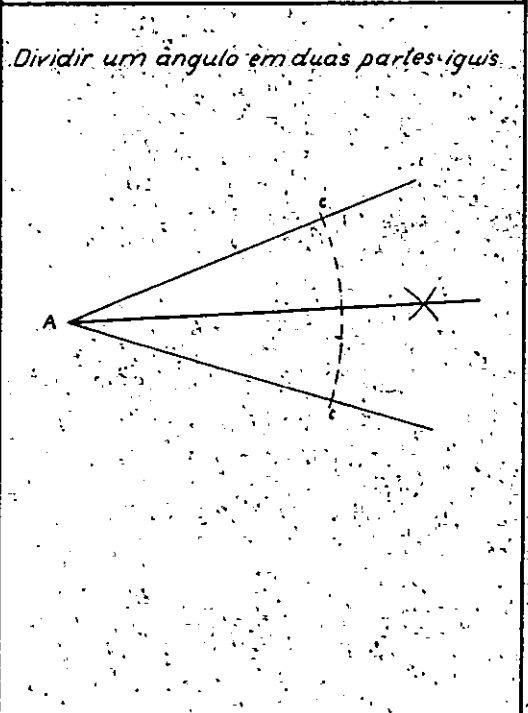
Anexo 2.3. Desenho esquemático
Nº1 - Símbolos gerais de corrente e ligações
Nº2 - Símbolos gerais dos sistemas de corrente e ligações
Nº3 - Símbolos gerais dos sistemas de corrente e ligações
Nº4 - Símbolos para esquemas de centrais, estações de distribuição, quadros...
Nº5 - Símbolos para esquemas de centrais, estações de distribuição, quadros...
Nº6 - Aparelhos de ligação, interrupção, segurança...
Nº7 - Aparelhos de ligação, interrupção, segurança...
Nº8 – Transformadores
Nº9 – Transformadores
Nº10 – Transformadores
Nº11 - Máquinas rotativas
Nº12 - Máquinas rotativas
Nº13 - Rectificadores, pilhas, acumuladores, instrumentos de medida
Nº14 - Instrumentos de medida
Nº15 - Instrumentos de medida
Nº16 - Amperímetro e voltímetro térmicos
Nº17 - Esquema de montagem de amperímetros
Nº18 - Esquema de montagem de voltímetros
Nº19 - Voltímetros, indicadores de terra nas instalações em serviço
Nº20 - Wattímetros
Nº21 - Esquema de montagem de wattímetros
Nº22 - Esquema de montagem de wattímetros
Nº23 - Exercício de aplicação
Nº24 - Exercício de aplicação
Nº25 - Exercício de aplicação
Nº26 - Exercício de aplicação
nº27 - Contadores de energia
Nº28 - Contadores de energia
Nº29 - Contadores de energia
Nº30 - Exercícios de aplicação
Nº31 - Esquema de aparelhos de medida
Nº32 - Exercício de aplicação
Nº33 - Exercício de aplicação
Nº34 - Ponte de Wheatstone
Nº35 - Ponte de Wheatstone
Nº36 - Ohmímetro de ponte
Nº37 - Exemplo de aplicação
Nº38 - Agrupamentos de pilhas e acumuladores
Nº39 - Agrupamentos de pilhas e acumuladores
Nº40 – Instalações de campainhas
Nº41 - Instalações de campainhas

Desenho esquemático (2)
Nº42 - Instalações de campainhas
Nº43 - Instalações de campainhas
Nº44 - Instalações de campainhas
Nº45 - Instalações de campainhas
N-46 - Instalação de alarmes
Nº47 - Instalação de alarmes
Nº48 - Instalação de trinco eléctrico para porta
Nº49 - Campainhas com trinco eléctrico
Nº50 - Interruptores e comutadores
Nº51 - Comutadores e inversores
Nº52 - Disjuntores de máxima corrente
Nº53 - Automático de escada
Nº54 - Arrancadores para lâmpada fluorescente
Nº55 - Esquemas tipo de várias instalações de luz
Nº56 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº57 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº58 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº59 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº60 - Exercícios de aplicação
Nº61 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº62 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº63 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº64 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº65 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº66 - Tipos correntes de instalações de luz
Nº67 - Exercício de aplicação
Nº68 - Quadro geral de entrada
Nº69 - Quadros parciais para instalação de luz
Nº70 - Quadros parciais para instalação de luz
Nº71 - Exemplos de instalações eléctricas para iluminação
Nº72 - Exemplos de instalações eléctricas para iluminação
Nº73 - Esquema de máquinas eléctricas
Nº74 - Esquema de máquinas eléctricas
Nº75 - Esquemas de instalação de geradores de corrente contínua
Nº76 - Esquemas de instalação de geradores de corrente contínua
Nº77 - Esquemas de instalação de geradores de corrente contínua
Nº78 - Esquemas de instalação de geradores de corrente contínua
Nº79 - Esquemas de instalação de geradores de corrente contínua
Nº80 - Esquemas de instalação de motores de corrente contínua
Nº81 - Esquemas de instalação de motores de corrente contínua
Nº82 - Máquinas de corrente alternada
Nº83 - Instalação de alternadores
Nº84 - Instalação de alternadores

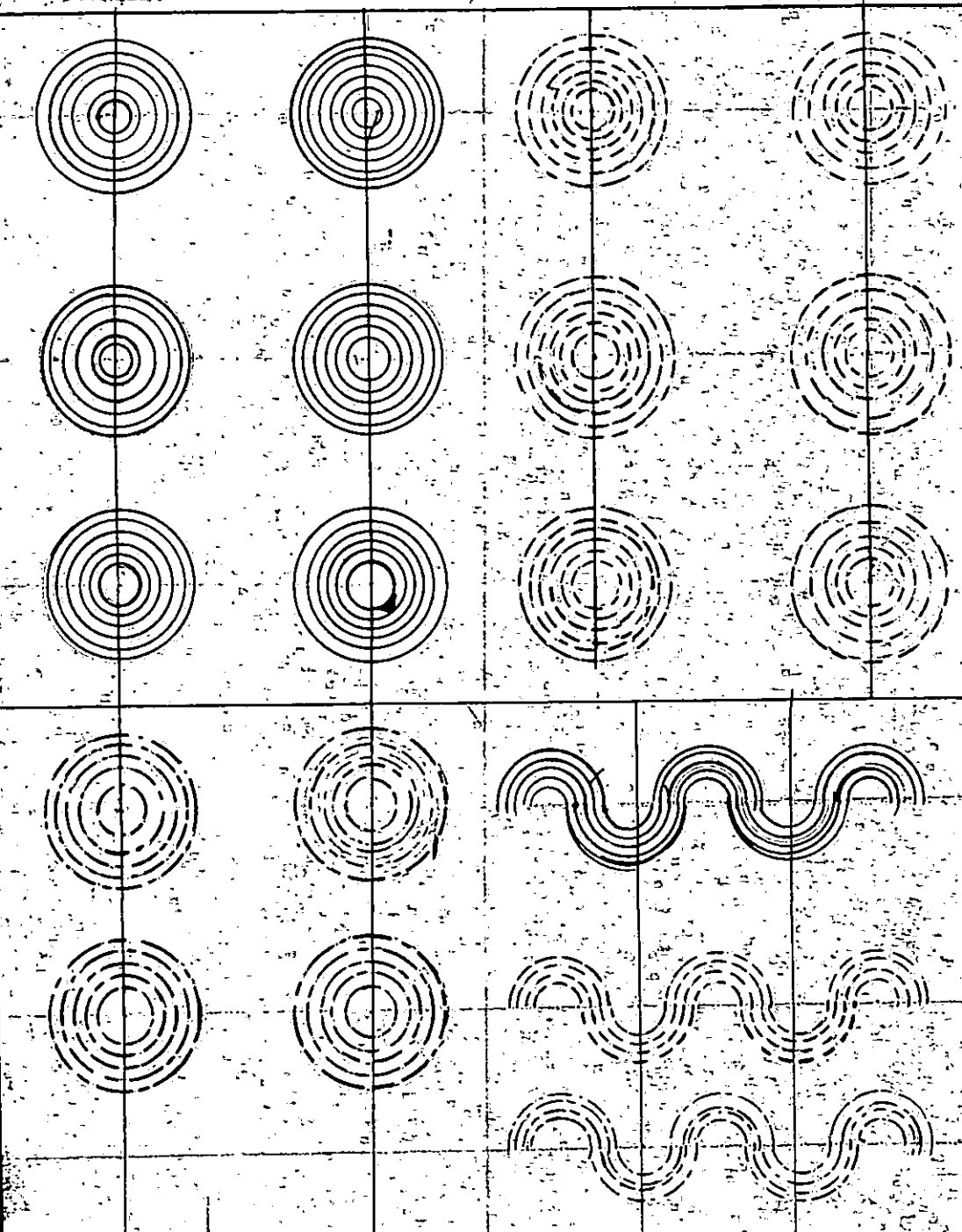
Anexo 2.4. Desenho de máquinas
nº 55 - Disposição das vistas
nº 56 - Escolha das vistas
nº 57 - Execução de cortes
nº 58 - Execução de cortes
nº 59 - Execução de cortes e tracejados
nº 60 - Linhas de interrupção
nº 61 - Colocação de cotas
nº 62 - Colocação de cotas
nº 63 - Colocação de cotas - Designação abreviada das roscas
nº 64 - Normas das indicações das superfícies trabalhadas
nº 65 - Porca, parafuso e perno
nº 66 - Parafusos de fenda e bujão
nº 67 - Copo (Locomotivas, copo de lubrificação dos cilindros e divisores)
nº 68 - Detalhes (Locomotivas, copo de lubrificação dos cilindros e divisores)
nº 69 - Detalhes (Locomotivas, copo de lubrificação dos cilindros e divisores)
nº 70 - Conjunto (Locomotivas, copo de lubrificação dos cilindros e divisores)
nº 71 - Calços, superior e dianteiro (Locomotivas série 0201 a 0224, biela de conjugação traseira)
nº 72 - Calço traseiro (Locomotivas 0201 a 0224, biela de conjugação traseira)
nº 73 - Calço (Locomotivas 0201 a 0224, biela de conjugação traseira)
nº 74 - 1/2 bronze (Locomotivas 0201 a 0224, biela de conjugação traseira)
nº 75 - Roda cilíndrica de dentes a direito (engrenagens)
nº 76 - Cálculo dos elementos das engrenagens cónicas com o ângulo axial a 90°
nº 77 - Rodas cónicas (engrenagens)
nº 78 - Tabela de equivalências de polegadas em milímetros
nº 79 - Tabela de parafusos de cabeça cilíndrica com fenda
nº 80 - Tabela de roscas normais Whitworth (série B.S.W.) de 1/8" a 4"
nº 81 - Tabela de roscas métricas de 1 a 64 mm
nº 82 - Tabela de chavetas paralelas
nº 83 - Tabela de roscas Whitworth para tubos (roscas de gás)
nº 84 - Tabela de entre faces e aberturas das chaves de boca
nº 85 - Anilhas para parafusos e porcas sextavadas
nº 86 - Tabelas de cavilhas cónicas e cilíndricas
nº 87 - Tabelas de chavetas de pressão com cabeça
nº 88 - Tabela de chavetas de disco
nº 89 - Tabela de falanges ovais
nº 90 - Tabela de chavetas de pressão sem cabeça



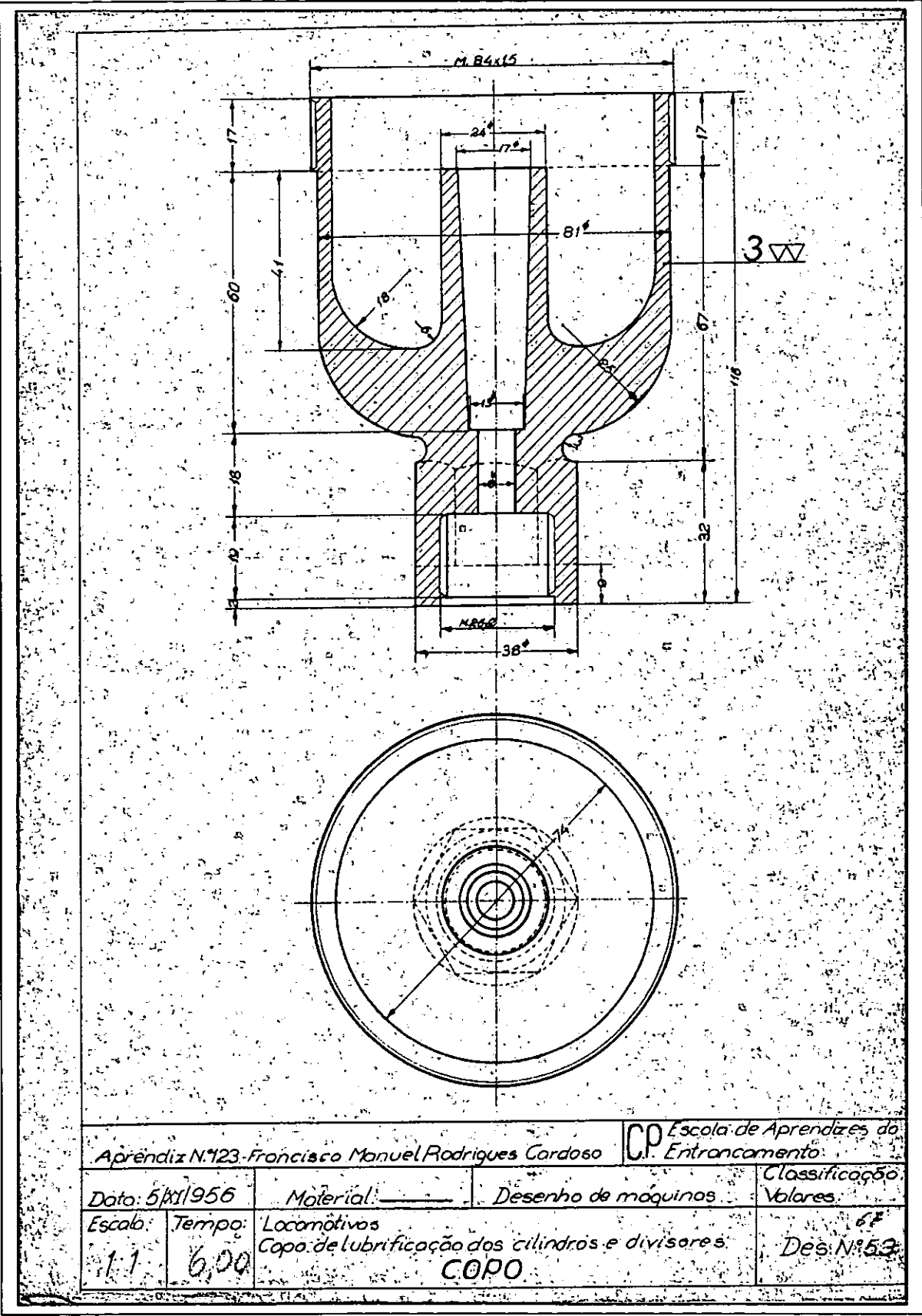
Anexo nº 4 - Desenho linear e geométrico - Ângulos

<p><i>Construir um ângulo igual a outro dado.</i></p> 		<p><i>Somar dois ângulos dados.</i></p> 	
<p><i>Subtrair um ângulo de outro</i></p> 		<p><i>Dividir um ângulo em duas partes iguais.</i></p> 	
<p>Aprendiz N° 122 : josué de Matos Domingos</p>		<p>C.P Escola de Aprendiz de Entroncamento</p>	
<p>Data - 27-5-955</p>	<p>Material : _____</p>	<p>Desenho linear geométrico</p>	<p>Classificação Valores :</p>
<p>Escala</p>	<p>Tempo 375</p>	<p>ÂNGULOS (Exercícios sem auxílio do transferidor)</p>	<p>Des: N° 1</p>

Anexo nº 5 – Exercício a compasso

			
Aprendiz Nº 244		Nome Rui Manuel Martins Rafael C.P. Escola D.E. Aprendiz	
Data 12		Exercício N.º 2 Desenho Linear Geométrico	
Desenho		Escala	
EXERCÍCIO A COMPASSO		Des. nº valor obtido	

Anexo 6 – Desenho de máquinas



Anexo 7 – Relação das secções de estágio nas oficinas

Secção nº 1 Montagem
Traçagem
Ajustagem
Metais
Fundição
Secção nº 2 Caldeiras de ferro
Caldeiras de cobre
Tubulares
Chapa fina
Secção nº 3 Soldadura eléctrica Soldadura oxi-acetilénica
Secção nº 4 Tornos, freza, limadores
Secção nº 5 Ferramenta/Máquinas
Ferramenta
Secção nº 6 Forjas
Secção nº 7 Oficina de rodas
Secção nº 8 Oficina de vagões
Secção nº 9 Carpintaria
Secção nº 10 Lampistaria
Funileiros
Secção nº 11 Electricidade

Anexo 8 - Aprovações no 2º grau de instrução primária no
Entroncamento entre 1946 e 1973

Anos	Rapazes	Raparigas	Total
1946	46	23	69
1947	46	37	83
1948	54	43	97
1949	50	15	65
1950	53	38	91
1951	37	39	76
1952	45	30	75
1953	44	18	62
1954	37	32	69
1955	46	28	74
1956	36	43	79
1957	46	49	95
1958	46	57	103
1959	48	30	78
1960	53	53	106
1961	46	30	76
1962	60	65	125
1963	65	58	123
1964	65	46	111
1965	56	39	95
1966	60	59	119
1967	62	56	118
1968	55	59	114
1969	71	56	127
1970	67	65	132
1971	69	67	136
1972	64	95	159
1973	75	85	160
1974	84	77	161

Anexo 9 – Frases da semana – série I

Nome do aprendiz : M. S.M.S.A. Local : Oficinas de Lisboa P Período : de 1/4/46 a 17/11/47	Semana
1. <i>Vir a horas para a oficina, para haver tempo de vestir com sossêgo, deixar o armário arrumado e estar no lugar do trabalho ao toque de prevenção.</i>	1/4/46 a 6/4/46
2. <i>Ao chegar à oficina cumprimentar superiores e colegas, porque ser bem educado, deve ser um dos primeiros cuidados.</i>	8/4/46 a 13/4/46
3. <i>Obediência absoluta às ordens dos nossos superiores.</i> (19 e 20 foram dias feriados)	15/4/46 a 18/4/46
4. <i>Não abandonar o lugar do trabalho sem licença do chefe imediato.</i>	22/4/46 a 27/4/46
5. <i>Ao pegar e largar do trabalho, dirigir para a chapeira, com ordem e sem acotovelar os colegas.</i> Dia 1 de Maio, feriado, dia 3 de Maio, feriado	29/4/46 a 4/5/46
6. <i>Quando se está em frente de um superior, deve-se estar aprumado, sem fumar, sem escarrar, sem se encostar, e apenas responder às perguntas que nos sejam feitas.</i>	6/5/46 a 11/5/46
7. <i>Pedir sempre licença para nos dirigirmos a um superior e não retirar sem pedir licença.</i>	13/5/46 a 18/5/46
8. <i>Dentro do local de trabalho, devemos sempre manter um bom comportamento e correcção de linguagem, quer dentro ou fora das horas de serviço.</i>	20/5/46 a 25/5/46
9. <i>Aprender a bem conhecer as nossas ferramentas e depois de servidas, guardá-las bem limpas na gaveta.</i> Em virtude das comemorações do 28 de Maio, cessaram as actividades na oficina às 16 horas.	27/05/46 a 01/06/46
10. <i>Ao largar do trabalho, limpar e guardar as ferramentas na gaveta, fechando-as à chave.</i>	3/6/46 a 8/6/46
11. <i>Manter o lugar com ordem durante as horas de trabalho; limas e desenho à direita do torno da bancada e todas as outras ferramentas à esquerda.</i>	11/6/46 a 15/6/46
12. <i>Boas ferramentas de medida, são condições indispensáveis para um bom acabamento.</i>	17/6/46 a 22/6/46
13. <i>Ao utilizar as ferramentas de medida, ter sempre em atenção que são delicadas e caras.</i>	24/6/46 a 29/6/46
14. <i>Não ter tempo, significa muitas vezes, não ter energia.</i> Dia 5/7/46, suspenso.	1/7/46 a 6/7/46
15. <i>Mal te aconselha quem do trabalho te afasta.</i>	8/7/46 a 13/7/46
16. <i>Não há para o homem pão mais saboroso do que aquele que deve ao seu próprio trabalho.</i>	15/7/46 a 20/7/46
17. <i>Quando trabalhares para os outros trabalha com a mesma vontade como se trabalhasses para vós mesmo.</i>	22/7/46 a 27/7/46
18. <i>O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra.</i>	29/7/46 a 3/8/46
19. <i>Quando obedecemos aos nossos superiores, ensinamos a obediência aos nossos inferiores.</i>	5/8/46 a 10/8/46
20. <i>Cumprir o teu dever sem te importares se os outros cumprem o seu.</i> Nos dias 15 e 16 de Agosto pedi licença para renovar o meu B. de Identidade.	12/8/46 a 17/8/46
21. <i>Sem saúde ninguém é feliz.</i>	19/8/46 a 24/8/46
22. <i>Ninguém deve deixar de ser asseado por ser pobre.</i>	2/9/46 a 7/9/46
23. <i>Todo aquele que se lava bem, que respira ar livre, que tem o cuidado de renovar o ar da casa que habita e que se expõe à luz do Sol, tem mais saúde e está menos sujeito a doenças.</i>	9/9/46 a 14/9/46

24. <i>Os cuidados higiénicos não devem limitar-se apenas ao corpo, mas também aos alimentos, ao vestuário, às nossas casas e aos locais de trabalho.</i>	16/9/46 a 21/9/46
25. <i>As pessoas pouco limpas deitam mau cheiro e o contacto com elas é sempre desagradável, quando não é repelente.</i> Para tratar de assuntos de meu interesse, estive de licença nas quatro horas da parte da tarde (26/9/46)	23/9/46 a 28/9/46
26. <i>Não tocar com os lábios ou com as mãos sujas nas torneiras da água.</i>	30/9/46 a 4/10/46
27. <i>Não escarrar para o chão, porque pelo escarro quasi sempre se transmite a tuberculose.</i> O dia 5 de Outubro foi feriado Nacional. 12/10 - Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde.	7/10/46 a 12/10/46
28. <i>Todo o operário nos dias de descanso deve passear ao ar livre, porque o ar puro beneficia os pulmões, que durante a semana estão em geral a respirar ar que nem sempre é bom.</i>	14/10/46 a 19/10/46
29. <i>Fazer bem e não olhar a quem.</i> O dia 25 foi feriado da cidade pois passa mais um aniversário da sua conquista aos mouros por D. Afonso Henriques.	21/10/46 a 26/10/46
30. <i>Três coisas nos deitam a perder: muito falar e pouco saber, muito gastar e pouco ter, muito presumir e pouco valer.</i>	28/10/46 a 2/11/46
31. <i>A educação é a mais bela coisa que podemos adquirir.</i>	4/11/46 a 9/11/46
32. <i>Quem mais sabe, mais se aflige com a perda de tempo.</i>	11/11/46 a 16/11/46
33. <i>É preferível conhecer-se um assunto a fundo, do que um pouco de muitos outros.</i>	18/11/46 a 23/11/46
34. <i>O mais importante na vida é aprender a viver.</i>	25/11/46 a 30/11/46
35. <i>Ter muito ou pouco depende mais do que se gasta do que daquilo que se ganha.</i>	2/12/46 a 7/12/46
36. <i>Um costume melhor se corrigirá hoje do que amanhã.</i> Por motivo de estudo estive de licença nas 4 horas da parte da tarde (13/12/46)	9/12/46 a 14/12/46
37. <i>Não devemos fazer aos outros o que não gostamos que nos façam.</i>	16/12/46 a 21/12/46
38. <i>Não se deve dizer mal de um nosso inimigo, porque amanhã poderá ser o nosso melhor amigo.</i> Os dias 24 e 25 de Dezembro foram feriados pela passagem do Natal, e pedi licença para o dia 26 porque os fui passar fora da cidade.	23/12/46 a 28/12/46
39. <i>Devemos esquecer o mal, mas nunca esquecer o bem.</i> O dia 1 de Janeiro foi feriado porque entrou um Novo Ano, passou mais um aniversário do Tempo; oxalá que neste período que principia, se defina a situação da Família Portuguesa, que é a base de toda a nossa Organização Social; e oxalá também que ele traga para cada magro Lar a suficiência material, para cada espírito jovem ou adulto essa Luz em que está o Progresso, e para cada coração uma tão grande Fraternidade que como forte chama abraça e queime todos os inimigos da Justiça. (2/1/47)	30/12/46 a 4/1/47
40. <i>Não se devem cometer actos vergonhosos na presença dos outros, nem em segredo.</i>	6/1/47 a 11/1/47
6.R. <i>Quando se está em frente de um superior, deve-se estar aprumado, sem fumar, sem escarrar, sem se encostar, e apenas responder às perguntas que nos forem feitas.</i>	13/1/47 a 18/1/47
8.R. <i>Dentro do local de trabalho devemos sempre manter um bom comportamento e correcção de linguagem quer dentro ou fora das horas de serviço.</i> Pedi licença no dia 20/1/47 por motivo de falecimento duma pessoa de família. (22/1/47)	21/1/47 a 25/1/47
1.R. <i>Vir a horas para a oficina, para haver tempo de vestir com sossego, deixar o armário arrumado e estar no lugar do trabalho ao toque de prevenção.</i> O dia 31 de Janeiro foi feriado por homenagem aos primeiros e heróicos partidários da liberdade. (1/2/47)	27/1/47 a 1/2/47
4.R. <i>Não abandonar o lugar do trabalho sem licença do chefe imediato.</i>	3/2/47 a 8/2/47

3.R. <i>Obediência absoluta às ordens dos nossos superiores.</i>	10/2/47 a 15/2/47
20.R. <i>Cumpra o teu dever sem te importares se os outros cumprem o seu.</i> Os dias 17 e 18 foram feriados dedicados ao Carnaval.	19/2/47 a 1/3/47
14.R. <i>Não ter tempo significa, muitas vezes, não ter energia.</i> No dia 5/3/47 estive de licença por motivo de estudo. (6/3/47)	3/3/47 a 8/3/47
13.R. <i>Ao utilizar as ferramentas de medida ter sempre em atenção que são delicadas e caras.</i>	10/3/47 a 15/3/47
17.R. <i>Quando trabalhares para os outros trabalha com a mesma vontade como se trabalhasses para vós mesmo.</i> Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde do dia 15/3/47 por motivo escolar. (17/3/47)	17/3/47 a 22/3/47
18.R. <i>O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra.</i> No dia 22/3/47 estive de licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de doença. (24/3/47)	24/3/47 a 29/3/47
10.R. <i>Ao largar do trabalho, limpar e guardar as ferramentas na gaveta fechando-as à chave.</i> Pedi licença para o dia 1 de Abril por passar o meu 18º aniversário natalício e 1º na Companhia. (2/4/47). O dia 4 de Abril é feriado (3/4/47)	31/3/47 a 5/4/47
12.R. <i>Boas ferramentas de medida são condições indispensáveis para um bom acabamento.</i>	7/4/47 a 12/4/47
15.R. <i>Mal te aconselha quem do trabalho te afasta.</i> Pedi licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (19/4/47)	14/4/47 a 19/4/47
31. R. <i>A educação é a mais bela coisa que podemos adquirir.</i>	21/4/47 a 26/4/47
19.R. <i>Quando obedecemos aos nossos superiores, ensinamos a obediência aos nossos inferiores.</i> O dia 1 de Maio foi feriado, em homenagem àqueles cuja dedicação e sacrifício contribuíram para o benefício da classe mais desprezada e digna: a classe operária (2/5/47).	28/4/47 a 2/5/47
27.R. <i>Não escarrar para o chão, porque pelo escarro quasi sempre se transmite a tuberculose.</i> No dia 3 de Maio passou o 44º aniversário da descoberta pelo navegador português Pedro Álvares Cabral das terras de Vera Cruz, incultas e selvagens, e que constituem hoje graças em parte aos esforços de muitos abnegados portugueses, o Brasil, terra Republicana, Próspera e Civilizada. Por isso os portugueses, olhando com vaidade a terra irmã, consideram este grande dia feriado. (5/5/47).	5/5/47 a 10/5/47
37.R. <i>Não devemos fazer aos outros o que não gostamos que nos façam.</i> Pedi licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo. (15/5/47)	12/5/47 a 17/5/47
31.R.R. <i>A educação é a mais bela coisa que podemos adquirir.</i> Fui dispensado de trabalhar às 11 horas por me encontrar doente (22/5). Pedi licença nas 4 horas da parte da tarde pois tive de consultar um médico. (23/5/47)	19/5/47 a 23/5/47
36.R. <i>Um mau costume melhor se corrigirá hoje do que amanhã.</i> Por me sentir pior no estado de saúde, não vim trabalhar no sábado dia 24/5/47, para o que pedi a respectiva licença (26/5/47).Pedi dispensa para o dia 27/5/47 para consultar um clínico especialista. (28/5/47).	26/5/47 a 2/6/47
32.R. <i>Quem mais sabe mais se aflige com a perda de tempo.</i> Pedi dispensa para o dia 3 de Junho de 1947 por necessidade de consultar um médico. (4/6/47)	4/6/47 a 7/6/47
29.R. <i>Fazer bem e não olhar a quem.</i> Os dias 9 e 10 de Junho foram feriados em homenagem a Luis Vaz de Camões, o «Príncipe dos Poetas», do qual, como português, tenho imenso orgulho. (11/6/47)	11/6/47 a 14/6/47
30.R. <i>Três coisas nos deitam a perder: muito falar e pouco saber, muito gastar e pouco ter, muito presumir e pouco valer.</i> Pedi dispensa para o dia 17/6/47, pois necessitei de consultar um médico especialista. (18/6/47)	16/6/47 a 21/6/47

9.R. <i>Aprender a bem conhecer as nossas ferramentas e depois de servidas, guardá-las bem limpas na gaveta.</i> Pedi licença para o dia 24 de Junho de 47, por motivo escolar (25/6/47). Pedi dispensa para as 4 horas da parte da tarde, por motivo de estudo (26/6/47)	23/6/47 a 28/6/47
2.R. <i>Ao chegar à oficina cumprimentar superiores e colegas, porque ser bem educado, deve ser um dos primeiros cuidados.</i> Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (1/7/47.) Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (2/7/47)	30/6/47 a 5/7/47
21.R. <i>Sem saúde ninguém é feliz.</i> Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (7/7/47). Pedi licença para as 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (8/7/47). Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (9/7/47)	7/7/47 a 12/7/47
16.R. <i>Não há para o homem pão mais saboroso do que aquele que deve ao seu próprio trabalho.</i>	14/7/47 a 19/7/47
22.R. <i>Ninguém deve deixar de ser asseado por ser pobre.</i> Pedi dispensa para as 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (21/7/47). Pedi licença para as 4 horas da tarde por motivo de estudo (22/7/47). Pedi licença para as 4 horas da parte da tarde por motivo de estudo (23/7/47)	21/7/47 a 25/7/47
24.R. <i>Os cuidados higiénicos não devem limitar-se apenas ao corpo, mas também aos alimentos, ao vestuário, às nossas casas e aos locais de trabalho.</i> Pedi dispensa para o dia 26 de Julho de 47 por motivo de estudo. ² (28/7/47). Pedi dispensa para as 4 horas da tarde do dia 28/7/47 por motivo de estudo. (29/7/47)	28/7/47 a 2/8/47
33.R. <i>É preferível conhecer-se um assunto a fundo do que um pouco de muitos outros.</i> Estive de licença nas 4 horas da parte da tarde por motivo da matrícula escolar. (9/8/47)	4/8/47 a 9/8/47
26.R. <i>Não tocar com os lábios ou com as mãos sujas nas torneiras da água.</i>	11/8/47 a 16/8/47
38.R. <i>Não se deve dizer mal de um nosso inimigo, porque amanhã poderá ser o nosso melhor amigo.</i> Pedi dispensa para as 4 horas da parte da tarde.(23/8/47)	18/8/47 a 23/8/47
29.R.R. <i>Fazer bem e não olhar a quem.</i> Estive de licença sem vencimento nos dias 29 e 30 de Agosto; do dia 1 ao dia 6 de Setembro, gozei as míseras férias c/ vencimento, que depois de 17 meses de trabalho , a C.ª me ofereceu.(8/9/47). Pedi dispensa nas 4 horas da parte da tarde para consultar um cirurgião dentista. (11/9/47). Pedi licença para as 4 horas da parte da tarde porque precisei consultar um cirurgião dentista. (13/9/47)	25/8/47 a 13/9/47
41. <i>Trabalha e cria, terás alegria.</i>	24/9/47 a 13/10/47
Em 23/10/47: Peço dispensa até ao dia 7/11/47 para prestar provas oficiais na Escola.	
Regressa em 8/11/47 e no dia 17/11/47: <i>Pedi a minha demissão.</i>	

Anexo 10 - Frases da semana – Série II

Frases	Anos Registos	1944	1955	1956 1957	1960 1961	1963	1965
42. <i>A escola é a porta que se abre à vida .</i>			1	2	31		2
43. <i>O vício anula a inteligência.</i>			1	2	30		1
44. <i>A persistência no estudo conduz-nos a colher os frutos do saber.</i>		1	1	2	30		2
45. <i>A incerteza é proveniente da falta de saber.</i>		1	1	2	27		2
46. <i>O trabalho feito com mão firme é sempre mais rendoso.</i>		1	1	2	27		2
47. <i>A firmeza ao homem é-lhe tão precisa na mão como no carácter.</i>		1	1	2	30		2
48. <i>O homem que se preza aprende quanto pode.</i>		1	1	2	29		2
49. <i>A honestidade é o mais forte apoio do homem.</i>		1	1	2	28		1
50. <i>O êxito compensa o esforço.</i>			1	2	31		1
51. <i>A instrução orientada é fortuna amealhada.</i>			1	2	31		1
52. <i>Do erro aproveita a lição que muito aprendes.</i>		1	1	2	30		
53. <i>Pesa e mede o que disseres e fizeres.</i>			1	2	27		2
54. <i>Respeita o metro como um fruto da ciência.</i>			1	2	32	1	2
55. <i>Os homens que admiras nasceram como tu.</i>			1	2	28	1	1
56. <i>Os livros e os amigos devem ser poucos e bons.</i>			1	2	30		1
57. <i>O desenho é a linguagem do técnico.</i>			1	2	30		1
58. <i>Aprende a distinguir o útil do supérfluo e opta pelo melhor.</i>			1	2	31		1
59. <i>Não guardes para amanhã o que devias ter feito ontem.</i>			1	2	30		1
60. <i>Escuta com calma a voz da razão.</i>			1	2	30		1
61. <i>O homem torna-se mais forte sendo hábil do que sendo musculoso e inapto.</i>		1	1	2	28		1
62. <i>A vaidade deslumbra mas cega quem a irradia.</i>		1	1	2	30		1
63. <i>Não olhes com desdém o que é frágil e pequeno.</i>		1	1	2	30		2
64. <i>O operário que pelo saber conquista o domínio da sua profissão não vive de cócoras.</i>		1	1	2			1
65. <i>O trabalho é Lei suprema.</i>		1	1	2	31		1
66. <i>O trabalho, como a música, deve ser executado com ritmo.</i>		1	1	2	28		1
67. <i>A missão do operário é desenvolver ao máximo os recursos da sua profissão.</i>		1	1	2	29		
68. <i>Busca no trabalho a alegria do viver.</i>		1	1	2	31		1
69. <i>É mais saboroso o pão proveniente do nosso trabalho.</i>			1	2	30		1
70. <i>O tempo e o dinheiro não devem ser esbanjados.</i>			1	2	30		1
71. <i>É instruindo-se que o homem pode ultrapassar os limites da banalidade.</i>			1	2	30		1
72. <i>A prosperidade de uma nação caminha com a cultura do seu povo.</i>			1	2	29		1

Frases	Anos Registos	1944	1955	1956 1957	1960 1961	1963	1965
73. <i>Um lugar para cada coisa , cada coisa no seu lugar.</i>			1	2	30		2
74. <i>Trabalha mais e melhor, pensa no futuro e serás homem.</i>			1	2	30		1
75. <i>Os frutos da escola são mais saborosos a quem os souber colher.</i>			1	2	30		
76. <i>Não só és responsável pelo mal que fizeres como pelo bem que desviaste de fazeres.</i>			1	2	29		
77. <i>Mede cem vezes e corta uma só.</i>			1	2	29		
78. <i>Ao homem de bem nunca a verdade o irrita.</i>			1	2	28		
79. <i>A verdade é a lâmpada que ilumina a consciência.</i>			1	2	31		
80. <i>Espírito são num corpo são.</i>			1	2	31		
81. <i>A riqueza é boa mas a felicidade é melhor. ou Mais e melhor</i>			1	2	31	1	
82. <i>Muito vence quem se vence a si próprio.</i>				2	31		
83. <i>Muito diz quem não diz nada. ou quem não diz tudo</i>				2	31		
84. <i>O aprendiz de Portugal não sabe cortar e já quer coser.</i>			1	2	31		
85. <i>A educação é a melhor herança que um pai pode deixar a seus filhos.</i>				2	31		
86. <i>Tempo é dinheiro.</i>			1		30		
87. <i>A necessidade é mestra do engenho.</i>					30		
88. <i>A verdade é um sol que vence as nuvens ficando por fim descoberto.</i>					20		
89. <i>O homem precipitado é pior que doido.</i>		1					2
90. <i>Renega do amigo que encobre o perigo.</i>						1	
91. <i>A bondade e o perdão fazem os ingratos.</i>						1	
92. <i>Ama a tua Pátria acima de todos os credos.</i>							1

Anexo 11 - Horário de Funcionamento da Escola de Aprendiziz

1º Ano A – 1960/61

Horas	2ªFeira	3ªFeira	4ªFeira	5ªFeira	6ªFeira	Sábado
8 - 9	Ginástica	Aritmética	Prát.Oficinal	Ginástica	Desenho	Desenho
9 - 10	Ginástica	Geometria	Prát.Oficinal	Ginástica	Desenho	Desenho
10-11	Aritmética	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Aritmética	Aritmética
11-12	Geometria	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Geometria	Geometria
12-13	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
13-14	Desenho	Desenho	Desenho	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
14-15	Desenho	Desenho	Desenho	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
15-16	Desenho	Desenho	Desenho	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
16-17	Desenho	Desenho	Desenho	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal

Disciplinas	Horas/Semana	Nome do professor
Aritmética	4	Raul Torres
Geometria	4	Raul Torres
Desenho	16	Fernando Freitas
Prát.Oficinal	20	José Eduardo Gonçalves
Ginástica	4	Custódio Ferreira

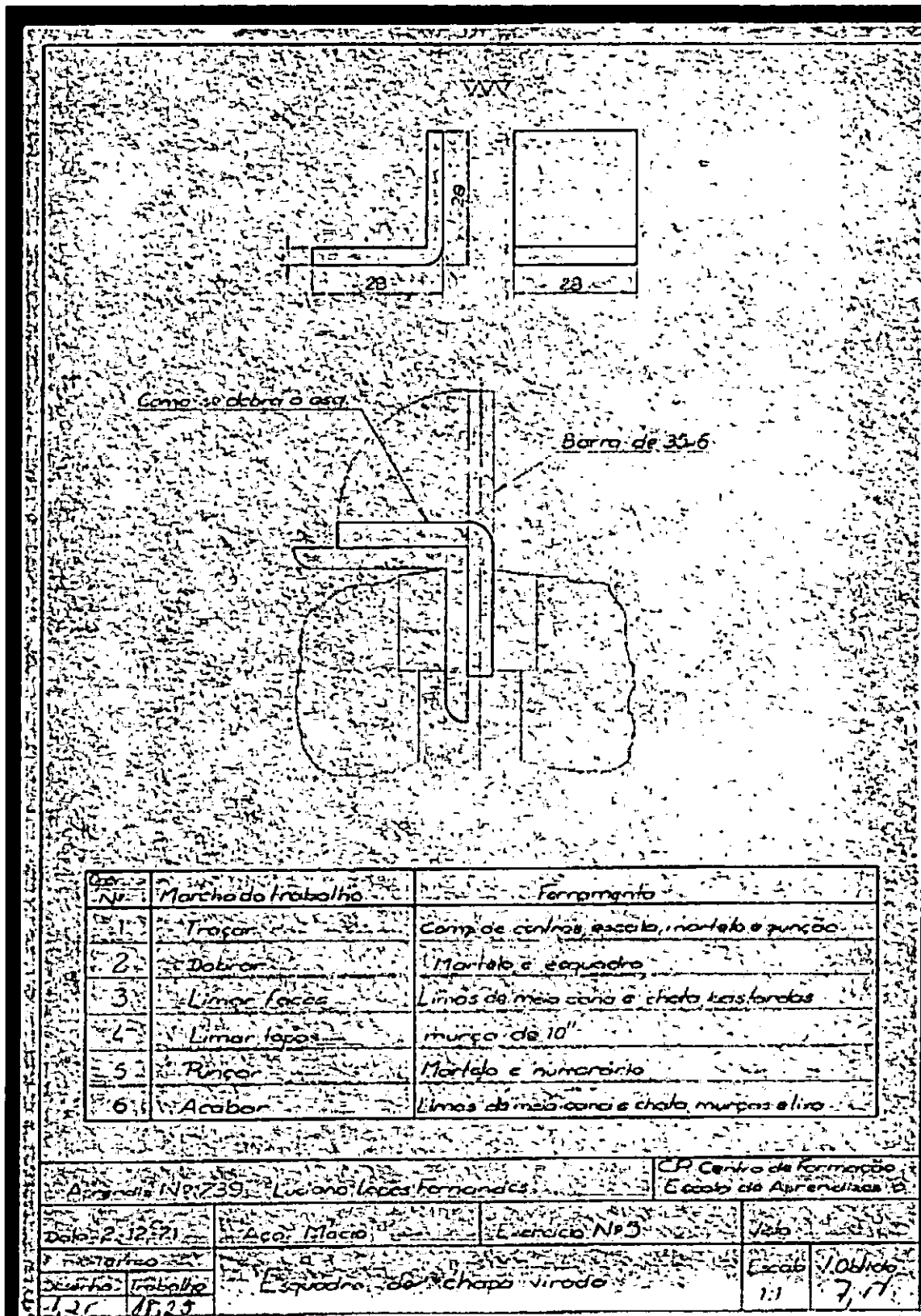
2º Ano A - 60/61

Horas	2ªFeira	3ªFeira	4ªFeira	5ªFeira	6ªFeira	Sábado
8 - 9	Desenho	Álgebra	Tecnologia	Prát.Oficinal	Tecnologia	Álgebra
9 - 10	Desenho	Álgebra	Tecnologia	Prát.Oficinal	Tecnologia	Álgebra
10-11	Prát.Oficinal	Ginástica	Prát.Oficinal	Desenho	Ginástica	Prát.Oficinal
11-12	Prát.Oficinal	Ginástica	Prát.Oficinal	Desenho	Ginástica	Prát.Oficinal
12-13	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
13-14	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
14-15	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
15-16	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
16-17	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal

Disciplinas	Horas/Semana	Nome do professor
Álgebra	4	Engº Oliveira Santos
Tecnologia	4	Engº Pereira de Almeida
Desenho	4	Fernando Freitas
Prát.Oficinal	32	Secções do 2º GO
Ginástica	4	Custódio Ferreira

Horários - 3º Ano - 1960/61						
Horas	2ªFeira	3ªFeira	4ªFeira	5ªFeira	6ªFeira	Sábado
8 - 9	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
9 - 10	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
10-11	Mec.Técnica	Ginástica	Desenho	Mec.Técnica	Ginástica	Desenho
11-12	Mec.Técnica	Ginástica	Desenho	Mec.Técnica	Ginástica	Desenho
12-13	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
13-14	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
14-15	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
15-16	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
16-17	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal	Prát.Oficinal
Disciplinas	Horas/Semana	Nome do professor				
Mecânica Técnica	4	Engº Subtil				
Desenho	4	Fernando Freitas				
Prát.Oficinal	36	Oficinas do 2º GO				
Ginástica	4	Custódio Ferreira				

Anexo 12 - Exercício oficial - Esquadro de chapa virada



Anexo nº 13 Exercícios Oficiais - 1943

Ordem	Designação	Material Unidade	Tempo			Observações
			Máximo	Mínimo	Médio	
1	Conduto Oficial	1/2 folha	1	0,5	0,75	
2	Folhas semanais	1/2 página	1	0,5	0,75	
3	Taxonomia de ferramenta de made.	1/2 folha	1	0,5	0,75	
4	" " limas	1/2	1	0,5	0,75	
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						

Nº de Ordem	Designação	Material Unidade	Tempo			Observações
			Máximo	Mínimo	Médio	
1	Placa chanfrada	30x30x2	48	36	42	
2	" poligonal	120x25x2	4	2,75	3,5	
3	" losangular	53x23x2	4,5	3,5	4	
4	" furada	165x22x2	6	3,5	4,25	
5	Prato embutido	125x15	6	3,5	4	
6	Base de chumaceira	50x25x15	14	11	12,5	
7	Tampa " "	"	14	12	12,5	
8	Esquadro de chapa virada	30x30x2	4,75	3,25	3,75	
9	Nomenclatura do torno mecânico	16x25x2	4	4,75	5,5	
10	Cilindro com rebolos	75x10x4	3	2,25	2,5	
11	Esquadro com ranhuras	63x47x2	9	6	7,5	
12	Gravação embutida	112x22x15	16,5	13,75	14	
13	Base quadrada	40x45x4	8,5	6	7,5	
14	Parafuso	165x5x7	2,5	1,75	2	
15	Chapa estancada	165x25x2	1,5	1,25	1,5	
16	Trincaletado	99x20x3	5	3,75	4,25	
17	Anilha de encosto	55x2x22	6,25	5	5,5	
18	Nomenclatura da freza	16x25x2	6,25	4,75	5,5	
19	Grampo	16x25x2	6,25	5	5,5	
20	Placa com furação exadrez	30x30x10	42	33	36	
21	Martelo de pena	16x25x2	30	20	22	
22	Pinça de bico	14x17x2	4,25	3	3,5	
23	Compasso de medidas exteriores	16x25x2	26	19	20	
24	" " interiores	"	19,5	15	17	
25	" " centros	"	15	11,75	11,5	
26	" " círculos	"	15,0	11,4	12,5	
27	Riscador	140x2x4	28	23	24,5	
28	Nomenclatura de limador	16x25x2	6	3,75	4,25	
29	Graminha universal	16x25x2	98	63	75	
30	Esquadro de base	"	40	33	35	
31	" de porcas	"	24,5	16,25	17,75	
32	" cantil	"	"	"	"	
33	Suta	30x25x2	64	45	52,25	
34	Regua	"	42	32,25	37,5	
35	Pinça	16x25x2	16	12,5	13,5	
36	Serrate	"	170	100	125	
37	Prema	"	"	"	"	
38	Calibre (Ponta-cedura)	"	"	"	"	
39	Inclinômetro	"	"	"	"	

Anexo 14 – Regulamento de empréstimo de manuais

ESCOLA DE APRENDIZES

REGULAMENTO DE UTILISAÇÃO DE LIVROS PERTENCENTES À COMPANHIA

No início de cada ano lectivo, serão entregues, mediante recibo, pelos instrutores respectivos, a cada um dos alunos da "Escola de Aprendizizes", os seguintes livros:

- Aos aprendizes do 1º ano :- "Aritmetica pratica", da Biblioteca de Instrução Profissional e "Geometria Plana e no Espaço e suas Aplicações", da Biblioteca de Instrução Profissional.

- Aos aprendizes do 2º ano :- "Algebra Elementar" da Biblioteca de Instrução Profissional.

- Aos aprendizes do 3º ano :- "Mecanica Geral" de Norberto Pinto de Mesquita e Serafim Lino Marques de Almeida.

- 1- No acto de entrega dos livros, os instrutores verificarão o seu estado de conservação e farão notar aos instruenados que todos os livros, examinados, pessoalmente, livro por livro, a fim de verificarem se o tratamento que lhes tem sido dado é aceitavel.
- 2- O estado de conservação dos livros poderá constar do recibo referido no nº.1.
- 3- Caso algum dos livros se apresente deteriorado - devido a causa que não se possa atribuir ao seu uso normal - deve o seu detentor ser obrigado ao pagamento de uma importância que vai de 2850 ao custo total do livro, conforme o grau de deterioração deste.
- 4- Quando o aprendiz for obrigado a esse pagamento total, o livro usado ficará a pertencer-lhe e adquirir-se-á, com a importância recebida, outro, em sua substituição, para ser distribuido, no ano seguinte, a novo aluno.
- 5- As importancias inferiores ao custo total dos livros, pagas pelos aprendizes, serão arrecadadas, a fim de, oportunamente, se proceder a renovação dos livros da Escola em epigrafe, prematuramente inutilizados.
- 6- Os aprendizes tem de conservar, sempre, devidamente encapados, os livros que tenham em seu poder.
- 7- Se algum livro for encontrado não encapado, o seu utente deve ser obrigado ao pagamento da quantia de 2850, quantia esta a que se dará o mesmo destino indicado no nº.6.
- 8- No fim do ano lectivo, os livros serão entregues ao instructor, que os examinará e mandará arrumar convenientemente, para, no início do ano lectivo seguinte, serem entregues aos novos alunos.

**Anexo 15 - Manuais Escolares adoptados na Escola de Aprendizizes do
Entroncamento**

Ano lectivo	Ano do curso	Manual
1959/60	1º ano	<i>Aritmética Práctica</i> , Biblioteca de Instrução Profissional <i>Geometria Plana e no Espaço e suas aplicações</i> , Biblioteca de Instrução Profissional
1959/60	2º ano	<i>Álgebra Elementar</i> , Biblioteca de Instrução Profissional
1959/60	3º ano	MESQUITA, Norberto Pinto de e ALMEIDA, Serafim Lino Marques de, <i>Mecânica Geral</i> , Porto Editora, Porto, 1958
1964/65	2º Ano	Divisão do Material e Tracção, <i>Lições de Tecnologia Mecânica</i> , Ed. da Companhia dos Cam. De Ferro Portugueses, Lisboa, 1959
1964/65	1º ano	ALMEIDA, J.A. Marques de e SILVA, E. Rodrigues da, <i>Aritmética e Geometria</i> , Livraria Didáctica, Lisboa, s.d.
1964/65	2º ano	PINTO, Alberto Ventura da Silva, <i>Álgebra, Geometria, Trigonometria</i> , Imprensa Portuguesa, Porto, 1946
1964/65	3º Ano	SILVA, Rogério de Castro, <i>Curso de Electricidade Prática</i> , Editorial de Marinha, Lisboa, 1957
1964/65	2º Ano	COSTA, Avelino Pool da, <i>Lições de Electricidade</i> , Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1960
1964/65	3º Ano	SOUSA, Teófilo Leal Lino de., <i>Tecnologia de Electricidade</i>
1964/65	3º Ano	SOUSA, Teófilo Leal Lino de, <i>Compêndio de Desenho Esquemático</i>
1964/65	3º Ano	RODRIGUES, J.A Gaspar e SILVA, J. Tavares da, <i>Compêndio de Mecânica Geral</i>

Anexo 16 - Corpo Docente da Escola de Aprendizizes

Instrutores	Disciplina(s)	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.	Ano Lect.
C /mestre José Gonçalves a) c)	Prát.Oficinal	1943 1952 62/63	1944 54/55 63/64	1945 55/56 64/65	1946 56/57	1947 57/58	1948 58/59	1949 59/60	1950 60/61	1951 61/62
Oper. Fernando Freitas c)	Desenho Mec.Técnica Tecnologia	56/57 67/68	59/60 68/69	60/61 69/70	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66	66/67
Oper. José da Costa c)	Prat.Oficinal	56/57								
Oper. João Miranda b) c)	Ginástica Desenho Tecnologia	56/57 69/70	61/62 70/71	62/63 71/72	63/64 72/73	64/65 73/74	65/66 74/75	66/67 75/76	67/68	68/69
EngºPereira de Almeida	Tecnologia	59/60	60/61	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66		
EngºOliveira Santos	Álgebra	59/60	60/61	61/62						
EngºGuilherme Farinha	Mec.Técnica	59/60								
EngºJoaquim Subtil	Mec.Técnica Electricidade	59/60	60/61	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66		
Prof. Raul Torres	Aritmética Geometria	59/60	60/61	61/62						
Prof. Armando Lopes	Aritmética Geometria Álgebra	66/67	67/68	68/69	69/70					
Oper. Custódio Ferreira c)	Prát.Oficinal Ginástica	58/59/	59/60	60/61	61/62	62/63				
Oper. Cristiano Grácio c)	Prát.Oficinal	60/61 69/70	61/62/	62/63	63/64	64/65	65/66	66/67	67/68	68/69
Oper. António Silva		60/61								
Oper. Henrique Timóteo c)		59/60								
Oper. Albano Gaspar c)		59/60								
Escrit.Luis Alfaro	Aritmética Geometria Álgebra	62/63								
Op.Jacinto Mineiro	Álgebra	63/64								
Oper. Mário da Mata c)	Prat.Oficinal	65/66	66/67	67/68	68/69	69/70				
Oper. Lucílio Lopes c)	Prat.Oficinal Desenho Tecnologia	68/69	69/70	70/71	71/72	72/73	73/74	74/75	75/76	
Oper. Francisco Gonçalves c)	Prat.Oficinal Ginástica	65/66 74/75	66/67 75/76	67/68	68/69	69/70	70/71	71/72	72/73	73/74
C/mestre Acácio Ferreira	Aritmética Geometria	65/66								
Oper.Júlio Barroso c)	Prat.Oficinal Desenho Electricidade Tecnologia	65/66	66/67	67/68	69/69					
Engº Macedo	Álgebra Mec. Técnica	65/66	66/67							
Oper. João Neto Pereira	Prat.Oficinal Desenho	66/67								
Prof. P. Ferreira	Ginástica	66/67								
Prof. João Tolda	Ginástica	66/67 75/76	67/68	68/69	69/70	70/71	71/72	72/73	73/74	74/75
P.e Martinho Mourão	Moral Ed.Cívica	66/67	67/68	68/69	69/70					
Oper.Isidro Baldeiras	Prat. Oficinal	68/69								
Op.António Mendes	Prat. Oficinal	69/70								
Oper. Valdemar Silva	Electricidade	69/70								

a) O Contramestre José Gonçalves dirigiu a Escola até 1965 b) O Chefe de Brigada João Bagina Miranda dirigiu a Escola de 1965 em

diante. c) Operários a tempo inteiro na Escola de Aprendizizes.

Instrução n.º OD-29

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES



**DIVISÃO DO MATERIAL E TRACÇÃO
SERVIÇOS TÉCNICOS E ELÉCTRICOS**

Organização das escolas de aprendizes



1959

A Escola de Aprendizizes da CP

COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

DIVISÃO DO MATERIAL E TRACÇÃO

- Serviços Técnicos e Eléctricos -

-:-

INSTRUÇÃO Nº. OD-29

ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES

I - FUNCIONAMENTO E HORAS SEMANAIS

1º. ANO

Horário de funcionamento A estabelecer por
das aulas cada G.O.

Número de horas semanais:

a) - Desenho	16 horas semanais
b) - Prática Oficinal (N Escola)	20 horas semanais
c) - Aritmética	4 horas semanais
d) - Geometria	4 horas semanais
e) - Ginástica	4 horas semanais

2º. ANO

Horário de funcionamento A estabelecer por
das aulas cada G.O.

Número de horas semanais:

a) - Prática Oficinal (Na Oficina)	32 horas semanais
b) - Desenho	4 horas semanais
c) - Álgebra	4 horas semanais
d) - Tecnologia	4 horas semanais
e) - Ginástica	4 horas semanais

3º. ANO

Horário de funcionamento A estabelecer por
das aulas cada G.O.

Número de horas semanais:

a) - Prática Oficinal	36 horas semanais
b) - Desenho	4 horas semanais
c) - Mecânica Técnica	4 horas semanais
d) - Ginástica	4 horas semanais

II - PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

1º. ANO

a) - DESENHO

Desenho geométrico segundo os Des. nºs. 1 a 27
Desenho de peças simples segundo os exercícios
1 a 17
Desenho de ferramentas segundo os exercícios
18 a 33

Ver a
Instrução OD-30

b) - PRÁTICA OFICINAL (Na Escola)

Execução de peças simples de acordo com
exercícios 1 a 17
Execução de ferramentas, de acordo com os exer
cícios 18 a 33

c) - ARITMÉTICA

Segundo o livro "Aritmética Prática" da Biblioteca
de Instrução Profissional
Números inteiros, fraccionários, decimais e complexos.
Operações com estes números
Potenciação e radiação de inteiros
Números primos
Máximo divisor comum
Menor múltiplo comum
Razões e proporções
Regra de três simples e composta
Medidas inglesas. Conversão de unidades
Sistema métrico
Monómios e polinómios

d) - GEOMETRIA

Segundo o livro "Geometria Plana e no Espaço e suas
Aplicações" da Biblioteca de Instrução Profissional
Recta, semi-recta, segmento de recta. Posição rela-
tiva de duas rectas
Ângulos
Polígonos
Circunferência
Área de figuras planas
Áreas e volumes de sólidos simples
Pesos

2º. ANO

a) - PRÁTICA OFICINAL (Na Oficina)

Estágio pelas várias Secções da Oficina fazendo uma rotação a estabelecer pelo G.O. respectivo, com um mínimo de 2 semanas em cada Secção.

No fim do estágio em cada Secção os Aprendizizes são submetidos a um interrogatório, versando a matéria correspondente à Secção em que estagiaram, a fim de se poder avaliar a sua aplicação.

Terão também de apresentar um relatório sobre a especialidade da Secção onde estiveram.

b) - DESENHO

Desenho de projecção e planificação, segundo os Desenhos 28 a 54 (ver a Instrução OD-30).

c) - ÁLGEBRA

Segundo o livro "Álgebra Elementar" da Biblioteca de Instrução Profissional.

Nomenclatura e notação algébrica

Operações algébricas. Adição, subtracção, multiplicação, divisão.

Extracção de raízes.

Máximo divisor comum.

Menor múltiplo comum.

Fracção algébrica.

Equação do primeiro grau a uma incógnita.

Equação simultânea do primeiro grau a duas incógnitas.

Equação simultânea do primeiro grau a mais de duas incógnitas.

d) - TECNOLOGIA MECÂNICA

Segundo "Lições de Tecnologia Mecânica" (Instrução OD-31).

Noções de tecnologia.

Noções gerais de construção mecânica.

Grandezas físicas e sua medição. Erros absolutos e relativos

Sistema de unidade. Sistema métrico e unidades derivadas.

Ferramentas de precisão.

Tolerâncias.

Aços - Classificação e fabrico.

Handwritten notes: "segundo o livro" and "E.A." with a line underneath.

- 5 -

c) - MECÂNICA TÉCNICA

Segundo o livro "Compêndio de Mecânica Geral" de A. Gaspar Rodrigues e de J. Tavares da Silva.

Definição e princípios fundamentais.

Cinemática - Movimento rectilíneo uniforme. Movimento circular uniforme. Velocidade periférica e velocidade angular. Combinação de movimentos. Transmissões.

Estática - Acção e reacção. Composição e decomposição de forças. Plano combinado. Binário. Equilíbrio nas alavancas e nas roldanas. Centro de gravidade.

Dinâmica - Massa, trabalho, potência, energia. Força centrífuga. Atrito.

Complementos - Noções de resistência de materiais, elasticidade, dureza e ensaios. Noções sobre aderência e tracção. Frenagem de comboios: noções gerais e princípios de funcionamento dos freios a ar comprimido e vácuo. Noções sobre desgaste e lubrificação de máquinas.

= 6 =

III - NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação é efectuada de acordo com a classificação do pessoal operário da Divisão do Material e Tracção e segundo a carta circular nº. 138-A.G./TEP de 10/10/58.

A aptidão profissional compreende a parte prática e a teórica, adaptando-se os seguintes critérios:

1º. ANO

Parte prática - Desenho e Prática Oficinal. Execução dos exercícios 1 a 17 e 18 a 33.

A classificação destas duas disciplinas é feita em conjunto, sendo dada pela média da valorização correspondente ao tempo de execução dos desenhos e das peças e pela execução propriamente dita.

Para a valorização do tempo de execução atribuem-se 10 valores para o tempo mínimo que deverão levar a executar o total dos desenhos e das peças e em face desses valores calcula-se, por uma regra de três simples a valorização correspondente a cada aprendiz.

Para cada trabalho oficial a valorização de cada exercício, no que diz respeito a rigor, de medidas é calculada pela fórmula $V = 10 - \frac{0,75 \times S}{n}$ sendo S a soma, em valor absoluto,

dos erros em décimos de milímetro, 0,75 um coeficiente adoptado e n o número de cotas medidas.

Para maior facilidade de cálculo usar a "Tabela de Valores" anexa à presente Instrução.

Quanto à esquadria, paralelismo, acabamento e execução dos desenhos são também classificados de 0 a 10 valores.

Com estes valores obtemos a média da valorização de cada exercício e depois a média de execução de todas as peças e desenhos.

A média final da parte prática é assim a média entre a valorização correspondente ao tempo de execução e a média da valorização anterior. Para este fim, utilizar o "Mapa de Classificação" anexo à presente publicação.

= 7 =

Parte teórica - Desenho, Aritmética e Geometria.

A classificação de cada desenho ou ponto efectuado e de cada chamada é dada de 0 a 10 valores, sendo a classificação de uma disciplina a média dos valores obtidos.

A classificação final da parte teórica é a média das classificações obtidas em cada disciplina.

A classificação da aptidão profissional de um aprendiz do 1º. ano é, portanto, a média da classificação obtida na parte prática e teórica.

2º. ANO

Parte prática - Prática Oficial.

A classificação da prática oficial é a média dos valores obtidos nos interrogatórios a que são submetidos no fim do estágio efectuado em cada Secção e nos relatórios apresentados.

A classificação final da parte prática é, portanto, a média de todas as médias obtidas.

Parte teórica - Desenho, Álgebra e Tecnologia Mecânica.

A classificação de cada desenho ou ponto efectuado assim como de cada chamada é dada de 0 a 10 valores sendo a classificação de cada disciplina a média dos valores obtidos.

A classificação final da parte teórica é, portanto, a média das classificações obtidas em cada disciplina.

A classificação de aptidão profissional de um aprendiz do 2º. ano é, portanto a média das classificações obtidas na parte prática e teórica.

3º. ANO

Parte prática - Prática Oficial

A classificação da parte prática é a média da classificação profissional atribuída pelo contramestre da Secção em que o aprendiz esteve colocado durante o ano e da classificação do relatório apresentado.

- 8 -

Parte teórica - Desenho e Mecânica Técnica

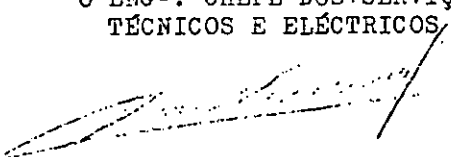
A classificação de cada desenho ou ponto efectuado assim como das chamadas é dada de 0 a 10 valores, sendo a classificação de cada disciplina a média dos valores obtidos.

A classificação final da parte teórica é, portanto, a média da classificação obtida em cada disciplina.

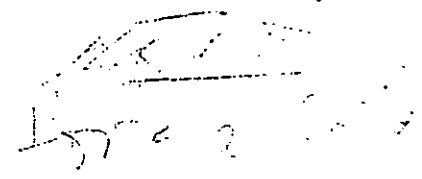
A classificação de aptidão profissional de um aprendiz de 3º. ano é, por conseguinte, a média das classificações obtidas na parte prática e teórica.

Maio de 1959.

O ENGº. CHEFE DOS SERVIÇOS
TÉCNICOS E ELÉCTRICOS



O ENGº. CHEFE DA DIVISÃO
DO MATERIAL E TRACÇÃO



ESCOLA DE APRENDIZESTABELA DE VALORES PARA CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS OFICINAIS

S Soma dos erros dec. de m/m	Valores de V para*					S Soma dos erros dec. de m/m	Valores de V para				
	2 cotas	3 cotas	4 cotas	5 cotas	6 cotas		2 cotas	3 cotas	4 cotas	5 cotas	6 cotas
1	9,62	9,75	9,81	9,85	9,87	29		2,75	4,56	5,65	6,37
2	9,25	9,50	9,62	9,70	9,75	30		2,50	4,37	5,50	6,25
3	8,87	9,25	9,43	9,55	9,62	31		2,25	4,18	5,35	6,12
4	8,50	9,00	9,25	9,40	9,50	32		2,00	4,00	5,20	6,00
5	8,12	8,75	9,06	9,25	9,37	33		1,75	3,81	5,05	5,88
6	7,75	8,50	8,87	9,10	9,25	34		1,50	3,62	4,90	5,75
7	7,37	8,25	8,68	8,95	9,13	35		1,25	3,43	4,75	5,62
8	7,00	8,00	8,50	8,80	9,00	36		1,00	3,25	4,60	5,50
9	6,62	7,75	8,31	8,65	8,87	37		0,75	3,06	4,45	5,37
10	6,25	7,50	8,12	8,50	8,75	38		0,50	2,87	4,30	5,25
11	5,87	7,25	7,93	8,35	8,62	39		0,25	2,68	4,15	5,12
12	5,50	7,00	7,75	8,20	8,50	40		0,00	2,50	4,00	5,00
13	5,12	6,75	7,56	8,05	8,37	41			2,31	3,85	4,87
14	4,75	6,50	7,37	7,90	8,25	42			2,12	3,70	4,75
15	4,37	6,25	7,18	7,75	8,12	43			1,93	3,55	4,62
16	4,00	6,00	7,00	7,60	8,00	44			1,75	3,40	4,50
17	3,62	5,75	6,81	7,45	7,87	45			1,56	3,25	4,37
18	3,25	5,50	6,62	7,30	7,75	46			1,37	3,10	4,25
19	2,87	5,25	6,43	7,15	7,62	47			1,18	2,95	4,12
20	2,50	5,00	6,25	7,00	7,50	48			1,00	2,80	4,00
21	2,12	4,75	6,06	6,85	7,37	49			0,81	2,65	3,87
22	1,75	4,50	5,88	6,70	7,25	50			0,62	2,50	3,75
23	1,37	4,25	5,69	6,55	7,12	51			0,43	2,35	3,62
24	1,00	4,00	5,50	6,40	7,00	52			0,25	2,20	3,50
25	0,62	3,75	5,31	6,25	6,87	53			0,06	2,05	3,37
26	0,25	3,50	5,12	6,10	6,75	54			0,00	1,90	3,25
27	0,00	3,25	4,93	5,95	6,62	55				1,75	3,13
28		3,00	4,75	5,80	6,50	56				1,60	3,00

Valores obtidos pela fórmula $V = 10 - \frac{S \times 0,75}{n}$

Sendo S a soma de décimas de milímetros de erro, 0,75 o coeficiente adoptado e n o número de cotas medidas.

Anexo 18 - Questionários – Amostra de 100 ex- aprendizes – Taxa de retorno de 76%

De aprendiz a cidadão - A Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento - 1943-1976

O presente questionário faz parte da documentação de uma dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Responda naturalmente, o sigilo é uma regra e uma garantia do estudo. Obrigado !

Questionário

Objectivos :

1. Estabelecer um perfil do aprendiz da Escola.
 - 1.1. Conhecer a origem social e geográfica dos aprendizes.
 - 1.2. Compreender as motivações que justificaram a entrada na escola.
 - 1.3. Estabelecer o percurso escolar e sócio-profissional dos aprendizes.
2. Avaliar a formação ministrada na Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento.

Nas questões de escolha múltipla pode assinalar mais do que uma resposta.

1. Nome _____ 2. Idade _____

3. Profissão _____

4.1. Naturalidade _____ 4.2. Residência _____

5.1. Profissão do pai _____ 5.2. Da mãe _____

6. 1. Data de admissão na Escola de Aprendizizes _____ 6. 2. Idade com que foi admitido _____

6. 3. Habilitações literárias com que foi admitido _____

7. Razões que o levaram a entrar para a Escola de Aprendizizes :

- 7.1. Para fugir à vida do campo. ☐
- 7.2. Para continuar a estudar. ☐
- 7.3. Para seguir a profissão do pai. ☐
- 7.4. Para obter um emprego estável. ☐
- 7.5. Para obter uma qualificação que lhe permitisse um salário melhor. ☐
- 7.6. Para obter concessões gratuitas de transporte. ☐
- 7.7. Porque já tinha amigos na Escola de Aprendizizes ou na CP. ☐
- 7.8. Outras ☐ Quais? _____

8. O que é que fazia aquando do seu ingresso na Escola de Aprendizizes? _____

9. Tinha familiares na CP ? _____ Quem ? _____

10. Curso realizado na Escola de Aprendizizes : 10.1. Electricista ☐ 10.2. Serralheiro ☐

Volte se faz favor

(Continuação)

- 11. Como foi realizada a escolha do curso ?** 11.1. Ao acaso ☐ 11.2. Tinha mais jeito para aquilo ☐
11.3. Foi você que escolheu ☐ 11.4. Foi escolhido pelos monitores ☐
11.5. Outra ☐ Qual ? _____

- 12. Enquanto frequentava a Escola de Aprendizes, frequentava igualmente uma Escola Industrial:**
12.1. Sim ☐ 12.2. Não ☐
12.3. Se a sua resposta foi sim, com que objectivos? _____

- 13. A aprendizagem realizada na Escola de Aprendizes permitia-lhe obter melhores resultados na Escola Industrial :** 13.1. Era muito útil ☐ 13.2. Pouco útil ☐ 13.3. Não tinha interesse ☐

- 14. Percurso escolar/profissional posterior à conclusão do curso na Escola de Aprendizes :**

- 14.1. Não continuou a estudar ☐
14.2. Continuou a estudar ☐ e concluiu o curso _____
14.3. Seguiu uma carreira industrial/operária na CP. ☐ 14.4. Fora da CP ☐
14.5. Seguiu a carreira do desenho na CP. ☐ 14.6. Fora da CP ☐
14.7. Outra ☐ Qual ? _____
14.8. Hoje desempenha funções relacionadas com a sua formação de aprendiz? Sim ☐ Não ☐

- 15. Só no caso de não desempenhar, porquê ?**

- 15.1. Prefere o trabalho teórico ao trabalho prático. ☐ 15.2 Não gostou do ambiente da oficina ☐
15.3. Sentiu-se hostilizado na oficina . ☐ 15.4. Era mal remunerado como operário. ☐
15.5. Tinha poucas perspectivas de promoção como operário. ☐
15.6. Outra ☐ Qual ? _____

- 16. Como avalia hoje a sua passagem pela Escola de Aprendizes da CP ?**

16.1 Relação com os professores e promotores de formação:

- 16.1.1. Os professores não gostavam de aprendizes irreverentes. ☐
16.1.2. Os professores eram em geral autoritários. ☐
16.1.3. Havia uma relação de cooperação entre professores e alunos. ☐
16.1.4. Os professores eram competentes. ☐
16.1.5. Havia aprendizes que eram favorecidos nas classificações. ☐
16.1.6. O sistema de avaliação era justo. ☐

Volte se faz favor

16.2. Relação com os outros aprendizes

- 16.2.1. Havia relações de sã camaradagem entre os aprendizes. ☐
- 16.2.2. Havia competição entre os aprendizes. ☐
- 16.2.3. Havia grupos de rapazes da cidade e grupos de rapazes da aldeia. ☐
- 16.2.4. Habitualmente realizávamos trabalhos de grupo. ☐
- 16.2.5. Por vezes, à noite, saíamos em grupo para conviver. ☐

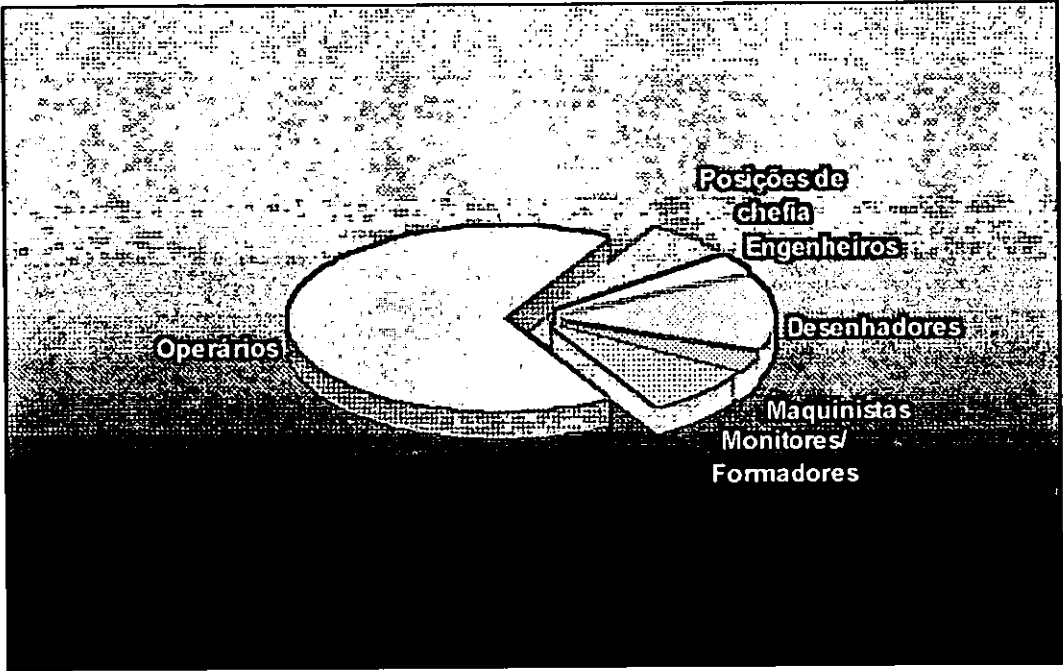
16.3. A aprendizagem e a escola de Aprendizizes

- 16.3.1. O horário de trabalho era excessivo para um adolescente. ☐
- 16.3.2. Era uma escola demasiado rigorosa para os aprendizes. ☐
- 16.3.3. As salas de aula eram acolhedoras. ☐
- 16.3.4. As oficinas da escola estavam bem equipadas. ☐
- 16.3.5. Havia articulação entre a aprendizagem teórica e a prática oficial. ☐
- 16.3.6. Eram fornecidos manuais aos aprendizes para poderem acompanhar as matérias. ☐
- 16.3.7. A formação deveria ter sido mais prática. ☐
- 16.3.8. Faltava à formação uma componente de cultura geral. ☐
- 16.3.9. Por vezes os aprendizes eram postos a varrer a oficina. ☐
- 16.3.10. Ainda me lembro de algumas frases da semana. ☐
- 16.3.11. Era possível conciliar a frequência da Escola de Aprendizizes com a da Escola Industrial. ☐
- 16.3.12. As exposições dos trabalhos oficiais eram um incentivo para os aprendizes. ☐
- 16.3.13. Era frequente o relacionamento entre os nossos encarregados de educação ou tutores e a
Escola de Aprendizizes. ☐

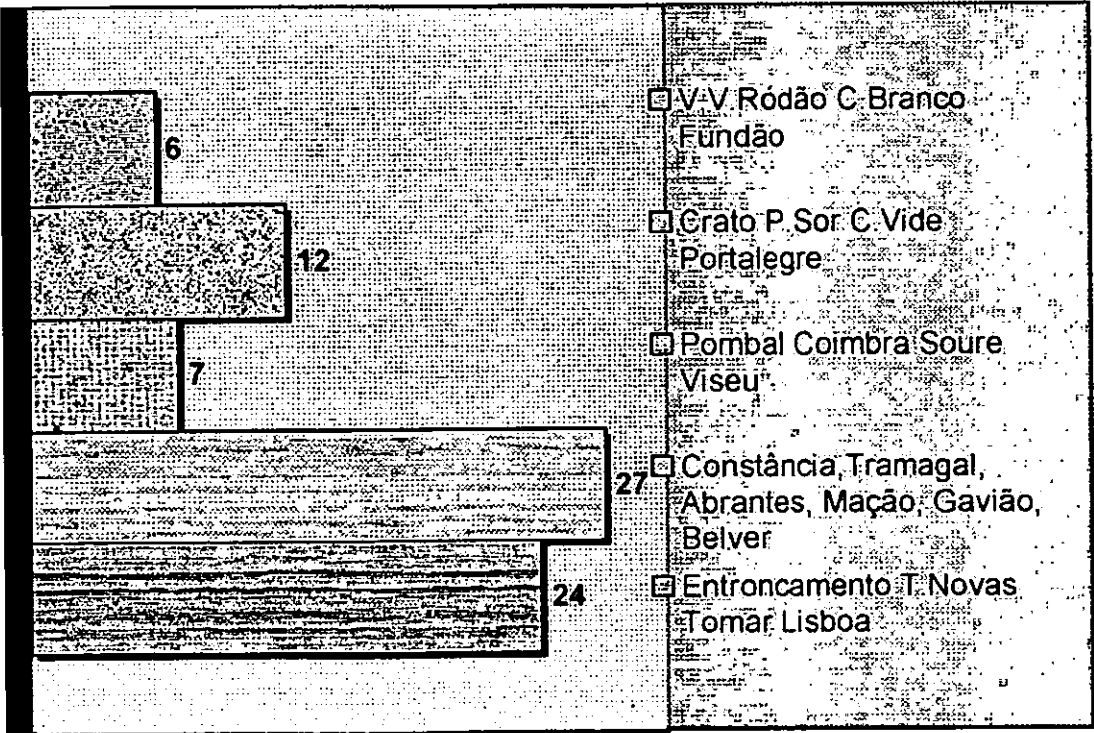
Obrigado pela sua colaboração!

Anexo 19 - Resultados do questionário - 100 questionários, 76 respostas
Tratamento de dados

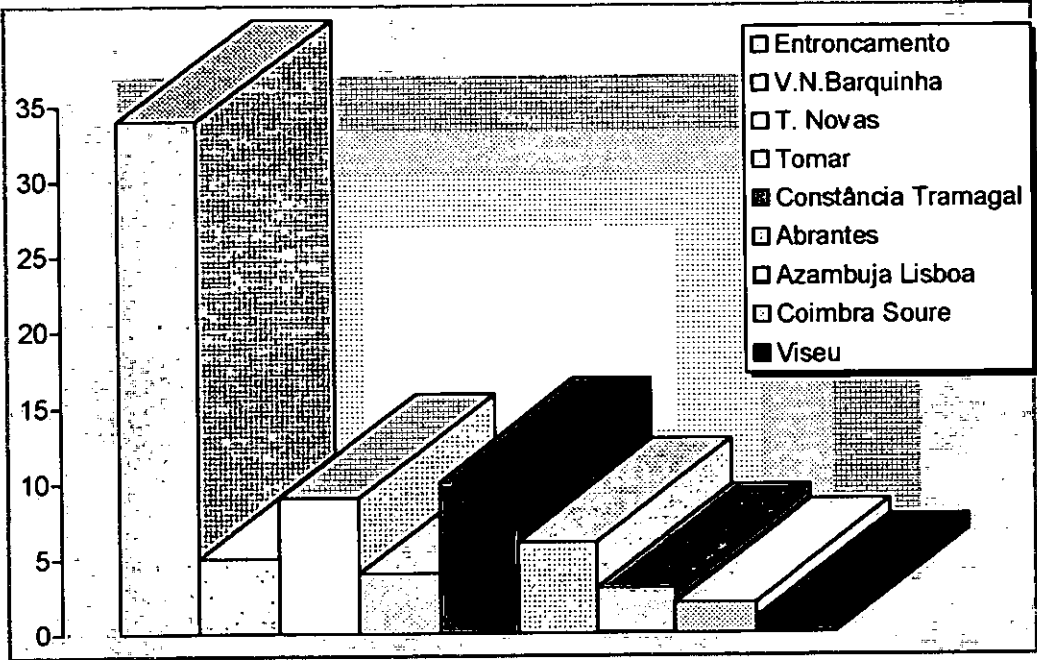
3. Profissão actual



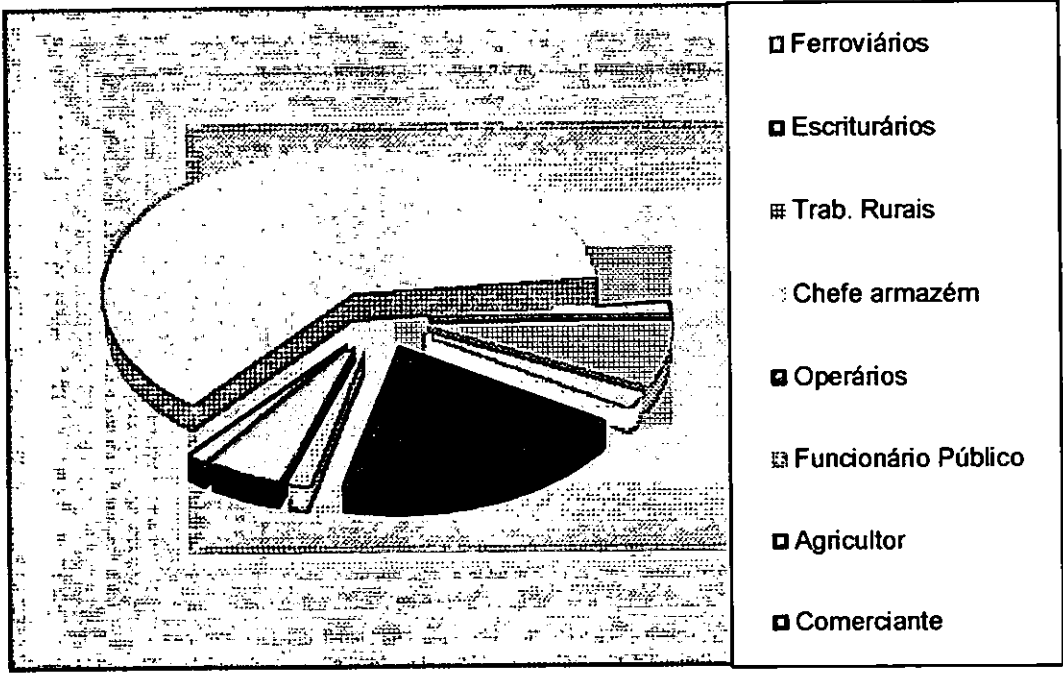
4. Naturalidade



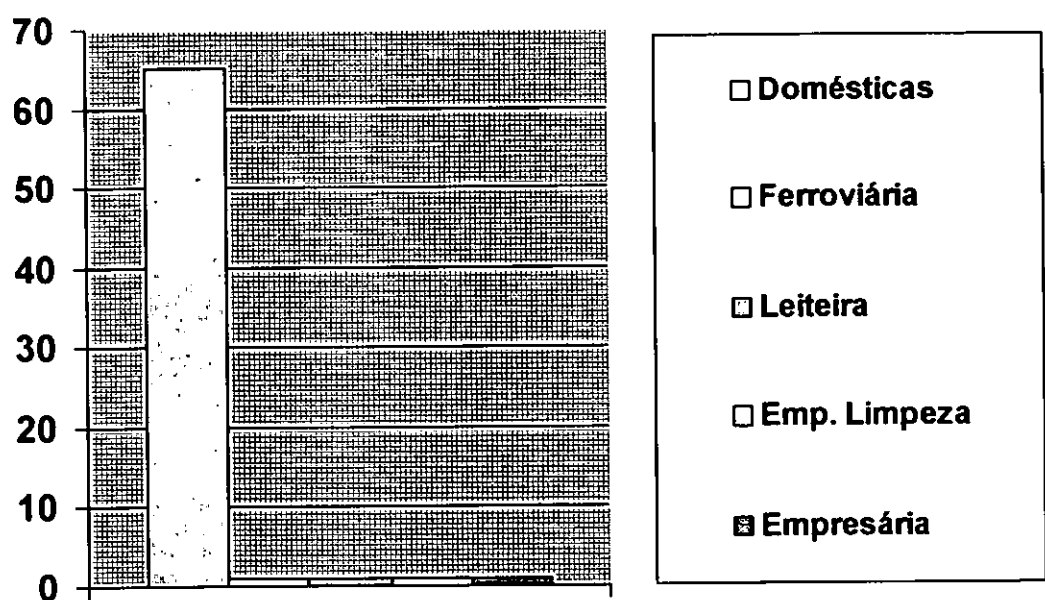
4.2. Residência



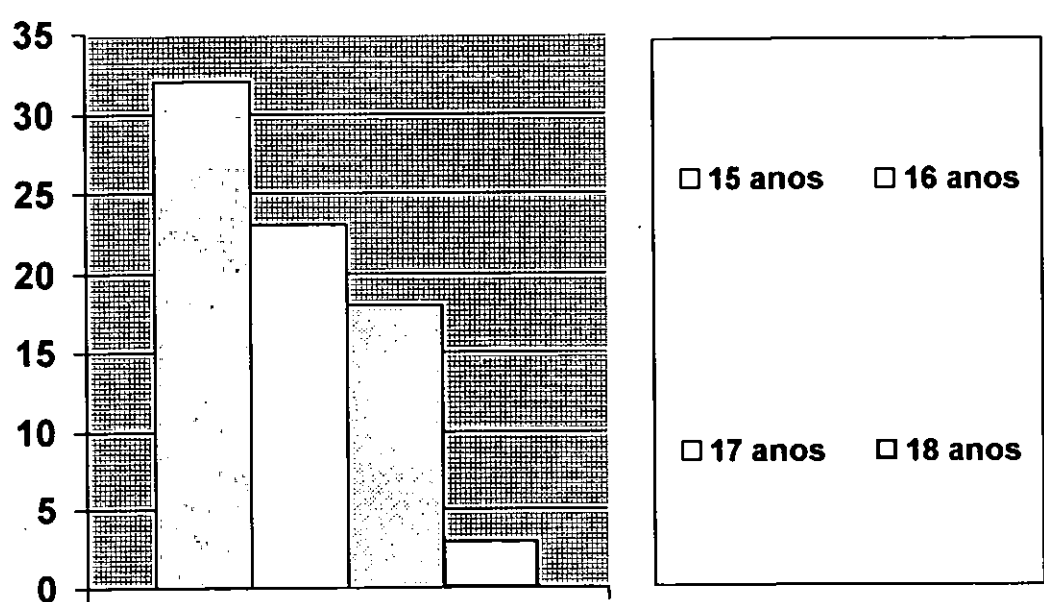
5.1. Profissão do pai



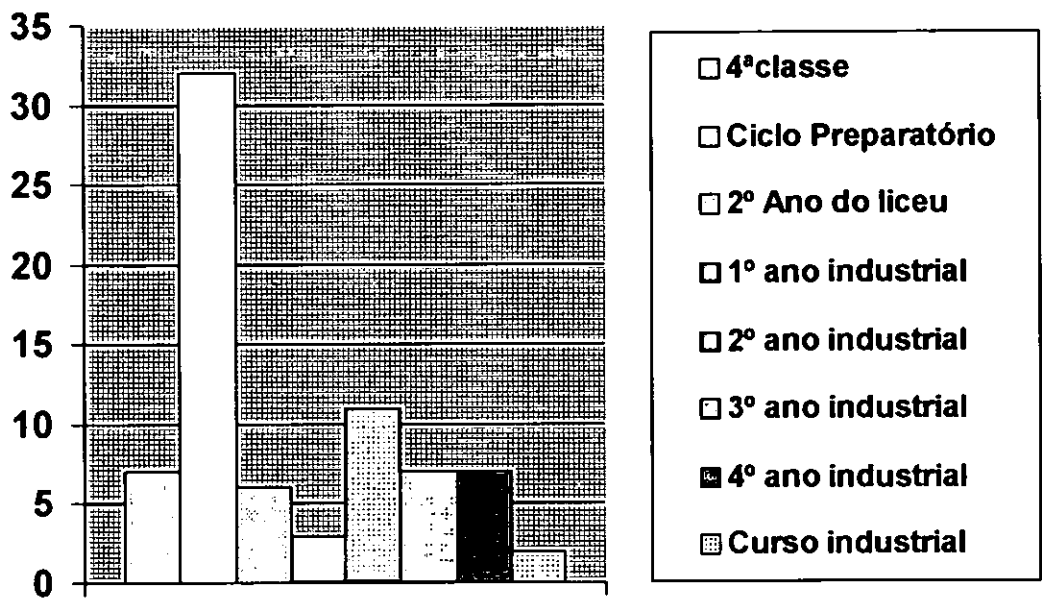
5.1 Profissão da mãe



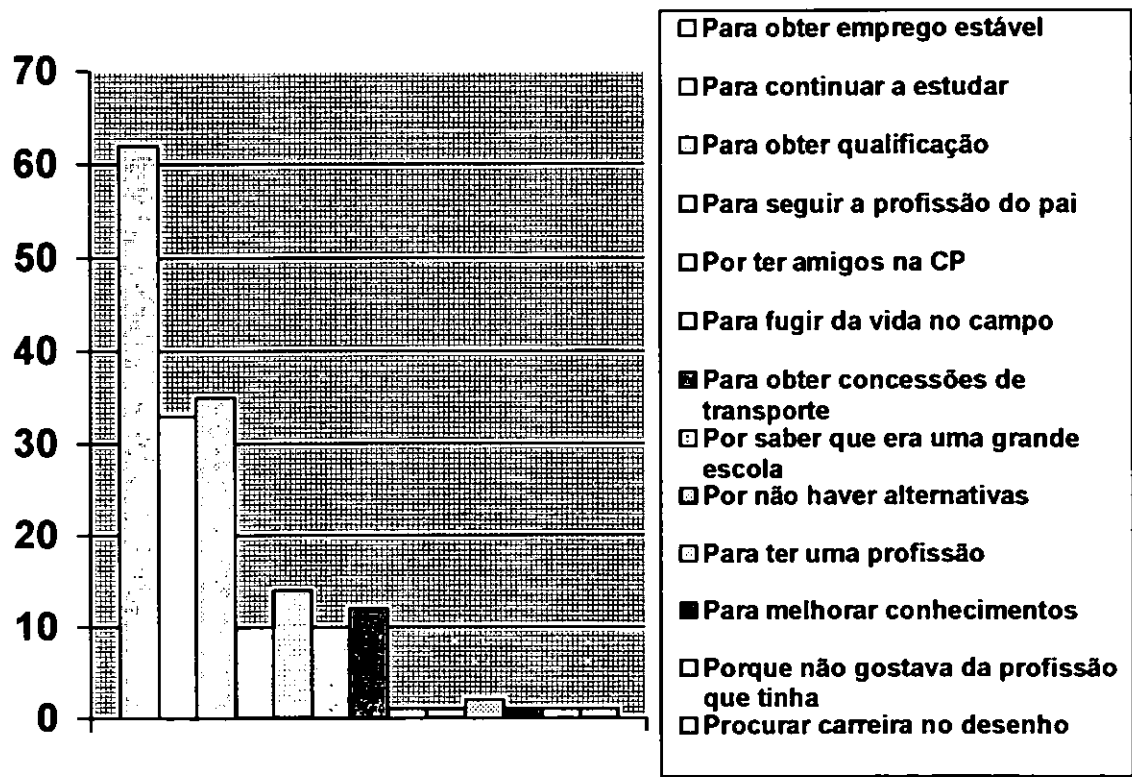
6.2. Idade com que foi admitido



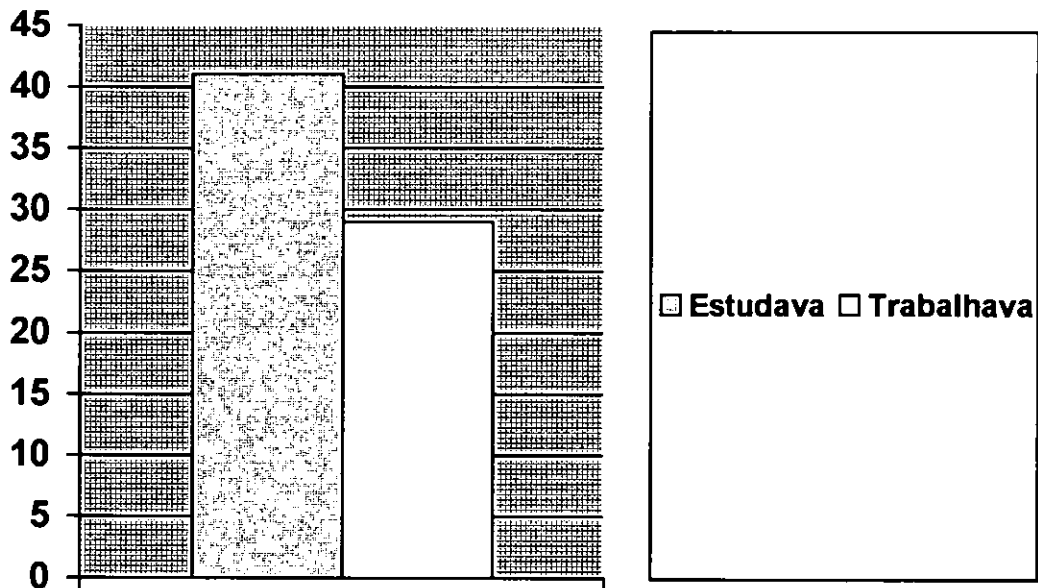
6.3 Habilitações literárias na admissão



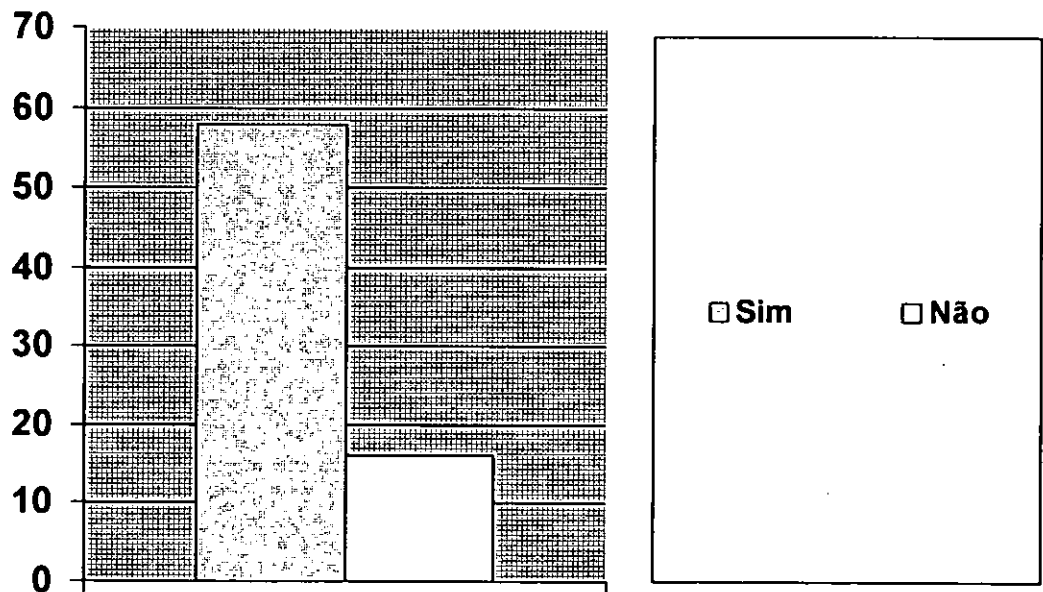
7. Razões que o levaram a entrar para a Escola de Aprendizizes



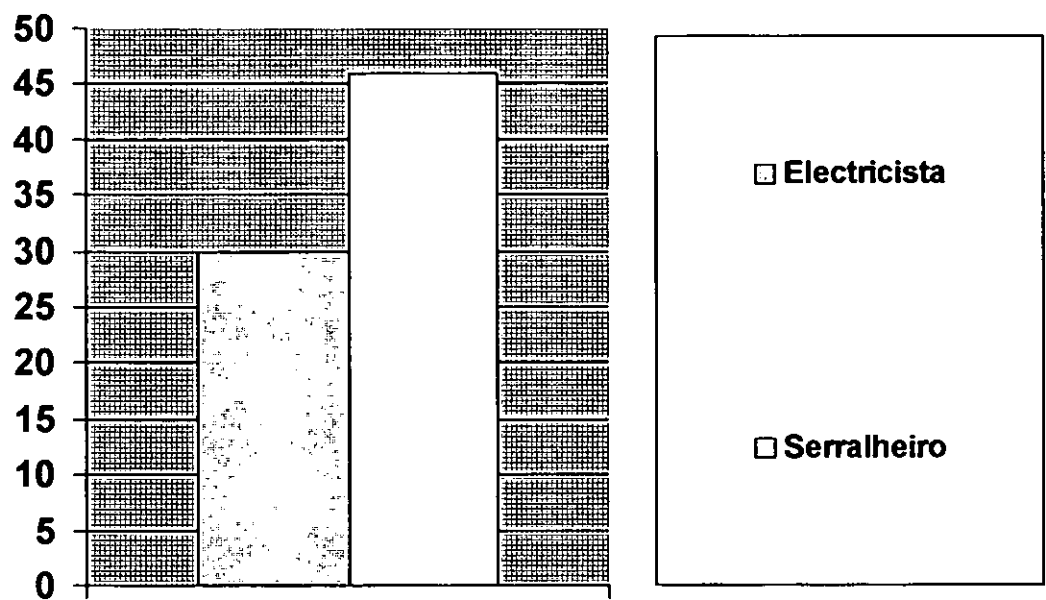
8. O que fazia aquando do ingresso na EA ?



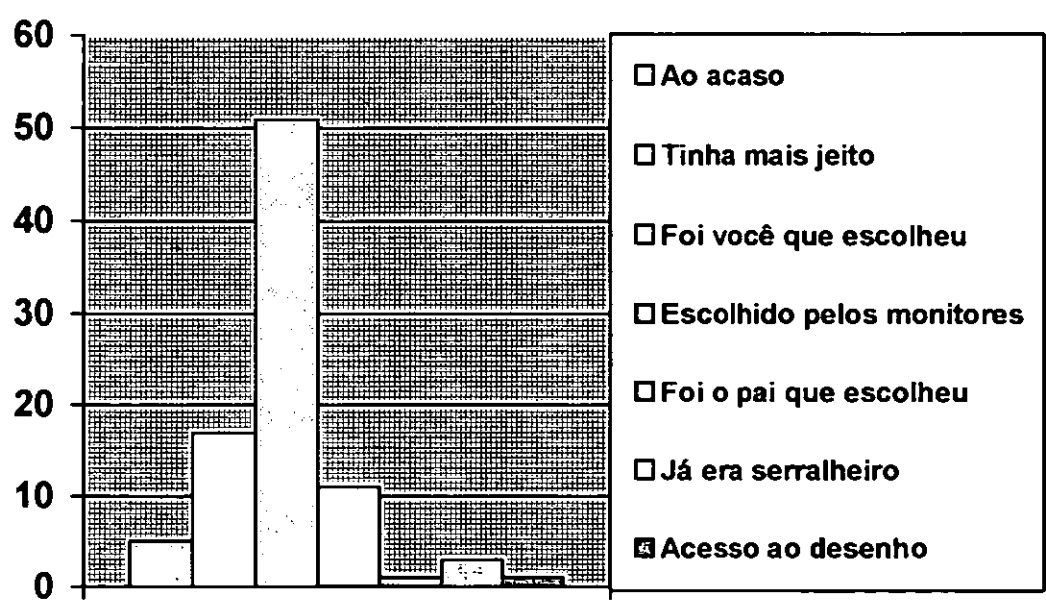
9. Tinha familiares na CP ?



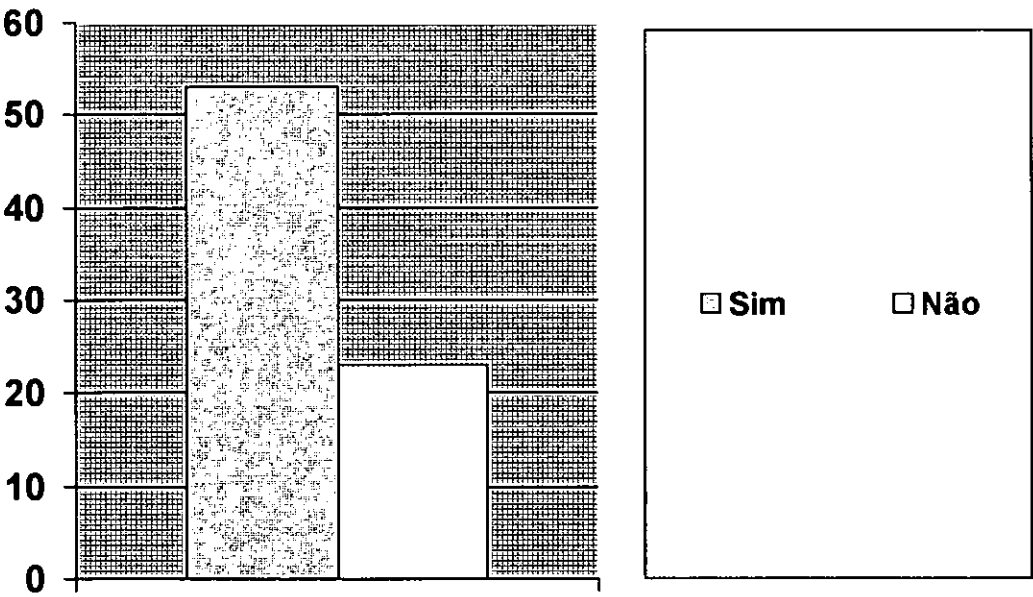
10. Curso realizado na EA



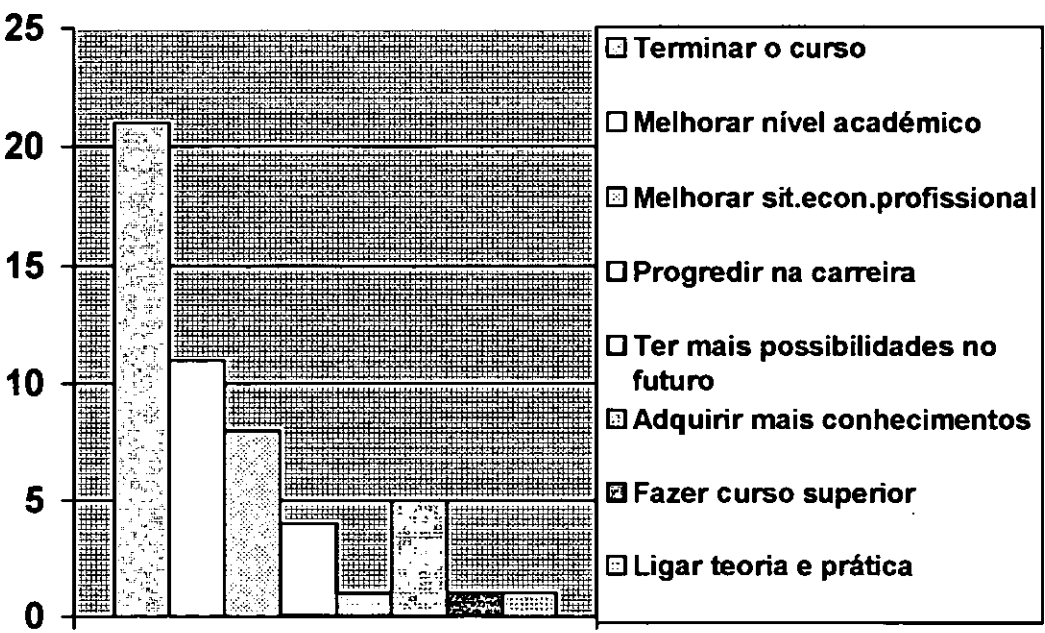
11. Como foi realizada a escolha do curso ?



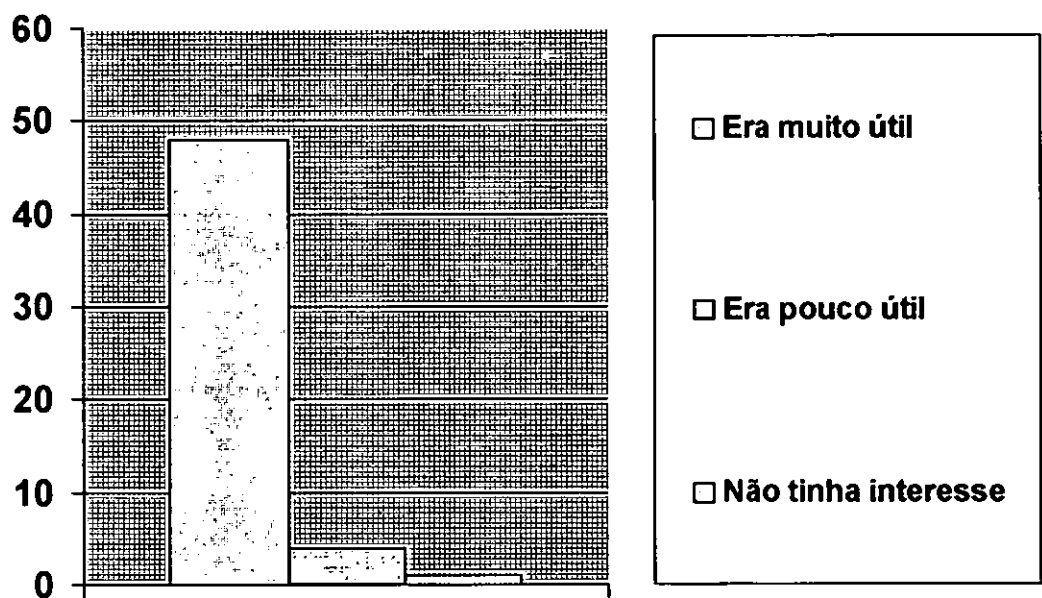
12. Enquanto frequentava a EA frequentava igualmente uma Escola Industrial ?



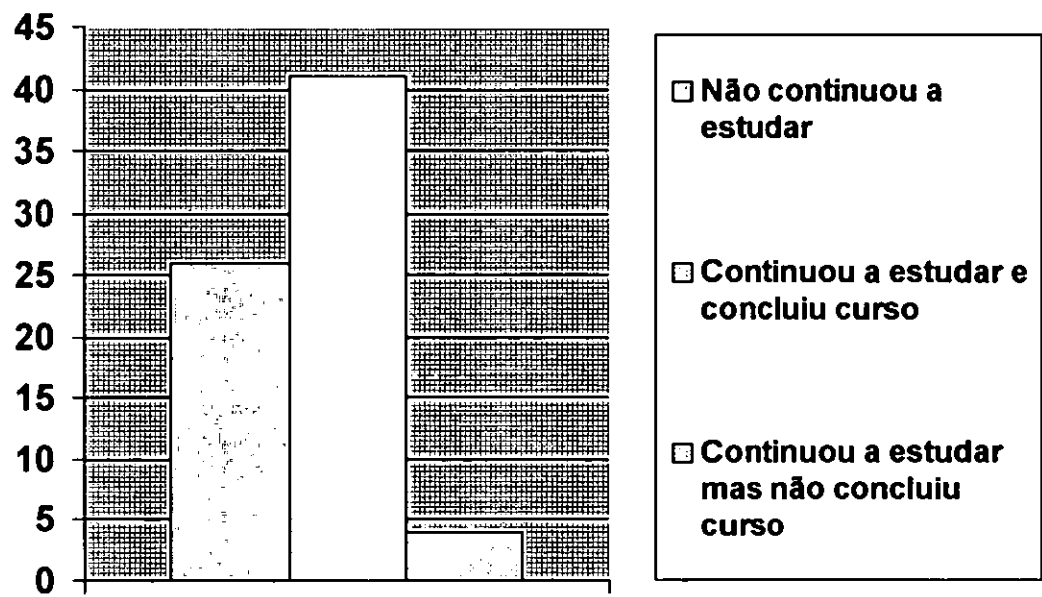
12.3. Com que objectivo ?



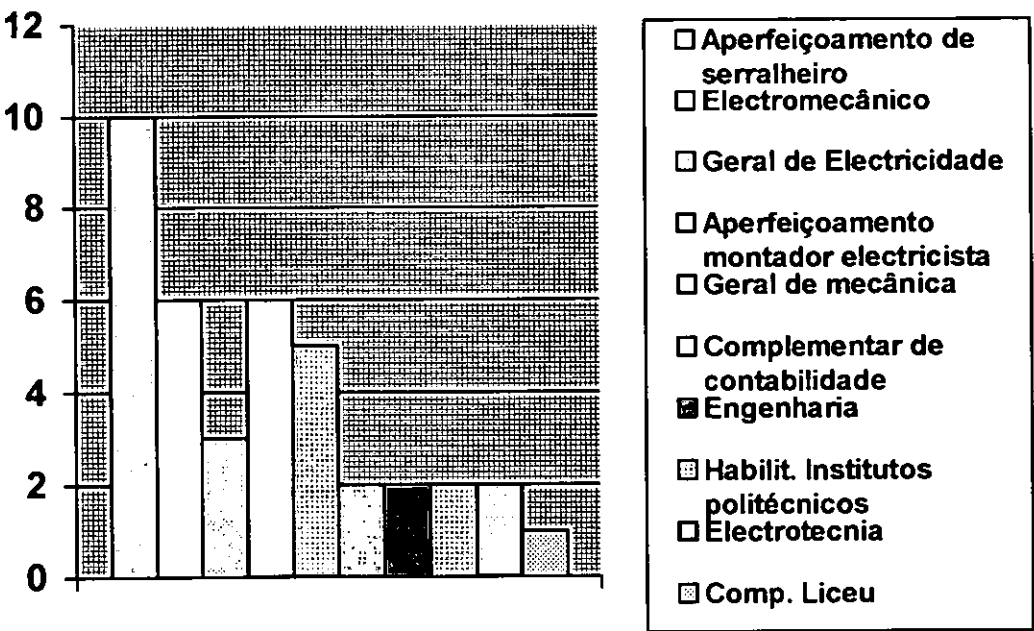
13. A aprendizagem na EA permitia melhores resultados na Escola Industrial ?



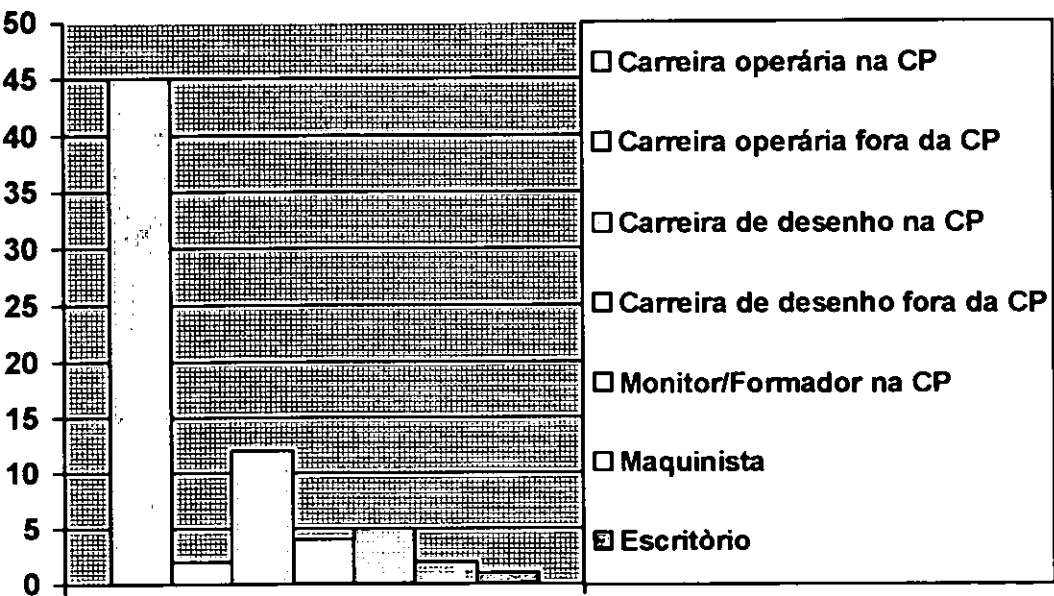
14. Percurso escolar/profissional posterior à conclusão do curso na E. Aprendizizes:



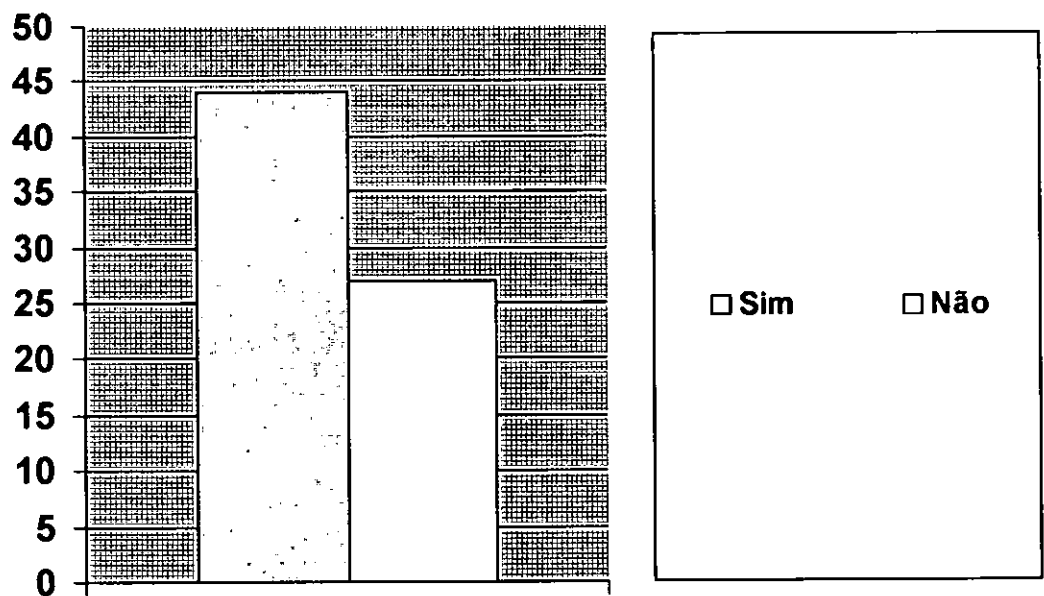
14.2. Curso concluído



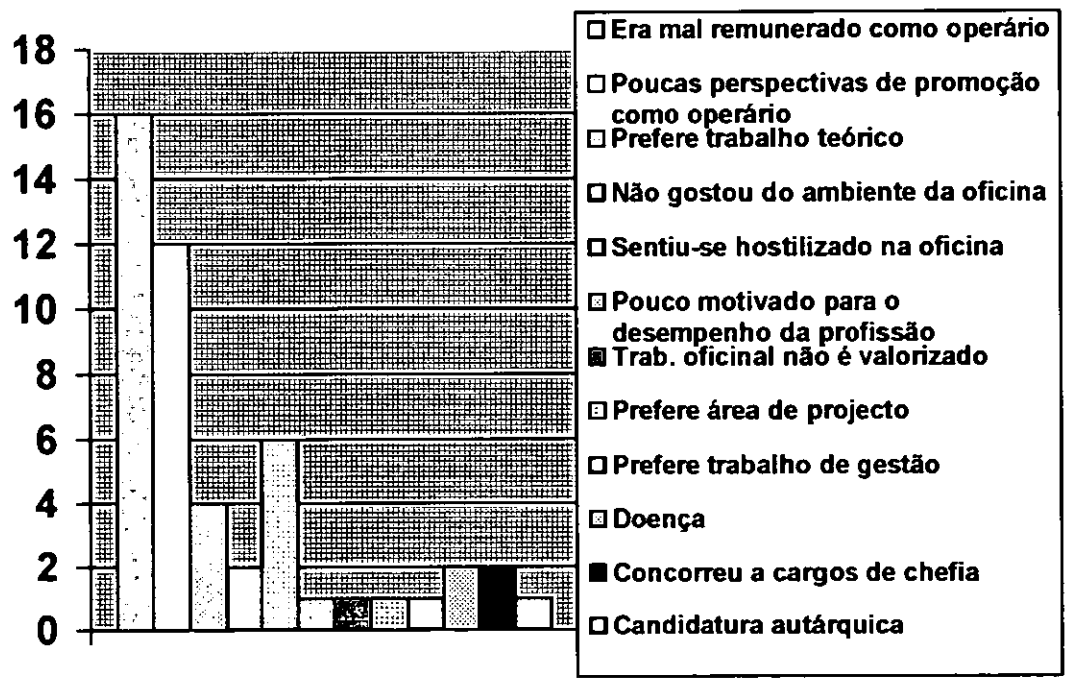
14.3. Percurso profissional



14. 8. Hoje desempenha funções relacionadas com formação de aprendiz ?

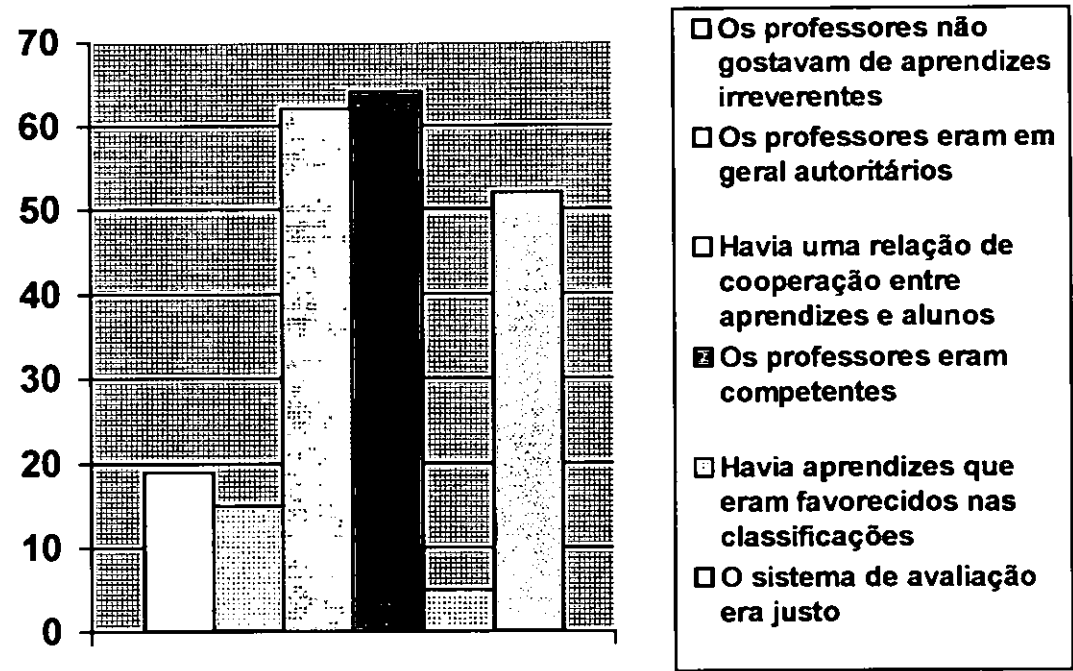


15. Porque é que não desempenha ?

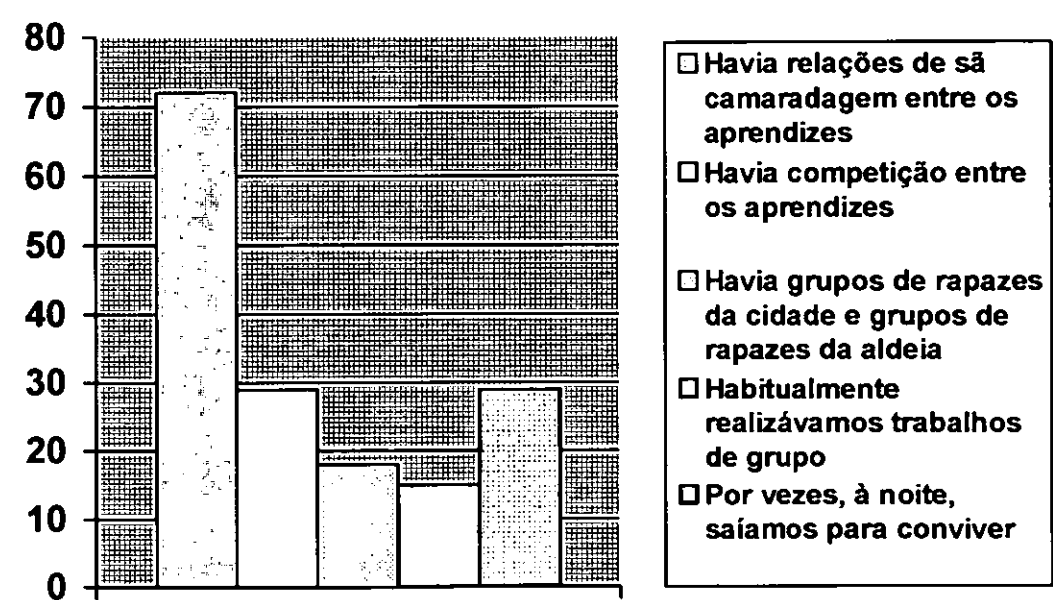


16. Como avalia hoje a sua passagem pela Escola de Aprendizes da CP ?

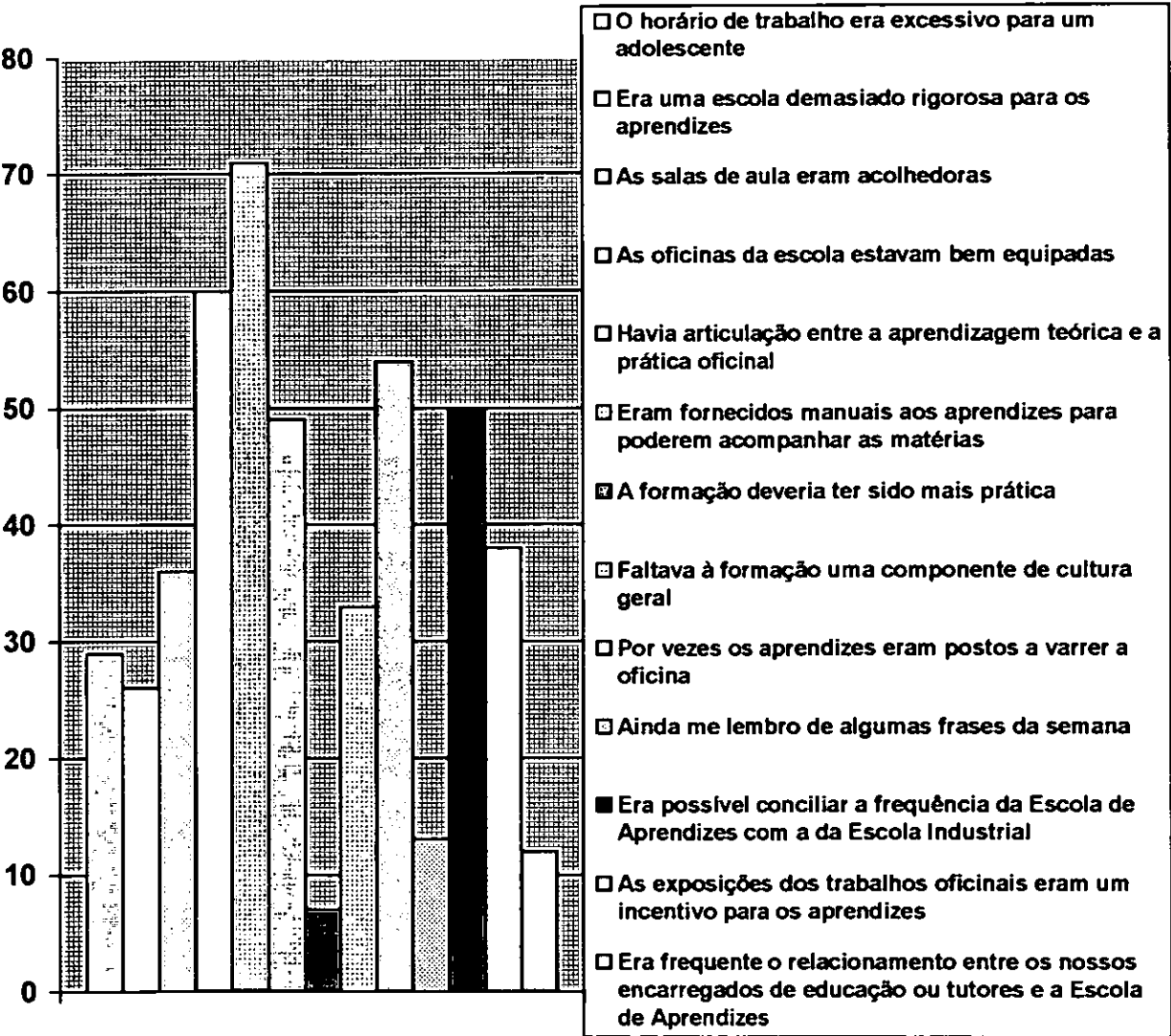
16.1 Relação com os professores e promotores de formação:



16.2. Relação com os outros aprendizes



16.3. A aprendizagem e a Escola de Aprendizizes



Anexo 20 – Guião das entrevistas

- Entrevistas:** I - A um engenheiro electrotécnico que foi professor e director da Escola de Aprendizizes do Entroncamento de 1959 a 1966
 II - A um chefe de brigada que foi aprendiz, monitor e director da escola de 1965 a 1976
 III - A um professor de Aritmética, Geometria e Álgebra, de 1967 a 1973.
 IV - A um aprendiz que também foi monitor da escola e hoje é presidente de um município na região.
 V - A um aprendiz que hoje é técnico qualificado numa das empresas subsidiárias da CP.

Objectivos

1. Registrar testemunhos de agentes directamente envolvidos nas práticas da instituição.
2. Identificar e caracterizar o corpo docente da Escola de Aprendizizes do Entroncamento.
3. Descrever o funcionamento da instituição.
4. Compreender a articulação entre a escola e a empresa.
5. Avaliar a formação realizada e situá-la face ao sistema educativo da época.

Blocos	Objectivos específicos	Formulário das questões
A Legitimação da entrevista	Legitimar a entrevista. Motivar o entrevistado. Esclarecer dúvidas do entrevistado.	1. Informar o entrevistado dos objectivos do trabalho. 2. Solicitar colaboração, relevando a importância do seu contributo.
B Caracterização do entrevistado	Caracterizar o entrevistado em relação à sua formação e à sua experiência profissional.	1. Formação académica do entrevistado. 2. Idade e estado civil 3. Residência 4. Pertencia ao quadro da CP ? 5. Aluno/professor/monitor na Escola de Aprendizizes e/ou noutras escolas. 6. Experiência profissional que o habilitasse a dar formação aos aprendizes 7. Posição em relação aos valores da empresa e aos valores do Estado Novo. 8. Disciplinas leccionadas na E. A. e/ou noutras escolas. 9. Além de professor/monitor na E.A. que outras funções desempenha / desempenhou ?

Blocos	Objectivos específicos	Formulário das questões
C A E.A. e a integração de jovens na CP e no mundo do trabalho	1.Descrever processos de integração dos jovens na CP (serralheiros, electricistas, desenhadores, outros.) 2.Justificar o recrutamento de aprendizes realizado por outras empresas.	1. Como é que se processava a integração na empresa ? 2. Como é que se transitava para desenhador ? 3. O recrutamento feito por outras empresas era de facto um problema para a CP? Porque é que isso acontecia ? Que estratégias foram utilizadas para o contrariar?
D As condições de funcionamento da Escola de Aprendizizes	1.Descrever as condições de funcionamento. 2.Descrever o dia a dia escolar	1. Como estava equipada a escola ? salas de aula, mobiliário escolar, oficinas, manuais... 2. Havia articulação entre a formação teórica e a formação prática ? 3. Como era o dia a dia escolar dos aprendizes ? 4. Como era a alimentação dos aprendizes ? Farnel, cantina..? 5. Havia festas de fim de ano, cerimónias de fim de curso e de integração na empresa, exposição de trabalhos, visitas de estudo ?
E A Escola de Aprendizizes e o ensino técnico nas escolas oficiais	1.Averiguar se havia articulação entre a aprendizagem e o ensino oficial. 2.Avaliar a prestação dos alunos da E.A. que frequentavam o ensino técnico oficial. 3.Compreender a posição da E.A. e da CP face à certificação.	1. Havia algum tipo de relacionamento entre a E.A. e as escolas oficiais ? 2. Que avaliação é que faz dos alunos da E.A. nas escolas oficiais e dos alunos das escolas oficiais na E. A. ? 3. Porque é que a Escola de Aprendizizes não certificava a formação com um diploma de aprendizagem ? 4. Havia internamente alguma certificação mesmo que informal ?

Anexo 21 – Entrevista I - Resumo da entrevista

Bloco A Legitimação da entrevista		
Bloco B Identificação e caracterização do entrevistado	<p>B. 1 Form. Académica</p> <p>B.2. Idade estado civil</p> <p>B.3. Residência</p> <p>B.4. Ligação à CP</p> <p>B.5. Aluno na EA, Professor, monitor</p> <p>B.6. Experiência profissional que habilitasse...</p> <p>B.7. Posição valores do Estado Novo</p> <p>B.8. Disciplinas leccionadas</p> <p>B.9. Outras funções</p>	<p>B.1. Licenciatura em engenharia electrotécnica.</p> <p>B.2. Casado, 72 anos, aposentado.</p> <p>B.3. Parede, Lisboa.</p> <p>B.4. Engº responsável pela Grande Reparação no 2º Grupo Oficinal, professor e director da Escola de Aprendizizes</p> <p>B.5. Professor e director da escola.</p> <p>B.6. Formação académica e funções técnicas na empresa.</p> <p>B.7. Não relevante.</p> <p>B.8. Tecnologia de electricidade e mecânica técnica.</p> <p>B.9. Professor de desenho, tecnologia de electricidade, tecnologia mecânica, electricidade e mecânica na Escola Industrial.</p>
Bloco C Integração dos jovens no mundo do trabalho	<p>C.1. Integração na CP</p> <p>C.2. Desenhadores</p> <p>C.3. Recrutamento por outras empresas</p>	<p>C.1. Automática, após conclusão do curso.</p> <p>C.2. Mais aptidão para o desenho, concurso.</p> <p>Necessidade de desenhadores por parte da CP.</p> <p>C.3. Lisnave, CUF,.. mas a mão de obra ficava no país.</p>
Bloco D Funcionamento da Escola de Aprendizizes	<p>D.1. Equipamento</p> <p>D.2. Articulação entre a formação teórica e a formação prática</p> <p>D.3. Dia a dia escolar</p> <p>D.4. Alimentação</p> <p>D.5. Actividades circum escolares</p>	<p>D.1. Bem equipadas, máquinas ferramentas na escola e na oficina.</p> <p>D.2. Formação eminentemente prática; valorização da formação no posto de trabalho; maior articulação na prática simulada; na oficina a aprendizagem submetia-se às necessidades do dia a dia.</p> <p>D.3. Desconhece. D.4. Desconhece.</p> <p>D.5. Não havia, era uma escola de trabalho.</p>
Bloco E A Escola de Aprendizizes e as escolas técnicas	<p>E.1. Relacionamento /articulação</p> <p>E.2. Avaliação da aprendizagem da E. A. nas escolas técnicas</p> <p>E.3. Ausência de certificação na Escola de Aprendizizes</p> <p>E.4. Certificação interna</p>	<p>E.1. Curso da Escola Industrial muito idêntico ao da Escola de Aprendizizes, decalque das matérias leccionadas; professores comuns.</p> <p>E.2. A prática no posto de trabalho fazia a diferença. A formação não era estreita, era suficientemente generalista e polivalente. A CP, naquele tempo, fabricava muitos componentes que não encontrava no mercado. Os aprendizes, na escola industrial, “brilhavam”.</p> <p>E.3. Não era necessária, as outras empresas contratavam na mesma os aprendizes.</p> <p>E.4. Tinham mais possibilidades de aceder a concursos internos.</p>

Nome: Joaquim Subtil, engenheiro electrotécnico, quadro superior da CP colocado no 2º Grupo Oficial, professor de Tecnologia de electricidade e Tecnologia mecânica e director da Escola de Aprendizizes de 1959 a 1966.

Entrevista

Começava por lhe perguntar qual é a sua formação académica?

Sou licenciado em electrotecnia

Idade e estado civil

Tenho 72 anos e sou casado.

Reside normalmente...

Na Parede em Lisboa

Pertenceu sempre à CP?

Não, iniciei a minha vida profissional como professor da Escola Técnica em Tomar.

Estive lá quase um ano, posteriormente, em Maio de 1958 ou 59, fui chamado para a CP, visto que tinha concorrido à CP. Tinha metido os papéis para a CP e para o Metropolitano. Sei a que a CP me chamou em Maio e o Metropolitano me chamou 15 dias depois, mas já estava comprometido com a CP e para mim também era mais interessante seguir a vida na CP, inclusive até fui de certo modo mal-educado com o Metropolitano, visto que de imediato não lhes dei uma resposta. Mandam-me segunda carta e também não lhes disse nada, não sei o que se passou comigo, não costumo ser assim, mas à terceira carta senti-me na obrigação de lá ir explicar porque é que não tinha respondido. Então desde essa data até a idade da reforma estive sempre na CP.

E esteve sempre ligado à Escola de aprendizes?

Não, não estive, quando fui para o Entroncamento fui como engenheiro de terceira, e passados talvez um ano, ano e meio, é que, por indicação do chefe das oficinas entrei na Escola dos aprendizes. Primeiro exclusivamente para dar aulas e depois ficando responsável pela escola, ficando como meu braço direito o contramestre José Gonçalves.

Tendo em conta o enquadramento hierárquico da escola dentro da empresa, havia um contramestre, um quadro operário que era o director da escola no terreno, que geria o quotidiano da vida da escola, depois havia um quadro superior, um engenheiro da CP

que era responsável pela escola, mas acima desse havia o responsável directo, junto da instituição, que era o director do grupo oficial.

Exactamente.

Recordá-se do engenheiro Camarate?

Muito bem, foi o meu primeiro chefe.

Se eu percebi bem, nos documentos que tenho aqui, o engenheiro Subtil foi substituir o engenheiro Camarate como Director da escola.

Anteriormente, o engenheiro Camarate, talvez não cumprisse as mesmas funções que eu cumpri depois, talvez fosse um director da escola mas mais à distância. Não tão próximo do terreno como eu estive. Mas foi de facto o engenheiro Camarate.

É que eu encontrei aqui uma participação de um aprendiz que é anterior ao seu tempo, portanto do tempo do engenheiro Camarate, que me permitiu de certa forma reconstituir como é que a “coisa” funcionava: um aprendiz que se queixou de ter sido agredido por um instrutor, dentro da escola, e queria que fosse considerado acidente em serviço. O contramestre Gonçalves levou a participação ao Chefe da secretaria, que por sua vez a apresentou ao engenheiro Camarate, este apresentou-a ao engenheiro Cerveira e, finalmente, o engenheiro Cerveira apresentou-a ao engenheiro Monteiro, em Lisboa, por telefone. E de lá o engenheiro Monteiro disse que não era de considerar acidente em serviço. A cadeia era esta, então?

Era essa de facto, sim. O engenheiro Camarate era, digamos o engenheiro mais categorizado dentro da oficina, do grupo oficial, melhor. Já que o Chefe, o engenheiro Cerveira, deslocava-se diariamente entre o Entroncamento e Lisboa. Ele nessa altura já residia em Lisboa. Era o chefe do grupo oficial e o engº Camarate era digamos o subchefe. Depois o engenheiro Cerveira definitivamente foi para Lisboa e quem assumiu a chefia do grupo oficial foi o engenheiro Camarate. E não sei se essa participação ocorreu já aquando o engenheiro Camarate já era chefe do grupo oficial. Mas seria o engenheiro Cerveira visto que foi ele que apresentou a questão final ao engenheiro Monteiro.

Portanto, já me disse que tinha iniciado as suas funções profissionais numa escola do ensino técnico, em Tomar que era a única na altura, ou já haveria mais?

A do Entroncamento ainda não existia,... Torres Novas já existia.

Não me disse que disciplinas é que tinha leccionado na Escola de aprendizes.

Dei tecnologia de electricidade ao 3ºano e mecânica técnica ao 2º

E que disciplinas é que dava na escola oficial?

Dava desenho, dava tecnologia de electricidade, tecnologia mecânica, electricidade e mecânica. Todas as disciplinas que eu dava na escola industrial.

Continuou a leccionar na escola industrial mesmo depois de estar na CP?

Sim, sim. Primeiramente em Tomar, à noite, mais tarde em Torres Novas e mais tarde no Entroncamento. Foi Tomar, Torres Novas e Entroncamento.

Além desse trabalho como professor, quer na escola técnica pública, quer na Escola de aprendizes da CP, que tipo de trabalho é que fazia na CP?

Era responsável pela conservação das instalações, na conservação que diz respeito à parte eléctrica e foi o meu arranque de engenheiro dentro da CP. Mais tarde, foi um bocado estranho, fui responsável pela grande reparação das locomotivas a vapor. Depois da extinção desta actividade, cujos responsáveis eram engenheiros mecânicos, por exemplo um colega meu, o engenheiro Oliveira Santos e o engenheiro Pereira de Almeida. Mas enquanto que o engenheiro Pereira de Almeida estava exclusivamente ligado à reparação de wagons, da oficina de wagons e o Oliveira Santos estava mais ligado à temática eléctrica, da oficina de grande reparação das locomotivas que exigia talvez uns conhecimentos técnicos da área de engenheiro mecânico mais aprofundados.

Que deram os dois aulas na Escola de aprendizes...

Deram os dois aulas na Escola de aprendizes.

Posteriormente quando se extinguiu, digamos, a reparação das locomotivas a vapor e surgiram as chamadas novas oficinas houve uma reformulação das nossas actividades e quando digo nossas, digo da minha pessoa e dos meus colegas, mas a minha parte em termos profissionais esteve sempre ligada à parte eléctrica, do material eléctrico.

Como é que essa evolução tecnológica, e já estou a ver que o senhor engenheiro acompanhou essa fase crucial da transição do vapor para a parte eléctrica, para o diesel e para as eléctricas, como é que essa evolução tecnológica marcou a evolução dos aprendizes?

Marcou. Eu há um bocado tive uma certa hesitação na subdivisão dos aprendizes nos aprendizes ligados à mecânica e à parte eléctrica; porque houve uma formação virada para a parte eléctrica.

Se quiser algum pormenor, eu posso recordar-lhe que, e eu tenho isto de memória, em 58 quando o senhor entrou para a CP, foi quando começaram a ir os aprendizes, alguns aprendizes, os melhores classificados do 2ºano, começaram a ir para o Barreiro fazer o curso de electricistas de motores. O Lucílio e aquela gente toda,... foram dos primeiros. Mais tarde, três anos depois, passaram também a ir serralheiros, pessoas de serralharia, iam fazer o curso de serralheiros de motores. Agora o curso de electricistas, no Entroncamento só arrancou, salvo erro, em 63/64. Eu presumo que a ida de alguns aprendizes para o Barreiro, começaram por ir cinco, os cinco melhores...

Pois, na altura dizia-se a universidade do Barreiro, digamos o material de diesel era de facto do Barreiro, não era do Entroncamento. Nós não o tínhamos cá, como é óbvio. Era o Barreiro na grande reparação e Campolide nas manutenções, nós na reparação mais pequena. E o que o senhor está a dizer dos aprendizes irem para o Barreiro receber uma formação virada para o material eléctrico e de diesel eléctrico estava já ligado à transferência da reparação de parte do material de engenharia eléctrica para o Entroncamento, como aconteceu, e do material eléctrico exclusivamente no Entroncamento. Dentro do material eléctrico há o eléctrico puro e o diesel eléctrico. O diesel eléctrico, a universidade era de facto o Barreiro mas depois passou parte para o Entroncamento e outra parte permaneceu no Barreiro; também teve material exclusivo deles e reparação do material eléctrico só, então nasceu praticamente no Entroncamento.

E daí a necessidade de formar aprendizes nessa área.

Para além dessa bifurcação nessa formação, pode, ou lembra-se se a quantidade de aprendizes aumentou ou diminuiu de volume?

Não tenho ideia disso, terá havido de facto um aumento de aprendizes. É que com a diminuição da reparação das locomotivas a vapor, houve também na teoria um excesso de aprendizes, porque as locomotivas a vapor exigiam mais mão-de-obra por unidade do que propriamente o material eléctrico e obviamente que isso se reflectiu na quantidade de aprendizes.

Se calhar essa questão tem a ver com outra questão que é anterior ao período em que entrou mas é sempre uma questão intrigante em qualquer momento. Se nós olharmos para a curva das admissões, os primeiros aprendizes entraram em 43, foram 13, no

ano seguinte foram 20 ou 25 e há assim um arranque em crescendo até 48, altura em que pararam, não houve mais admissões e só volta a haver admissões em 55, ou seja há um trabalho para o vapor que exige mão-de-obra cada vez mais complicada, então faz-se formação de aprendizes, mas a partir do momento em que o vapor começa diminuir, diminuía também a importância da formação. Entretanto, o crescendo do material diesel e eléctrico exige de novo a formação com outro tipo de mão-de-obra. É óbvio que há outras questões, a crise financeira, alguma expectativa que eu acho que se gerou com a reforma do ensino técnico em 47, ...

E há também o seguinte: na altura sentia-me incomodado em termos ferroviários, porque a formação que a CP dava, a nível nacional era boa, o aprendiz da CP tinha admissão quase garantida em qualquer lugar que exigisse esse tipo de mão de obra, quer de serralheiro, quer de electricista, quer de mecânico e havia dois sorvedouros, um era a Lisnave, os aprendizes quando estavam formados iam para a Lisnave e o outro era a antiga CUF, iam também muitos para a CUF. Evidentemente os aprendizes que se formavam na CP custavam dinheiro, o aproveitamento dessa formação, desse gasto que a CP fazia, não existia, a CP não tinha proveitos, visto que eles se transferiam para a Lisnave e para a CUF. **O senhor engenheiro como gestor da formação, como é que acha que empresa contrariou essa sangria? Ou não contrariou?**

Eu suponho que não contrariou porque havia uma aceitação, da parte dos dirigentes da CP, porque correspondia à realidade; por outro lado, considerava-se que a mão-de-obra formada ficava no país, não ficava na CP, mas ficava por exemplo na Lisnave. De certo modo era uma gesto altruísta por parte da CP.

Sabe eu tenho na minha tese um capítulo que se chama: “Aprendizes para a CP, operários para o país”, está bem escolhido?

Faz sentido porque está dentro dessa lógica.

Parece-me que terá havido alguma tentativa ou estratégia por parte da CP para tentar travar essa sangria, por exemplo, numa altura em que essa formação era tão importante, custou-me um bocado a perceber porque ela não era certificada.

A certificação nessa altura não tinha importância que tem hoje, bastava ser aprendiz da CP que chegava, a certificação era essa, pois tinha logo as portas abertas, disso não há dúvidas, não havia era uma certificação oficial.

Nunca passou um diploma...

Penso que não.

Nenhum aprendiz tem um diploma da formação. Não acha que essa ausência de certificação podia ser uma estratégia da CP? Se houvesse um diploma, se calhar a sangria seria maior...

Eu imagino que não, não deve ter havido intenção nesse sentido, foi um acaso. A certificação, hoje fala-se muito em certificação, mas naquela altura em que o João Gonçalves lá passou era uma coisa de menos importância, só muito mais tarde com o Instituto de Qualidade desenvolvido pelo Instituto de Soldadura em que nós tivemos lá com uns engenheiros a ter formação nesse sentido e houve de facto um despertar para a qualidade da mão-de-obra e a certificação dessa mão-de-obra.

Seguindo esse caminho, porque eu acho que essa questão é de facto nuclear, essa fuga, essa sangria sistemática de mão-de-obra formada, ainda em 1969, na inauguração do Centro de Formação, presidente do conselho de gerência da CP dizia que: “Sabemos muito bem que estamos a formar mão-de-obra que depois não fica cá, mas pronto, paciência...”.

O desenho era o currículo nobre, o currículo maior dos aprendizes, era axial na formação. Desenho esquemático, desenho geométrico, desenho de projecções,... e esse desenho a princípio, e eu tenho visto as pastas dos aprendizes desde os primeiros anos, e a mim que sou um leigo, aquilo parece-me um desenho quase perfeccionista, principalmente aquele a tinta da China. Até aos anos 60, é assim o desenho; muito limpo, muito rigoroso, muito cuidadoso, e sobretudo com esse acabamento que a tinta da China confere aos trabalhos. A partir dos anos 60 adulterou-se. Sobretudo desapareceu praticamente a tinta da China. Como é que o senhor engenheiro interpreta isto?

Bom, esse perfeccionismo, eu não quero dizer que não fosse importante, mas considero que era mesmo perfeccionismo, não tinha interesse... Estou de acordo com essa análise. Porque repare eu segui um curso técnico, portanto desenhei bastante esse desenho técnico, eu suponho que nunca na minha vida, no meu curso eu nunca utilizei tinta da China, o lápis e compasso foi necessário, mas tinta da China não me recordo. Talvez isso reflecta um pouco a velocidade do tempo de então. Nessa altura havia tempo para ir a esses pormenores, o

desenho ficava mais bonito a tinta da China, mas às tantas a exigência de velocidade foi tão grande que se abandonou uma coisa que, de certo modo era supérflua.

O aumento da exigência técnica da formação tornou dispensável e exigência desse perfeccionismo.

Quer dizer, a tinta da China o desenho fica mais bonito e mais duradouro, isso também é verdade, porque o carvão do lápis não aguenta tanto como a tinta da China, como é óbvio; mas também o tempo de utilização de um desenho, a evolução é tão grande que o tempo do desenho é compatível com evolução técnica.

Eu ainda me atrevia a interpretar essa circunstância de uma outra maneira; um aprendiz para concorrer a outra empresa qualquer fazia provas. E essas provas quase sempre eram provas de desenho, tendo uma muito boa formação em desenho na Escola de aprendizes, ele ia prestar provas ou à Lisnave, ou à Mague, ou outra empresa qualquer era sempre dos primeiros. Descurando um bocadinho essa formação e adaptando-a à especificidade da empresa CP, estaria certamente a barrar o caminho para que houvesse essa fuga para outras empresas. Não seria assim?

Não entendo muito bem assim. Não contradigo na totalidade mas eu não sinto o problema assim.

O que é facto é que havia uma fuga sistemática de mão de obra especializada que a CP formava e há bastantes ecos do ponto de vista da estrutura, da gestão a queixar-se, a lamentar-se dessa fuga.

O aprendiz quando entrava para a escola, automaticamente já entrava para a CP?

Sim, sim.

Tinha colocação garantida. Não havia nenhum aprendiz que acabasse o curso e que não fosse colocado.

Não tenho conhecimento de um aprendiz formado lá que tivesse que recorrer a empregos cá fora. Ficava lá dentro.

Porque é que havia aprendizes que mal acabavam o curso iam para desenhadores?

Porque é que alguns nem operários eram, iam logo para o desenho?

Deve ser o acumular de duas situações; necessidade de desenhadores na CP, por um lado, e por outro lado aqueles que manifestavam mais aptidão para o desenho, penso eu.

Mas era por concurso, eles tinham de fazer isso por concurso?

Não tenho essa informação.

Falando de um outro assunto, uma das questões de que eu gostaria que me falasse um bocadinho, se tiver alguma memória disso, era da escola em si, do dia a dia, das instalações, das salas de aulas, como estavam equipadas, mesas, cadeiras, etc... Eu fiz um inquérito aos aprendizes e eles na maioria dizem-me que estava bem equipada, mas isto para mim é assim um bocado vago, o senhor engenheiro que conhece outras escolas que tinha experiência de professor...

Eu se fizesse uma análise comparativa entre os meios, diria que a Escola de aprendizes dispunha dos meios que uma escola industrial dispunha, eu permita-me fazer uma comparação bastante forte, porque o curso da escola industrial era muito idêntico com o da Escola de aprendizes. Havia um certo decalque nas matérias que se leccionavam, alguns professores até eram os mesmos. A escola industrial de Tomar estava em termos de qualidade de material virada para o mesmo fim, melhor que a dos aprendizes, mas nós tínhamos (CP), uma vantagem muito grande, é que a parte prática do aprendiz era complementada nas próprias oficinas; iam para as oficinas e tinham ao seu lado um operário normalmente de bom nível, que era o seu instrutor de certo modo dentro da oficina. Quer dizer, ele passava ali umas horas boas e durante bastante tempo ligado a um operário das oficinas e pode-se pensar que era uma formação muito estreita, mas não era; não era porque a CP, as suas oficinas são generalistas, têm tudo, ou pelo menos tinham tudo; não sei se sabe a CP quer queiramos, quer não, aquando a sua origem, era por assim dizer única indústria dentro do país que estava organizada e como a indústria portuguesa não estava muito desenvolvida, a CP foi obrigada a apetrechar-se para suprir aquilo que eventualmente tinha necessidade e não havia cá fora. Mesmo no fabrico de parafusos, é impensável que uma empresa de caminhos de ferro, hoje fabrique parafusos, que há empresas especializadas cá fora que, com certeza, conseguem produzir parafusos com uma rentabilidade totalmente diferente do que aquela que a CP conseguia; mas pronto não havia. Quem diz parafusos diz bobinas, bobinas para máquinas eléctricas, hoje ainda se fazem bobinas, mas são bobinas especiais, mas para máquinas eléctricas normais... é absurdo que seja CP a fabricar essas bobinas, já que na indústria nacional, o apetrechamento e a vocação dessas indústrias permite fabricar grandes séries de bobinas. Mas, à partida como não havia essa indústria cá fora a CP teve de se apetrechar com tudo. E daí, os nossos aprendizes

dentro das oficinas podiam tocar todas as áreas, digamos quer de traçaria, quer da mecânica, quer da electricidade, porque a CP tinha tudo. E as escolas industriais, embora em termos didácticos com um mínimo de instalações estivessem melhores apetrechadas, mas faltava-lhe essa parte.

Essa questão é muito interessante...

Portanto, de qualquer forma, pode dizer-se que mesmo assim, do ponto de vista dos meios, a Escola de aprendizes mesmo assim estava bem equipada?

Estava bem equipada, até porque não estaria equipada com as máquinas de último modelo mas máquinas que ainda estão a utilizar-se. Eram deslocadas as oficinas para a escola.

O senhor engenheiro entrou em 58 para a escola de aprendizes?

Não, não foi logo, foi um ano depois.

Se eu lhe perguntar se ainda deu aulas na eléctrica ou já foi na escola Camões? Lembra-se disso?

Foi na escola Camões, nunca estive cá em baixo.

E nos anos que lá esteve, assistiu à mudança para o Centro de formação?

Sim, assisti à mudança para o Centro de formação. Mas, a primeira mudança foi para as oficinas novas, essa sim eu acompanhei de princípio ao fim. O Centro de formação, eu estive um bocadinho à distância, o Centro de formação estava isolado já, estava independente da CP. E houve de facto um engenheiro, que é meu contemporâneo lá no Entroncamento, que estava ligado à reparação dos vagon, depois é que foi destacado para o Centro de formação, o Pereira de Almeida.

Mas a Escola de aprendizes veio da escola de Camões, para a escola do Centro de formação? Em 69 ou 70...

Sim, talvez...

Uma outra questão que eu gostaria de lhe colocar, que se presume das suas palavras mas que eu gostava que abordasse pessoalmente esta questão, que articulação havia entre a instrução teórica, na escola, nas aulas, e a prática oficial?

Bom, era quase exclusivamente prática a formação, como disse há bocado o recurso que era dado às oficinas para dar continuidade à formação dos aprendizes, era isto: o aprendiz ir para junto de um posto de trabalho, e ficar lá acertado a um operário que reconhecidamente tinha qualidade.

Mas a questão que eu queria precisar era esta, ele de manhã na escola aprendeu isto, à tarde na oficina o que ele aprendeu na escola tem a ver com o que ele faz na oficina?

Na oficina sim, na escola propriamente dita; mas isso era só no primeiro ano. Aí sim, havia uma articulação. Para a oficina ele tinha que se subordinar aquilo que o posto de trabalho estava a executar e não havia uma especificidade do posto de trabalho para dar continuidade aquilo que ele tinha lá aprendido lá em cima.

A aprendizagem estava condicionada à exigência do posto de trabalho?

Sim era isso.

Não havia uma reunião de vez em quando em que todos os agentes envolvidos na formação tivessem uma espécie de acertar de agulhas...

Não, não havia, não se julgavam necessárias. Esta atitude que tomaram em não se reunirem para essa articulação, isso não foi entendido assim até porque não havia escola nesse sentido, não tinha tradições...

O sr. engenheiro conhecia bem o mundo que era a aprendizagem, pode descrever-me o dia a dia de um aprendiz? Como era a visão da sua parte, da estrutura, dos outros actores que eram os aprendizes?

Eu tenho uma certa dificuldade em dizer, embora eu estivesse lá 7 anos, nunca estive a tempo inteiro, mas eu suponho que o horário do aprendiz era semelhante ao horário do operário. Eles tinham no aspecto de formação aulas de Português...

É curioso que é a primeira pessoa que me fala nisso, nos horários que eu tenho visto, só tinham Aritmética e Geometria no 1º ano e Álgebra no 2º. Por falar nisso, eu tenho aqui uma questão... O professor Torres fez um pequeno “memorando” em 60/61, em que se queixava da má preparação com que muitos aprendizes entraram para a escola por exemplo a esse nível da Língua Portuguesa, não dominavam, não sabiam escrever, davam muitos erros ortográficos e que por isso não percebiam as matérias que ele dava (Aritmética, Geometria e Álgebra) e portanto recomendava que se fizesse o exame de admissão como havia no ensino técnico e nos liceus e que fossem logo cortados os que não tivessem condições mínimas. Eu até comentei na minha tese: “O alvitre foi considerado” e a partir de 60/61 passou a haver um exame de admissão nesses moldes, com provas de Aritmética e de Geometria, ditado, redacção, aí um bocadinho de Português e, salvo erro, desenho. Sei que havia 4 provas, aliás tenho

aqui um papel que me diz que o Eng. Franklin Torres foi substituído pelo Eng. Joaquim Subtil no júri do exame.

O Franklin Torres, sendo mais velho que eu na CP, era mais novo que eu no Entroncamento. Ele veio do Barreiro e acabou a sua actividade no Entroncamento como Chefe de Grupo Oficinal. Foi o Eng. Cerveira, depois o Eng. Camarate, mais tarde o Eng. Cruz e depois o Eng. Torres.

Eu creio que o júri desses exames nacionais era constituído por um engenheiro do Porto, do Barreiro e do Entroncamento. O do Entroncamento era o Eng. Franklin Torres, que foi substituído pelo senhor.

Eu penso que o Eng. Franklin Torres representava o Barreiro e eu o Entroncamento, mas não lhe dou a certeza...

Lembra-se de algum relacionamento entre a Escola de Aprendizizes e o Ensino Oficial? O sr. que era professor nos dois lados...

Intercâmbio não me recordo, julgo que não havia.

Mas era frequente um aprendiz, aluno na Escola Industrial, ser identificado como aprendiz?

Sim, porque os aprendizes nas Escolas Industriais “brilhavam”.

Eu já ouvi várias pessoas a dizerem isso. Até houve uma pessoa que me disse que estava a fazer uma prova qualquer e o professor olhou para a prova dele e perguntou logo se ele era aprendiz...

É natural.

Mas havia articulação com a oficina...

Com a oficina havia articulação formal. Era a formação digamos prática era feita lá, mas sujeitando-se àquilo que o posto de trabalho estava a executar.

Isso de certa forma, também confere importância à instrução formal da Escola de aprendizes... Porque fosse qual fosse o assunto que ali aparecesse tinha aplicação...

Eu penso que sim, e como eu disse há bocado pode levar a pensar as pessoas, que, digamos, essa formação ficava muito restrita aos caminhos de ferro, mas não, era uma formação de carácter geral.

Até porque eles no segundo ano passavam por várias secções, não era? E isso também era um outro contributo para essa abertura, para essa polivalência, chamemos- lhe assim...

Sim, sim. Como essa polivalência existia nas oficinas, o aprendiz beneficiava da polivalência.

Eu, por mim, já coloquei todas as questões que formalmente me interessavam. Estou- lhe muito grato e foi muito interessante ouvir o que me disse. Se quiser falar de mais algum assunto que lhe pareça relevante sobre esta matéria... Por falha minha nem cheguei a dizer-lhe o título que dei à minha tese...chamei-lhe “De aprendiz a cidadão”; isto é, a intenção era de claramente pegar em rapazes “verdes”, alguns de quinze anos, dezasseis anos, alguns só com a escola obrigatória e, neste material humano, chamemos- lhe assim, passá-lo pela escola, e ter mão- de- obra. Portanto, fazer de um menino um operário. E eu, à posteriori, falando com o João Gonçalves, falando com dezenas deles, ao todo foram 992 e eu conheço perto de uma centena deles... e, com o conhecimento que tenho desta realidade, olho para eles e não vejo operários, também vejo operários mas vejo operários que são dirigentes associativos, que presidem a sindicatos, que são presidentes de Junta de Freguesia, Presidentes de Câmara,... ou seja, eu vejo muito mais do que operários, por isso chamei-lhe “De aprendiz a cidadão”. Se quisesse explorar um bocadinho esta ideia, se concorda, se não concorda, se acha que é assim, se não é...

Concordo, concordo e julgo que, para além da formação em si, que certamente a Escola de aprendizes permitiu ao rapaz transformar-se no cidadão, havia também um factor importante para os aprendizes, para o ferroviário que era a facilidade de transporte, porque, pelo menos a partir de determinada altura, as pessoas sentiam que o facto de ficar no Entroncamento, ficar em Campanhã ou ficar na Figueira da Foz, naquela zona restrita não os satisfazia; e que pretenderam dar voos mais altos, pretenderam continuar a estudar, e tiveram tanta facilidade de transporte que permitiu ao aprendiz ferroviário deslocar-se com certa facilidade para cá. Primeiro para zonas circunvizinhas, mas já com outro tipo de visão. E, depois mais tarde, a expectativa de cada um deles foi aumentando, primeiro localizaram-se na região, depois ...”agora quero tirar o curso médio, vou para Lisboa...”, e

houve até esta possibilidade de aprendizes senão operários de se deslocarem a Lisboa para estudar. Embora trabalhando longe de Lisboa mas permitia-lhes...

Portanto essa facilidade de transporte, tornou o mundo do aprendiz mais acessível, ou seja revolucionou o mundo dele. Eu, por acaso, tinha-me apercebido disso mas não com esta dimensão tão lata, apercebi-me disso a propósito do Barreiro; vamos supor um aprendiz que vem de Vale de Peso donde nunca saiu, e ele vai de Vale de Peso para o Entroncamento (que já é um passo em frente, porque o Entroncamento é uma outra aldeia, maior, e já mais urbana, mas ainda um mundo estreito), no entanto ele passou a ter título de transporte e canais que o habilitam a ir a....

Há bocado o senhor falou na certificação da Escola de aprendizes, não a tem, nunca teve essa certificação. Mas a aspiração dos aprendizes era ter exactamente uma certificação, um diploma e dali deram o salto para a escola industrial. Lá está a tal facilidade de transporte, iam para Tomar, para Torres Novas, mais tarde a facilidade de existir no Entroncamento um núcleo da escola de industrial, mas só muito mais tarde,...em 64. Sim senhor, apanhado o primeiro canudo as aspirações talvez tenham aumentado exponencialmente.

Ou seja a possibilidade de transporte é também um canal que aumentou as aspirações. Essa questão é muito interessante..., a questão do transporte é importante, abre o mundo, alarga a visão do mundo. Cosmopolitiza as pessoas.

Até lhe vou dar alguns exemplos corriqueiros, terra- a- terra; Vale de Peso está influenciado pelos caminhos de ferro, hoje, ontem e anteontem. Tem uma estação, um apeadeiro, e dantes até para as moças daqui se era ferroviário era já um bom partido, se não era ferroviário era já mais difícil, mas o ferroviário na verdade tinha um estatuto especial perante as moças. O contacto que o caminho de ferro permitiu com o exterior reflectiu-se inclusivamente em toda a população, repare até na pronúncia, na fala desta gente aqui que não se distingue muito da fala dos centros urbanos. Está muito próxima, não é verdade? Não digo que não haja um ligeiro sotaque, mas em Vale de Peso o sotaque está muito próximo do sotaque urbano. Se for para Alpalhão, já não existe uma influência tão forte, é muito mais revezada. Gafte, na teoria está também bastante influenciada pelos caminhos-de- ferro mas não tiveram nunca tanta tendência de ir para o caminho de ferro, talvez por terem outros atractivos, enquanto que aqui o atractivo nº1 era o caminho- de- ferro. Em Gafte, eram as pedras. E, repare há uma corrente enorme de gaftanhos para a Suécia, a

Suécia, não digo que esteja cheia de Gaftanhos mas há muitos..., a emigração para a Suécia foi de facto uma realidade. E Vale de Peso está extremamente influenciado pelos caminhos-de-ferro, no bom e no mau.

Anexo 22 - Entrevista II - Resumo

Bloco A Legitimação da entrevista		
Bloco B Identificação e caracterização do entrevistado	<p>B. 1 Form. Académica</p> <p>B.2. Idade estado civil</p> <p>B.3. Residência</p> <p>B.4. Ligação à CP</p> <p>B.5. Aluno na EA – Prof/monitor</p> <p>B.6. Experiência profissional que habilitasse...</p> <p>B.7. Posição valores Estado Novo</p> <p>B.8. Disciplinas leccionadas</p> <p>B.9. Outras funções</p>	<p>B.1. 5º Ano industrial.</p> <p>B.2. Casado, 76 anos, aposentado.</p> <p>B.3. Entroncamento</p> <p>B.4. Aprendiz, operário traçador, chefe de brigada.</p> <p>B.5. Aprendiz, monitor/instrutor, director da escola</p> <p>B.6. Reconhecimento de qualidades, experiência no desenho como traçador.</p> <p>B.7. Constava que o contramestre José Gonçalves era vigiado pela PIDE.</p> <p>B.8. Desenho, matemática, ginástica, prática oficial.</p> <p>B.9. Operário na traçagem.</p>
Bloco C Integração dos jovens no mundo do trabalho	<p>C.1. Integração na CP</p> <p>C.2. Desenhadores</p> <p>C.3. Recrutamento por outras empresas</p>	<p>C.1. Automática, vínculo à empresa ao ser admitido como aprendiz. Perspectiva de emprego seguro levava ao ingresso na Escola de Aprendiz.</p> <p>C.2. Melhorar as perspectivas, não saíam da CP.</p> <p>C. 3. Fracos vencimentos pagos na CP. Ausência de diplomados das escolas técnicas. Os pobres não as podiam frequentar mesmo que as houvesse, tinham que ir logo trabalhar. Enquanto director da escola, chegou a ser solicitado para arranjar quadros bons para outras empresas. CUF (Barreiro) e CUF (Rossio ao Sul do Tejo..)</p>
Bloco D Funcionamento da Escola de Aprendiz	<p>D.1. Equipamento</p> <p>D.2. Articulação entre a formação teórica e a formação prática</p> <p>D.3. Dia a dia escolar</p> <p>D.4. Alimentação</p> <p>D.5 Actividades circumscolares</p>	<p>D.1. Salas da Escola Camões com melhores condições que a Central Eléctrica: quadro preto, mapa de Portugal, globo terrestre (herdadas da escola primária), instrumentos de medição, esquadro, compasso. Mesas de dois lugares (as da escola primária alteadas), mesa do professor sobre um estrado. Não havia fotografias nem o crucifixo.</p> <p>D.2. Boa, papel das disciplinas tecnológicas.</p> <p>D.3. Havia dois conceitos de disciplina: disciplina pelo medo e pela repressão, por vezes violenta, e disciplina pelo respeito. Quatro horas de oficinas, duas horas teóricas + duas horas teóricas.</p> <p>D.4. Na E.Camões a maior parte dos aprendizes levavam o almoço de casa. Os outros almoçavam na cantina.</p> <p>D.5. Visitas de estudo a outras oficinas da empresa. Lembra-se de três exposições de trabalhos.</p>

Bloco E A Escola de Aprendizes e as escolas técnicas	E.1. Relacionamento /articulação E.2. Avaliação da aprendizagem da E. A. nas escolas técnicas E.3. Ausência de certificação na Escola de Aprendizes E.4. Certificação interna	E.1. Não havia. Muitos aprendizes eram alunos das duas. E.2. Eram sempre bons alunos na escola técnica, eram logo identificados como aprendizes da CP, p. ex., no desenho. Faziam exercícios idênticos e obtinham classificações idênticas. E.3. Desconhece porquê. E.4. Nos concursos internos era considerada como habilitação equivalente ao curso industrial.
--	--	---

Nome: João Bagina Miranda, aprendiz, operário traçador, monitor, chefe de brigada responsável pela Escola de Aprendizes de 1965 a 1976.

Entrevista

Eu sei que a sua formação académica quando foi para a Escola de Aprendizes já era muito elevada para a época.

A minha habilitação escolar quando vim para a C.P. era o 5º ano industrial, que é agora o 9º, mas 5º ano esse que era de uma maneira especial, eu sabia coisas que agora no 9º ano ainda não se dão, matérias muito adiantadas. Aquilo que se pedia que era a 4ª classe no mínimo para os aprendizes, a minha já era uma classificação muito boa e assim foi.

Que idade é que tinha naquela altura?

Tinha 18 anos.

E veio para tão longe porquê? O senhor é de Portalegre!

Eu sou de Portalegre. Eu andava na Escola Industrial Mouzinho da Silveira em Portalegre e acabava o curso naquele ano, faltava-me uma disciplina. Eu andava com a mania da aviação, apesar dos meus pais não gostarem nada da ideia. O meu pai era negociante em madeiras e tinha um sócio com um filho que era factor na CP. Assim que o meu pai soube da abertura dessa escola que tinha aberto recentemente, propôs-me logo que eu para lá fosse e assim foi, preenchi os papeis, enviei-os e 15 dias depois estava a ser chamado à junta médica a Lisboa.

Foi o único exame que fez?

Creio que sim.

Na altura tinha 18 anos e hoje?

Já está reformado há uma boa dúzia de anos...

Reformei-me em 91.

Ao longo desse tempo todo que estive na escola, foi aprendiz, depois foi monitor dos aprendizes e foi durante largos anos director da escola...

É verdade. Eu fui aprendiz, depois começaram a reconhecer-me qualidades e comecei a dar aulas de desenho, continuei a progredir, começo a dar aulas de matemática também. Depois há uma chamada para pessoal que queria ir para os caminhos de ferro de Angola e eu apesar de não ser muito aventureiro, devido à situação financeira das famílias cá, era tão difícil que eu obriguei-me a ir a Angola. Nessa altura já tinha sido nomeado operário ajudante, estava nos traçadores e ia dar aulas de ginástica aos aprendizes. Depois, em 1949, eu já estava a tempo inteiro nos aprendizes.

Acompanhou aquela altura em que a escola parou, em que houve aquele interregno na admissão de aprendizes...

Nessa altura, parece-me que já não estava cá na escola, parece-me que já tinha ido para Angola.

Esteve três anos em Angola?

Estive três anos em Angola, a organizar um serviço de traçagem. Quem nos levou para lá foi o Eng. Barraca, Henrique Dias Barraca e depois com as promessas de entrar no quadro dos caminhos de ferro de Angola, porque ninguém deixa aqui um emprego certo para ir três anos para Angola e voltar. Mas aquilo lá começou a correr mal, o pessoal branco que lá estava nas oficinas ganhava pouco, nós fomos daqui a ganhar bem, de forma que aquilo era uma guerra pegada, não sei se está a ver, a malta de lá com a malta de cá. O Eng. Dias Barraca dizia muita vez, estes homens não sabem pedir, em vez de pedirem para eles serem aumentados, dizem que os outros ganham muito.

Quando eu fui, eu fui como traçador, diziam por lá que o traçador que vinha que não sabia traçar rodados. Claro que quando cheguei tive de explicar que os rodados em Portugal eram traçados numa oficina de rodas, como o senhor conhece que elas existem propositadamente para tratar só dos rodados. Mas eu também não tive muitos problemas, pedi que me dessem um desenho, que me dissessem o que queriam que eu fazia. O eng. era um homem assim pequenito, deu dois saltos na cadeira e ordenou que me dessem todo o apoio que eu precisasse. Bom, tudo aquilo passou, e eu fui para a oficina, apresentaram-me

na oficina, numa secção, ao chefe da secção. Aí, eu fiquei a cargo lá de um senhor que eu não me recordo o nome, e que me deu o plano de traçagem e me explicou que havia mais planos ali pela oficina e eu teria de ir consoante aonde estivessem as peças para assim ir fazendo o trabalho. Eu recusei-me, e fui ver qual era o plano que estava em melhor situação para acudir a todos os trabalhos da oficina e disse-lhe, o senhor vai-me mandar uns ajudantes que pegam nos trabalhos e vão pô-los lá, e foi nesse plano que eu escolhi como preferido que eu organizei os meus trabalhos. Quanto ao rodado que era suposto eu traçar, o chefe de equipa levou-me até lá, e depois de obter o desenho planificado do rodado pus-me a fazer o trabalho. Ao fim de hora e meia chamo o Sr. Fernando e perguntei-lhe se era aquilo que eles queriam porque aquilo estava pronto. A malta da oficina, tudo muito sério, a olhar, a espreitar atrás das máquinas, é que eles levavam oito dias com um rodado da máquina para traçar. De forma que foram chamar o contramestre e ele disse-me que era aquilo mesmo. Mas onde eu queria chegar era que quando eu me vim embora não era o Miranda que foi daqui contratado, era o Sr. Miranda traçador das oficinas de Luanda, que eles não queriam deixar vir embora, e eu para me vir embora tive de usar um estratagema que foi não dizer nada a ninguém, inclusivamente tenho esta falha enorme, que foi ter-me vindo embora sem dizer nada ao eng. Barraca. Porque se eu tivesse falado com ele nunca mais me vinha embora,... e o eng. Barraca só soube que eu me tinha vindo embora depois de eu já cá estar... No fim de eu cá estar, eles de lá diziam que o eng. Barraca tinha ficado “bera” comigo ao que eu respondia que ele que me desculpasse mas eu de facto sabia que se eu não tivesse usado deste estratagema eu nunca me tinha conseguido vir embora.

E há mais assuntos que marcam estas situações...e que nós gostamos de recordar...

Uma vez, eles andavam sempre à procura de falhas do traçador, mas felizmente não acharam nenhuma, com um bocado de sorte da minha parte de verdade se diga, porque um engano num traçador é a coisa mais vulgar que existe, mas com tanta sorte fui e fiz que nunca tive engano nenhum. Houve uma vez que eles pensaram que eu tinha engatado daquela vez e eu vi um grupo: o chefe da oficina, o contramestre da oficina, o engenheiro à volta de um boggie, de uma máquina, que eu tinha traçado no dia anterior. Eu vi-os à conversa e a olhar lá para os cálculos que eu tinha traçado, e eu pensei “mau, há ali barraca!”, mas depois vi-os a irem-se embora e eu, pé ante pé, fui lá, e espreitei, vi os cálculos e vejo num calce um traço do meu graminho com os picos que eu lá fiz e aquele

bocado devia ter sido aplanado, até aquele traço, e os tipos não cortaram o calço em condições. Eu percebi logo onde estava o erro. Daí a um bocado vi o mesmo pessoal voltar mas já traziam o eng. Barraca com eles. Quer dizer em vez de virem ter comigo e me chamarem lá e dizerem-me. Já tinham trazido o Eng. Barraca e o eng. mandou-me lá chamar. Diz-me o contramestre: “Ouça lá, ó senhor traçador venha lá que o senhor engenheiro está a chamar”. O eng. Barraca pediu-me explicações pelo facto de o traçado do boggie estar mal traçado. Eu perguntei o que estava errado, e o eng. Barraca pediu ao Sr. Fernando que me dissesse o que estava mal. E ele logo me disse que o boggie não entrava nas longarinas, estava apertado, que eu não tinha traçado em condições. E eu dei uma gargalhada, “Ah sim? E ouça lá o Sr. não admite que tenha sido a pessoa que tenha estado a aplainar o calço que não tenha cortado aquilo que devia?”, “Não senhor, que eu já tive a ver!”- respondeu-me ele. Então chamei o senhor eng. e expliquei que o tracejado (o picotado) que eu tinha feito estava correcto e que se aplainassem a peça como no traçado ela entraria nas longarinas com a devida folga. Então o eng. Barraca, olhou para eles “o Sr. está a ouvir, isto está é mal cortado! Ó Sr. Miranda a partir de hoje passa o senhor a fiscalizar o trabalho dos operários já que este senhor não tem competência para o fazer.” Eu até tive vergonha de ver um homem ser amachucado assim. Pronto mas a minha qualidade não era essa. Uma vez um “preto” estava num torno e queria centrar umas peças e foi lá ir ter comigo para eu lhe explicar como é que ele havia de fazer aquilo. Eu disse-lhe: foi o seu chefe que o mandou cá ? Não, não, não foi. Então vá ter com o seu chefe e diga-lhe para ele lhe explicar como é que o senhor há-de centrar isso. o senhor tem um chefe, se os chefe não conseguir, ou se entender por bem que me há-de vir chamar, o chefe que venha cá ter comigo. Assim foi, daí a pouco o chefe veio ao pé de mim. então senhor Miranda há algum problema? Não há nenhum problema só que o chefe deste senhor não sou eu, os chefe de este senhor é você, e é a si que eu explico como é que há-de mandar fazer. Pronto, sim senhor. Olhe, os homens daí para o futuro, não andavam comigo ao colo porque eu nunca permiti isso. De resto eu não era aquele contratado como eles viam os outros. Era aquela pessoa que era tratado com respeito porque sabia o que queria, e sabia como é que havia de mandar fazer e respeitava os outros, apesar de se dizer que eles não faziam nada. Mas esse problema já não era meu. Está a perceber como era a vida lá.

Depois voltou para cá e voltou para a Escola?

Sim, depois voltei para cá e voltei para a escola. Ainda estive três dias na traçagem, porque souberam do meu êxito lá e quiseram-me levar para a traçagem. mas o chefe da escola já tinha pedido, ele soube que eu me vinha embora porque eu escrevi-lhe uma carta, vou-me daqui embora se por acaso tiver uma vaga para mim, gostava de voltar para aí. E ele não foi tarde nem foi cedo, o Freitas queria voltar para a oficina para apanhar uma promoção na carreira operária, e ir a chefe de brigada e a contramestre,, seguir o caminho dele, queria ir-se embora e andava a pedir ao José Gonçalves para se ir embora. Assim, disse ao Freitas que podia fazer o pedido de transferência de serviço, porque ele ia pedir ao engenheiro para pôr o Miranda no seu lugar. Nessa altura já era o engenheiro Oliveira Santos. Assim que cá cheguei fui logo para a traçagem, mas o José Gonçalves, quando soube que eu estava na traçagem, falou com engenheiro Oliveira Santos e ele mandou-me apresentar na Escola de Aprendizes.

Que disciplinas dava na Escola?

Desenho, ginástica e depois matemática. Também dava tecnologia aos cursos de contramestres e chefes de brigada. Nos primeiros anos também cheguei a dar prática oficial aos aprendizes.

Portanto, foi aprendiz, monitor e director da escola? Mas nessa altura o director da Escola, aliás, desde o início, não era o José Gonçalves?

Sim, o José Gonçalves é um dos fundadores da Escola, ele, o Freitas e o engenheiro Garcia. Aliás, pode dizer-se que o engenheiro Garcia foi o fundador da Escola de aprendizes. Julgo que na altura era também o director do grupo oficial que na altura se chamava a terceira circunscrição de material e tracção.

Pode descrever-me o processo que levou à saída do sr. José Gonçalves da Escola de aprendizes?

A questão é a seguinte: numa escola de aprendizes há sempre diversas facetas, situações diversas que se geram, por vezes de um momento para o outro. Naquela escola o Zé Gonçalves era um prático de grande classe, em sabedoria e até mesmo a ensinar. Mas o método que ele usava, deixou de se usar, que era aquele, aí não queres? Então anda cá e puxava-o pela manga do casaco para trás de uma porta e zás e agora vais fazer o que te mandei. Esse método deixou de se usar, o método do medo e do terror, não era de respeito, porque os moços guardavam rancor e, de qualquer forma, na minha opinião, bater devia ser

um último recurso. Daí que os rapazes comessem a rebelar-se, acabavam por perder o respeito, parecia que já não tinham respeito a ninguém. Eu procurava agir de outra maneira. Ainda hoje, nos almoços de confraternização que se organizam me contam histórias de que já nem me lembro. Havia lá um rapaz que gostava muito de ler livros de cowboys. Um dia apanhei-o numa aula e rasguei -lhe o livro em quatro bocados mas deixei ficar o rapaz dentro da sala e disse-lhe que não o queria encontrar mais vez nenhuma a ler livros de cowboys aqui dentro da sala. Se queres ler livros de cowboys, vais lê-los para a rua. E resolvi o problema assim. Um dia o rapaz descuidou-se, não sentiu a minha presença e eu aproximei-me. Quando eu o vejo a ler os tais livros e ele se deu conta da minha presença, quase caiu abaixo da cadeira. O que é que eu te disse, aqui há dias? Oh sr Miranda, o senhor desculpe, não volta a acontecer. Anda cá. Vais já pela janela fora, e levo-o assim agarrado pelo casaco direito à janela. O coitado do rapaz, meteu-se-lhe mesmo na cabeça que eu ia deitá-lo pela janela. Oh senhor Miranda, o senhor perdoe-me, que nunca mais volto a fazer isto. Então vais ter de cumprir o que estás a prometer.

O chefe da escola resolvia os problemas de outra maneira, levava os rapazes lá para um canto, pregava-lhe umas valentes bolachadas e ainda por cima, depois participava deles. Eram frequentes as suspensões, dois, três dias, por vezes turmas inteiras. Nas minhas turmas eu resolvia os problemas ao meu modo, e não apareciam queixas minhas.

Por causa da maneira como o chefe tratava os aprendizes, foi por isso que eles fizeram uma pesquisa para ver por que é que eu não tinha queixas a dar dos aprendizes. Então mandaram um dia duas pessoas qualificadas assistirem a uma aula minha sem eu dar por isso e sem saber qual era a finalidade da presença daquelas pessoas. Um dia chegaram, era o chefe de escritório e era o subchefe. Um dia eu estava a dar uma aula e eles fingiram que andavam a ver a escola e perguntaram-me se me importava que eles assistissem um bocado à minha aula. Façam favor de se sentar, disse-lhes eu. Então sentaram-se e estiveram lá a aula toda ou quase. Então, ouça lá, a sua aula dá-se sempre assim, nunca há barulho? Não, o barulho ficou ali atrás da porta, aqui é para trabalhar. Mas é sempre assim? É sempre assim. Então, ouça lá, já agora, há tantas queixas dos aprendizes e o senhor não tem queixas nenhuma? Nenhumas, são todos uns excelentes rapazes. Dão-se comigo como quem se dá com um pai. E era verdade, um pai mas não eram todos porque havia malta que já queria mandar nos pais e eles diziam-me propriamente, nós temos mais respeito a este homem do que

temos a um pai. E até o engenheiro Oliveira Santos foi testemunha disso porque havia a mãe de um que ia lá fazer a limpeza e um dia perguntaram-lhe lá ao filho o que é que acontecia para eu não ter problemas, se eles gostavam de mim, se eu deixava abandalhar...Abandalhar? O quê? Não senhor, a malta tem mais respeito a esse homem do que tem sei lá...Até só o andar dos passos dele, quando a gente ouve os passos dele todo o pessoal se põe em linha. Pronto, a partir daí, convidaram o Zé Gonçalves a reformar-se, aliás, a pedir para sair de lá. E ele, deram-lhe um serviço num gabinete à porta da oficina da Grande Reparação, de ordenação de desenhos, estava ali a ordenar desenhos, foi para ali. E eu assumi a direcção da escola, mais o Custódio, sabe quem era o Custódio? Fomos os dois, eu passei à frente...

Constou-me que o senhor José Gonçalves tinha saído por causa daqueles três miúdos que fugiram...

Sim, esse foi um ponto causador da pesquisa que eles mandaram fazer. Mas não foi só isso, antes disso já havia aquele caminho da força, eu quero, posso e mando e portanto não fazes aquilo que eu mandar, levas porrada.

O senhor José Gonçalves estava ligado de alguma forma ao Estado Novo?

Eu acho que não. Ele até, volta e meia, tinha problemas com a Pide.

É que houve um aprendiz que me disse, esse fulano era um fascista...

Não, não, até pelo contrário.

No entanto era o José Gonçalves que fazia as famosas frases da semana?

Era, era, era só ele que as fazia. Mas um dia, o padre Mourão ia lá dar aulas e a primeira coisa que ele fazia era ir ao quadro ver a frase da semana. A que estava era “Ama a tua Pátria acima de todos os credos”. O padre Mourão olhou para aquilo, enrolou o seu estojo e foi-se embora, nunca mais lá apareceu.

Mas olhe lá, eu tenho lá a informação de que o padre Mourão entrou na Escola a dar Moral aos aprendizes em 1967/68...

Isso foi mais tarde. O padre Mourão só voltou para a Escola de Aprendizes depois de saber que o chefe da Escola já não era o Zé Gonçalves. Mas já lá tinha estado antes.

Então o senhor Miranda, quando foi aprendiz, já tinha aulas de Moral?

Olhe, não me recordo bem, mas tenho a impressão de que ainda não. Mas se não tinha, logo ali naqueles anos próximos passou a haver.

É que não tenho nenhuma informação acerca disso. A única informação diz respeito ao pedido, que foi aceite, do padre Mourão, em 1967, a solicitar poder dar aulas de Moral aos aprendizes.

Isso foi depois. Depois de saber que o Zé Gonçalves tinha saído da escola. Quem lá estava era eu. Mas ele conhecia-me bem, foi ele que me casou, conhecia-me perfeitamente bem. Quando soube isso, foi pedir, antes de me dizer a mim, era o engenheiro Cruz o chefe nessa altura, lembra-se de ouvir falar no engenheiro Cruz?

Recordo o nome lá dos papéis.

Já agora esclareça-me uma questão: o director da escola não era sempre o director do grupo oficial?

Bem, não era o chefe do grupo que no terreno distribuía as pedras. No terreno era o contramestre e era também o engenheiro da escola. Havia sempre um engenheiro que era o responsável directo pela escola e não era o chefe do grupo. Portanto naquela altura, era o engenheiro Cruz e o padre Mourão foi-lhe dizer se ele autorizava que ele fosse para a escola outra vez. E o engenheiro Cruz parece que disse ao padre Mourão, olhe você da outra vez veio-se embora, agora veja lá se não tem mais nenhum desgosto como teve da outra vez. O senhor conhece o chefe da escola, o senhor Miranda? Pois, Miranda, devo conhecer, o nome não me é estranho, mas da pessoa não me lembro. Então eu vou mandá-lo chamar. Telefonou-me aqui para a Escola Camões e eu vou lá ao engenheiro Cruz. E quando entrei no gabinete do engenheiro Cruz dou de caras com o padre Mourão e disse-lhe então o senhor padre Mourão aqui, dê cá um abraço. O padre Mourão até as lágrimas lhe caíram pela cara abaixo e diz o engenheiro Cruz muito espantado, afinal os senhores conhecem-se. E respondi –lhe. Então, senhor engenheiro, não havia de conhecer pois se foi ele que me atou o laço. Ah sim, ? Pois foi. Então pronto já se conhecem, podem sair e vão lá resolver os problemas que entenderem.

Senhor Miranda, como era o dia a dia na escola?

Geralmente eram quatro horas de oficinas, de práticas oficiais, as outras quatro horas eram de aulas teóricas. Se meia turma estava de manhã com as práticas oficiais, da parte da tarde estaria nas aulas teóricas. A outra meia turma seria ao contrário, estava de manhã nas aulas teóricas e à tarde nas práticas. Depois começou a haver muitos alunos e começou a

haver outras modificações. As aulas teóricas nunca eram de mais de duas horas, as práticas eram de quatro horas. Quando começou a haver muita gente, uma turma, por exemplo, podia ter práticas oficinais das oito às dez e das dez ao meio dia ter uma aula de educação física.

O que é que os aprendizes comiam, como é que se alimentavam?

O senhor, quando era aprendiz, como é que almoçava?

Nos meus tempos de aprendiz a cantina fornecia almoços e eu ia almoçar à cantina.

Na Escola Camões, também era assim ?

Na Escola Camões a rapaziada começou a levar almoço de casa, aqueciam-no lá, havia lá uma mesa e eles comiam aí.

E almoçavam o quê?

Havia quem comesse bem, quem comesse mal...

Em geral os aprendizes eram pessoas humildes, não?

Sim não eram “gajos” ricos, em geral eram filhos de gente remediada..

Como era o seu caso?

Era o meu caso e havia mais.

As salas de aula. No inquérito que fiz aos aprendizes eles disseram-me que as salas estavam bem equipadas. Estavam bem equipadas como?

Na Escola Camões, aquilo foi organizado para dar aulas a aprendizes... Na Central não era assim. Eram uns estiradores provisórios que se desmontavam...mas depois quando mudou para a Escola Camões, a escola foi minimamente arranjada...aquelas carteiras que eram dos miúdos foram arranjadas, as salas foram ampliadas, foi tudo modificado, foi arranjado. Sei dizer-lhe que quando para lá fui dar aulas aquilo estava muito bom em relação à escola aqui na Central. Estava muito bom, com instrumentos de medição, esquadro, compasso...geralmente quase todas as salas estavam equipadas com isso.

As mesas eram individuais, uma mesa para cada aprendiz?

Em geral eram mas estou a lembrar-me que na sala dois que era a sala de matemática havia carteiras de dois lugares. Eram as da escola primária ampliadas.

A mesa do professor estava ao nível dos alunos ou mais alta?

Estava um bocadinho mais alta, tinha um estrado, havia o quadro preto, havia o mapa de Portugal que ficou da escola primária, o globo terrestre...

A fotografia de Salazar estava lá?

Não, nunca esteve.

E o crucifixo?

Também não.

Eu tenho a ideia que o Estado Novo penetrou muito pouco na Escola de Aprendizizes..

A única pessoa que pertencia à Pide era o engenheiro Garcia, diziam...

O engenheiro Garcia, para além de ter sido o fundador da escola, não teve outra influência na educação dos rapazes, nunca lá deu aulas?

Ele dava a princípio, o engenheiro Garcia gostava mesmo da formação mas era uma pessoa exigente a tal ponto que um dia entrou lá na Central e eu estava lá, era aprendiz, estávamos a trabalhar na parte prática, subiu o patamar da escada e foi direito ao Zé Gonçalves, a conversar, e um dia ou dois depois, eu vejo num mapa que o Zé Gonçalves tinha em cima da mesa, com os nomes da malta, vejo à frente do meu nome um tracinho encarnado e aquilo fez-me espécie... Oh senhor Gonçalves, está aqui um traço encarnado à frente do meu nome, o que é que quer dizer isto? Deixa lá que eu um dia hei de te dizer, não é agora ainda. As coisas passaram-se, chega-se o fim do ano, classificações para aqui, classificações para acolá, e o Zé Gonçalves, depois de ter trunfos na mão, que ele também era muito.. mas também era esperto, vai ter com o engenheiro Garcia e diz-lhe oh senhor engenheiro, está aqui a ver este... Qual é o nome? Fui pura e simplesmente o melhor. Pronto, disse o engenheiro Garcia. Mas o que é que era afinal o tracinho? Foi o engenheiro Garcia, quando subiu a escada, os olhos dele fixaram imediatamente a malta que estava nas bancadas a trabalhar e diz que olhou para mim e que eu que me estava a rir.. eu não gostei da atitude dele, em vez de estar com atenção ao trabalho, estava-se a rir. Se calhar, se estivesse a chorar já estava contente.

Como era a integração na empresa? Os aprendizes, ao serem admitidos na escola, estavam a ser admitidos na empresa, mas era uma admissão provisória

O aprendiz que entrava ficava vinculado logo à empresa, tinha logo um vínculo e se passasse com classificação dentro dos limites estabelecidos, era logo promovido a operário e vinha para a oficina.

Não havia ninguém aprovado que ficasse sem emprego ?

Não, depois passou a haver mais cautela com os chumbados porque eles andavam às vezes três e quatro anos... e depois passaram a só poder chumbar um ano.

E quanto aos aprendizes que eram aliciados para outras empresas? Porque é que isso acontecia?

Isso acontecia devido ao fraco vencimento que eles recebiam aqui. Qualquer outra empresa a um aprendiz da CP dava-lhe mais dinheiro do que ele estava a ganhar. Eu, como lhe disse no princípio, nunca fui aventureiro, gostei sempre de primeiro ver as coisas a fundo e isso me conservou na Escola de Aprendizes até ao ano de 1991.

Mas não se pode relacionar também essa sangria com a falta de ensino técnico lá fora? Com o facto de não haver no país escolas industriais em número suficiente para formar todo esse pessoal?

Eu não sei se se dava esse caso. Mesmo que houvesse mais escolas técnicas, a maior parte deles não tinham hipóteses de ser matriculados lá, por serem pessoas pobres...

Mas a escola técnica não era gratuita?

Sim, mas a compra de livros, as viagens, ..

Quer dizer, a escola técnica, mesmo que não ficasse muito longe, não era acessível à maioria das pessoas...

O que eu estou a querer dizer é que as pessoas tinham os filhos e quando chegava aquela altura, em vez de os meterem numa escola técnica punham-nos a trabalhar no campo. E aqui era uma escola que, pelo menos já era um emprego. Além de ser muito pouco aquilo que davam de vencimento, mas tinham a promessa de, no fim de três anos, serem promovidos a operário. Era uma certeza.

E porque é que não havia outras empresas a fazer formação, assim como esta?

Sabe que a formação de aprendiz é uma formação cara e só um carola daqueles carolas que gostam mesmo da formação e de formar pessoas técnicas para as suas empresas é que conseguem levar a cabo um ensino deste tipo. Porque outras empresas estavam-se marimbando para isso. Mas depois sabiam... está a acabar um curso em tal parte assim assim, vamos lá ver se algum quer vir. E eu cheguei a ter pedidos.. é pá arranje-me aí dois “gajos”, daqueles bons: Eu é que fechava os olhos e nunca mais me lembrava disso.

Quem é que lhe pedia isso?

Uma vez foi uma empresa...eles iam muito para a CUF. Iam muito do Barreiro e daqui também iam. Tinham uma fábrica aqui ao pé de Abrantes, no Rossio ao Sul do Tejo.

Para além do engenheiro Garcia e da CP, conheceu mais algum carola que tivesse promovido formação de aprendizes?

Talvez a metalúrgica Duarte Ferreira, nos anos sessenta, para aí. Quando começaram a ver o êxito da aprendizagem, houve mais empresas interessadas em avançar com essa coisa.

Havia articulação entre as aulas teóricas e as aulas práticas ? O que os alunos aprendiam nas aulas teóricas depois tinha aplicação nas aulas práticas?

Sim havia articulação, mas temos de considerar vários aspectos. Houve uma altura em que os aprendizes tinham a parte prática e além disso a parte tecnológica, com as disciplinas tecnológicas, Mecânica Técnica, Tecnologia, Electricidade.. Depois a malta começou a virar-se, porque é que a gente aprende aqui isto tudo, lá na escola onde a gente anda ainda não se sabe, porque é não dão equivalência deste curso...E eu dizia ao engenheiro Subtil, oh senhor engenheiro é pena que a nossa escola não tenha as disciplinas que faltam da formação geral, para se dar uma equivalência...Sabe, pode ser que ainda um dia venha a ter. O engenheiro Subtil também tinha essa esperança. Mais tarde, quando os professores de fora, da Escola Secundária, passaram a ir lá dar essas disciplinas de formação geral, a articulação entre a formação teórica e a prática era formidável. Ainda hoje há professores do liceu que vêm a minha casa todos os anos cumprimentar-me e desejar-me um bom ano. Excepcionais. Excepcionais porque eu também resolvia os problemas, segundo dizem, de uma maneira excepcional.

Nunca houve qualquer tipo de relação entre a Escola de Aprendizizes e as escolas técnicas?

Creio que não. Tínhamos aprendizes que frequentavam a escola técnica, à noite, e lá eram bons alunos. Até se dava o caso de os professores perguntarem aos rapazes, tu és aprendiz da CP? Mas porquê, senhor professor, então eu não estou a ver, tu és da CP, sou sim senhor, eu logo vi. Uma das marcas era o desenho. No desenho eles eram reconhecidos logo imediatamente que era o seguinte: eles tinham pontos de classificação lá na escola técnica e eu dava os pontos aqui. E eu ia ver, a classificação que eu lhe dava aqui nos pontos era a mesma que lhe dava o professor na escola técnica. Com trabalhos diferentes.

Porque é que a Escola de Aprendizizes nunca deu um diploma?

Não deu não senhor, mas porquê, isso agora é que eu não sei. A escola nunca foi vista assim.. muito tecnicamente, talvez porque as pessoas integradas na escola estivessem um pouco fora do ensino técnico profissional..

Não seria antes uma forma de tentar travar a sangria de que já falámos?

É natural que sim.

Houve há dias um aprendiz que me disse que a CP, embora não concedesse um diploma, sempre equiparou internamente, para efeitos de concursos internos, o curso da Escola de Aprendizes ao 5º ano das escolas técnicas.

Isso é verdade. Mas apenas cá dentro.

Mas na prática como é que isso se via no estatuto das pessoas?

Numa promoção, numa escolha de um indivíduo mais qualificado para este trabalho ou para aquele, e nos concursos para factor, por exemplo, era aceite como se fosse um diploma da escola técnica.

Senhor Miranda, eram frequentes as exposições de trabalhos?

Eu lembro-me pelo menos de umas três. Mas houve uma que foi a primeira, quando eu era aprendiz, essa deu brado.

Não havia festas na escola?

Nunca houve festas.

E visitas de estudo? Era frequente haver visitas de estudo?

Frequente, muito frequente não. Mas fazíamos algumas. Às oficinas do Tramagal, à barragem do Castelo do Bode, à central eléctrica...também não eram muitas.. à CUF e à Siderurgia Nacional, à Sorefame, às Oficinas de Braço de Prata...

Não tenho mais perguntas. Quero agradecer-lhe a colaboração prestada e se quiser dizer mais alguma coisa em relação aos aprendizes, contar uma história que lhe pareça interessante..

Olhe vou-lhe contar uma história que se passou comigo, quando vim de Angola, fui dar aulas de ginástica para os Aprendizes e eu era duro na questão de fazer cumprir e quando eu mandava que se fizesse qualquer coisa, era para se fazer. E fazia sempre primeiro, para exemplificar e eles faziam a seguir. Se eu fazia, eles também tinham de fazer, a questão era de querer. Mas eu sempre tive a mania, quando começo a ganhar relação com as pessoas, de as tratar por tu. Havia aqui uns matulões do 3º ano, já homens feitos e um dia, numa

formação no campo do Bairro Camões, logo de manhã, eu mando, eu tinha vindo da tropa, tinha tirado um curso de ginástica na tropa e a ginástica que eu dava era mais ou menos ligada à ginástica da tropa. Mando uma voz, toda a gente se mexeu menos um “gajo” que ficou quieto. Ficou quieto e eu perguntei-lhe, ficaste quieto porquê, será que não ouviste bem? Ouvi sim senhor. Então vamos lá a ver se não repetes a proeza outra vez. Torno outra vez a mandar e ele nada. Vamos lá a ver, o que é que se passa contigo? O senhor está a falar para mim? Estou a falar para ti, tens dúvidas porquê? É que o senhor não me conhece de lado nenhum está-me a tratar por tu e não me conhece de lado nenhum. Ah sim, parece-te mal que eu te trate por tu? Não é só a mim, há mais que também não gostam que o senhor os trate por tu. Está bem. Vamos lá a ver. Quem é que não gosta... Mas em primeiro lugar eu vou-vos explicar porque é que eu os trato por tu. Trato-os por tu porque vocês ficam mais perto de mim, o tratamento por tu, quanto a mim, dá uma relação mais íntima entre as pessoas, e vocês para mim são como uma pessoa da minha família porque eu pertenço a uma família que é a família ferroviária e vocês, para mim, já pertencem a essa família. São ferroviários, são da minha família ferroviária. É por isso que os trato por tu. Não tenham problemas porque se há alguém que não lhe pareça bem eu vou mudar e vou tratá-lo por você. Começo a perguntar a um de cada vez...eu era um desses, mas depois da explicação que o senhor fez não me importo que me trate por tu... e os outros.. eu não me importo.. eu não me importo.. Então o que se tinha recusado pediu-me licença para vir ao pé de mim e disse aos outros: oh seus cobardes, vocês não têm vergonha, vocês andaram a instigar-me para eu fazer isto ao homem e agora negam-se, não têm coragem de dizer ao homem que também eram dos que não queriam ser tratados por tu. Quer dizer, mostrou já ser um homem, não era qualquer um que tinha coragem e força de se meter num assunto daqueles. Pronto, então a coisa fica assim. Eu vou tratá-los a vocês todos por tu e aqui ao Santos, vou tratá-lo por você. Passados aí uns quinze dias, o Freitas dava aulas de desenho ao 3º ano e ia dar um exercício final de período e não podia ir porque tinha de ir para a oficina fazer uma prova qualquer e pediu-me, oh Miranda tu não és capaz, não te importavas de dar a aula de aprendizizes do 3º ano, o ponto de desenho, sim senhor, dá-me o material que eu vou lá. Deu-me o material e eu fui. Quando cheguei à sala estava a malta já preparada para o ponto e eu disse-lhes, eu venho aqui no lugar do senhor Freitas, o senhor Freitas está ocupado e não pode vir cá. Mas estar eu ou estar o senhor Freitas, é

precisamente a mesma coisa. Se tiverem algum problema, vêm ter comigo, façam de conta que é o senhor Freitas que está aqui. Distribuí o material e começou o exercício a decorrer. Meia hora depois, dou uma volta pela sala, e vejo o tal Santos que se tinha negado a que eu o tratasse por tu lá na ginástica, com a folha de papel em branco. Passou mais meia hora, dei outra volta, e continuava o Santos encostado à folha de papel sem fazer nada. E quando já faltava pouco menos ou pouco mais de uma hora, dei outra volta e vejo o Santos branco, o suor corria-lhe pela cara abaixo. Então oh Santos, o que é que se passa consigo? Não sou capaz de fazer isto. O senhor não é capaz de fazer isso, não me goze, o senhor Freitas disse-me que você é um dos melhores. Não sou capaz de fazer isto. Você é capaz de fazer.. Então o que é que você vê nisto para não ser capaz de fazer o exercício? Este ponto aqui, não sei de onde vem... Olhe além para aquele telhado lá para fora. Você está a ver aquele pardal lá em cima aos saltinhos? Não, eu não vejo lá pardal nenhum, vejo o telhado mas não vejo o pardal. Pois é, você não vê o pardal porque o pardal não está lá.

Aqui no exercício, experimente olhar aqui para este lado... Ele olhou muito espantado e disse, já vi, oh senhor Miranda, desculpe, obrigado, já vi. Na hora que faltava, fez o ponto. Na aula de ginástica que dei a seguir, o Santos diz-me assim para mim: oh senhor Miranda, o senhor não se importa, eu gostava de falar consigo mas depois dos meus colegas irem embora, isto lá no campo, à saída. Está bem, deixe-os ir embora que eu espero. Assim foi, esperei. Então ele chegou-se ao pé de mim e diz-me assim: quero fazer-lhe um pedido, quero que deixe de me tratar por você, quero que me trate como os outros. Oh Santos, tenha paciência, mas isso é que eu não faço. Você duvidou da minha intenção de o tratar por tu, não lhe pareceu bem, e isso para mim chega. Foi uma vez para sempre. Nunca mais o trato por tu. E o rapaz olha para mim e começa a chorar. E eu disse-lhe: Oh Santos, você está-me a obrigar a fazer uma coisa que eu não faria de maneira nenhuma a ninguém, mas vou tentar, a partir de hoje vou tratá-lo por tu também. Mas já agora, porquê? É que o senhor é aquela pessoa que nos disse que nós para si somos como se fôssemos seus filhos e nós já vimos e nenhum quer não estar integrado nesse grupo dos seus filhos. Então pronto, dá cá um abraço.

Está a perceber? Como é que o Zé Gonçalves resolvia este problema? Fazia uma participação do “gajo” que se negou a fazer o que lhe tinham mandado e espetava com o “gajo” na rua, ou pelo menos, pregava com ele fora da Escola de Aprendizes.

Anexo 23 - Entrevista III – Resumo

Bloco A – Legitimação da entrevista		
Bloco B Identificação e caracterização do entrevistado	<p>B. 1 Form. Académica</p> <p>B.2. Idade estado civil</p> <p>B.3. Residência</p> <p>B.4. Ligação à CP</p> <p>B.5. Aluno na EA –</p> <p>Prof/monitor—noutras escolas</p> <p>B.6. Experiência profissional que habilitasse...</p> <p>B.7. Posição valores Estado Novo</p> <p>B.8. Disciplinas leccionadas</p> <p>B.9. Outras funções</p>	<p>B.1. Curso do magistério primário, 7º ano do liceu (matemática) e 2º ano do Instituto de Estudos Sociais.</p> <p>B.2. 71 anos, casado, aposentado.</p> <p>B.3. Entroncamento</p> <p>B.4. Não estava ligado à CP. Professor externo.</p> <p>B.5. Professor do ensino primário contratado para dar aulas aos aprendizes.</p> <p>B.6. Preparação e gosto pelo ensino da matemática</p> <p>B.7. Não relevante.</p> <p>B.8. Aritmética, Geometria e Álgebra.</p> <p>B.9. Professor na escola primária pública e delegado escolar.</p>
Bloco C Integração dos jovens no mundo do trabalho	<p>C.1. Integração na CP</p> <p>C.2. Desenhadores</p> <p>C.3. Recrutamento por outras empresas</p>	<p>C.1. A CP formava a sua mão de obra e formava mão de obra para outras empresas.</p> <p>C.2. Muitos aprendizes iam para desenhadores, factores, maquinistas na procura de um estatuto sócio-profissional melhor. A CP não estimulava os quadros formados na Escola de Aprendizizes, devia ter criado um quadro especial para eles, que os distinguisse dos outros operários.</p> <p>C.3. Era frequente. A CP pagava mal e não os estimulava em relação aos outros operários. Chegou a levantar o problema do estatuto dos aprendizes para que eles não saíssem da CP mas um engenheiro respondeu-lhe que era mão de obra qualificada para o país, desde que eles ficassem no país já era positivo. Muitos saíam para as OGMAs.</p>
Bloco D Funcionamento da Escola de Aprendizes	<p>D.1. Equipamento</p> <p>D.2. Articulação entre a formação teórica e a formação prática</p> <p>D.3. Dia a dia escolar</p> <p>D.4. Alimentação</p> <p>D.5 Actividades circum escolares</p>	<p>D.1. Escola Camões tinha poucas condições, pelo menos para as suas disciplinas, salas pequenas e muito soalheiras e turmas grandes. O mobiliário foi herdado da escola primária com as necessárias adaptações. Quadro preto, estrado para a mesa do professor, carteiras duplas. No Centro de Formação as condições eram óptimas, foi como “da</p>

		<p>noite para o dia”. Salas amplas e arejadas, material didático moderno.</p> <p>D.2. As matérias que leccionava estavam interligadas com o desenho e com as disciplinas tecnológicas.</p> <p>D.3. 34/35 alunos por turma, duas horas diárias de matemática para cada ano, havia tempo para falar de outras coisas para além da disciplina, os aprendizes eram alunos motivados. Havia controle na deslocação dos aprendizes entre a escola e as oficinas. Muitos vinham de manhã da linha do leste no comboio operário, outros vinham de bicicleta. Fornecia apontamentos aos alunos.</p> <p>D.4. Não tem informação.</p> <p>D.5. Não se recorda.</p>
<p>Bloco E</p> <p>A Escola de Aprendizes e as escolas técnicas</p>	<p>E.1. Relacionamento/articulação</p> <p>E.2. Avaliação da aprendizagem da E. A. nas escolas técnicas</p> <p>E.3. Ausência de certificação na Escola de Aprendizes</p> <p>E.4. Certificação interna</p>	<p>E.1. As matérias leccionadas ao primeiro ano correspondiam ao 2º ano do liceu, as do 2º ano correspondiam ao 5º ano do liceu.</p> <p>E.2. Passaporte para a vida, muito poucos aprendizes ficaram por ali, alguns fizeram cursos superiores. De outro modo não teriam estudado, havia falta de escolas técnicas, na sua aldeia criou-se um colégio que nasceu a preparar alunos para o concurso de factores da CP.</p> <p>A formação profissional era ótima embora lhe faltasse a cultura geral.</p> <p>E.3. Não certificava mas eram igualmente solicitados e recrutados por outras empresas.</p> <p>E.4. Desconhece.</p>

Armando Lopes, professor do ensino primário, delegado escolar, professor de Aritmética, Geometria e Álgebra na Escola de Aprendizes de 1967 a 1973.

Entrevista

Qual era a sua formação académica quando começou a dar aulas na Escola de aprendizizes?

Estava a frequentar o 2º ano do então chamado Instituto de Estudos Sociais, hoje Instituto Superior de Trabalho e Empresa. Na área que eu ia ensinar eu tinha o 7º ano de Matemática e o curso do Magistério Primário. Mas sempre gostei muito de Matemática e apesar de não ter nenhuma licenciatura em Matemática, tendo em conta o programa que ali se dava e o gosto que eu tinha pela disciplina foram suficientes, acho eu.

Nessa altura já era casado, já tinha filhos, lembra-se da idade que tinha nessa altura?

Sim, foi em 1966, tinha 36 anos.

Residia cá no Entroncamento?

Sim residia cá no Entroncamento, era professor aqui na escola nº 1 e era delegado escolar.

Portanto, não tinha nada a ver com a CP?

Não. Na altura o chefe dos serviços da CP era o engenheiro Cruz, que era irmão do Padre Cruz. foi ele que me contratou. Ali ao lado da chamada “Redonda”, eram ali os serviços administrativos, foi ali que me contratou.

Portanto a experiência profissional, já me disse que além para do magistério primário, tinha o 7º ano do liceu de Matemática e andava a frequentar o segundo ano do Instituto de Estudos Sociais, portanto estava mais que habilitado.

Sentiu que o seu convite para entrar na escola tinha alguma carga ideológica? De ter alguma coisa a ver com outro tipo de relações que não apenas essa relação pedagógica professor / escola, professor / aulas, professor / alunos?

Não, estamos a falar em 1966, as cargas ideológicas eram muito pouco relevantes e, pelo menos aparentemente todos alinhávamos pelo mesmo diapasão. Não havia esta liberdade de pensamento que há hoje e que de algum modo nos marca. Enfim eu fiquei muito honrado com o convite feito e havia o aliciante de que ia receber mais um ordenado, na altura o ordenado de um professor era como sabe muito baixo, as dificuldades eram grandes. Na altura eu interrompi o curso que andava a seguir, só ia lá fazer as frequências e exames finais e não sabia qual seria o futuro do curso que era recente, sou aluno fundador do curso. Além do mais eu era um apaixonado pelo ensino, eu toda a vida gostei muito de

matemática, embora nunca tivesse tirado uma licenciatura em Matemática e portanto já de encontro a este meu gosto pessoal de ensinar Matemática.

Há pouco estava-me a falar das disciplinas que lá tinha leccionado...

O curso de dividia-se em dois anos, eram três mas depois passou a dois. No primeiro ano aprendia-se o programa que coincidia com o antigo segundo ano do liceu, do primeiro ciclo de então, em aritmética e geometria e depois no segundo ano do curso de aprendizes dava-se mais ou menos um programa que era sensivelmente coincidente com o então 5º ano, curso geral de liceu como se chamava.

Já me disse como foi processada a sua integração na empresa; quer-me falar mais um pouco disso? O engenheiro Cruz convidou-o e depois?

Já não sei de quem partiu o convite, com certeza que não foi o engenheiro Cruz que teve a ideia do meu nome, já não me recordo quem é que me abordou pela primeira vez, depois falei com o engenheiro Cruz e depois firmou-se o meu contracto.

Não terá sido o senhor Miranda?

Não, o senhor Miranda era o chefe da escola... até morava lá, na escola Camões, como sabe, ele até morava lá na habitação do professor que aquilo tinha; e ele era o responsável pela escola e, depois, quando mudámos para as instalações novas, ele continuou a ser o chefe da escola. **O senhor fez parte desse grupo que mudou da escola Camões para o Centro de formação?**

Sim, sim. Eu estive ali a trabalhar dois anos, se não estou em erro; não, ainda foram três anos na escola Camões e, depois de concluídas, foram inauguradas as instalações novas e passámos para lá.

Já que fala nisso, achou que houve uma grande diferença em termos de instalações?

Ah, claro! Aquilo não tinha grandes condições. Eu lembro-me que dava aulas numa sala muito pequenina, não era mais do que um quarto, onde metia cada turma, que tinha trinta e tal alunos, na escola Camões, lá em cima, no primeiro andar, voltada para sul, para o sol, onde passava tanto calor, era horrível,... Uma salinha muito pequenina e ali metiam-se em monte trinta e tal alunos e, estávamos ali com o sol mesmo a bater-nos de frente, era uma estufa autêntica, não tinha condições nenhuma.

Mas parece que no rés- do- chão as salas eram melhores, parece que haviam mais condições, pelo menos mais espaço...

No rés- do- chão funcionavam as oficinas que eram mais espaçosas. E, tínhamos também uma outra sala que era a chamada sala de desenho, que era já voltada a norte onde dava o segundo ano. Primeiro tinha uma sala do lado direito, portanto a sul, pequena e quente e, do lado esquerdo, do lado da estrada, portanto, havia uma sala que era uma sala de desenho que era já maior, mais ampla, uma verdadeira sala de aula e mais fresca.

O senhor também apanhou uma fase da escola onde havia um grande número de alunos.

Sim, cada turma tinha próximo de trinta e cinco, e, eram quatro. Duas do primeiro ano; uma para serralheiros, outra para electricistas e, no segundo ano a mesma coisa. Julgo que andava à volta de trinta e quatro, trinta e cinco alunos cada turma.

Houve um ano por volta de 73/74 em que houve cinco turmas, em que houve uma turma que teve de ser desdobrada.

Pois, é possível mas nessa altura já haviam melhores condições, e já foi mais tarde. Eu, em Março de 73 fui colocado em Coimbra, e, para grande pena minha tive que abandonar.

O senhor saiu de lá porque foi colocado em Coimbra...

Exactamente. Fui colocado na direcção escolar de Coimbra, houve profissionais, fiz um curso e então não tive outro remédio fui lá colocado. Concorri sem supor ser colocado e acabei por ser colocado e tive de seguir mesmo, era a minha carreira, embora já no âmbito administrativo, de direcção, mas tive de deixar a escola de aprendizes, com muita pena minha. Devo dizer que gostei imenso, e, não posso deixar de o dizer, que gostei imenso de trabalhar na CP. Gostei porque por um lado era a tal matemática que eu sempre gostei muito, por outro lado tinha rapazes que eram extraordinários; responsáveis, onde havia uma liberdade plena de actuação, quer da minha parte quer da parte dos alunos, havia um entendimento perfeito. E, apesar de eu gostar muito de matemática e de trabalhar com interesse e com gosto, tinha depois esta satisfação de ouvir dizer a alguns dos alunos coisas como estas: “Eu ando há uma série de anos na escola industrial e só agora é que estou a aprender matemática.” Talvez pela maneira como, pela disponibilidade como nós tínhamos, não era só mérito meu, mas também deles, que sabiam que daquilo dependia a sua vida profissional, eram já indivíduos a partir dos 16 anos, e que sabiam que se passassem, se tivessem êxito no curso que tinham o futuro assegurado. E isso era muito importante. E tenho ainda hoje saudades extraordinárias desses tempos na escola de aprendizes. E em

cada aluno julgo que encontrei um amigo. Ainda hoje, de vez em quando acontece, haver uns almoços de convívio e têm-me convidado sempre. E é uma alegria estar com eles. Isto é um pouco de sentimentalismo mas é verdade.

Eu, uma vez, estava na praça de S. Marcos, à noite, em Veneza andávamos a passear, eu e a minha mulher, e aparece um rapaz que veio direito a mim e dá-me um abraço, “Mas quem é este indivíduo?” ; “Então você já não me conhece?, Então não se lembra do fulano” (e disse o nome). Eu conhecia o nome da escola de aprendizes. “Mas como é que aqui aparece a uma hora destas, neste sítio...”; “Olhe, eu estou casado e a viver ali perto de Paris, e ando a passear com a minha mulher”. Foi uma alegria extraordinária, isto é um exemplo da alegria que sempre sinto quando encontro os meus antigos alunos.

Não tem nenhuma fotografia desse tempo, lá com os aprendizes?

Tenho várias, pena que não lhas possa mostrar porque não sei onde elas estão. Mas tenho-as para aí...

Só de grupos ou na aula, por exemplo?

Julgo que também tenho na aula. Passavam-se episódios como este: havia lá um moço muito molengão, que, de vez em quando estava a dormir na aula...deixava-se dormir...

Também, com esse calor e as aulas cheias...

E eu um dia disse-lhe assim: “Deixa lá que um dia hei- de trazer uma máquina fotográfica e tiro-te uma fotografia quando estiveres a dormir.” E assim foi! Devo tê-la para aí... Coisas destas, e de grupo...

Se encontrar... em situação de aula, de classe, ou em situação de oficina (que também era aula) isso é que gostava muito de ter e ainda não consegui. Se conseguir localizar alguma, fico-lhe muito grato.

Devo ter. Não sei, as minhas fotografias estão todas... é um trabalho que tenho para fazer e ainda não fiz.

Quer- me falar das condições das salas quer da escola Camões, quer da escola de lá de baixo, o centro formação?

As da escola Camões eram más. Pois, como sabe a escola era considerada na altura a melhor escola primária, quando o edifício foi feito, da península, mas para uma escola daquele tipo não tinha grandes condições. Portanto, as condições eram más, eu tinha uma sala pequena, era horrível. Aliás, as instalações estão lá ainda hoje...

Pois, mas fora esse aspecto do espaço e do ser demasiado soalheiro, a sala em si; havia um quadro preto, havia..., estava bem equipada?

Havia, aquilo era uma escola primária, as carteiras é que tinham de estar em monte. Enfim, deveriam estar lá 10 ou 12 alunos e estavam lá 30! Mas tinha o quadro, tinha o estrado, enfim, aquele género de escola tradicional. Escola primária tradicional.

Mas eu julgo que a escola primária não funcionava no primeiro andar?

Eu julgo que sim, o edifício é uma simetria, do lado nascente era o primeiro andar, era a residência dos professores onde vivia o senhor Miranda, que era o tal responsável pela escola; e do lado poente, portanto de Torres Novas, eram salas de aula, embora pequenas.

Sim, mas eu penso que foram adaptadas, porque, tanto quanto sei, e eu tenho lá a planta da escola primária, da escola Camões, e, no original, portanto, na escola original, só tinha escola na parte de baixo. Lá em cima havia residência para quatro professores. E quando foi a adaptação, a mudança, portanto acabou a escola primária e começou a escola de aprendizizes, duas das residências foram reconvertidas, transformadas em salas de aulas. O senhor, provavelmente, esteve a dar aulas numa sala que era uma quarto de uma residência.

Sim, era de facto muito pequena a sala de aula.

Outro tipo de objectos que houvesse na sala? Mesmo na escola Camões. Havia o quadro, havia planiférios, havia régua, esquadros,...

Havia todo esse material; até havia uma maquineta muito curiosa para fazer os pontos. Que era com cera, álcool... e ficou lá, curiosamente mais tarde, essa maquineta que julgo está ali para a escola nº 3, pelo menos deixei-a lá, era onde eu passava os pontos quando queria fazer exercícios, passava as folhinhas,... tinha de se pôr uma da cada vez, passava-lhe por cima, depois aquilo tinha um rolo de cera, muito antigo,... e tinha assim algum material como não havia nessa altura fotocopiadora...

Na escola de aprendizizes, aqueles símbolos tradicionais do estado novo que eram presença na escola primária, não existiram, nem as fotografias dos governantes, nem o crucifixo,...

Não, não...uma escola particular, uma escola oficial, digamos assim...

Era uma coisa que me faz alguma confusão, não vejo nenhuma interferência do Estado na escola de aprendizizes...

Não, aquilo era a empresa que se propunha formar o seu pessoal, muito embora, eu tive algumas conversas na altura com o engenheiro que estava aqui, já não me recordo do nome dele, que era ali da Figueira da Foz, que durante algum tempo ele era aqui o responsável e ele várias vezes tive esta conversa com ele,... porque acontecia isto, os alunos saíam daqui com uma boa formação profissional, acompanhada da teoria que também adquiriam, nestas aulas de cultura geral, digamos assim, de matemática e outras,... depois muitos deles ao fim de um certo período iam para outras empresas. Vinham outras empresas sabiam que eles tinham uma boa preparação profissional eles inclusivamente faziam ali toda a sua ferramenta, com uma formação boa, e essas empresas apanhavam-nos. E eles deixavam a CP, e iam para as outras empresas que lhes davam melhores ordenados, melhores condições de emprego. “Mas afinal a CP anda aqui a gastar imenso dinheiro a formar este pessoal e depois vê- os irem embora.” E, em contrapartida, quando precisa de, e aconteceu muita vez, eu participei nos júris destes exames breves que se faziam, admitiam-se serralheiros, admitiam-se electricistas porque faziam falta. E então vinham aí das aldeias e de todo o lado concorrentes a estes lugares, que, muitas vezes não sabiam pegar numa lima, mas no dia seguinte eram serralheiros, não sabiam pegar numa chave de fenda, mas no dia seguinte eram electricistas; porque a empresa precisava daqueles operários e não os tinha. E os que saíam da escola de aprendizes com uma preparação profissional boa, muitas vezes, ingressavam no quadro ao lado destes. Devia-se criar um quadro especial, para integrar este aprendizes, uma preparação especial. Não faz sentido nenhum um indivíduo que tem esta preparação profissional vá depois ficar ao lado de um indivíduo que não teve preparação nenhuma. E que profissionalmente não são tão aptos como estes. Tinham um tratamento idêntico quando deviam ter um tratamento especial. Ou dar-lhe um avanço na carreira, ou criar um quadro especial para eles ou de qualquer maneira. Tanto assim que muitos deles, grande parte deles, mesmo os que ficaram na empresa foram para desenhadores, foram para revisores, maquinistas, etc,... precisamente porque não tinham um tratamento adequado à sua preparação nas oficinas. Mas diziam-me o engenheiro que não fazia mal nenhum, desde que eles não saíssem do país, tudo bem. Eram preparados ficavam a trabalhar noutras empresas, que ficava tudo dentro do mesmo país. Isso deve ser uma ignorância minha mas eu julgava que a CP, apesar de tudo, devia ser uma empresa também pensada em termos

económicos, e portanto isso é uma benesse que a CP dá às empresas em geral, aproveitam aquela preparação sem terem gasto nada com a preparação desses...

Isso também tem haver com a incapacidade da CP, ao nível pelo menos estrutural, de dar resposta a esse tipo de problemas.

Pois, e a minha proposta era esta: criar um quadro próprio para atrair, para que eles se sintam compensados pelos esforços que fizeram e a companhia – CP – tenha também uma compensação pelos bons funcionários que vai ter, pois gastou dinheiro para os preparar.

Lembra-se de alguma empresa, ou algumas das empresas que vinham aliciar os aprendizes?

Falava-se muito nas oficinas de Alverca. Julgo que para aí foram canalizados muitos. Mas também foram para outras empresas.

Sim senhor, e eles iam por essa razão e iam por outra,...

Sim, essa seria a razão principal: era o pagamento, o ordenado que eles iam receber e que não lhes davam ali, eles ingressavam numa categoria de...

É que eu falei com um rapaz, o Victor Roque, que se calhar também foi seu aluno e ele disse-me que quando veio de África escreveu à CP, par saber se o aceitavam ou não e eles disseram logo que sim. Ou seja, ele foi para o serviço militar, nós recebemo-lo de braços abertos. E como só lhe pagavam dois contos e quinhentos, ele foi para a Sorefame ganhar seis contos. Nunca mais voltou para a CP.

Esse era o motivo principal para que eles saíssem da CP. Porque as outras empresas pagavam melhor.

E o Centro de Formação? Falou-me das salas da escola Camões, e o Centro de Formação foi uma grande mudança?

Foi uma diferença da noite para o dia. Tinha e tem boas, óptimas condições: salas amplas, o monitor tinha o seu gabinete, as secções modernas... Condições óptimas nas salas, iluminação ampla e amplo espaço também, quadro iluminado, não faltava lá nada.

O senhor professor, embora desse disciplinas de natureza mais teórica, tem alguma visão, alguma experiência da articulação que havia entra a teoria e a prática. Não era o seu caso...

O meu caso era mais uma aula teórica. Eu leccionava matemática e geometria... articulava-se melhor noutras disciplinas mais ligadas à profissão... desenho de máquinas, desenho de

projectões, não me recordo,...outras disciplinas dadas por monitores, mais na CP. Mas claro que a geometria e a matemática ajudam a entrar nessas matérias, que já são mais de natureza profissional.

É capaz de me descrever o dia- a- dia de um aprendiz?

Eu lembro-me que estávamos a trabalhar ainda ali na escola Camões. Os rapazes tinham que ir umas tantas horas às oficinas. E lembro-me que se lhes tinha de passar uma “guia de marcha”, porque a escola Camões fica aqui deste lado e as oficinas é do outro lado. E então eles tinham que ir com uma guia de marcha com um papelinho de controle. E iam lá passar umas horas na prática, portanto a fazer a instrução prática. Quando fomos para as outras instalações, isso continuou a ser assim, simplesmente era já ali ao pé... já não havia essa baralhada de eles andarem para trás e para diante e às vezes alguns ficavam para trás... demoravam-se e tal...

Que ideia é que senhor professor Lopes tem dos aprendizes do ponto de vista social?

Era gente remediada, era gente pobre, era gente mais... como é que se pode caracterizar no geral esse pessoal?

Eu julgo que era tudo gente remediada, gente de classe média. Que andava à procura do seu emprego. Filhos de ferroviários, muitos,...julgo que haveria até uma certa preferência na admissão de filhos de ferroviários. Mas que houve alguns que, não sei precisar nomes, que até depois com o curso acabado tiraram cursos superiores. Já têm aparecido nesses almoços que às vezes participo... E que aquilo foi a rampa de lançamento para eles como entusiasmo pelo estudo, oportunidades muitos deles e que se lançaram depois em cursos superiores, e, que se calhar não teriam possibilidades económicas de lá chegar se não fosse a escola de aprendizes.

Como é que eles se deslocavam para a escola? Lembra-se disso?

Normalmente vinham conforme a zona de onde provinham, alguns vinham no comboio operário de manhã pela linha do leste, da Beira Baixa. Havia ali muita gente de zona de Abrantes, Constância, Tramagal, Pego, Mouriscas,...esses julgo que vinham com o operário de manhã depois iam à tarde, outros tinham quartos alugados. O habitual era virem de bicicleta, não só os alunos da escola como outros ferroviários que trabalhavam no grupo oficial e que se deslocavam de bicicleta. Hoje anda tudo de carro, naquela altura andava tudo de bicicleta.

Antes de lhe fazer uma outra pergunta sobre o dia- a- dia dos aprendizes, vou-lhe fazer uma outra pergunta que me anda aqui a bailar há montes de tempo, mas que eu ainda não fiz a ninguém porque não encaixou; olhando para as residências dos aprendizes, o senhor já me falou aí numa zona bem clara e que eu conheço muito bem, donde eles eram naturais, em dois eixos, a zona até perto da Beira interior e depois a zona até Coimbra... a questão que eu queria pôr era esta: eu lancei um inquérito e confrontei a naturalidade dos aprendizes com a residência actual e cheguei à conclusão que a maioria dos aprendizes mudaram de residência e mudaram para o Entroncamento, pelo meio disto há um pormenor curioso, o pessoal que é sobretudo do Tramagal, em parte de Constância e alguns de Abrantes mantêm-se fiéis ao seu local de origem. Uma resposta óbvia para isso é a proximidade e a facilidade de transporte. Será que é só isso?

Essa é a razão fundamental, mas há um facto curioso de haver, e falo-lhe das Mouriscas que é a minha terra, uma grande tendência para a rapaziada ser factor, criou-se ali uma geração de factores. Nas Mouriscas chegou-se mesmo a criar uma escola de preparação para admissão a factores. Uma escola particular para eles fazerem exame de admissão para a CP, que deu origem depois ao colégio Infante de Sagres. Eu próprio também fui arrastado, frequentei-a primeiro, concorri à CP mas entretanto os fundadores dessa escola tinha alunos, em termos de região, alto Alentejo, Beira Baixa, era de onde vinha mais gente para a tal escola, até lhe chamavam a universidade da passa, por brincadeira, Mouriscas era uma terra de muitos figos, e ali caíam muitos rapazes que vinham fazer a sua preparação à tal escola particular, uma escola de explicações, embora tivesse boas instalações, e vinham ali ter, alugavam quartos, instalava-se ali a fazer a sua preparação e iam depois a exame, com bons resultados. Havia lá um professor primário, o professor Matias Raposo, o genro que também era professor, o doutor Santana Maia, pai deste advogado que foi há pouco tempo bastonário da ordem dos advogados, as duas esposas, eram uma família de professores que fundaram esta escola e dali saíram imensos alunos, não só das Mouriscas mas de toda aquela região que referi.

Quer dizer, pode considerar-se, nesse contexto, que havia uma grande falta de instituições educativas na zona ?

Sim e por isso essa escola teve tal projecção, embora enquadrada no objectivo que era a CP, que os seus fundadores resolveram transformá-la em colégio. Eu fui aluno fundador desse colégio, colégio Infante de Sagres, que hoje é uma escola preparatória...Quando o Veiga de Macedo criou o ciclo preparatório o estado adquiriu uma série de colégios que transformou em escolas preparatórias públicas.

Vamos voltar ao dia a dia dos aprendizes. Alguma vez os viu comer ? Tem alguma ideia de como eles se alimentavam?

A minha memória já não chega lá, não tenho ideia nenhuma, já não me lembro.

Havia alguma actividade circum escolar ou havia apenas as aulas?

Não recordo outras actividades para além das aulas.

Havia alguma relação ou articulação entre a escola de aprendizes e o ensino público?

Os programas que já estavam estabelecidos quando eu cheguei eram semelhantes aos do ensino público. Foi-me dada autonomia, foi-me dito o senhor faz como entender, faz as adaptações que entender aos programas, se resolver avançar mais aqui ou recuar mais acolá, isso fica ao seu critério. Era uma coisa que me agradava imenso que era de facto ter à minha disposição poder gerir o programa à minha maneira. Passava uns apontamentos aos alunos, e sobretudo, tinha muito tempo, julgo que as aulas de matemática tinham um certo êxito porque tínhamos quatro horas diárias de aulas, duas para o primeiro ano e duas para o segundo em cada dia, de segunda a sexta. E então havia tempo para dar a matéria e exercitar, a matemática necessita de muitos exercícios, de muito treino. Havia tempo para tudo isso e até para outras actividades, para outros tipos de actuação do professor, face ao grupo etário que tinha na frente...

No inquérito que passei, os ex-aprendizes disseram que faltava à formação uma componente de cultura geral...

Pois é possível, a minha disciplina era só esta, mas tínhamos liberdade para falar de tudo um pouco..

Mas não havia Língua Portuguesa, História e Geografia...

Pois não havia, também o aponte algumas vezes, mas estava estabelecido assim. E quando se referem a esse aspecto têm toda a razão. A única cultura geral que não era estritamente

profissional era ainda assim abordada nas minhas aulas, nas aulas de matemática. De facto fazia lá falta um pouco de Língua Portuguesa, por exemplo, de História para completar o leque de um programa..

Além do paralelismo dos programas, não tem conhecimento de mais nenhuma relação com o ensino público?

Não, era uma escola estritamente particular

Havia manual para os alunos na sua disciplina?

Não, eu dava-lhes apontamentos e orientava-me pelos manuais que eram adoptados na escola técnica. Regra geral, aplicava o programa do 2º ano do ciclo para o 1º ano e o programa do 5º ano para o 2º ano.

Que avaliação é que faz da Escola de Aprendizizes?

Com essa lacuna já apontada da ausência de uma vertente de cultura geral e de História, julgo que a formação profissional era óptima. Para além disso, despertava-se neles um certo interesse pelo estudo, pela cultura, e isso constituía um estímulo para que eles se dedicassem ao estudo de outros assuntos como o Português e a História. Mas era um ambiente muito agradável. Não resisto a contar-lhe um episódio que tenho contado imensas vezes, para de algum modo caracterizar o relacionamento que havia dentro das salas de aula de ainda hoje tenho saudades. Eu aproveitava todas as oportunidades para falar com eles sobre determinados temas que pudessem ajudá-los a resolver problemas na idade crítica em que eles estavam. E uma das coisas em que eu batalhava com eles era quanto ao tabaco. Quase todos fumavam e eu andava sempre com as minhas lições de antitabagismo. Às vezes levava o jornal com um texto em que se apontavam os malefícios do tabaco, líamos e comentávamos... mas eu, na altura fumava que nem um desalmado! E um dia houve um que me disse assim pois é, só há aí uma coisa que está mal é que o senhor anda com essas lições todas de antitabagismo mas fuma que nem um desalmado! Tens toda a razão, isto de a gente dizer e não fazer, não resulta, não pega. Mas não há vício que possa mais que o homem e eu, para te provar isso e para te dar toda a razão no que disseste e me penitenciar, vou-te fazer uma proposta a ti e a todos. Eu sou capaz, apesar de fumar há muitos anos, de a partir deste momento não fumar mais. Só quero uma coisa, é que vocês me sigam, que vocês colaborem comigo,... Toda a gente aderiu, fez-se uma reunião com as turmas, toda a gente esteve de acordo, recolheram-se todos os maços de cigarros que foram destruídos e

todos jurámos que nunca mais fumávamos. Não sei quais foram as consequências, mas uma muito importante foi que eu próprio, já lá vão trinta anos, nunca mais fumei. Quanto aos rapazes, não sei, uns terão mantido a promessa, outros talvez a tenham quebrado, não sei...É um episódio que de algum modo retrata o ambiente que se vivia nas aulas. Ah.. há bocado falou-me se havia exposições... agora lembrei-me que criámos um jornal de parede, era o “Ecos”, em que todos colaboravam, ou escreviam, ou desenhavam, e o jornal era afixado lá no átrio.

A Escola de Aprendizes não certificava, não passava um diploma de aproveitamento?

Não certificava para que eles o pudessem exhibir para acesso a um emprego numa outra empresa mas as pessoas andavam atentas e sabiam que eles tinham uma preparação boa e mesmo sem diploma sabiam que eles tinham aquela preparação

Acha que hoje a Escola de Aprendizes era viável? A Escola que o senhor conheceu e como a conheceu, acha que hoje seria viável?

Sim, com os ajustamentos necessários que o tempo impõe, seria um complemento importante à formação dos jovens. Quanto a mim erradamente acabou-se com as escolas técnicas que faziam uma preparação para estas profissões e julgo que era um complemento e que a CP não estaria nada mal em retomar essa linha, embora hoje já haja outras soluções. Mas a CP tem as estruturas, tem as instalações, julgo que não era difícil.

Chegámos ao fim da nossa conversa. Quero uma vez mais agradecer-lhe a colaboração prestada sobretudo porque o seu depoimento me abriu perspectivas novas sobre algumas questões. Muito obrigado.

Anexo 24 - Entrevista IV – Resumo

Bloco A – Legitimação da entrevista		
Bloco B Identificação e caracterização do entrevistado	B. 1 Form. Académica B.2. Idade estado civil B.3. Residência B.4. Ligação à CP B.5. Aluno na EA – Prof/monitor B.6. Experiência profissional que habilitasse... B.7. Posição valores Estado Novo B.8. Disciplinas leccionadas B.9. Outras funções	B.1. 5º ano industrial B.2. 50 anos, casado, pres. C.M.Constância B.3. Constância B.4. Aprendiz, operário electricista, monitor na Escola de Aprendizizes. B.5. Aprendiz, monitor. B.6. Boas classificações de aprendiz, reconhecimento de qualidades. B.7. Não relevante. B.8. Prát. oficial de electricidade. B.9. Dirigente sindical, presidente da C.M. Constância.
Bloco C Integração dos jovens no mundo do trabalho	C.1. Integração na CP C.2. Desenhadores C.3. Recrutamento por outras empresas	C.1. Automática, após conclusão do curso. C.2. Os mais aptos em desenho concorriam. C.3. Apesar das regalias, devido aos salários baixos e à boa formação da Escola de Aprendizes.
Bloco D Funcionamento da Escola de Aprendizes	D.1. Equipamento D.2. Articulação entre a formação teórica e a formação prática D.3. Dia a dia escolar D.4. Alimentação D.5 Actividades circum escolares	D.1.Bem equipadas, mesmo na Escola Camões, máquinas ferramentas... D.2. Sim, no 1º ano, acompanhamento teórico e prático mais próximo, no 2º ano, prática no posto de trabalho. D.3. Horário intensivo, vinha de manhã no comboio operário, trabalhava ao sábado. D.4. Trazia almoço de casa. D.5. Visitas de estudo a outras oficinas da CP.
Bloco E A Escola de Aprendizes e as escolas técnicas	E.1. Relacionamento/articulação E.2. Avaliação da aprendizagem da E. A. nas escolas técnicas E.3. Ausência de certificação na Escola de Aprendizizes E.4. Certificação interna	E.1. Professores comuns, os mesmos manuais. E.2. Bons resultados obtidos pelos aprendizes na escola industrial. E.3. Parece-lhe que havia um diploma mas sem qualquer equiparação ao ensino oficial. E.4. Internamente, para efeito de concursos, era equivalente ao curso industrial.

Nome: António Manuel Santos Mendes, aprendiz, operário electricista, monitor na Escola de Aprendizes, dirigente sindical, Presidente da Câmara Municipal de Constância.

Entrevista

Qual era a sua formação académica aquando do ingresso na Escola de Aprendizes?

Eu, quando entrei na escola creio que tinha o 2º ano do ciclo, depois a escola para mim foi importante porque permitiu concluir o curso e, estudando à noite, concluí em Lourenço Marques o antigo 5º ano industrial, já no serviço militar.

Que idade é que tinha quando entrou para a Escola de aprendizes?

Portanto, eu entrei em 1966, tinha 15 anos.

A entrevista é dirigida, quer a antigos aprendizes, quer a antigos professores e monitores da Escola de Aprendizes. No seu caso, é dupla, porque foi aprendiz e depois veio a ser monitor.

Vamos lá a ver, já lá vão muitos anos, de 66 até 2001 vão muitos anos, mas naturalmente guardo gratas recordações, e em casa tenho várias literaturas da escola que serviam de suporte não só ao ensino que adquiri, mas também depois numa fase curta em que me acharam com condições de ser monitor dessa mesma escola. A escola era uma escola profissional, com grande valor, com bons professores, bons mestres, lembro-me que tínhamos várias disciplinas, inclusive até uma disciplina de moral, lembro-me perfeitamente do saudoso padre Mourão. Lembro-me praticamente de todos os monitores, uns com formação superior, outros com formação média, outros com cursos gerais, de liceu, alguns operários especializados que davam também algumas matérias. Para mim, a escola foi efectivamente uma escola, na boa acepção da palavra sob o ponto de vista da escola que era, preparar um profissional para exercer uma profissão, no meu caso, electricidade. Durante o 1º ano tínhamos formação mais teórica, no 2º ano tínhamos formação teórica e prática, portanto passávamos parte do segundo ano do curso na escola, de manhã, e à tarde íamos tomar contacto com a realidade do trabalho, foi uma experiência...

Foi de facto muito importante para a minha formação, quer sob o ponto de vista do exercício da cidadania, a CP era uma boa escola, e não me refiro só à escola Camões, mas à

instituição da CP enquanto tal. Fiz um estágio na Central eléctrica, existia uma central eléctrica próxima da estação, foi aí que eu fiz o meu estágio. Mais tarde, quando fui promovido, ingressei nessa mesma central, depois concorri e fui transferido para outro sector, na empresa, que era o sector da electrónica industrial, um sector novo. A evolução também foi o que foi, criou-se essa oficina, um laboratório de electrónica e eu fui um dos que ingressaram nesse laboratório.

Fui efectivamente durante alguns meses, não sei se chegou a um ano monitor, na parte de electricidade, no que diz respeito aquelas aulas práticas: montagens de instalações, funcionamento de equipamentos, portanto nós exercitávamos; fazíamos uma instalação eléctrica de uma parte de uma casa e essa mesma instalação era do ponto de vista técnico explicada e montada de modo a dar a conhecer aos novos aprendizes as funções dos respectivos equipamentos. Em resumo, foi muito importante para mim enquanto cidadão e do ponto de vista profissional, embora tivesse exercido a actividade não muitos anos, foi importante para mim ter feito o curso profissional na escola da CP porque de facto a possibilidade de ter logo um emprego depois, deu-me possibilidade ainda assim de compatibilizar alguns estudos, à noite, e depois com alguma formação, e porque o serviço militar que fiz em Lourenço Marques portanto me deu a oportunidade de aprofundar e concluir esses mesmo estudos a nível do curso industrial,... o que é que eu hei-de dizer mais,... portanto, estive pouco tempo porque entretanto regressei do serviço militar, continuei a trabalhar na CP, veio o 25 de Abril, enfim serviço militar em 73, em 74 foi o 25 de Abril, também depois ingressei através da confiança dos colegas e camaradas ingressei no movimento sindical, fui dirigente do sindicato dos electricistas, no tempo em que lá esteve o Maldonado Gonelha que depois saiu para o Governo e foi ministro eu próprio substitui-o numa assembleia bastante conturbada desse mesmo sindicato portanto, durante alguns anos do pós 25 de Abril acompanhei a actividade sindical e em 1986 eu estava praticamente para sair da CP, eu tinha inclusivamente já feito diligências no sentido de sair da CP para me estabelecer por conta própria, juntamente com o Álvaro, portanto eu trabalhava já com o Álvaro, o Álvaro já tinha saído da CP e começou a dedicar-se à reparação de altifalantes, depois evoluiu para parte dos electrodomésticos e eu ficava com a parte de som, entretanto surgiu esta possibilidade de me candidatar e ser eleito, e toda essa vida, digamos assim profissional, foi interrompida desde 86. Portanto desde 86 que a minha

vida se alterou completamente deixando de ser a de um operário técnico, monitor e electricista para ser um autarca.

Sim senhor!! Voltando um pouco atrás, porque é que foi escolhido para monitor?

Não sei, provavelmente pelas minhas qualidades, portanto fui escolhido pelo director da escola, o sr. Miranda, e ele provavelmente viu no aprendiz que fui e no operário que ia ser alguém que tinha qualidades para assumir essa função.

Já pertencia ao Quadro da CP nessa altura?

Sim, já pertencia ao quadro da CP nessa altura.

Quando acabavam o curso de aprendiz ingressavam automaticamente no quadro?

Sim, exactamente, ingressávamos logo na empresa. Com poucas regalias (em termos de concessões), trabalhava-se ao sábado, eu lembro-me que as redes de transformações, como noutras empresas surgiram depois do 25 de Abril e por consequência disso, havia muitos benefícios que só os adquirimos depois do 25 de Abril.

Qual era a sua posição em relação aos valores da empresa e em relação ao Estado Novo, nessa altura, claro?

Vamos lá a ver, os valores da empresa foram sempre valores onde a classe operária tinha consciência da sua importância sobre o ponto de vista político, no sistema em que vivíamos, portanto e a CP foi bandeira de muitas lutas reivindicativas às quais algumas dessas lutas ... portanto, eu próprio me envolvi nelas, mas outras passavam-me um bocado ao lado, dado que muito do que era feito sob o ponto de vista de organização política era feito na clandestinidade, e nós aparecermos muitas vezes de braçadeira preta ou de braçadeira amarela para protestar contra isto ou contra aquilo, era algo que nos dizia alguma coisa mas éramos arrastados por aqueles que tinham mais consciência política que não era efectivamente o meu caso.

Disciplinas que leccionou na Escola de Aprendizes:

A disciplina que leccionava era mesmo Práticas Oficinais de Electricidade

Nunca mais exerceu outro tipo de funções deste tipo, lectivas?

Não..., no serviço militar também dei alguma formação, mas não com dimensão daquela que aconteceu na CP, nas oficinas, mas reparações de viaturas...

Ao mesmo tempo que dava esta formação na Escola de Aprendizes era operário na secção, na central eléctrica?

Havia dias em que estava todo o dia na escola e havia dias em que só algumas horas é que havia formação, estava na escola para preparar a aula... estive vários meses a tempo inteiro na escola, houve depois num outro ano em que era necessário estar na central, estava na central uma manhã e à tarde ia para a escola.

Passando a um outro tópico, já o disse há bocado, a integração na empresa era automática. O aprendiz acabava o curso e automaticamente era integrado na empresa. Isso era de acordo com que critérios? Com as necessidades da empresa, com alguma planificação pré estabelecida...

Era de acordo com um princípio da escola e da empresa, não podemos esquecer que a escola era da empresa, a empresa preocupava-se em fazer quadros, em fazer operários que respondessem às necessidades da empresa funcionar e, por consequência quem tinha notas e quem passava, quem era promovido depois do curso ao escalão superior ingressava no quadro; portanto era política da empresa, esse ingresso...

Portanto, não houve ninguém, que concluindo o curso não ingressasse nos quadros da empresa.

Pois, tenho ideia que não. Tenho ideia de muitos colegas provenientes de outras partes do país como as Beiras, porque havia uma outra escola no Barreiro que apanhava mais a parte sul e havia outros colegas que não ficavam no Entroncamento, iam mais para a Guarda, Castelo Branco, Figueira da Foz, mas eram todos integrados na empresa.

Recorda-se de algum colega que tivesse ido para desenhador?

Recordo-me, de colegas terem ido para desenhadores; portanto uns iam para serralheiros, outros para desenhadores, alguns, confesso que não me lembro, se concorriam directamente para maquinistas. Mas recordo-me sim, por exemplo o Gulhermino, o Guilhermino foi para desenhador, o Aranha também, o S. Pedro, neste momento são aqueles que me ocorrem.

A minha dúvida era mais como é que se chegava a desenhador, qual era o critério utilizado? Porque é que um aprendiz que era suposto vir a ser um operário deixava de o ser e passava a ir para o desenho?

Nós fazíamos o primeiro ano, e era no primeiro ano que nós próprios nos candidatávamos à opção profissional que gostávamos de seguir, uns candidatavam-se a serralheiros civis, outros candidatavam-se a electricistas, outros candidatavam-se a desenhadores, portanto e

depois em função da nota e também dessa opção que éramos distribuídos por esses níveis de ensino.

Está-me a dizer que logo no primeiro ano já havia aprendizes que estavam perfilados para serem desenhadores.

Não, era ao fim das notas do primeiro ano, era com a nota que tirávamos, e houve anos que era só no segundo, portanto, quando ingressávamos na parte prática que deixávamos a teórica era depois de adquirirmos uma grande dose de formação teórica.

Uma outra questão era a concorrência que as outras empresas vinham fazer à CP, recrutando o pessoal formado pela escola de aprendizes. Porque é que isso acontecia?

Acontecia porque, naturalmente, a CP preparava bem os seus funcionários, outras empresas tinham necessidade e não tinham escola. Lembro-me que havia escola em Alverca, que era uma boa escola profissional, onde também funcionava, portanto onde também formavam bons quadros mais virados para a força aérea e aqui a metalúrgica Duarte Ferreira também tinha uma boa escola profissional, era uma grande empresa com uma boa escola profissional, depois, claro, as pequenas empresas que não tinham essa capacidade, essa força de ter escolas e/ou formavam as pessoas chamando-os novos para junto de quadros técnicos, mas faltava-lhes sempre aquela base teórica que a escola de aprendizes e também a escola profissional de Alverca e do Tramagal durante um ou dois anos dava, como, de facto, os quadros, estes operários tinham uma preparação razoável, é natural depois que as empresas do exterior aliciassem através de ordenados melhores, porque também não se ganhava muito bem na CP, a saída de alguns técnicos da CP, que entretanto a CP tentava compensar com outras regalias, a concessão de passe para se viajar gratuitamente,... pronto a razão a meu ver, era a boa preparação a meu ver com que os aprendizes saíam da escola

E da ausência de outras escolas que dessem essa mesma formação...

E da ausência de outras escolas porque o que tínhamos eram escolas industriais mas que não preparavam tão bem, de uma forma específica e prática.

Mas também eram escassas, é a ideia que eu tenho...

Havia muitas só que, portanto, o que se aprendia era em termos gerais e não tanto específicos, era uma formação muito menos prática.

Já adiantou algumas estratégias da CP para contrariar essa sangria, como a concessão de alguns privilégios, benefícios específicos como o passe: não quer falar um pouco

mais disso, que outras estratégias é que a CP pôs em prática para tentar evitar a saída dos seus aprendizes formados.

Não me lembro já muito bem, mas,...lembro-me da cantina, havia refeitório a partir de uma certa altura.

Não acha que o facto de a CP nunca ter concedido um diploma aos seus aprendizes tem a ver com isso?

Acho que sim, tanto que aliás, isso chegou-se a falar muito anos, sob o ponto de vista sindical também no pós 25 de Abril chegou a ser reclamado. Mas repare-se a CP dava um diploma, o que faltava era a equiparação ao ensino oficial, tanto que o que se reivindicava era que este curso profissional tivesse uma equiparação ao ensino oficial, correspondente ao ensino que adquiríamos. O 3º ou 4º ou 5º ano, ou fosse aquilo que fosse, isso é que nunca foi conseguido, e nunca foi conseguido exactamente, se calhar, por estratégia da CP para que tivéssemos mais uma obrigação que nos permitisse evoluir mais, portanto é uma forma de segurar o seu operariado.

No entanto, em conversa com alguns antigos aprendizes dei-me conta de que internamente a CP sempre considerou o curso de aprendizes como equivalente ao curso das escolas técnicas.

Exactamente, a CP considerava-o mas a nível interno, a CP nunca teve força perante os estado de fazer vingar a ideia, sob o ponto de vista oficial de o curso ser equiparado a um curso técnico numa escola oficial.

Será que ela não teve força perante o Estado ou não estava interessada perante o Estado?

Não teve força, ou se calhar melhor dizendo não estava interessada exactamente para não provocar uma sangria que não desejava.

Mudando um pouco o rumo da entrevista, como é que estava equipada a escola? Salas de aula, mobiliário escolar, oficinas, manuais...

Do que me lembro, a escola estava muito bem equipada do ponto de vista humano, já o referi, mas sob o ponto de vista das instalações estava bem equipada. Não estava degradada, portanto, estava bem conservada, até porque ali bem próximo viviam alguns quadros superiores da CP, portanto havia lá um bairro, onde muito engenheiros e outros

técnicos viviam, portanto, a escola estava bem integrada num meio, digamos que da elite sob ponto de vista técnico da CP. E o apetrechamento da escola era razoável, eu diria bom.

Tinha oficinas, com várias ferramentas, e os manuais?..

Sim, estava tudo muito bem equipado. Os manuais, portanto, tenho-os em casa. Havia livros que a escola tinha na biblioteca, mas os manuais nós comprávamos como na escola oficial.

Eram emprestados? Eu tenho lá um regulamento com legislação que me dá ideia de que eram emprestados.

Alguns, outros nós adquiríamos, os de electricidade... No primeiro ano parece-me que era assim, havia literatura que era emprestada, nós fazíamos apontamentos, não havia as fotocopiadoras, mas no segundo ano quando entrávamos na parte mais específica pela opção profissional que tomávamos, esses livros nós adquiríamos-los.

Os livros que eram usados na Escola de aprendizes eram os mesmos que eram seguidos nos ensinos oficiais?

Sim, eram os mesmos.

Havia uma boa articulação entre a formação teórica e a formação prática?

Havia uma boa articulação entre a formação teórica e prática, é essa a ideia que tenho. O facto de nós termos uma aula teórica e depois irmos à oficina tomar contacto com a prática era muito importante, e acho que devia ser um caminho a seguir nalguns aspectos onde fosse possível.

De qualquer maneira, o formador que dava a formação teórica na escola tinha contactos com o formador que dava formação prática na oficina?

Também.

Se calhar até era o mesmo...

Muitas vezes acontecia, havia ocasiões..., isto é, conforme a evolução na carreira, nós éramos seguidos pelo formador e passávamos depois a uma fase de sermos acompanhados por operários especializados.

Como era o dia- a- dia dos aprendizes? Entravam às oito...

Não me lembro bem do horário, mas era uma carga horária intensiva. Portanto, nós entrávamos cedo, eu sei que apanhava o operário aqui às sete horas ou antes das sete, entrávamos às oito, tínhamos intervalos, com a campainha como nas escolas normais, e

saímos às cinco ou às cinco e meia, não me recordo, portanto, era um dia intensivo de trabalho, tanto na parte da escola, como na parte do ensino misto, escola e oficinas.

Como era a alimentação dos aprendizes? Farnel, cantina...?

Os aprendizes levavam a refeição de casa. Tínhamos um pequeno refeitório onde nos alimentávamos, onde fazíamos a refeição. Depois à tarde lanchávamos. Portanto, trazíamos almoço de casa e almoçávamos numa sala que fazia de refeitório.

Havia festas de fim de ano, cerimónias de fim de curso e de integração na empresa, exposição de trabalhos, visitas de estudo?

Havia convívios de fim de ano. Não na escola, mas eu recordo-me que no fim de ano, ou já na oficina nós nos encontrávamos para jantar ou fazer uma refeição. Mas não havia aquelas festas de fim de curso, não havia aquelas festas que, também, nasceram mais no pós 25 de Abril e a escola no pós 25 de Abril nem sei se chegou a funcionar. A integração vinha sendo feita, já com aquele estágio, portanto era uma coisa já natural. Recebíamos efectivamente o diploma de curso, mas não havia... Exposições de trabalhos? Eu penso que sim, durante o 1º e 2º ano na própria escola, mas sinceramente não me recordo muito bem. Quanto às visitas de estudo, eram feitas sobretudo aos vários sectores da própria empresa. Não só no Entroncamento, mas eu penso que ainda cheguei a ir ao Barreiro e à Figueira da Foz.

A Escola de Aprendizizes e o ensino oficial, deu-se conta de algum relacionamento entre os dois tipos de ensino? Alguma articulação...

Articulação, sim, havia professores do ensino oficial que leccionavam também na Escola de aprendizes,...por exemplo o Professor Armando Lopes, não sei se haveria outros,...o engenheiro Subtil chegou a dar aulas à noite no ensino secundário e de dia leccionava na Escola de aprendizes. Relacionamento a esse nível, sim, a outros níveis não foi do meu conhecimento mas com certeza havia essa articulação entre essas políticas. A política da empresa e a política do ensino oficial.

Tem conhecimento e acho que foi o seu caso, havia colegas seus que ao mesmo tempo que estavam na Escola de aprendizes e à noite estudavam na escola industrial. Acha que a sua preparação na escola de aprendizes lhe era útil na escola industrial?

Acho que era muito útil, isso via-se nas notas que tirava. Eu próprio fiz isso e foi importante a formação que já levava daqui.

E o contrário também era verdadeiro?

O contrário também era verdadeiro...

Ou seja os alunos que vinham para a Escola de aprendizes que já tinham alguma formação na escola técnica tinham boas condições?

Melhores condições não direi, mas que também ajudava a formação, não tenho dúvidas que ajudava.

Tratava-se de uma escola para formar operários e realmente formou cidadãos. Está de acordo com isto?

Estou, estou de acordo com isso, que o exercício da cidadania se verificava naquela escola, e depois na ligação com os mais velhos, com os operários já feitos, a escola não só formava alunos, fazia operários como fez muitos cidadãos que depois a vida lhe abriu outras perspectivas sob o ponto de vista profissional e da sua vida particular. Era uma escola de exercício do ensino virado para servir uma empresa mas também exercitou muito a prática da cidadania.

Na Escola de aprendizes era mais vincada uma intenção de instrução, de dotar os formandos com conhecimentos técnicos e era menos vincada a intenção de socializar no sentido político ideológico da palavra, o que acha?

Acho que sim, portanto, o Estado Novo e a escola oficial detinham uma política que todos nós sabemos qual era, ali não era evidente essa preocupação.

No entanto, havia as frases da semana...

Já não me recordo...

Não ouviu falar de uma história de uns aprendizes que iam fugir para a França e foram apanhados na fronteira?

Eu lembro-me disso...

Quero agradecer-lhe as suas palavras e dizer-lhe que foram importantes para esclarecer ideias centrais do meu trabalho, por isso muito obrigado.

Anexo 25 - Entrevista V – Resumo

Bloco A – Legitimação da entrevista		
Bloco B Identificação e caracterização do entrevistado	<p>B.1. Form. Académica</p> <p>B.2. Idade e estado civil</p> <p>B.3. Residência</p> <p>B.4. Ligação à CP</p> <p>B.5. Aluno na EA</p> <p>Professor/monitor</p> <p>B.6. Experiência profissional que habilitasse...</p> <p>B.7. Posição valores Estado Novo</p> <p>B.8. Disciplinas leccionadas</p> <p>B.9 Outras funções</p>	<p>B.1. Curso industrial electromecânico</p> <p>B.2. 50 anos, casado, técnico na Refer.</p> <p>B.3. Entroncamento</p> <p>B.4. Aprendiz, operário, desenhador, técnico</p> <p>B.5. Aprendiz</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
Bloco C Integração dos jovens no mundo do trabalho	<p>C.1. Integração na CP</p> <p>C.2. Desenhadores</p> <p>C.3. Recrutamento por outras empresas</p>	<p>C.1. Automática, após conclusão do curso, passagem natural, sem simbolismos.</p> <p>C.2. Formação de aprendiz, curso industrial ajudava, concurso.</p> <p>C.3. Ausência de formação técnica consistente, a EA dava uma formação muito consistente, polivalente, sobretudo a dos serralheiros. Mague, Sumol, Sorefame.. A CP não motivava os seus funcionários, as chefias eram frequentemente menos habilitadas que os ex-aprendizes, promoção de pessoas menos habilitadas, salários baixos.</p>
Bloco D Funcionamento da Escola de Aprendizes	<p>D.1. Equipamento</p> <p>D.2. Articulação entre a formação teórica e a formação prática</p> <p>D.3. Dia a dia escolar</p> <p>D.4. Alimentação</p> <p>D.5. Actividades circum escolares</p>	<p>D.1. Carteiras duplas, quadro preto, estiradores, pranchetas e placards nas paredes onde se aprendia a fazer instalações, sala de máquinas bem equipada.</p> <p>D.2. Faziam manutenção das máquinas nas férias, no 2º ano eram acompanhados por um operário especializado.</p> <p>D.3. Não tinham férias, aulas teóricas de manhã e práticas de tarde. Jogavam à bola no recreio e no campo do bairro Camões.</p> <p>D.4. Havia dois estatutos, uns levavam o almoço de casa e na escola aqueciam e almoçavam, e outros iam almoçar à cantina ou a casa.</p>

Bloco E A Escola de Aprendizes e as escolas técnicas	E.1. Relacionamento/articulação	E.1. Formação teórica idêntica, mesmos manuais e até por vezes os mesmos professores.
	E.2. Avaliação da aprendizagem da EA nas escolas técnicas	E.2. Situação vantajosa, repetiam matérias já dadas na Escola de Aprendizes. Ausência de disciplinas como o Português.
	E.3. Ausência de certificação na Escola de Aprendizes	Formou cidadãos, viver em grupo, viver com objectivos, estar a trabalhar para uma profissão, não apenas a estudar. “Sempre vi no ensino uma saída de vida”.
	E.4. Certificação interna	E.3. Não faria sentido certificar para si própria, para não alimentar a saída dos quadros. E.4. Para concursos internos de outras áreas, factores, maquinistas, era considerada como equivalente ao 5º ano industrial.

João Gonçalves, aprendiz, operário electricista, desenhador, técnico de produção na Refer, uma das empresas subsidiárias da CP

Entrevista

Como já sabe, trata-se de uma investigação para uma dissertação de mestrado sobre a antiga Escola de aprendizes e a sua colaboração é importante na qualidade de antigo aluno da escola, quer pela vivência enquanto aprendiz, quer relativamente à experiência posterior.

Qual era a sua formação académica quando do seu ingresso na Escola de Aprendizes?

2º ano do liceu; entretanto fiz o curso da escola industrial de electromecânico. Eu entrei para a Escola de Aprendizes com um desconhecimento quase total do que era aquela área, eu saio daqui apenas pela necessidade de sair do Alentejo e procurar outros objectivos de vida e quando chego à EA perguntam-me se eu quero ser electricista ou serralheiro. Fiz opção pela electricidade. Depois apercebo-me que não havia certificação na EA e isso só era possível na escola industrial e daí ter-me matriculado na Escola industrial na área de electromecânico que era um curso que já existia na escola do Entroncamento.

Foi para a Escola de Aprendizizes com o 2º ano do liceu. Em Vale de Peso o liceu era uma escola acessível ?

Era a escola mais acessível. Quando acabei a 4ª classe apercebi-me, muito cedo, do meio rural onde em eu me encontrava. O pessoal da minha geração tinha como saída praticamente o trabalho rural. As saídas profissionais eram muito reduzidas. O acesso ao ensino era extraordinariamente difícil e eu sou o primeiro filho de trabalhador rural que vai estudar. Muito por insistência minha. Insisto junto dos meus pais que tenho que estudar, que tenho que sair daqui, assumo isso muito cedo, a saída desta região, destas perspectivas limitadas de vida. Entretanto quando começa o novo ano escolar alguns amigos meus, filhos de funcionários da CP, de comerciantes ou de médios agricultores vão estudar para o Crato que é a terra mais próxima onde havia o ensino privado que era o mais próximo que havia e eu só passado um mês é que fui estudar, durante um mês faço uma insistência muito grande junto dos meus pais e o meu pai enfrenta grandes problemas porque é um trabalhador rural e acaba por ceder passado um mês. Eu entro para estudar no Crato um mês depois de todos os outros, no liceu, porquê o liceu, porque era o que estava no Crato, dado por um frade e um professor primário que dava esse curso num colégio que chamavam colégio particular que era uma garagem, propriedade do padre, e depois éramos propostos em Portalegre ao liceu oficial para fazer exame no fim do ano. É por isso que eu apareço com o 2º ano do liceu apenas porque era o mais próximo.

Não havia Escola Técnica acessível ?

A escola era em Portalegre. Se já era difícil ir estudar para o Crato, o meu pai comprou-me uma bicicleta e eu ia todos os dias e vinha com um grupo de amigos, muito mais difícil era ir para Portalegre onde eu teria que ficar instalado numa residência ou numa pensão e aí só os filhos de pessoas mais bem colocadas é que podiam ter acesso, esses sim iam estudar para Portalegre, ficavam instalados em casas particulares com pagamentos que o meu pai não podia suportar.

Diga-me a sua idade, estado civil e residência

Tenho 50 anos e sou casado, trabalho em Lisboa e resido no Entroncamento. Sou natural do Vale do Peso, concelho do Crato e fui viver para o Entroncamento que é a localidade da Escola de Aprendizizes. Quando casei, a minha mulher é de Vale do Peso e fomos viver para o Entroncamento. Depois, naturalmente cria-se uma certa fixação ali. Como o transporte

para Lisboa é relativamente rápido e em Lisboa também não há possibilidade de trabalharmos junto ao local de residência, tinha que me afastar para a periferia, acabei por ficar no Entroncamento.

Quais foram as razões que levaram a que não tivesse permanecido como operário ?

Quando chego aos aprendizes, vou com a perspectiva, consciente do esforço que o meu pai tinha feito para eu tirar o 2º ano do liceu, pensava já ter ultrapassado o primeiro patamar, pensava ter passado para o segundo patamar. E quando chego aos aprendizes pergunto um dia aos directores quando saísse um dia da Escola de Aprendizes para onde é que eu ia. E dizem-me que eu vou para operário de 4ª da CP, o último degrau das oficinas. Eu fico muito surpreendido. Eu pensava que o curso dos aprendizes já conferia algum estatuto e lá dizem-me que não. E na época abre a Grande Reparação no Entroncamento, as grandes oficinas, as oficinas novas, e em 1966, a mão de obra era escassa, quer pela situação política do país, de estar em guerra em África, quer pelo próprio desenvolvimento do país, as oficinas são preenchidas com mão de obra inqualificada a quem à pressa se deu o nome de operários mecânicos, os electricistas já tinham de ter alguma formação, e eu assisto à ida da minha terra de pessoas inqualificadas no aspecto técnico para as oficinas, para operários de 4ª, e dizem-me que eu vou também para operário de 4ª quando terminar os aprendizes e fico muito surpreendido. Então eu estudei o 2º ano do liceu, estou na Escola de Aprendizes e vou também para operário de 4ª ? Pois...mas isto assim não pode ser, a não ser que vás tirar o curso industrial e assim já tens outra carreira cá dentro. A primeira coisa que faço é ir a Tomar e inscrever-me rapidamente na escola industrial. E dizem-me que o primeiro patamar que eu tenho para a saída seria possivelmente para desenhador, que era um estatuto médio, já tinha um bom estatuto, melhor do que tem hoje na CP. E aí eu vou-me inscrever tendo como objectivo a passagem para desenhador.

Esteve portanto pouco tempo como operário ?

Eu estive operário dos dezoito aos vinte anos, dois anos, vou à tropa e quando regresso em Abril estou até Outubro. Antes de ir à tropa era difícil passar para o desenho, aí tenho de suportar a situação de operário. Quando venho da tropa imediatamente me inscrevi para desenhador e fui chamado passados seis meses. Depois da tropa faço apenas seis meses nas oficinas e sou chamado para Lisboa para a área de desenho, uma área teórica uma vez que

eu enveredo por uma área técnica do traçado de via que pouco tem a ver com o desenho. Mas teoricamente era desenhador.

A sangria que sistematicamente era feita por outras empresas à CP: porque é que essa sangria existia ?

Porque na altura não havia uma formação técnica muito consistente. Eu penso que ao contrário do que as pessoas pensam, quando hoje em dia se ouve falar nas escolas industriais, as escolas industriais tinham uma missão importante na época, mas eu não comungo com as pessoas de hoje em dia de pensar que perderam-se as escolas industriais perdeu-se uma formação. Eu não estou muito de acordo com isso porque penso que as escolas industriais davam uma formação inicial, apenas isso, não era uma formação muito consistente e hoje em dia, perante os novos desafios que se colocam, essa formação já era insignificante e já não respondia. Eu não estou tão convicto que as escolas industriais, hoje em dia, respondessem de alguma forma. Mas a Escola de Aprendizizes era uma escola mais completa porque as partes teóricas eram praticamente as mesmas da escola industrial, os livros eram os mesmos mas depois tínhamos uma componente prática muito mais completa através da frequência de estágios nas oficinas, passando pelas várias secções, o contacto com todas aquelas especialidades e isso colocava o aprendiz da CP numa situação vantajosa até porque o aprendiz da CP ao mesmo tempo maioritariamente frequentava os cursos industriais porque era-lhe fácil frequentar a escola industrial era quase que um repetir da matéria que estava a dar, fazia aquilo a brincar e então com o curso industrial e com o reforço dessa formação técnica e prática que era a Escola de Aprendizizes, perante um país que tinha uma carência de formação técnica, colocava os aprendizes numa situação privilegiada em termos de concorrer a outras empresas.

Quase que se podia dizer que podiam escolher emprego.

Podíamos escolher emprego porque a CP na época nunca foi uma empresa que pagou bem. A CP compensava o pagar mal através da garantia de emprego até ao fim da vida da pessoa e um pormenor curiosíssimo que seduzia muitos dos seus funcionários que foram os títulos de transporte não só para si mas também para os familiares do primeiro grau ascendentes e descendentes, para os filhos e para os pais e isto em certas condições tornava-se uma condição aliciante. Ainda hoje eu que vou trabalhar para Lisboa, se tivesse que pagar os transportes isso equivalia a um aumento do meu gasto, do meu orçamento, ainda por cima

tenho concessões de primeira classe o que me coloca numa situação privilegiada para quem tem que viajar todos os dias um outro grau de conforto que é significativo.

Essa fuga dos aprendizes para outras empresas, sentiu alguma vez, de alguma forma, que a CP estivesse a tentar contrariá-la ?

Nunca achei grande interesse da CP em a contrariar.

Inclusivé a questão da certificação de que falámos há pouco...

Não certificava, não seduzia os seus funcionários, por vezes a pessoa com formação ficava numa situação um pouco...apercebi-me disso antes de ir à tropa que foi o tempo que mais estive na oficina. Era por vezes complicado um operário com o curso industrial ser chefiado por um chefe de brigada com a 4ª classe. Ele era olhado como um indivíduo perigoso, entre aspas, era incómodo, para ele nunca se podia deixar muito campo aberto porque nunca se sabia até onde ele podia chegar. Eu vou dar um exemplo. Havia coisas na CP que desmotivavam até a nossa presença. Curiosamente, neste caso havia pessoas que eram serventes, que era a classe mais baixa da oficina, os auxiliares dos operários que varriam o chão, faziam limpezas, que em determinada altura candidatavam-se e passavam a operários. Havia outros operários que entravam com a 4ª classe Quando abriu o Centro de Formação, debaixo de alguma polémica, de desconfiança por parte do operariado, os recém operários que vinham de serventes começaram a frequentar um curso teórico de formação durante um mês ou dois meses, de curto prazo, e faziam um exame no fim e era-lhes dada uma nota. Quem tivesse um determinado valor mínimo tinha imediatamente uma subida de categoria. Portanto entrava como operário de 4ª, terminava o estágio com aproveitamento e nota mínima e passava a operário de 3ª. O ridículo da situação era que nós, ex-aprendizes que éramos operários de 4ª, não íamos frequentar esse curso porque não necessitávamos devido à formação técnica. Por esse motivo não éramos promovidos a operários de 3ª e ficávamos como operários de 4ª. Havia uma desmotivação, um desinteresse por nós, não íamos ao curso porque não necessitávamos, por não o termos frequentado não éramos promovidos. Situação sem pés nem cabeça.

Isso contribuía ainda mais para que as pessoas procurassem ir para desenhadores ou mesmo para saírem da empresa ?

Sair mesmo. Eu apercebia-me que os chefes de brigada como os próprios contramestres eram por vezes pessoas com a 4ª classe. Viam em nós pessoas com algum incómodo,

éramos pessoas incómodas. Eu quando terminei o curso industrial, estava nas oficinas de grande reparação, tinha vinte anos e éramos seis pessoas com o curso industrial. Possivelmente hoje nessas oficinas haverá mais pessoas com um curso superior como operários; portanto para vermos bem, éramos pessoas referenciadas e incómodas, o que é que faz a um indivíduo destes, vamos promovê-lo se o promovemos ele depois passa-nos, era esta a interpretação que eu fazia. Não havia das chefias intermédias grande preocupação de eu ir embora. Eles diziam concorra para o desenho isto aqui está mal, isto não é adequado para si.. havia até um certo entusiasmo para que eu saísse, um incentivo para que eu seguisse outra carreira.

Porque é que saiu de Vale de Peso, para além de ir estudar?

Eu saí de Vale do Peso porque muito cedo começo a ter uma necessidade de um mundo mais vasto. Desde muito novo eu olhei o mundo como uma coisa muito grande. E as perspectivas em Vale do Peso para mim eram muito curtas. As pessoas da minha idade iam trabalhar para a agricultura. Dantes as perspectivas eram muito curtas. Desde muito cedo eu ambicionei viver noutro tipo de mundo. Daí eu ter ido para o Entroncamento. Quando chego ao Entroncamento apercebo-me que ainda há outro passo a dar. Aliás, curiosamente, quando vou fazer exame ao Entroncamento fico fascinado com o Entroncamento e venho convencido quando venho para Vale do Peso que é este mundo que eu quero. O pior é que a seguir eu tinha de ir à junta médica e fui a Lisboa. E quando vim de Lisboa eu vinha fascinado com Lisboa. É ali que eu tenho que chegar. E curiosamente foi essa a razão por que saio de Vale do Peso. Nem é necessário estar-me a colocar numa posição muito ambiciosa. Naturalmente, toda a minha geração depois acabou por sair mas eu apercebi-me que para sair daqui deveria sair com formação académica, que era muito mais fácil, sempre vi no ensino uma via de saída. Depois curiosamente penso que há uma certa frustração, parei a meio de uma viagem. Por várias circunstâncias da vida fiquei pelo curso industrial. Hoje com muita pena minha. Modéstia à parte eu sempre fui bom aluno, sempre tive uma facilidade muito grande em termos de aprendizagem. A vida é como é, cada um tem o seu percurso e depois há alturas... fui também apanhado um pouco nas convulsões do 25 de Abril e acabo por ir para Lisboa trabalhar para uma área técnica que começou a exigir muito de mim, começou a exigir saídas por todo o país em serviço que me dava também dinheiro a ganhar. Depois casei e cria-se um problema, para ir estudar tinha de prescindir

de uma série de dinheiro que estou a ganhar, que me é necessário, depois com toda aquela convulsão, mas será que vale a pena ir estudar na situação em que isto está tudo? De qualquer forma julgo que não tendo prosseguido uma carreira académica evolui noutra área e hoje sinto-me muito satisfeito com a minha carreira profissional, gosto muito daquilo que faço e, modéstia à parte, quando se diz isto das duas uma ou se é vaidoso ou se está muito seguro daquilo que se diz, cada um interprete como quiser, considero-me um bom profissional na minha área.

Como é que encara essa posição, face à questão de partida da minha tese, de aprendiz a cidadão, uma vez que começou como aprendiz e foi dos que rejeitaram a condição do operário?

O aprendiz para mim é uma coisa que me marca de uma maneira muito forte a minha vida. Eu costumo dizer que os meus companheiros de escola são os meus colegas aprendizes. Não tenho qualquer ligação em termos de tradição escolar aos meus colegas da escola primária. Como grupo de referência aí não tenho ligações. Estudei no Crato e fiz exame no liceu e não mantenho com esse grupo qualquer referência. Mantenho amizades mas não há tradições, não há encontros, alguns passo por eles e já mal nos conhecemos. Estudei na escola industrial e esfumou-se completamente toda essa ligação. Alguns conhecemo-nos, outros somos amigos, os que andaram comigo na Escola de Aprendizes há uma ligação tão forte que passados trinta e cinco anos nós continuamos a encontrar-nos quase religiosamente a promover almoços e convívios dos quais também já fui organizador e aqueles é que eu considero os meus companheiros de escola. São aqueles por quem passo na rua e acenamos sempre e há um gozo tão grande em nos encontrarmos, há uma ligação e penso que me marcou muito.

Mas a Escola de Aprendizes formou operários ou formou cidadãos ?

A Escola de Aprendizes formou operários, poucos, porque a maioria diverge para outros campos pela mais valia que ali ganha. Como cidadãos marca também porque é uma altura importante da vida, os 15-17 anos, viver em grupo, viver com objectivos, estarmos a trabalhar para uma profissão quer dizer, não se está apenas a estudar...Hoje em dia o problema das novas gerações, dos nossos filhos, é eles estudarem no espaço, quer dizer, por vezes não conseguem dimensionar muito bem o que é que estão ali a fazer, porque é que estão a estudar. Eu quando estudava na escola de Aprendizes sabia que era para chegar a

um determinado ponto e quando me dizem que o ponto onde eu vou chegar é baixo eu vou para a escola industrial e na escola industrial sei aonde é que quero chegar. Talvez por isso, digo muitas vezes ao meu filho, eu era um bom aluno, porque eu não estava ali por alguém me obrigar, eu estava ali para atingir um objectivo e tinha que lá chegar aonde cheguei, portanto isso criou o cidadão, formou o cidadão porque foi uma altura muito importante da vida, estávamos a criar-nos como homens.

Nos inquéritos que eu passei os aprendizes disseram-me que a escola estava bem equipada. O que é que é isso bem equipada ?

Uma sala de aula era simples, com carteiras duplas, estava sobretudo bem equipada no aspecto técnico, tínhamos uma sala de máquinas bem equipada, nós trabalhávamos com os tornos, limadores, com todo esse tipo de maquinaria, que na época eram tecnologia actualizada com a qual nós tínhamos um contacto muito grande. Aprender a fazer peças, aprender a fazer tudo. Depois tínhamos umas salas com pranchetas e placards na parede onde fazíamos mini instalações eléctricas e onde aprendíamos a fazer ligações com interruptores, com arrancadores, com as lâmpadas, tudo em miniatura, obedecendo às normas, isto na parte eléctrica. Tínhamos uma sala com tornos onde fazíamos uma caixa de ferramentas em que nos era dado um desenho e aprendíamos a trabalhar através do desenho que nos davam tudo isto, tínhamos a técnica do desenho de máquinas e no meu tempo a CP recorria a professores privados como o de Álgebra, o professor Armando Lopes, tínhamos aulas de Moral, dadas por um padre, o padre Mourão, completamente desfasado do tempo e da turma que tinha na frente, que tinha uma grande preocupação connosco que nos fazia rir a todos, que era a masturbação, não se masturbem, é um crime, é um pecado, houve pessoas que morreram, outras que ficaram doentes,... era tão intenso esse conselho, ríamos perdidamente depois das aulas, coitado do padre não sabia com quem estava metido, rapazes na puberdade, 17 e 18 anos, praticantes activos...

O material de desenho, as ferramentas, compassos réguas, o estojo..

Julgo que o estojo era nosso, o resto era tudo da escola. O quadro preto, os estiradores, fornecia o papel..

Tratava-se sobretudo de desenho técnico, desenho de projecções, desenho de máquinas e desenho esquemático. Até tenho uma história quando me transferi do curso do liceu, quando eu entro na escola industrial, tive que fazer um exame de transição, a professora

colocou-me o papel à frente e comentou não deves perceber nada disto ao que eu respondi talvez se engane. Provocou-lhe uma grande admiração como é que um miúdo tinha a ousadia de responder assim, em 1966, porque eu sabia tudo o que ali estava e rapidamente fiz o desenho e lho entreguei porque eu já tinha o conhecimento, já tinha um ano de desenho de projecções na escola de aprendizes e tinha de fazer um desenho simples e era a brincar

Havia articulação entre a formação teórica e a prática ?

Havia, ainda me lembro que nas férias dos monitores, nós ainda não tínhamos férias, nós éramos distribuídos pelas oficinas, havia técnicos que nos acompanhavam a fazer serviço de manutenção de máquinas,... Depois no segundo ano nós já tínhamos uma componente oficial em que éramos entregues a um operário.

Era o estágio nas secções?

Sim, havia especialidades que percorriam várias secções, sobretudo os serralheiros, percorriam várias secções. Depois o curso começou a reduzir em tempo e nós já não tínhamos tanto tempo para fazer todo esse preciosismo, preciosismo entre aspas, porque era muito vantajoso, sobretudo para os serralheiros. Houve uma altura em que os serralheiros estavam integrados em cada secção para lhes dar uma noção...

A ideia que eu tenho é que a formação deles era um pouco mais polivalente do que a vossa ..

Sim, o electricista era mais específico. Os serralheiros eram torneiros, eram fresadores, eram traçadores.. Isso dava-lhes também um arcaboço técnico muito bom. Nós electricistas, e lembro-me ainda de uma situação em que fui colocado numa secção com pouco interesse, Os motores eram desmontados, lavados, pintados e de novo montados e devolvidos. Fiquei muito surpreendido por ter andado a fazer um curso para fazer este trabalho de servente. Então, fui ter com o engenheiro Subtil, que era da minha terra e era meu professor, esperei por ele no final de uma aula e disse-lhe que queria ir para a bobinagem. Ó senhor engenheiro, eu gostava de lhe expor um assunto, eu estive a estudar electricidade e estou numa secção que não me seduz minimamente, eu acho que aquilo é um serviço de servente, deve haver outras pessoas mais interessadas em ir para lá. Eu estou a pintar motores e a lavá-los com gasolina e quando eles estão queimados vão para outro lado onde há técnicos que os reparam. O engenheiro perguntou qual era o sítio para onde

queria ir e eu respondi que era para onde os reparavam porque lá é que eu aprendia. Isto não deve ser entendido como uma cunha mas apenas como a vontade de fazer alguma coisa que estivesse ligado a mim e assim fui parar à bobinagem a qual tenho uma certa pena de ter abandonado porque é uma parte fascinante na parte eléctrica. Era fascinante estar na bobinagem, podia ser pouco atractivo em termos de carreira, mas em termos profissionais era muito interessante.

Como era o dia a dia escolar do os aprendizes, entravam às 8 e saíam às cinco, e entretanto?

Entretanto jogava futebol, brincava-se no átrio, se bem que os jogos de futebol a sério eram no campo de jogos onde às quartas e sextas tínhamos ginástica com o professor Tolda, antes do Tolda era o Chico Gonçalves.

Tinham aulas práticas da parte da manhã e teóricas da parte da tarde ou era ao contrário?

Eu suponho que as teóricas eram da parte da manhã e as práticas da parte da tarde.

Como é que os aprendizes se alimentavam?

Havia dois tipos de aprendizes, havia dois estatutos, havia os que eram de mais próximo da Escola de Aprendizizes e havia aqueles que eram oriundos de sítios mais longe. Os que moravam no Entroncamento ou perto do Entroncamento, iam todos os dias almoçar a casa. Os que eram de mais longe, como eu que era do Alentejo, tínhamos um quarto com condições bastante humildes. Eu costumo dizer que entrei no Entroncamento, não pelo rés-do-chão mas pela cave, passei por situações muito violentas, ganhávamos 25 escudos por dia, as condições eram duras, havia alguns que levavam o almoço numa lancheira, havia uma sala onde almoçávamos, havia um fogão a lenha e nós colocávamos lá os tachos e quando lá chegávamos estava tudo quente, podíamos comer a sopa quente por ficar em cima daquele fogão. Os mais privilegiados vinham comer à cantina que ficava para o lado da estação.

Eram mais privilegiados porque tinham mais dinheiro?

Tinham mais poder de compra, possivelmente os pais tinham mais recursos, eram pessoas que já tinham alguns o curso industrial, outros tinham outro estatuto de vida, o facto de ser filho de alguém que era empregado da CP pressupunha viver bem, os que vinham de fora, em geral os pais eram pessoas mais modestas, tínhamos que pagar o aluguer de um quarto e

para ir comer à cantina a coisa não era fácil e infelizmente nunca fui um frequentador da cantina. Por dificuldades económicas tinha que fazer o almoço, vivia num quarto como dois familiares mais velhos do que eu. Um tio e um primo que assumiram a minha paternidade, faziam-me a comida, tratavam de tudo, à noite eu ia estudar e eles faziam-me o jantar, enfim, assumiam a paternidade em relação a mim. Aliás, no geral, os quartos eram quase sempre partilhados com outra pessoa, normalmente da geração mais velha. No meu caso, entre os tais que tinham vindo indiferenciados alimentar as necessidades da Oficina da grande reparação, esses familiares assumiam em parte a nossa paternidade fazendo-nos a comida e tratando de nós.

A maioria dos seus colegas fazia como você ou iam comer à cantina?

Eu penso que devia andar ela por ela: metade iam comer à cantina e a outra metade faziam como eu. É que curiosamente havia zonas, a zona de Fátima e a zona do Entroncamento e esses normalmente iam comer à cantina, eram zonas de maior tradição ferroviária, em que os pais desses aprendizes eram ferroviários e portanto iam comer à cantina. Aqueles que eram oriundos do Alentejo, que era mais do interior e das Beiras, esses normalmente levavam almoço de casa.

Isso também terá a ver com maneira ser das gentes?

Penso que havia uma certa forma de estar na vida, de tradição, nós talvez não sentíssemos tanto essa necessidade.

Quando acabou o curso, foi integrado na empresa. A integração era automática, todo o aprendiz que acabasse o curso era integrado na empresa, tinha emprego garantido na CP?

Sim era uma passagem natural, não tinha que se sujeitar a nada, o número de origem continuava a ser o mesmo, era uma promoção natural.

Quer dizer ao entrar para a escola já estava a entrar para a empresa ?

Exacto, já estava a entrar para a CP.

Quando acabou o curso e passou a operário, houve alguma cerimónia ou foi apenas sair de um lado e começar no outro?

Não. No último ano, já havia muito tempo passado na oficina e portanto essa passagem era natural, deixei de ir à escola e passei ir para a oficina, não houve qualquer simbolismo .

Eram frequentes as exposições de trabalhos ?

Não, não me recordo de nenhuma.

Mas vocês faziam trabalhos fabulosos !

Sim nós fazíamos trabalhos muito bonitos, fazíamos a caixa de ferramentas que afinal depois foi tratada de uma forma pouco...eram atiradas para uma arrecadação .

Mas supostamente essa caixa de ferramentas não devia ser aquela com que vocês depois iam trabalhar ?

Não, essa caixa no meu tempo era simbólica, era composta por esquadros, martelo, alicate...

Depois, na oficina, já havia uma secção de ferramentas bem equipada, havia uma secção central na oficina onde nos eram dadas seis chapas com o nosso nome que nos permitiam levantar ferramentas. Com uma chapa levantava a ferramenta e deixava a chapa com o nome no sítio dela. Quando devolvesse a ferramenta era devolvida também a chapa. Era assim que funcionava a secção de ferramentas. Tenho muita pena que essas caixa de ferramentas não tenham sido todas entregues aos aprendizes, ainda hoje existe uma nostalgia tão grande nas pessoas em relação a isso, faz parte de vida de cada um, é uma parte da vida de cada um que estava retratada naquela caixa, e depois foi tratada de uma forma...

Visitas de estudo? Era costume haver visitas de estudo na Escola de Aprendizizes?

Nunca fiz , nunca fui a nenhuma.

Mas eu encontrei um papel a falar de visitas estudo , à Sorefame, às oficinas de Campanhã, às oficinas de Barreiro a...

Possivelmente, mais recentes.

Que relacionamento é que havia com a Escola Oficial?

A única relação que existia é que os livros eram os mesmos e os professores, alguns também eram os mesmos. De resto, não havia quaisquer tipo de relações, era próprio da época, eram instituições completamente isoladas umas das outras.

Que avaliação é que faz hoje dos alunos da Escola de aprendizes que frequentavam a Escola Oficial?

É muito positiva porque quando nós aparecíamos na Escola industrial íamos normalmente já com algum avanço da matéria que estávamos a dar, o que para nós era naturalmente uma situação muito vantajosa, apesar de haver algumas disciplinas que eram novas. O Português

não era dado na Escola de aprendizes, Orçamentos também não, Física também não era dada, a Escola de aprendizes resumia um pouco o curso àquilo que lhe interessava. Agora a mecânica, a tecnologia, o desenho, a electricidade, tudo isso era para nós matéria dada, de maneira que proporcionava um bom aproveitamento dos aprendizes. Eu lembro-me de haver uma disciplina que era oficinas, que era facultativa, dada aos sábados à tarde e os aprendizes normalmente não a frequentavam, quem é que ia aos sábados à tarde a uma aula que já tinha tido na Escola de aprendizes? No último ano, eu tinha também que fazer exame de oficinas e disse ao professor que não estava inscrito mas como tinha de ir fazer exame dava-me jeito frequentar as aulas. Depois de falar com o professor e com o director passei a frequentar a tal aula de oficinas e lembro-me de ir assistir a uma aula em que o mestre estava a ensinar a fazer umas instalações, e isto já no último ano. Nessa aula estava a ser preparado um teste para aula seguinte. Fui também a essa aula fazer o teste e no sábado seguinte fui saber o resultado e tive 20 valores no teste. Nunca mais fui a aula nenhuma, não vale a pena vir aqui porque o avanço era tão grande, eu já trabalhava nas oficinas e assim o que é que nessa aula me podiam ensinar? Depois fiz o exame final porque era um exame obrigatório de frequência. Depois de acabar o curso industrial havia também um pequeno exame que nós tínhamos de fazer para obter o diploma, se me lembro era o exame de aptidão. Voltei a frequentar aquela aula, vi que não precisava e fui fazer o exame e naturalmente passei.

Porque é que a Escola de aprendizes não certificava? Porque é que não havia um diploma do curso de aprendiz?

Não havia porque o curso servia para integrarem as pessoas na CP. Ora a empresa não precisava de passar um diploma para dentro da própria empresa, se o passasse só estava a alimentar a saída dessas pessoas, o que naturalmente não lhe interessava. Para que é que me iam passar o diploma e a quem é que eu amanhã o ia apresentar, a outra empresa? Ainda hoje, nas novas empresas ligadas à CP, existe um instituto que ministra cursos de formação que é a Fernave, cursos de informática, por exemplo, e não passa certificados desses cursos a ninguém.

Olhe que a Fernave passa certificados!

A mim nunca me passou, se eu vou fazer um curso de Exel ou de Autocad...

Está a referir-se aos cursos de formação contínua ...

Não me passam nenhum documento em como frequentei aquele curso. Portanto, isto ajuda a compreender porque é que há trinta e tal anos não passavam certificados. A razão é simples. Se é uma empresa que está a formar os seus técnicos, não necessita de certificar a formação que ela própria fornece aos seus técnicos, só estava a alimentar que amanhã, quando eles saíssem, fossem utilizar uma formação, que até era gratuita, para servir outra empresa. Naturalmente que empresa por isso não concedia um diploma.

Mas mesmo assim, não impedia que muitos saíssem?

Na época, naturalmente, porque era um curso credível, um curso conceituado dentro do vazio nacional da formação que havia na época.

Na sua geração ou mesmo na sua turma lembra-se de colegas que saíram para outras empresas?

Sim, para a Mague, para a Sumol, penso que também para a Sorefame, embora a esta distância sinta alguma dificuldade em me lembrar. Quando nós fazemos os almoços de confraternização, a grande base são os que trabalham na CP. Aqueles que saíram e estão noutras empresas, temos grande dificuldade em os localizar, mas sei que saíram, saíram bastantes.

Apesar de não haver certificação, a CP internamente considerava o curso de aprendizizes como equivalente ao quinto ano, como equivalente ao curso industrial?

Não na minha geração.

Para efeitos internos de promoções, de concursos não era assim?

Para efeitos de promoção não era considerado mas, se havia concursos internos para factores, maquinistas, escriturários, categorias para as quais era exigido o curso industrial, aí era considerado como habilitação equivalente o curso da Escola de Aprendizizes. Aliás, no próprio anúncio interno desses concursos, é exigido muitas vezes o curso da escola industrial ou o curso da Escola de Aprendizizes. Não haveria a equivalência na categoria onde estava para efeitos de uma promoção mas, no caso de querer concorrer a outra categoria, era considerado.

João Gonçalves, da minha parte dou a conversa por terminada, mas antes queria agradecer a colaboração e disponibilizar o microfone para uma consideração final acerca da Escola de aprendizizes

Resta-me dizer que em relação à tua tese e ao nome que lhe é dado, parece-me muito apropriado porque, para mim, a Escola de Aprendizes marcou de uma forma muito viva a minha formação, a Escola de Aprendizes é um marco único na minha vida.

Uma pergunta que ainda não coloquei a ninguém: Porque que é que Escola de Aprendizes acabou?

Eu penso que houve transformações muito grandes na vida nacional, a CP foi desmembrada, hoje em dia tem empresas subsidiárias como a Refer, que é uma empresa que trata das infra-estruturas, a Ferbrites, os trabalhos oficinais são feitos pela EMEF, a formação passou para a Fernave e eu penso que a Escola de Aprendizes, hoje em dia, apesar de todo o nosso sentimentalismo, nos moldes que tinha já não poderia responder às necessidades do país. Hoje em dia já ninguém tira um curso, hoje em dia, todas as pessoas se actualizam permanentemente com cursos. Antigamente a pessoa saía da Escola de Aprendizes e trabalhava uma vida inteira com o que tinha lá aprendido. Hoje em dia já não é nada disto, todos os anos se actualiza, há sempre coisas novas, o programa de informática com que nós trabalhamos perdeu a validade porque apareceu um completamente novo, o que hoje está actual, amanhã já está desactualizado. Hoje as coisas giram a grande velocidade e mesmo assim ainda nos vêm dizer os políticos, cuidado, nós não estamos à altura do que se passa no estrangeiro, não temos produtividade, não temos técnicos qualificados. Apesar do que mudou o que era preciso ainda mudar. Penso que a Escola de Aprendizes teve o seu tempo e, hoje em dia, as necessidades actuais já não passam por uma estrutura do estilo da Escola de Aprendizes. Hoje defendo mais uma instituição como a Fernave que permanentemente vá actualizando os seus técnicos, todo o pessoal tem de estar periodicamente a ser reciclado.

Bom, vamos dar a entrevista por concluída, queria agradecer e dizer que vai ser interessante juntar o seu testemunho aos documentos da minha tese..

Faculdade de Psicologia
Instituto de Educação
Universidade de Lisboa
BIBLIOTECA